104 anos
SINDCONT-SP
SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE SÃO PAULO
Inovar, Valorizar e Humanizar



Manchete Semanal eletrônica

nº 44/2023
08 de novembro de 2023

Importante veículo de atualização e capacitação profissional, amplamente discutido e estudado nas reuniões do Centro de Estudos

Expediente

Centro de Estudos e Debates Fisco-Contábeis

Presidente: Rosane Pereira
Vice-Presidente: Denis de Mendonça
1ª Secretária: Mitsuko Kanashiro da Costa
2º Secretário: Josimar Santos Alves
3ª Secretária: Jô Nascimento
4º Secretário: Marcelo Dionizio da Silva
Consultores Jurídicos: Alberto Batista da Silva Júnior; Benedito de Jesus Cavalheiro e Henri Romani Paganini.
Suplente: Alexandre da Rocha Romão

Coordenação em São Bernardo do Campo:
Coordenadora: Marcelo Muzy do Espirito Santo
1ª Secretária: Marly Momesso Oliveira
2ª Secretária: Teresinha Maria de Brito Koide

Coordenação em Taboão da Serra:
Coordenadora: Rose Vilaruel
1º Secretário: Alexandre da Rocha Romão
2º Secretário: João Antunes Alencar
3ª Secretária: Antônia Aparecida Anastácio Neves

Coordenação em São Caetano do Sul:
Coordenadora: Claudete Aparecida Prando Malavasi
Secretário: Rafael Batista da Silva

Coordenação em Diadema:
Coordenadora: Tânia Maria de Farias Lourenço
1ª Secretária: Arlete Vieira Sales
2ª Secretária: Beatriz Aparecida Silva

Coordenação em Guarulhos:
Coordenador: Ricardo Watanabe
Secretário: Mauro André Inocêncio

Sindicato Dos Contabilistas De São Paulo – SINDCONT-SP - Gestão 2023-2025

Diretores Efetivos
Presidente: Claudinei Tonon
Vice-Presidente: José Roberto Soares dos Anjos
Diretor Financeiro: Milton Medeiros de Souza
Vice-Diretor Financeiro: Luis Gustavo de Souza e Oliveira
Diretor Administrativo: Nobuya Yomura
Vice-Diretor Administrativo: Josimar Santos Alves
Diretora de Educação Continuada: Marina Kazue Tanoue Suzuki
Vice-Diretora de Educação Continuada: Ana Maria Costa
Diretora Social e Cultural: Carolina Tancredi De Carvalho

Diretores Suplentes
Denis de Mendonça
Edna Magda Ferreira Goes
Elcio Valente
Fernando Correia da Silva
Francisco Montoia Rocha
João Bacci
José Leonardo de Lacerda
Marcelo Muzy do Espirito Santo
Ricardo Watanabe Ruiz Vasques

Conselho Fiscal - Efetivos
Edmundo José dos Santos
Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho
Marta Cristina Pelucio Grecco

Conselho Fiscal - Suplentes
Deise Pinheiro
Lucio Francisco da Silva
Marly Momesso Oliveira

Sumário

SUMÁRIO **2**

1.00 ASSUNTOS CONTÁBEIS **13**

1.01 CONTABILIDADE 13
NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, REVISÃO NBC N° 018, DE 17 DE AGOSTO DE 2023 - (DOU de 30.10.2023) 13
Aprova a Revisão NBC 18, que altera as seguintes normas: NBC TG 15 (R4), NBC TG 27 (R4), NBC TG 20 (R2) e NBC TG 41 (R2) 13
NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, REVISÃO NBC N° 019, DE 17 DE AGOSTO DE 2023 - (DOU de 30.10.2023) 14
Aprova a Revisão NBC 19, que altera as seguintes normas: NBC TG 26 (R5) e NBC TG 06 (R3). 14
NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, CTG N° 007 (R1), DE 17 DE AGOSTO DE 2023 - (DOU de 01.11.2023) 17
Aprova o Comunicado Técnico CTG 07 (R1), que dispõe sobre evidenciação na divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral. 17
NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TG N° 012 (R1), DE 20 DE SETEMBRO DE 2023 - (DOU de 01.11.2023) 27
Aprova a NBC TG 12 (R1) - Ajuste a Valor Presente. 27
COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 34
REVISÃO DE PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS - N° 022/2022 34
1.02 ENTIDADES DE CLASSE 35
RESOLUÇÃO CFC N° 1.710, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 03.11.2023) 35
Dispõe sobre a adoção das Normas Brasileiras de preparação e asseguração de Relatórios de Sustentabilidade convergidas aos padrões internacionais. 35

2.00 ASSUNTOS FEDERAIS **37**

2.01 IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS 37
DECRETO N° 11.764, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 31.10.2023 - Edição Extra) 37
Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto n° 11.158, de 29 de julho de 2022. 37
2.02 LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA 38
LEI N° 14.717, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01.11.2023) 38
Institui pensão especial aos filhos e dependentes crianças ou adolescentes, órfãos em razão do crime de feminicídio tipificado no inciso VI do § 2° do art. 121 do Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo. 38
PORTARIA MM N° 288, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 27.10.2023 - Edição Extra) 39
Institui o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça no âmbito do Ministério das Mulheres. 39
PORTARIA CONJUNTA PRES/INSS/SRGPS/MPS N° 038, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01.11.2023) . 41
Alteração na prorrogação automática de 30 (trinta) dias quando da solicitação pelo beneficiário de prorrogação de Benefício por Incapacidade Temporária 41
2.03 FGTS E GEFIP 42
CIRCULAR CAIXA N° 1.035, DE 26 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 30.10.2023) 42
Dispõe sobre a suspensão da exigibilidade dos recolhimentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS, referentes às competências de outubro de 2023 a janeiro de 2024, autorizada pela publicação da Portaria n 3.553 do Ministério do Trabalho e Emprego, de 23 de outubro de 2023, para os empregadores situados nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul alcançados por estado de calamidade pública reconhecido pela Portaria n° 2.852 da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, de 07 de setembro de 2023. 42
2.04 SIMPLES NACIONAL 44
PORTARIA CGSN/SE N° 101, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023 - (DOU de 03.11.2023) 44
Dispõe sobre prorrogação de prazo no Simples Nacional para contribuintes com sede nos Municípios do Estado do Paraná (PR). 44
2.05 OUTROS ASSUNTOS FEDERAIS 45
LEI N° 14.711, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 31.10.2023) 45

Dispõe sobre o aprimoramento das regras de garantia, a execução extrajudicial de créditos garantidos por hipoteca, a execução extrajudicial de garantia imobiliária em concurso de credores, o procedimento de busca e apreensão extrajudicial de bens móveis em caso de inadimplemento de contrato de alienação fiduciária, o resgate antecipado de Letra Financeira, a alíquota de imposto de renda sobre rendimentos no caso de fundos de investimento em participações qualificados que envolvam titulares de cotas com residência ou domicílio no exterior e o procedimento de emissão de debêntures; altera as Leis n°s 9.514, de 20 de novembro de 1997, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.476, de 28 de agosto de 2017, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 9.492, de 10 de setembro de 1997, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 12.249, de 11 de junho de 2010, 14.113, de 25 de dezembro de 2020, 11.312, de 27 de junho de 2006, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 14.382, de 27 de junho de 2022, e o Decreto-Lei n° 911, de 1° de outubro de 1969; e revoga dispositivos dos Decretos-Lei n°s 70, de 21 de novembro de 1966, e 73, de 21 de novembro de 1966. 45
LEI N° 14.713, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 31.10.2023) 68
Altera as Leis n°s 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer o risco de violência doméstica ou familiar como causa impeditiva ao exercício da guarda compartilhada, bem como para impor ao juiz o dever de indagar previamente o Ministério Público e as partes sobre situações de violência doméstica ou familiar que envolvam o casal ou os filhos. 68
ATO COTEPE/ICMS N° 156, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 30.10.2023) 69
Altera o Ato COTEPE/ICMS n° 23/18, que divulga a relação dos contribuintes beneficiados no cumprimento de obrigações tributárias relativas ao ICMS na prestação de serviço de transporte e na armazenagem de Etanol Hidratado Combustível - EHC e Etanol Anidro Combustível - EAC pelo sistema dutoviário. 69
ATO COTEPE/ICMS N° 157, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 30.10.2023) 69
Altera o Ato COTEPE/ICMS n° 5/20, que divulga relação de contribuintes credenciados pelas Unidades Federadas para usufruir dos benefícios fiscais previstos no Convênio ICMS 03/18. 69
ATO COTEPE/ICMS N° 158, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 30.10.2023) 70
Altera o Ato COTEPE/ICMS n° 2/20, que divulga relação de contribuintes remetentes, destinatários e prestadores de serviços de transporte de gás natural que operam por meio do gasoduto credenciados pelas unidades federadas. 70
ATO COTEPE/ICMS N° 159, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 31.10.2023) 71
Altera o Ato COTEPE/ICMS n° 67/19, que divulga relação das empresas nacionais que produzem, comercializam e importam materiais aeronáuticos, beneficiárias de redução de base de cálculo do ICMS. 71
ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO CORAT N° 012, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 71
(Disponibilizado na página da Receita Federal, em “Agenda Tributária”) 71
Divulga a Agenda Tributária do mês de novembro de 2023. 71
ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO RFB N° 004, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01.11.2023) 90
Altera a produção de efeitos do Ato Declaratório Executivo RFB n° 3, de 3 de outubro de 2023, em decorrência das alterações promovidas na Resolução Gecex n° 499, de 21 de julho de 2023, pela Resolução Gecex n° 529, de 19 de outubro de 2023. 90
ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL N° 071, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023 - (DOU de 03.11.2023) 91
O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução n° 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória n° 1.178, de 30 de junho de 2023, que "Altera a Medida Provisória n° 1.175, de 5 de junho de 2023, para ampliar os recursos disponíveis para desconto patrocinado na aquisição de automóvel ou veículo comercial leve sustentável novo, e dá outras providências", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 27 de outubro de 2023. 91
PORTARIA NORMATIVA MF N° 1.330, DE 26 DE OUTUBRO DE 2023 (*) - (DOU de 27.10.2023) 91
Dispõe sobre as condições gerais para exploração comercial da modalidade lotérica de aposta de quota fixa no território nacional, nos termos na Lei n° 13.756, de 12 de dezembro de 2018, com as alterações promovidas pela Medida Provisória n° 1.182, de 24 de julho de 2023; e regulamenta normas gerais sobre os direitos e as obrigações do apostador, a prevenção à lavagem de dinheiro e outros delitos, o jogo responsável e a manifestação prévia de interesse. 91
PORTARIA CONJUNTA MDIC/SUFRAMA N° 006, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 31.10.2023 - Edição Extra) 101
Altera a Portaria Conjunta ME/SUFRAMA n° 9.835, de 17 de novembro de 2022, que dispõe sobre o Plano de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, a apresentação e julgamento dos projetos de PD&I e e os procedimentos para o acompanhamento e a fiscalização das obrigações previstas no art. 5° do Decreto n° 10.521, de 15 de outubro de 2020. 101
PORTARIA NORMATIVA MF N° 1.357, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023 – (DOU de 03.11.2023) 115
Regulamenta a compensação devida pela União aos Estados e Distrito Federal nos termos dos arts. 3° e 14 da Lei Complementar n° 194, de 23 de junho de 2022, as transferências de recursos aos Municípios em razão da redução das

receitas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e as transferências de recursos aos Estados e ao Distrito Federal em razão da redução das receitas do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), nos termos da Lei Complementar n° 201, de 24 de outubro de 2023. 115
2.06 SOLUÇÃO DE CONSULTA 119
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 228, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 31/10/2023) 119
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF. 119
PRÓ-LABORE. DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS. SOCIEDADE SIMPLES. SÓCIOS DE SERVIÇOS. INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA. 119
Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias. 119
PRÓ-LABORE. DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS. SOCIEDADES SIMPLES. SÓCIOS DE SERVIÇOS. INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. 119
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 233, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 30/10/2023) 120
Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI. 120
CAULIM. EXTRAÇÃO MINERAL. CAMPO DE INCIDÊNCIA. NÃO TRIBUTADO. 120
Assunto: Simples Nacional CAULIM. EXTRAÇÃO E VENDA. IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS. 120
NÃO TRIBUTADO. CÁLCULO. ALÍQUOTAS. 120
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 235, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023) 121
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ. 121
IMUNIDADE RELIGIOSA. EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA. RESTAURANTE. INAPLICABILIDADE. 121
Assunto: Processo Administrativo Fiscal 121
CONSULTA. INEFICÁCIA PARCIAL. 121
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 237, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023) 122
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF. 122
DEDUÇÃO. DESPESAS MÉDICAS. PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PAGO PELO EMPREGADOR E RESSARCIDO PELO EMPREGADO. 122
Assunto: Normas de Administração Tributária 122
INEFICÁCIA PARCIAL. 122
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 238, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023) 122
Assunto: Obrigações Acessórias. 122
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA (CNPJ). SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO. 122
Assunto: Processo Administrativo Fiscal 123
CONSULTA SOBRE INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. INEFICÁCIA PARCIAL. 123
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 239, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023) 123
Assunto: Regimes Aduaneiros. 123
REGIME ESPECIAL DE ADMISSÃO TEMPORÁRIA PARA UTILIZAÇÃO ECONÔMICA. PRORROGAÇÃO. APROVEITAMENTO DE REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS EM DECORRÊNCIA DE PREVISÃO EM NORMA SUPERVENIENTE À IMPORTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA. 123
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 240, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 30/10/2023) 124
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep. 124
INSUMOS DE ORIGEM VEGETAL OU ANIMAL. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA PELO FORNECEDOR. COGÊNCIA DA SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DA CONTRIBUIÇÃO E DIREITO A CRÉDITO PRESUMIDO. 124
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins 124
INSUMOS DE ORIGEM VEGETAL OU ANIMAL. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA PELO FORNECEDOR. COGÊNCIA DA SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DA CONTRIBUIÇÃO E DIREITO A CRÉDITO PRESUMIDO. 124
Assunto: Processo Administrativo Fiscal 125
CONSULTA TRIBUTÁRIA. INEFICÁCIA. 125
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 241, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 31/10/2023) 125
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep. 125
CEREALISTA. AQUISIÇÃO DE ARROZ EM CASCA. VEDAÇÃO AO DESCONTO DE CRÉDITO PRESUMIDO. SUSPENSÃO NA VENDA PELO CEREALISTA. RECEITA DE INDUSTRIALIZAÇÃO POR ENCOMENDA DO ARROZ DESCASCADO. TRIBUTAÇÃO À ALÍQUOTA MODAL. 125
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins 126
CEREALISTA. AQUISIÇÃO DE ARROZ EM CASCA. VEDAÇÃO AO DESCONTO DE CRÉDITO PRESUMIDO. SUSPENSÃO NA VENDA PELO CEREALISTA. RECEITA DE INDUSTRIALIZAÇÃO POR ENCOMENDA DO ARROZ DESCASCADO. TRIBUTAÇÃO À ALÍQUOTA MODAL. 126
Assunto: Processo Administrativo Fiscal 126
CONSULTA. INEFICÁCIA PARCIAL. LEGITIMIDADE DO SUJEITO PASSIVO. 126
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 242, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 30/10/2023) 127
Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI. 127

ACONDICIONAMENTO. MERCADORIAS. CAIXAS. ARRANJO EM PALETES. UTILIDADE ADICIONAL. INDUSTRIALIZAÇÃO. CARACTERIZADA. 127
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 243, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023) 127
Assunto: Obrigações Acessórias. 127
CONHECIMENTO ELETRÔNICO (CE). DESCONSOLIDAÇÃO. INFORMAÇÃO. ITEM DE CARGA. MODALIDADE DE FRETE. CONTÊINER PARCIALMENTE CARREGADO (LCL). 127
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 245, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023) 128
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF. 128
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 246, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023) 128
Assunto: Regimes Aduaneiros. 128
AERONAVES CIVIS ESTRANGEIRAS. SERVIÇO AÉREO NÃO REGULAR E NÃO REMUNERADO. ADMISSÃO TEMPORÁRIA. TERMO DE CONCESSÃO DE ADMISSÃO TEMPORÁRIA (Tecat). DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE BENS DE VIAJANTE (e-DBV). PRAZO. 128
Assunto: Processo Administrativo Fiscal 128
CONSULTA TRIBUTÁRIA. INEFICÁCIA. 128
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 247, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023) 129
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ. 129
SERVIÇOS DE AUXÍLIO DIAGNÓSTICO E TERAPIA. LUCRO PRESUMIDO. ATENDIMENTO ÀS NORMAS DA ANVISA. AMBIENTES DE TERCEIROS. HOME CARE. 129
Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 129
SERVIÇOS DE AUXÍLIO DIAGNÓSTICO E TERAPIA. LUCRO PRESUMIDO. ATENDIMENTO ÀS NORMAS DA ANVISA. AMBIENTES DE TERCEIROS. HOME CARE. 129
Assunto: Normas de Administração Tributária 130
INEFICÁCIA PARCIAL. 130
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 248, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 31/10/2023) 130
Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF. 130
REMESSAS AO EXTERIOR DE CARÁTER EDUCACIONAL, CIENTÍFICO OU CULTURAL. 130
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 249, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023) 131
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins. 131
NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITO. VALE-TRANSPORTE. GASTOS COM TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS. 131
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep 131
NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITO. VALE-TRANSPORTE. GASTOS COM TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS. 131
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 250, DE 24 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023) 132
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep. 132
NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. INSUMOS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DETONAÇÃO A TERCEIROS. TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS. PREVISÃO EM PORTARIA DO COMANDO LOGÍSTICO DO EXÉRCITO. RELEVÂNCIA. POSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO. REQUISITOS. 132
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins 132
NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. INSUMOS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DETONAÇÃO A TERCEIROS. TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS. PREVISÃO EM PORTARIA DO COMANDO LOGÍSTICO DO EXÉRCITO. RELEVÂNCIA. POSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO. REQUISITOS. 132
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 251, DE 24 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023) 133
Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias. 133
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PREVIDENCIÁRIA SUBSTITUTIVA. RECEITA BRUTA. SEMENTES E MUDAS. COMERCIALIZAÇÃO. BASE DE CÁLCULO. NÃO INCIDÊNCIA. 133
Assunto: Outros Tributos ou Contribuições 133
CONTRIBUIÇÃO SENAR. RECEITA BRUTA. SEMENTES E MUDAS. COMERCIALIZAÇÃO. BASE DE CÁLCULO. INCIDÊNCIA. 133
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 252, DE 24 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023) 134
Assunto: Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins. 134
ART. 48 DA LEI Nº 11.196, DE 2005. INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA PELO STF. REPERCUSSÃO GERAL. SERVIÇO DE COLETA. INAPLICABILIDADE. 134
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep 134
ART. 48 DA LEI Nº 11.196, DE 2005. INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA PELO STF. REPERCUSSÃO GERAL. SERVIÇO DE COLETA. INAPLICABILIDADE. 134
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 253, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 30/10/2023) 135
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ. 135
INCENTIVOS FISCAIS. LUCRO REAL. EXCLUSÃO. REQUISITOS E CONDIÇÕES. DECISÃO JUDICIAL. 135
Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 135
INCENTIVOS FISCAIS. LUCRO REAL. EXCLUSÃO. REQUISITOS E CONDIÇÕES. 135

DECISÃO JUDICIAL. 135
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep 135
NÃO CUMULATIVIDADE. BASE DE CÁLCULO. EXCLUSÕES. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO. REQUISITOS. 135
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins 136
NÃO CUMULATIVIDADE. BASE DE CÁLCULO. EXCLUSÕES. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO. REQUISITOS. 136
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 254, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 27/10/2023) 136
Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF. 136
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO E DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA. SEM TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA. CONVENÇÃO BRASIL-JAPÃO. NÃO RETENÇÃO NA FONTE. 136
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 255, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023) 137
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins. 137
NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. INSUMO. ATIVIDADE DE RESTAURANTES E DE LANCHONETES. CAIXAS E LÂMINAS DE PAPEL. MATERIAL DE EMBALAGEM. ITENS DESCARTÁVEIS. IMPOSSIBILIDADE. 137
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep 137
NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. INSUMO. ATIVIDADE DE RESTAURANTES E DE LANCHONETES. CAIXAS E LÂMINAS DE PAPEL. MATERIAL DE EMBALAGEM. ITENS DESCARTÁVEIS. IMPOSSIBILIDADE. 137
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 256, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 03/11/2023) 138
Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias. 138
RETENÇÃO TRIBUTÁRIA. NOTA FISCAL OU FATURA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SUBSTITUTIVA SOBRE A RECEITA BRUTA (CPRB). PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. CESSÃO DE MÃO DE OBRA. ATIVIDADES SUJEITAS À RETENÇÃO. 138
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 257, DE 26 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 30/10/2023) 138
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ. 138
LUCRO PRESUMIDO. ATIVIDADE IMOBILIÁRIA. VENDA DE IMÓVEIS. LOCAÇÃO. INVESTIMENTO. RECEITA BRUTA. GANHO DE CAPITAL. 138
Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 139
RESULTADO PRESUMIDO. ATIVIDADE IMOBILIÁRIA. VENDA DE IMÓVEIS. 139
LOCAÇÃO. INVESTIMENTO. RECEITA BRUTA. GANHO DE CAPITAL. 139
LUCRO PRESUMIDO. ATIVIDADE IMOBILIÁRIA. VENDA DE IMÓVEIS. LOCAÇÃO. 139
INVESTIMENTO. RECEITA BRUTA. GANHO DE CAPITAL. 139
Assunto: Processo Administrativo Fiscal. 139
INÉFICACIA PARCIAL. 139
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 258, DE 26 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 31/10/2023) 140
Assunto: Obrigações Acessórias. 140
IMPORTAÇÃO DE VEÍCULO POR PESSOA FÍSICA. PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO. ABA "CARGA". AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO DE NUMERAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE EXPORTAÇÃO. IRREGULARIDADE NÃO IMPEDITIVA. 140
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 259, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 31/10/2023) 140
Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI. 140
ADI Nº 7153 - CAUTELAR SUSPENDENDO EFEITOS DE DECRETOS QUE REDUZIRAM ALÍQUOTAS DO IPI - CÓDIGOS NCM E EX DA TIPI ALCANÇADOS 140
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 260, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 31/10/2023) 141
Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI. 141
IMPORTAÇÃO. DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO. ESTABELECIMENTO IMPORTADOR. MERCADORIAS. EMISSÃO DE NOTA FISCAL DE ENTRADA. 141
Assunto: Processo Administrativo Fiscal CONSULTA TRIBUTÁRIA. INEFICÁCIA. 141
Não produz efeitos a consulta formulada em tese, com referência a fato genérico, ou, ainda, que não identifique o dispositivo da legislação tributária e aduaneira sobre cuja aplicação haja dúvida. 141
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 261, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023) 142
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep. 142
ALÍQUOTA ZERO. INTERPRETAÇÃO LITERAL. CÓDIGO TIPI. BENEFÍCIO RESTRITO AOS PRODUTOS MENCIONADOS. 142
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins 142
ALÍQUOTA ZERO. INTERPRETAÇÃO LITERAL. CÓDIGO TIPI. BENEFÍCIO RESTRITO AOS PRODUTOS MENCIONADOS. 142
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 262, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023) 143
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins. 143
AQUISIÇÃO DE AUTOPEÇAS. PESSOA JURÍDICA FABRICANTE DE VEÍCULOS. RETENÇÃO NA FONTE DA CONTRIBUIÇÃO DEVIDA PELA FORNECEDORA DAS AUTOPEÇAS. 143
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep 143
AQUISIÇÃO DE AUTOPEÇAS. PESSOA JURÍDICA FABRICANTE DE VEÍCULOS. RETENÇÃO NA FONTE DA CONTRIBUIÇÃO DEVIDA PELA FORNECEDORA DAS AUTOPEÇAS. 143
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 263, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023) 144

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ. 144
PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR. PAT. DECISÃO JUDICIAL. LIMITE. DEDUÇÃO. NÃO APLICABILIDADE. 144
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 264, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023) 144
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF. 144
GANHO DE CAPITAL. ÚNICO IMÓVEL. REQUISITOS PARA A ISENÇÃO. 144
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 265, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023) 145
Assunto: Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins. 145
LEITE BOVINO. ALÍQUOTA ZERO. INAPLICABILIDADE AO LEITE DE CABRA. 145
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep 145
LEITE BOVINO. ALÍQUOTA ZERO. INAPLICABILIDADE AO LEITE DE CABRA. 145
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 266, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023) 146
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário. 146
PERSE. BENEFÍCIO FISCAL. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. BENEFICIÁRIO SUJEITO À APURAÇÃO DO IRPJ COM BASE NO LUCRO REAL. PERÍODO DE APLICABILIDADE. PROCEDIMENTOS. 146
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 268, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023) 146
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário. 146
BENEFÍCIO FISCAL. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. PERSE. TERMO INICIAL DOS EFEITOS. 146
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.044 - SRRF04/DISIT, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023) ... 147
Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias. 147
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. INTERVALO INTRAJORNADA INDENIZADO. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. BASE DE CÁLCULO. 147
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.045 - SRRF04/DISIT, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023) ... 148
Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias. 148
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. INTERVALO INTRAJORNADA INDENIZADO. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. BASE DE CÁLCULO. 148
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.046 - SRRF04/DISIT, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023) ... 148
Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias. 148
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. INTERVALO INTRAJORNADA INDENIZADO. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. BASE DE CÁLCULO. 148
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.047 - SRRF04/DISIT, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 - DOU de 01/11/20230 149
Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias. 149
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. INTERVALO INTRAJORNADA INDENIZADO. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. BASE DE CÁLCULO. 149
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.048 - SRRF04/DISIT, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023) ... 149
Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias. 149
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. INTERVALO INTRAJORNADA INDENIZADO. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. BASE DE CÁLCULO. 149
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.049 - SRRF04/DISIT, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 (DOU de 01/11/2023) 150
Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias. 150
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. INTERVALO INTRAJORNADA INDENIZADO. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. BASE DE CÁLCULO. 150
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.050 - SRRF04/DISIT, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023) ... 150
Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias. 150
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. INTERVALO INTRAJORNADA INDENIZADO. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. BASE DE CÁLCULO. 150
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.051 - SRRF04/DISIT, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023) ... 151
Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias. 151
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. INTERVALO INTRAJORNADA INDENIZADO. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. BASE DE CÁLCULO. 151
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.052 - SRRF04/DISIT, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023) ... 151
Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias. 151
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. INTERVALO INTRAJORNADA INDENIZADO. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. BASE DE CÁLCULO. 151
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.053 - SRRF04/DISIT, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 - DOU de 01/11/2023 (nº 208, Seção 1, pág. 81) 152
Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias. 152
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. INTERVALO INTRAJORNADA INDENIZADO. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. BASE DE CÁLCULO. 152

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.054 - SRRF04/DISIT, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023) ... 152
Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias. ... 152
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. INTERVALO INTRAJORNADA INDENIZADO. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. BASE DE CÁLCULO. ... 152
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.148, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023) ... 153
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário. ... 153
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.149, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023) ... 153
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário. ... 153
PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. ATIVIDADE ECONÔMICA PREVISTA NO ANEXO I DA PORTARIA ME Nº 7.163, DE 2021, (CNAE 5620-1/01). POSSIBILIDADE DE FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL. ... 153
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.150, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023) ... 154
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário. ... 154
PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. ATIVIDADE ECONÔMICA PREVISTA NO ANEXO II DA PORTARIA ME Nº 7.163, DE 2021, (CNAEs 7711-0/0 e 4923-0/02). POSSIBILIDADE DE FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL. ... 154
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.151, DE 26 DE OUTUBRO DE 2023 - DOU de 01/11/2023 (nº 208, Seção 1, pág. 82) ... 155
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário. ... 155
PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTA A ZERO. POSSIBILIDADE DE FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL. ... 155
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.152, DE 26 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023) ... 156
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário. ... 156
PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTA A ZERO. POSSIBILIDADE DE FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL. ... 156
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.153, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023) ... 156
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário. ... 156
PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTA A ZERO. REQUISITOS DO BENEFÍCIO FISCAL. ... 156
Assunto: Processo Administrativo Fiscal ... 157
INEFICÁCIA PARCIAL. ... 157
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.154, DE 26 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023) ... 157
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário. ... 157
PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTA A ZERO. POSSIBILIDADE DE FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL. ANEXO I. ... 157
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.155, DE 26 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023) ... 159
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário. ... 159
PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTA A ZERO. POSSIBILIDADE DE FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL. ANEXO I. ... 159
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.156, DE 26 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023) ... 160
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário. ... 160
PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTA A ZERO. TERMO INICIAL. ... 160
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.157, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023) ... 162
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário. ... 162
PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. ATIVIDADE ECONÔMICA PREVISTA NOS ANEXOS DA PORTARIA ME Nº 7.163, DE 2021, (CÓDIGOS CNAE 8011-1/01, 8111-7/00 E 5211-7/99). POSSIBILIDADE DE FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL. PERÍODO DE FRUIÇÃO. ... 162
Assunto: Processo Administrativo Fiscal ... 163
CONSULTA SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL. INEFICÁCIA. ... 163
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.158, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023) ... 163
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário. ... 163
PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. ATIVIDADE ECONÔMICA PREVISTA NOS ANEXOS DA PORTARIA ME Nº 7.163, DE 2021, (CÓDIGOS CNAE 8011-1/01) ... 163
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.159, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023) ... 164
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário. ... 164
PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. ATIVIDADE ECONÔMICA PREVISTA NOS ANEXOS DA PORTARIA ME Nº 7.163, DE 2021, (CÓDIGOS CNAE 8011-1/01, 8111- 7/00 E 5211-7/99). POSSIBILIDADE DE FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL. PERÍODO DE FRUIÇÃO. ... 164
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.160, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023) ... 165
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário. ... 165
PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. ATIVIDADES ECONÔMICAS PREVISTAS NOS ANEXOS II DA PORTARIA ME Nº 7.163, DE 2021, (CÓDIGO CNAE 8011- 1/01). POSSIBILIDADE DE FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL. ... 165
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.161, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023) ... 167
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário. ... 167
PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. ATIVIDADES ECONÔMICAS PREVISTAS NOS ANEXOS II DA PORTARIA ME Nº 7.163, DE 2021, (CÓDIGO CNAE 8011- 1/01). POSSIBILIDADE DE FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL. ... 167

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.162, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023) 168
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário. 168
PERSE. BENEFÍCIO FISCAL. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. ATIVIDADES INTEGRANTES DO SETOR DE EVENTOS. REQUISITOS. APLICABILIDADE. 168
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.163, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023) 169
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário. 169
PERSE. BENEFÍCIO FISCAL. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. REQUISITO. 169
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.164, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023) 170
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário. 170
PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. ATIVIDADE ECONÔMICA PREVISTA NO ANEXO I DA PORTARIA ME Nº 7.163, DE 2021, (CNAE 8011-1/01). APROPRIAÇÃO DE CRÉDITOS DA NÃO CUMULATIVIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 2023. POSSIBILIDADE. 170
Assunto: Processo Administrativo Fiscal. 171
CONSULTA SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL. INEFICÁCIA. 171
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 99.011, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 30/10/2023) 171
Assunto: Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI 171
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 99.012, DE 26 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 30/10/2023) 172
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ. 172
SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO. ICMS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS ENTRE OPERAÇÕES INTERESTADUAIS E INTERNAS. NÃO CARACTERIZAÇÃO DE INCENTIVO OU BENEFÍCIO FISCAL OU FINANCEIRO-FISCAL. 172
Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 172
SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO. ICMS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS ENTRE OPERAÇÕES INTERESTADUAIS E INTERNAS. NÃO CARACTERIZAÇÃO DE INCENTIVO OU BENEFÍCIO FISCAL OU FINANCEIRO-FISCAL. 172
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 99.013, DE 26 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 30/10/2023) 173
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ. 173
INCENTIVOS FISCAIS. LUCRO REAL. EXCLUSÃO. REQUISITOS E CONDIÇÕES. DECISÃO JUDICIAL. 173
Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 173
INCENTIVOS FISCAIS. LUCRO REAL. EXCLUSÃO. REQUISITOS E CONDIÇÕES. 173
DECISÃO JUDICIAL. 173

3.00 ASSUNTOS ESTADUAIS 173

3.01 IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS 173
DECRETO N° 68.043, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOE de 31.10.2023) 173
Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS. 173
DECRETO N° 68.044, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOE de 31.10.2023) 175
Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS. 175
RESOLUÇÃO SFP N° 057, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 -(DOE de 01.11.2023) 179
Disciplina a liquidação de débito fiscal do ICMS exigido por Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM mediante a utilização de crédito acumulado do imposto ou de crédito de produtor rural. 179
RESOLUÇÃO SFP N° 058, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOE de 01.11.2023) 182
Disciplina a aplicação das multas previstas no artigo 527-D do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto n° 45.490, de 30 de novembro de 2000. 182
COMUNICADO DICAR N° 081, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOE de 01.11.2023) 184
Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-11-2023 para os débitos de ICMS. 184
COMUNICADO DICAR N° 082, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOE de 01.11.2023) 189
Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-11-2023 para os débitos de Multas Infracionais do ICMS. 189
COMUNICADO DIGES N° 011, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOE de 01.11.2023) 190
Dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo. . 190
COMUNICADO SRE N° 013, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOE de 01.11.2023) 191
Esclarece sobre a não obrigatoriedade de emissão da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica - NF3e por contribuintes paulistas. 191
3.02 PROTOCOLOS E CONVENIOS ICMS 191
ATO DECLARATÓRIO N° 042, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 31.10.2023) 191
Ratifica Convênios ICMS aprovados na 381ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 20.10.2023 e publicados no DOU em 26.10.2023. 191

CONVÊNIO ICMS N° 174, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01.11.2023) 192
Dispõe sobre a remessa interestadual de bens e mercadorias entre estabelecimentos de mesma titularidade. 192
3.03 OUTROS ASSUNTOS ESTADUAIS 194
DECRETO N° 68.049, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOE de 01.11.2023) 194
Dá nova redação a dispositivo do Decreto n° 62.349, de 26 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o programa de integridade e a área de conformidade a ser adotado por empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado de São Paulo, regulamentando a aplicação da Lei federal n° 13.303, de 30 de junho de 2016, e criando instâncias e procedimentos de fomento ao controle interno. 194
COMUNICADO SRE N° 013, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOE de 01.11.2023) 195
Esclarece sobre a não obrigatoriedade de emissão da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica - NF3e por contribuintes paulistas. 195
COMUNICADO DIGES N° 011, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOE de 01.11.2023) 195
Dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo. . 195
COMUNICADO DICAR N° 077, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOE de 01.11.2023) 196
Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-11-2023 para os débitos de ITCMD e de IPVA. 196
COMUNICADO DICAR N° 078, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOE de 01.11.2023) 197
Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-11-2023 para os débitos de Multas Infracionais de IPVA e de ITCMD. 197
COMUNICADO DICAR N° 079, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOE de 01.11.2023) 198
Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-11-2023 para os débitos de Taxas. 198
COMUNICADO DICAR N° 080, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOE de 01.11.2023) 199
Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-11-2023 para os débitos de Multas Infracionais de Taxas. 199

4.00 ASSUNTOS DIVERSOS 200

4.01 CEDFC--ARTIGOS / COMENTÁRIOS 200
Acessos aos serviços da Receita Federal mudam a partir desta quarta, 1º de novembro. 200
Medidas atendem às determinações da Lei 14.063/20 e serão realizadas em 3 etapas até o final de janeiro de 2024 200
Justiça condena empresa ao pagamento de horas extras por tempo gasto em deslocamento interno. 202
Um bombeiro civil que se deslocava 30 minutos dentro do Aeroporto Internacional de São Paulo até o efetivo posto de trabalho teve reconhecido o direito a horas extras. O trajeto, que se repetia no fim da jornada, era realizado em van fornecida pela empresa. A decisão, da 8ª Turma do TRT da 2ª região, manteve sentença que deferiu uma hora extra por dia. 202
Medo da Reforma Tributária faz aumentar número de doações de bens. 202
Antecipação é precipitada para alguns advogados, mas vale a pena pensar no assunto segundo outros profissionais 202
Convenção Coletiva de Trabalho: o que é e como funciona? 204
Há décadas o Brasil conta com leis trabalhistas de alcance federal, notadamente regidas pela famosa Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT. Entretanto, em virtude das especificidades de diversas categorias, sempre se fez necessário recorrer às negociações coletivas. 204
Auxílio-maternidade para MEIs: veja quem tem direito e como solicitar. 206
Benefício permite renda das microempreendedoras que precisam se afastar do trabalho para cuidar de um filho. ... 206
Contadores: como enfrentar os desafios da mente e do corpo com a ajuda da ciência. 207
STJ: Banco responde por dados usados em golpe 210
A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que a instituição financeira responde pelo vazamento de dados pessoais sigilosos do consumidor, relativos a operações e serviços bancários, obtidos por criminosos para a prática de fraudes como o "golpe do boleto". 210
Empresa pode recorrer a estratégias nas fases de recrutamento e seleção para atrair talentos de maneira eficaz 211
A eficácia da tecnologia em nuvem na área da Contabilidade. 213
Uso da tecnologia é crucial para proteger dados financeiros e contábeis 213
Erros na contribuição ao INSS: Como empreendedores devem evitá-los para garantir sua aposentadoria. .. 214
As contribuições ao INSS após a aposentadoria 214
Anatel cria portal sobre fraudes e o que fazer em caso de roubo de celular. 216
A Anatel lançou nesta terça, 17/10, dois novos portais para divulgar e orientar sobre segurança online e habilidades digitais. 216
A importância do correto enquadramento de sindicato patronal e de empregados. 217
Lei obriga inserção de dado étnico-racial nos documentos trabalhistas; entenda e atualize-se. 219

Lei 14.553, de 20 de abril de 2023, alterou a Lei 12.288/2012, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, requerendo os dados nos documentos ... 219
Mantida incidência de adicional noturno sobre prorrogação da jornada. ... 220
No período deferido, a norma coletiva não limitava o pagamento do adicional ao horário previsto na CLT ... 220
"Desculpe a demora em responder" ... 221
Como lidar com o excesso de e-mails ... 221
Perito Contador e sua Importância na Instrução Probante de uma Demanda. ... 224
ChatGPT adiciona funcionalidade que permite receber comandos por voz e imagens ... 226
Ferramentas estão sendo adicionadas às versões pagas e os usuários podem conversar com a IA ... 226
Imposto de Renda sobre herança e doações; indecisão jurídica. ... 227
IRPF e as suas recentes interpretações quando falamos sobre herança. ... 227
PORTARIA RFB Nº 356, DE 22 DE SETEMBRO DE 2023 ... 227
Altera a Portaria RFB nº 90, de 6 de dezembro de 2021, que disciplina o atendimento da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil realizado por meio do Chat RFB. ... 227
SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 142, DE 21 DE SETEMBRO DE 2021 ... 235
Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte – IRRF ... 235
SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 309, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018 ... 235
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF ... 235
TRT-2 reconhece fraude de executado que doou R$ 2 milhões à esposa. ... 235
Não é só home office: empresas apostam em outros benefícios na tentativa de reter profissionais. ... 236
Veja no que quatro empresas estão apostando para reduzir a rotatividade em tempos de mão de obra cada vez mais exigente — e disposta a trocar de emprego ... 236
Auxílio-doença: INSS autoriza prorrogação automática e retorno ao trabalho sem perícia médica. ... 239
Mudanças foram publicadas no Diário Oficial da União desta quarta e já estão em vigor. Benefício será prorrogado a cada 30 dias, de forma automática, quantas vezes for necessário. ... 239
Supervisor da EFD-Reinf explica mudanças na obrigação acessória em transmissão do Sescon-SP. ... 240
Mudanças na regulamentação da aprendizagem profissional. ... 241
Nova norma consolida diversas regras para contratação de aprendizes ... 241
PIS e Cofins: legitimidade da recuperação de créditos extemporâneos. ... 242
Em virtude da recente mudança de posicionamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), muito tem se discutido sobre a possibilidade de recuperação de créditos extemporâneos do PIS e da Cofins, sem a necessidade de retificação das respectivas obrigações acessórias. ... 242
O poder do Acordo de Sócios nas empresas familiares ... 246
A perpetuação das empresas é um desafio para seus administradores. Quando família e trabalho se misturam, as dificuldades aumentam consideravelmente. A elaboração de um Acordo de Sócios resolve grande parte das divergências de uma sociedade. Em empresas familiares ele se faz ainda mais necessário. ... 246
Então sabemos que apenas os valores pagos à EFD-Reinf serão declarados, no caso, quando a empresa for a locatária. ... 248
Contribuinte individual não tem direito a receber auxílio-acidente do INSS. ... 249
Justiça impede Dataprev de exigir presencial e mantém teletrabalho. ... 251
Em decisão publicada nesta segunda-feira (30), a 24ª Vara do Trabalho de São Paulo acolheu pedido de tutela antecipada do Sindpd-SP e suspendeu a convocação dos funcionários da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social, a Dataprev, para o regime híbrido ou presencial, por 90 dias ... 251
Remuneração paga a menor aprendiz integra a base de cálculo da contribuição previdenciária da empresa. ... 252
DECISÃO: Remuneração paga a menor aprendiz integra a base de cálculo da contribuição previdenciária da empresa ... 252
SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 99010 ... 253
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ ... 253
LUCRO PRESUMIDO. PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO. TRATAMENTO TRIBUTÁRIO. .. 253
Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL ... 253
LUCRO PRESUMIDO. PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO. TRATAMENTO TRIBUTÁRIO. .. 253
SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 257. ... 253
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ ... 253
LUCRO PRESUMIDO. ATIVIDADE IMOBILIÁRIA. VENDA DE IMÓVEIS. LOCAÇÃO. INVESTIMENTO. RECEITA BRUTA. GANHO DE CAPITAL. ... 253
Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL ... 254

RESULTADO PRESUMIDO. ATIVIDADE IMOBILIÁRIA. VENDA DE IMÓVEIS. LOCAÇÃO. INVESTIMENTO. RECEITA BRUTA. GANHO DE CAPITAL. ... 254
Assunto: Processo Administrativo Fiscal ... 254
INÉFICACIA PARCIAL. ... 254
Sancionado 'Marco Legal das Garantias'; vetado trecho que autorizava tomada de veículos sem autorização da Justiça. ... 255
Lei estabelece novas regras para uso de bens como garantia de empréstimos. Governo alegou inconstitucionalidade para vetar trecho de tomada de veículos sem ordem judicial. ... 255
Receita Federal publica IN que cria o Programa Auxiliar de Apuração do IRPF para operações de Renda Variável. ... 256
Instrução estabelece as diretrizes para o envio de informações à Receita Federal relacionadas a transações realizadas no mercado financeiro e de capitais ... 256
4.02 COMUNICADOS ... 257
CONSULTORIA JURIDICA ... 257
Consultoria Contábil, Trabalhista e Tributária ... 257
4.03 ASSUNTOS SOCIAIS ... 258
FUTEBOL ... 258
5.00 ASSUNTOS DE APOIO ... 259
5.01 CURSOS CEPAEC – SINDCONTSP ... 259
Agenda de Cursos – setembro/2023 ... 259
5.02 AGENDA SEMANAL – GRUPOS DE ESTUDOS ... 260
DE 06 a 08 de novembro de 2023 (segunda a quarta) - 47º Encontro de Profissionais e Acadêmicos de contabilidade (EPAC), em conjunto com a Semana Acadêmica de Contabilidade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), no Campus Monte Alegre (Perdizes), no Auditório 100, das 19:40h às 22:00h. ... 260
Grupo de Estudos IFRS e Gestão Contábil ... 260
Quinta Feira 09-11-2023: das 19:00 às 21:00 - ... 260
5.03 ENCONTROS VIRTUAIS – GRUPOS DE ESTUDOS ... 260
Grupo de Estudos de Tecnologia e Inovação - ... 260
Às Segundas Feiras: com encontros quinzenais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas ... 260
Grupo de Estudos do Terceiro Setor e Contabilidade Pública ... 260
Às Segundas Feiras: com encontros quinzenais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas ... 260
Grupo de Estudos de Tributos e Obrigações ... 260
Às Terças Feiras: com encontros semanais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas. ... 260
CEDFC - Centro de Estudos e Debates Fisco Contábeis ... 260
Às Quartas Feiras: com encontros semanais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas. ... 260
Grupo de Estudos IFRS e Gestão Contábil ... 260
Às Quintas Feiras: com encontros semanais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas ... 260
Grupo de Estudos Perícia ... 261
Às Sextas Feiras: com encontros mensais (pelo canal Youtube). ... 261
5.04 FACEBOOK ... 261
Visite a página do Centro de Estudos e Debates Fisco-Contábeis Virtual no Facebook ... 261

Nota: Todos os anexos e textos aqui não publicados na íntegra estão disponíveis na versão eletrônica desta manchete, alguns através de links.

"Um homem que não tem tempo para cuidar da saúde é como um mecânico que não tem tempo para cuidar das ferramentas".

Provérbio Espanhol

1.00 ASSUNTOS CONTÁBEIS

1.01 CONTABILIDADE

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, REVISÃO NBC N° 018, DE 17 DE AGOSTO DE 2023 - (DOU de 30.10.2023)

Aprova a Revisão NBC 18, que altera as seguintes normas: NBC TG 15 (R4), NBC TG 27 (R4), NBC TG 20 (R2) e NBC TG 41 (R2)

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do Art. 6° do Decreto-Lei n.° 9.295/1946, alterado pela Lei n.° 12.249/2010, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a Revisão NBC 18, equivalente a Revisão de Pronunciamentos Técnicos n.° 22, aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que altera as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC):

1. Altera o item 53 na NBC TG 15 (R4) - Combinação de Negócios, que passa a vigorar com a seguinte redação:

53. Os custos diretamente relacionados à aquisição são custos que o adquirente incorre para efetivar a combinação de negócios. Esses custos incluem honorários de profissionais e consultores, tais como advogados, contadores, peritos, avaliadores; custos administrativos gerais, inclusive custos decorrentes da manutenção de departamento de aquisições; e custos de registro e emissão de títulos de dívida e de títulos patrimoniais. O adquirente deve contabilizar os custos diretamente relacionados à aquisição como despesa no período em que forem incorridos e os serviços forem recebidos, com apenas uma exceção. Os custos decorrentes da emissão de títulos de dívida e de títulos patrimoniais devem ser reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros e a NBC TG 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação.

2. Altera o item 23 na NBC TG 27 (R4) - Ativo Imobilizado, que passa a vigorar com a seguinte redação:

23. O custo de um item de ativo imobilizado é equivalente ao preço à vista na data do reconhecimento. Se o prazo de pagamento excede os prazos normais de crédito, a diferença entre o preço equivalente à vista e o total dos pagamentos deve ser reconhecida como despesa com juros durante o período (ver a NBC TG 12 - Ajuste a Valor Presente, principalmente seu item 10), a menos que seja passível de capitalização de acordo com a NBC TG 20 - Custos de Empréstimos.

3. Altera a letra (a) do item 6 na NBC TG 20 (R2) - Custos de Empréstimos, que passa a vigorar com a seguinte redação:

6. Custos de empréstimos podem incluir:

(a) encargos financeiros calculados com base no método da taxa efetiva de juros, como descrito na NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros;

4. Altera o item 34 na NBC TG 41 (R2) - Resultado por Ação, que passa a vigorar com a seguinte redação:

34. Após as ações ordinárias potenciais terem sido convertidas em ações ordinárias, os itens identificados no item 33(a) a (c) não mais se aplicam. Em vez disso, as novas ações ordinárias têm a prerrogativa de participar no lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de capital próprio ordinário da companhia. Desse modo, o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de capital próprio ordinário da companhia, calculados de acordo com o item 12, devem ser ajustados para os itens identificados no item 33(a) a (c) e quaisquer tributos relacionados. As despesas relacionadas às ações ordinárias potenciais incluem custos de transação e descontos contabilizados em conformidade com o método da taxa efetiva de juros (ver NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros).

Essas alterações, inclusões e exclusões serão incorporadas nas respectivas normas e entram em vigor em 1° de novembro de 2023.

AÉCIO PRADO DANTAS JÚNIOR
Presidente do Conselho
Ata CFC n.° 1.099

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, REVISÃO NBC N° 019, DE 17 DE AGOSTO DE 2023 - (DOU de 30.10.2023)

Aprova a Revisão NBC 19, que altera as seguintes normas: NBC TG 26 (R5) e NBC TG 06 (R3).

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do Art. 6° do Decreto-Lei n.° 9.295/1946, alterado pela Lei n.° 12.249/2010, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a Revisão NBC 19, equivalente a Revisão de Pronunciamentos Técnicos n.° 23, aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que altera as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC):

1. Altera a letra "d" do item 69 e os itens 60, 71, 73, 74 e 76, inclui os itens 72A, 72B, 75A, 76ZA, 76A, 76B, 139U e 139W e inclui subtítulo antes dos itens 70, 71 e 72A na NBC TG 26 (R5) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Distinção entre circulante e não circulante

60. A entidade deve apresentar ativos circulantes e não circulantes, e passivos circulantes e não circulantes, como grupos de contas separados no balanço patrimonial, de acordo com os itens 66 a 76B, exceto quando uma apresentação baseada na liquidez proporcionar informação confiável e mais relevante. Quando essa exceção for aplicável, todos os ativos e passivos devem ser apresentados por ordem de liquidez. Passivo Circulante

69. O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

(a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;

(b) está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;

(c) deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; ou

(d) a entidade não tem o direito na data do balanço, de diferir a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após a referida data.

Todos os outros passivos devem ser classificados como não circulantes.

Ciclo operacional normal (item 69(a))

70. Alguns passivos circulantes, tais como contas a pagar comerciais e algumas apropriações por competência relativas a gastos com empregados e outros custos operacionais são parte do capital circulante usado no ciclo operacional normal da entidade.

Tais itens operacionais são classificados como passivos circulantes mesmo que estejam para ser liquidados em mais de doze meses após a data do balanço patrimonial. O mesmo ciclo operacional normal aplica-se à classificação dos ativos e passivos da entidade. Quando o ciclo operacional normal da entidade não for claramente identificável, pressupõe-se que a sua duração seja de doze meses.

Mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado (item 69(b)) ou liquidado no período de até doze meses (item 69(c))

71. Outros passivos circulantes não são liquidados como parte do ciclo operacional normal, mas é devida a sua liquidação para o período de até doze meses após a data do balanço ou estão essencialmente mantidos com a finalidade de serem negociados.

Exemplos disso são alguns passivos financeiros que atendem à definição de mantidos para negociação da NBC TG 48, saldos bancários a descoberto e a parcela circulante de passivos financeiros não circulantes, dividendos a pagar, imposto de renda e outras dívidas a pagar não comerciais. Os passivos financeiros, que proporcionem financiamento em longo prazo (ou seja, não façam parte do capital circulante usado no ciclo operacional normal da entidade) e cuja liquidação não é devida para o período de até doze meses após a data do balanço, são passivos não circulantes, sujeitos aos itens de 72A a 75.

Direito de diferir a liquidação por pelo menos doze meses (item 69(d)) 72A. O direito da entidade de diferir a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após a data do balanço deve ter substância e, conforme descrito nos itens 72B a 75, deve existir na data do balanço.

72B. O direito de uma entidade de diferir a liquidação de um passivo decorrente de um empréstimo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço pode estar sujeito ao cumprimento pela entidade das condições especificadas nesse contrato de empréstimo (doravante denominadas 'covenants'). Para fins de aplicação do parágrafo 69(d), esses covenants:

(a) afetam a existência desse direito na data do balanço - conforme descrito nos itens 74 e 75 - se uma entidade for obrigada a cumprir os covenants na data do balanço ou antes dessa data. Esses covenants afetam a existência do direito na data do balanço, mesmo que o seu cumprimento seja avaliado somente após a data do balanço (por exemplo, um covenant baseado na posição financeira da entidade na data do balanço, mas cuja conformidade seja avaliada apenas após a data do balanço).

(b) não afetam a existência desse direito na data do balanço se a entidade for obrigada a cumprir os covenants somente após a data do balanço (por exemplo, um covenant baseado na posição financeira da entidade seis meses após a data do balanço).

73. Se a entidade tiver o direito, na data do balanço, para repactuar (roll over) uma obrigação por pelo menos doze meses após a data do balanço segundo dispositivo contratual do empréstimo existente, deve classificar a obrigação como não circulante, mesmo que de outra forma fosse devida dentro de período mais curto. Se a entidade não tiver esse direito, o simples potencial de refinanciamento não é considerado suficiente para a classificação como não circulante e, portanto, a obrigação é classificada como circulante.

74. Quando a entidade descumprir um covenant de um empréstimo de longo prazo (índice de endividamento ou de cobertura de juros, por exemplo) ao término ou antes do término do período de reporte, tornando o passivo vencido e pagável à ordem do credor, o passivo deve ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concordado, após a data do balanço e antes da data da autorização para emissão das demonstrações contábeis, em não exigir pagamento antecipado como consequência da quebra do covenant. O passivo deve ser classificado como circulante porque, à data do balanço, a entidade não tem o direito de diferir a sua liquidação durante por pelo menos doze meses após essa data.

75A. A classificação de um passivo não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de diferir a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após a data do balanço. Se um passivo atende aos critérios do item 69 para classificação como não circulante, é classificado como não circulante mesmo se a administração pretende ou espera que a entidade liquide o passivo dentro de doze meses após a data do balanço, ou mesmo se a entidade liquidar o passivo entre a data do balanço e a data em que o balanço é autorizado para emissão. No entanto, em qualquer uma dessas circunstâncias, a entidade pode ter que divulgar informações sobre o momento da liquidação para

permitir que os usuários de suas demonstrações contábeis compreendam o impacto do passivo na posição financeira da entidade (ver itens 17(c) e 76(d)).

76. Se os eventos que se seguem ocorrerem entre a data do balanço e a data em que as demonstrações contábeis forem autorizadas para serem emitidas, esses eventos serão qualificados para divulgação como eventos que não originam ajustes de acordo com a NBC TG 24 - Evento Subsequente:

(a) refinanciamento para uma base de longo prazo de um passivo classificado como circulante (ver item 72);

(b) retificação de quebra de covenant de empréstimo de longo prazo classificado como circulante (ver item 74) ; e

(c) concessão por parte do credor de dilação de prazo para retificar a quebra de covenant contratual (reenquadramento nos índices de endividamento e cobertura de juros, por exemplo) de empréstimo de longo prazo, classificado como circulante (ver item 75); e

(d) liquidação de passivo classificado como não circulante (ver item 75A).

Liquidação (itens 69(a), 69(c) e 69(d))

76A. Para fins de classificação de um passivo como circulante ou não circulante, a liquidação refere-se a uma transferência para a contraparte que resulte na extinção do passivo. A transferência pode ser de:

(a) dinheiro ou outros recursos econômicos - por exemplo, bens ou serviços; ou

(b) instrumentos patrimoniais próprios da entidade, a menos que o item 76B se aplique.

76B. Os termos de um passivo que poderia, por opção da contraparte, resultar em sua liquidação pela transferência dos próprios instrumentos de patrimônio da entidade não afetam sua classificação como circulante ou não circulante se, aplicando a NBC TG 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, a entidade classifica a opção como um instrumento de patrimônio, reconhecendo-a separadamente do passivo como um componente de patrimônio de um instrumento financeiro composto.

76ZA. Ao aplicar os itens 69 a 75, uma entidade pode classificar os passivos decorrentes de empréstimos como não circulantes quando o seu direito de diferir a liquidação desses passivos estiver sujeito ao cumprimento pela entidade dos covenants em até 12 meses após a data do balanço (ver item 72B(b)). Nessas situações, a entidade deverá divulgar informações nas notas que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco de que os passivos possam se tornar exigíveis em até 12 meses após a data do balanço, incluindo:

(a) informações sobre os covenants (incluindo a sua natureza e quando a entidade é obrigada a cumpri-los) e o valor contábil dos passivos relacionados.

(b) fatos e circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade possa ter dificuldade em cumprir os covenants - por exemplo, se a entidade agiu durante ou após o período de reporte para evitar ou mitigar um possível descumprimento de covenant. Esses fatos e circunstâncias também podem incluir o fato de que a entidade não teria cumprido os covenants se eles fossem avaliados quanto ao cumprimento com base nas circunstâncias da entidade na data do balanço.

139U. A Revisão NBC 19, aprovada pelo CFC em 17 de agosto de 2023, alterou a letra "d" do item 69 e os itens 60, 71, 73, 74 e 76, incluiu os itens 72A, 72B, 75A, 76ZA, 76A e 76B, e incluiu subtítulo antes dos itens 70, 71 e 72A.

139W. A Revisão NBC 16, aprovada pelo CFC em 17 de agosto de 2023, também incluiu os itens 76ZA e 139U. A entidade deverá aplicar:

(a) a alteração ao item 139U imediatamente no momento da emissão de Passivos Não Circulantes com Covenants.

(b) a entidade deve aplicar todas as outras alterações para períodos anuais de relatório iniciados em ou após 1° de janeiro de 2024, de forma retrospectiva, de acordo a NBC TG 23.

2. Inclui os itens 102A, C1D, C20E e seu subtítulo e altera o item C2 na NBC TG 06 (R3) - Arrendamento, que passam a vigorar com as seguintes redações:

102A. Após a data de início, o vendedor-arrendatário deverá aplicar os itens 29 a 35 ao ativo de direito de uso decorrente do retro arrendamento e os itens 36 a 46 ao passivo de arrendamento decorrente do retro arrendamento. Ao aplicar os itens 36 a 46, o vendedor-arrendatário deverá determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revisados" de forma que o vendedor-arrendatário não reconheça nenhum montante do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário. A aplicação dos requisitos deste parágrafo não impede que o vendedor-arrendatário reconheça no resultado qualquer ganho ou perda relacionado à rescisão parcial ou total de um contrato de arrendamento, conforme exigido pelo item 46(a).

C1D. A Revisão NBC 19, aprovada pelo CFC em 17 de agosto de 2023, alterou o item C2 e incluiu os itens 102A e C20E. A entidade deve aplicar esta revisão para períodos anuais com início em ou após 1° de janeiro de 2024.

C2. Para as finalidades dos requisitos dos itens C1 a C20E, a data da aplicação inicial é o início do período de relatório anual em que a entidade aplicar este pronunciamento pela primeira vez.

Passivo de arrendamento em uma transação de venda e retro arrendamento (sale and leaseback)

C20E. Um vendedor-arrendatário deverá aplicar a Revisão NBC 19 (vide parágrafo C1D) retrospectivamente, de acordo com a NBC TG 23, às transações de venda e retro arrendamento realizadas após a data da aplicação inicial.

Essas alterações, inclusões e exclusões serão incorporadas nas respectivas normas e entram em vigor em 1° de janeiro de 2024, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, esta data.

AÉCIO PRADO DANTAS JÚNIOR
Presidente do Conselho
Ata CFC n.º 1.099

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, CTG N° 007 (R1), DE 17 DE AGOSTO DE 2023 - (DOU de 01.11.2023)

Aprova o Comunicado Técnico CTG 07 (R1), que dispõe sobre evidenciação na divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6° do Decreto-Lei n° 9.295/46, alterado pela Lei n° 12.249/10, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC), elaborada com base na Orientação Técnica OCPC 07 (R1), emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

CTG 07 (R1) - EVIDENCIAÇÃO NA DIVULGAÇÃO DOS RELATÓRIOS CONTÁBIL-FINANCEIROS DE PROPÓSITO GERAL

Sumário	Item
OBJETIVO	1 - 2
ALCANCE	3 - 5
EVIDENCIAÇÃO JÁ REGULAMENTADA	6 - 30
Principais diretrizes gerais contidas na Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	6 - 19
Principais diretrizes gerais contidas na NBC TG 26	20 - 28
Principais diretrizes gerais contidas na Lei das Sociedades por Ações	29 - 30
DIRETRIZES ADICIONAIS	31 - 41
EXEMPLOS DE APLICAÇÃO	42 - 46
DISPOSIÇÕES FINAIS	47
VIGÊNCIA	48

OBJETIVO

1. O objetivo deste Comunicado é tratar dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral.

2. Este Comunicado está tratando, especificamente, da evidenciação das informações próprias das demonstrações contábil-financeiras anuais e intermediárias, em especial das contidas nas notas explicativas.

ALCANCE

3. Este Comunicado trata essencialmente de questões de divulgação, não alcançando questões de reconhecimento e de mensuração.

4. Ela consolida exigências já existentes em normas, interpretações e outros comunicados do CFC, nas disposições do IASB não divulgadas pelo CFC, bem como na Lei, sem alterar tais exigências.

5. Para fins deste Comunicado, o significado do termo relevância deve ser considerado no contexto apresentado na NBC TG - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, em que é definido como uma característica qualitativa fundamental da informação financeira útil, que é capaz de fazer diferença nas decisões tomadas pelos usuários com base nessas informações. Esse conceito abrange ainda materialidade como um aspecto da relevância, considerando-se as definições estabelecidas na NBC TG 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Por fim, este Comunicado utiliza a expressão políticas contábeis, no contexto da definição incluída na NBC TG 23, a qual abrange também os termos práticas contábeis e critérios contábeis.

EVIDENCIAÇÃO JÁ REGULAMENTADA

Principais diretrizes gerais contidas na Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

6. O objetivo do relatório financeiro para fins gerais, conforme estabelecido no item 1.2 da NBC TG Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, "é fornecer informações financeiras sobre a entidade que reporta que sejam úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, na tomada de decisões referente à oferta de recursos à entidade." (s.a.)

7. Informações financeiras úteis são aquelas revestidas das características qualitativas fundamentais do relatório financeiro para fins gerais. Essas características, conforme a norma, item 2.5, são "relevância e representação fidedigna". (s.a.)

8. O item 2.6 da Estrutura Conceitual define: "Informações financeiras relevantes são capazes de fazer diferença nas decisões tomadas pelos usuários." (s.a.)

9. E o item 2.11 reforça: "A informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar, razoavelmente, as decisões que os principais usuários de relatórios financeiros para fins gerais tomam com base nesses relatórios, que fornecem informações financeiras sobre entidade especifica que reporta". (s.a.)

10. Depreende-se desses dispositivos que todas as informações próprias de demonstrações contábeis de conhecimento da entidade que possam de fato influenciar investidores e credores, e apenas essas, devem ser divulgadas. A divulgação de informações irrelevantes costuma causar o mau efeito de desviar a atenção do usuário, o que contraria frontalmente o objetivo do relatório financeiro para fins gerais.

11. O item 2.13 afirma, abordando a demonstração contábil (que inclui as notas explicativas): "Para ser representação perfeitamente fidedigna, a representação tem três características. Ela é completa, neutra e isenta de erros. Obviamente, a perfeição nunca ou raramente é atingida. O objetivo é maximizar essas qualidades tanto quanto possível." (s.a.)

12. Esse item evidencia a responsabilidade do preparador com relação à completude da informação, à obrigatoriedade de que a informação e os comentários relativos a ela sejam neutros, o que inclui a qualificação e a adjetivação e o zelo para a inexistência de erros.

13. Cita o item 2.4: "Se informações financeiras devem ser úteis, elas devem ser relevantes e representar fidedignamente aquilo que pretendem representar. A utilidade das informações financeiras é aumentada se forem comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis." (s.a.)

14. Chama-se a atenção, nesse item 2.4, à característica da compreensibilidade, que inclui a nomenclatura das contas nas demonstrações e a redação utilizada nas notas explicativas. O conhecimento mínimo exigido do usuário de demonstrações contábeis não necessariamente abrange a mesma profundidade dos especialistas, nem as mesmas terminologias por demais específicas da entidade ou do segmento econômico a que a entidade pertence. Assim, apenas quando absolutamente inevitável deve ser utilizado linguajar técnico específico da entidade ou do setor. É conveniente considerar, nesse caso, a apresentação de glossário completo e conciso junto com as demonstrações.

15. A materialidade, conforme a Estrutura Conceitual, em termos gerais, é baseada na natureza ou na magnitude da informação, ou em ambas. Consequentemente, não se pode a priori especificar um limite quantitativo uniforme para a materialidade ou predeterminar o que seria julgado material para uma situação particular. Em razão disso, o julgamento sobre a relevância da informação será, praticamente, caso a caso. E a materialidade é o tratamento específico da relevância para uma entidade em particular. Diz o item 2.11: "... a materialidade é um aspecto de relevância específico da entidade com base na natureza ou magnitude, ou ambas, dos itens aos quais as informações se referem no contexto do relatório financeiro da entidade individual". (s.a.)

16. Assim, normalmente os números significativos para o porte da entidade são relevantes por sua influência potencial nas decisões dos usuários, mas determinados valores, mesmo que pequenos em termos absolutos ou percentuais, podem ser materiais para determinada entidade em função não do seu tamanho, mas de sua natureza. Isso significa que podem ser de interesse para decisão dos usuários pela importância da informação em termos de governabilidade, de possível impacto futuro, de informação social etc.

17. Resumindo, a Estrutura Conceitual determina que toda a informação é material e deve ser divulgada se sua omissão ou sua divulgação distorcida puder influenciar decisões que os usuários tomam como base no relatório financeiro para fins gerais da entidade específica que reporta a informação. Consequentemente, se não tiver essa característica, a informação não é material e, portanto, não é relevante, não devendo ser divulgada. Além disso, a informação, quando for relevante, deve considerar também (i) as características da representação fidedigna, sendo completa, neutra e isenta de erros; e (ii)

as características qualitativas de melhoria da informação como sendo, comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis.

18. Esse conjunto citado nos itens anteriores evidencia que o foco a ser considerado na elaboração e na análise das demonstrações contábeis é o da relevância das informações necessárias ao processo decisório de investidores e credores.

19. Consequentemente, não podem faltar nas demonstrações contábeis de determinada entidade as informações relevantes de que a entidade tenha conhecimento, bem como não devem ser divulgadas informações imateriais que não sejam relevantes.

Principais diretrizes gerais contidas na NBC TG 26

20. A NBC TG 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis determina, em seus itens 29 a 31, que:

"29. A entidade deve apresentar separadamente nas demonstrações contábeis cada classe material de itens semelhantes. A entidade deve apresentar separadamente os itens de natureza ou função distinta, a menos que sejam imateriais." (s.a.)

"30. ...Se um item não for individualmente material, deve ser agregado a outros itens, seja nas demonstrações contábeis, seja nas notas explicativas." Mas observado que "um item pode não ser suficientemente material para justificar a sua apresentação individualizada nas demonstrações contábeis, mas pode ser suficientemente material para ser apresentado de forma individualizada nas notas explicativas."

"30A. ...A entidade não deve reduzir a compreensibilidade das suas demonstrações contábeis, ocultando informações materiais com informações irrelevantes ou por meio da agregação de itens materiais que têm diferentes naturezas ou funções.

"31. ...A entidade não precisa fornecer uma divulgação específica, requerida por um Pronunciamento Técnico, Interpretação ou Orientação do CPC, se a informação resultante da divulgação não for material." (s.a.)

21. Esses três itens, resumidamente, levam à conclusão de que a evidenciação, tanto nas demonstrações quanto nas notas explicativas, deve ser de informações relativas a itens agrupados pela semelhança (não igualdade) em sua natureza e na sua função. Todavia, se irrelevantes, podem ficar inseridos em outros grupos para fins de apresentação.

22. E outra conclusão fundamental: qualquer informação específica requisitada por qualquer Pronunciamento, Interpretação ou Orientação que não seja material não deve ser divulgada, inclusive para não desviar a atenção do usuário, com exceção da que for requerida expressamente por órgão regulador.

22A É fundamental que não se reduza a compreensibilidade das informações divulgando-se informações irrelevantes que atrapalhem a leitura e a compreensão das relevantes e nem agregando-se itens materiais com naturezas ou funções diferentes.

23. Quanto à forma de apresentação, o item 113 da norma determina que "As notas explicativas devem ser apresentadas, tanto quanto seja praticável, de forma sistemática. Na determinação de forma sistemática, a entidade deve considerar os efeitos sobre a compreensibilidade e comparabilidade das suas demonstrações contábeis. Cada item das demonstrações contábeis deve ter referência cruzada com a respectiva informação apresentada nas notas explicativas."

24. Já o item 114, ao citar diversas ordens de apresentação das notas explicativas, (a entidade escolhe a que melhor se aplica à sua situação), evidencia aceitar qualquer delas:

"(a) dar destaque para as áreas de atividades que a entidade considera mais relevantes para a compreensão do seu desempenho financeiro e da posição financeira, como agrupar informações sobre determinadas atividades operacionais;

(b) agrupar informações sobre contas mensuradas de forma semelhante, como os ativos

mensurados ao valor justo; ou

(c) seguir a ordem das contas das demonstrações do resultado e de outros resultados

abrangentes e do balanço patrimonial,"

Vê-se, portanto, que a alternativa (c) acima, a mais utilizada na prática (no Brasil normalmente começando pelas contas do balanço, e não pelas do resultado), não é a única alternativa para ordenamento das notas explicativas.

25. Em algumas circunstâncias pode ser necessário ou desejável alterar a ordem de determinados itens nas notas explicativas. Por exemplo, a informação sobre variações no valor justo reconhecidas no resultado pode ser divulgada juntamente com a informação sobre vencimentos de instrumentos financeiros, embora a primeira se relacione com a demonstração do resultado e a última se relacione com o balanço patrimonial. Contudo, deve ser utilizada sempre a estrutura mais sistemática possível nas notas explicativas.

26. O item 117 da norma determina que "A entidade deve divulgar informações materiais da política contábil (ver item 7). As informações de política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações contábeis da entidade, pode-se razoavelmente esperar que influenciem as decisões que os principais usuários das demonstrações contábeis para fins gerais tomam com base nessas demonstrações contábeis." Os itens 117A a 117E detalham demais aspectos de materialidade na divulgação de políticas contábeis (vejam-se os itens 40 a 46 deste Comunicado que também cuidam disso).

26A O item 117A define claramente: "As informações de política contábil que se relacionam com transações, outros eventos ou condições imateriais e não precisam ser divulgadas. As informações de política contábil podem, no entanto, ser materiais devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam imateriais. No entanto, nem todas as informações de política contábil relacionadas a transações materiais, outros eventos ou condições são em si materiais." Ou seja, à divulgação da política contábil aplica-se o mesmo que aos valores nas demonstrações e nas notas no que diz respeito à materialidade, o que inclui a natureza das transações ou outros aspectos. E deixa claro que às vezes os valores são materiais, mas a política contábil de como tratá-los pode não ser.

26B O 117B fornece diversos exemplos em que se pode, pela sua natureza, determinar que é material determinada política contábil, como quando de alteração material de informação, escolha entre opções, exigência de julgamentos ou pressupostos significativos, situações complexas que exigem facilitar o entendimento do usuário.

26C. Os itens 117C a 117E mencionam que o detalhamento de como a entidade aplicou determinada política em função de sua própria circunstância específica é mais útil do que informação padronizada; ainda chamam a atenção para o caso de informações de política contábil imaterial que atrapalham o entendimento de política relevante etc.

27. O item 116 esclarece: "As notas explicativas que proporcionam informação acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis e as políticas contábeis específicas podem ser apresentadas como seção separada das demonstrações contábeis.". Note-se que é uma opção, e não obrigação. Essas informações sobre a base de elaboração e as políticas contábeis podem ser apresentadas nas notas que cuidam especificamente dos elementos das demonstrações contábeis.

28. Depreende-se dos itens anteriores que a entidade somente deve divulgar as bases de elaboração das demonstrações e suas políticas contábeis que sejam suas particulares, suas específicas. Dessa forma, as políticas contábeis que não lhe sejam aplicáveis não devem ser divulgadas, assim como políticas contábeis baseadas em normas que não apresentam qualquer alternativa. Isso abrange as normas tanto em vigor quanto aquelas que vigerão futuramente. Nos raros casos em que seja importante informar o usuário do teor da norma ou de parte dela para sua melhor compreensão das demonstrações contábeis, isso deverá ser feito mediante resumo em linguagem acessível aos usuários em geral.

Principais diretrizes gerais contidas na Lei das Sociedades por Ações

29. A Lei n° 6.404/76 expressamente exige notas que esclareçam sobre a situação patrimonial e os resultados, e menciona a obrigação de apresentação das políticas contábeis que sejam específicas e que se apliquem a negócios e eventos significativos. Seu art. 176 determina:

"§ 5° As notas explicativas devem:

I - apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos;

....

IV - indicar:

a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais..." (s.a.)

30. Ou seja, a Lei das S/A segue na mesma linha de exigir notas sobre bases de elaboração e sobre políticas contábeis que sejam específicas da entidade que reporta e que sejam relativas a itens relevantes. A menção a bases e políticas não específicas da entidade e referentes a itens não relevantes também pode desviar a atenção do usuário.

Sumário das principais diretrizes gerais contidas nos textos citados

O CFC salienta, então, que esses documentos citados especificam que:

A. Todas as informações evidenciadas devem ser relevantes para os usuários externos. E só são relevantes se influenciarem no processo de decisão dos investidores e credores. E as não relevantes não devem ser divulgadas.

B. A relevância em geral e a materialidade no caso específico da entidade, por sua vez, abrangem os conceitos de magnitude e de natureza da informação, olhadas sob o ponto de vista dos usuários.

C. Somente as informações relevantes e materiais e específicas à entidade devem ser evidenciadas, tanto as relativas às políticas contábeis quanto a todas as demais notas, inclusive aquelas relativas a prováveis efeitos de políticas contábeis a serem adotadas no futuro.

D. A menção, em normas, interpretações e comunicados do CFC e em Lei, de exigências de divulgação deve sempre ser interpretada à luz da relevância e materialidade da informação a ser divulgada, mesmo que apareçam as expressões "divulgação mínima", "no mínimo" e assemelhadas. Assim, mesmo que um desses documentos "exija" determinada nota explicativa, isso é sempre obrigatório apenas se a informação for material e, consequentemente, relevante para a tomada de decisão dos usuários.

E. Por outro lado, nenhuma informação relevante e material que possa influenciar o usuário das demonstrações contábeis da entidade pode deixar de ser evidenciada, mesmo que não haja explícita menção a ela em Lei ou em documento do CFC.

F. O espírito de simples cumprimento de check-list não atende, absolutamente, ao necessário para o atingimento dos objetivos do relatório financeiro para fins gerais.

DIRETRIZES ADICIONAIS

31. Apesar de não especificamente mencionada nesses documentos citados, no conjunto de normas, interpretações e comunicados desta Norma está sempre presente a necessidade de ênfase às informações relativas a todos os temas que possam representar riscos para a entidade. Por exemplo, na NBC TG 26, isso pode ser visto explicitamente nos itens 114, 125, 126 e 128. Consequentemente, o CFC entende que dentro do conceito de relevância deve sempre ser considerada essa característica.

32. Nas notas explicativas sobre as bases de elaboração das demonstrações contábeis e as políticas contábeis específicas da entidade não devem ser repetidos os textos dos atos normativos, mas apenas resumidos os aspectos principais relevantes e aplicáveis à entidade.

33. Podem ser feitas apenas menções aos números e nomes dos documentos o CFC e um resumo dos aspectos principais relevantes e especificamente aplicáveis à entidade, mas não deve haver transcrição de trechos desses documentos.

34. Quando da existência de escolha de uma entre duas ou mais políticas contábeis permitidas à entidade e quando de mudança de política contábil, nota deve esclarecer detalhadamente sobre tais fatos, considerando as determinações específicas estabelecidas pela NBC TG 23, em especial as razões da escolha ou da mudança e consequências junto às demonstrações contábeis.

35. As notas sobre políticas contábeis podem ser inseridas juntamente com as notas relativas aos itens constantes das demonstrações contábeis a que se referem.

36. A ordem de apresentação das notas explicativas, após aquelas relativas ao contexto operacional, à base de elaboração das demonstrações contábeis (se for utilizada) e à declaração de conformidade, pode seguir a ordem de relevância dos assuntos tratados, obedecida sempre a exigência de referência cruzada entre as notas e os itens das demonstrações contábeis ou a outras notas a que se referem.

37. Na redação das notas não deve haver, na medida do possível, repetição de fatos, políticas e informações outras, a fim de se evitar o desvio da atenção do usuário.

38. A administração da entidade deve, na nota de declaração de conformidade, afirmar que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

39. Na avaliação de relevância e materialidade, devem ser consideradas, de maneira segregada, as informações das demonstrações individuais e as informações das demonstrações consolidadas, pois é possível que determinada informação seja relevante/material para um caso e não seja para o outro.

NBC TG 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e IFRS Practice Statement 2: Making Materiality Judgements

40. Os itens 117 a 117E da NBC TG 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - especificam, como já tratado, que informações de política contábil relacionadas a transações imateriais, outros eventos ou condições não precisam ser divulgadas e também incluem exemplos de circunstâncias que a entidade pode considerar em sua avaliação se as informações de política contábil são materiais para suas demonstrações contábeis.

41. E o IFRS Practice Statement 2: Making Materiality Judgements (PS2) (denominado Demonstração da Prática de IFRS 2 pelo IBRACON) apresenta um diagrama, o de número 2, que ilustra como uma entidade avalia se as informações de política contábil são materiais e, portanto, devem ser divulgados,

referenciando aqueles itens. Além disso, apresenta os exemplos citados no item anterior para a aplicação dessa linha de entendimento. Esses exemplos são aqui incluídos para melhor se entender o conceito de materialidade, em nada afetando quaisquer normas vigentes, inclusive sobre evidenciação. A seguir, esse diagrama e alguns dos exemplos contidos nesse Practice Statement 2.

Diagrama 2 do Practice Statement- Determinando se a informação de política contábil é material

EXEMPLOS DE APLICAÇÃO

42. Exemplo A do PS2: Julgamentos de materialidade sobre a aplicação de políticas contábeis

Uma entidade tem uma política de capitalizar gastos sobre itens do imobilizado superiores a um limite especificado e reconhecer quaisquer valores menores como despesa. A NBC TG 27 - Ativo Imobilizado - requer que o custo de um item do imobilizado seja reconhecido como um ativo quando os critérios do item 7 forem cumpridos.

A entidade avaliou que sua política contábil - não capitalizando gastos abaixo de um limite específico - não terá um efeito material sobre as demonstrações contábeis do período corrente ou sobre demonstrações contábeis futuras, porque não se poderia razoavelmente esperar que informações que refletem a capitalização e amortização desses gastos influenciem as decisões tomadas pelos principais usuários das demonstrações contábeis da entidade.

Desde que tal política não tenha um efeito material sobre as demonstrações contábeis e não tenha sido estabelecida para atingir intencionalmente uma determinada apresentação da posição financeira da entidade, desempenho financeiro ou fluxos de caixa, as demonstrações contábeis da entidade cumprem a NBC TG 27. Apesar disso, tal política é reavaliada em cada período de relatório para garantir que seu efeito sobre as demonstrações contábeis da entidade permanece imaterial.

43. Exemplo B do PS2: Julgamentos de materialidade sobre divulgações especificadas por Normas IFRS

Uma entidade apresenta o imobilizado como uma rubrica separada em sua demonstração da posição financeira. A NBC TG 27 - Ativo Imobilizado estabelece requisitos de divulgação específicos, incluindo a divulgação do valor de compromissos contratuais para a aquisição de imobilizado (item 74(c)).

Ao elaborar suas demonstrações contábeis, a entidade avalia se as divulgações especificadas na NBC TG 27 são informações materiais. Mesmo se o imobilizado for apresentado como uma rubrica separada na demonstração da posição financeira, nem todas as divulgações especificadas na NBC TG 27 serão automaticamente requeridas. Na ausência de quaisquer considerações qualitativas (vide itens 46 a 51), se o valor de compromissos contratuais para a aquisição de imobilizado não for material, a entidade não é obrigada a divulgar essas informações.

44. Exemplo I do PS2: Informações sobre uma transação com partes relacionadas avaliada como material

Uma entidade identificou medidas de sua lucratividade como as medidas de grande interesse para os principais usuários de suas demonstrações contábeis. No período de relatório corrente, a entidade assinou um contrato de cinco anos com a empresa ABC. A empresa ABC prestará à entidade serviços de manutenção para os escritórios da entidade por uma taxa anual. A empresa ABC é controlada por um membro do pessoal-chave da administração da entidade. Portanto, a empresa ABC é uma parte relacionada da entidade.

A NBC TG 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - requer que uma entidade divulgue, para cada transação com partes relacionadas que ocorreu durante o período, a natureza da relação com a parte relacionada, bem como as informações sobre a transação e os saldos em aberto, inclusive

compromissos, necessários para os usuários entenderem o efeito potencial da relação sobre as demonstrações contábeis.

Ao elaborar suas demonstrações contábeis, a entidade avaliou se as informações sobre a transação com a empresa ABC eram materiais.

A entidade iniciou sua avaliação de uma perspectiva quantitativa e avaliou o impacto da transação com partes relacionadas em comparação as medidas de lucratividade da entidade. Tendo concluído inicialmente que o impacto da transação com partes relacionadas não era material de uma perspectiva meramente quantitativa, a entidade avaliou adicionalmente a presença de quaisquer fatores qualitativos.

Como observa a NBC TG 05, partes relacionadas podem celebrar transações que partes não relacionadas não celebrariam, e as transações podem ser precificadas por valores que diferem do preço para transações entre partes não relacionadas.

A entidade identificou o fato de que o contrato de manutenção foi concluído com uma parte relacionada como uma característica que torna as informações sobre essa transação mais propensas a influenciar as decisões de seus principais usuários.

A entidade avaliou adicionalmente a transação de uma perspectiva quantitativa para determinar se é razoável esperar que o impacto da transação poderia influenciar as decisões dos principais usuários quando consideradas com o fato de que a transação era com uma parte relacionada (ou seja, a presença de um fator qualitativo reduz o limite quantitativo). Tendo considerado que a transação era com uma parte relacionada, a entidade concluiu que é razoável esperar que o impacto seria grande o suficiente para influenciar as decisões dos principais usuários. Assim, a entidade avaliou as informações sobre a transação com a empresa ABC como materiais e divulgou essas informações em suas demonstrações contábeis.

45. Exemplo J do PS2: Informações sobre uma transação com partes relacionadas avaliada como imaterial

Uma entidade identificou medidas de sua lucratividade como as medidas de grande interesse para os principais usuários de suas demonstrações contábeis. A entidade possui uma grande frota de veículos. No período de relatório corrente, a entidade vendeu um veículo quase totalmente depreciado para a empresa DEF. A entidade transferiu o veículo por uma contraprestação total consistente com seu valor de mercado e seu valor contábil. A empresa DEF é controlada por um membro do pessoal-chave da administração da entidade. Portanto, a empresa DEF é uma parte relacionada da entidade.

Ao elaborar suas demonstrações contábeis, a entidade avaliou se as informações sobre a transação com a empresa DEF eram materiais.

Como no Exemplo I anterior, a entidade iniciou sua avaliação de uma perspectiva quantitativa e avaliou o impacto da transação com partes relacionadas em comparação às medidas de lucratividade da entidade. Tendo concluído inicialmente que o impacto da transação com partes relacionadas não era material de uma perspectiva meramente quantitativa, a entidade avaliou adicionalmente a presença de quaisquer fatores qualitativos.

A entidade transferiu o veículo por uma contraprestação total consistente com seu valor de mercado e seu valor contábil. Contudo, a entidade identificou o fato de que o veículo foi vendido a uma parte relacionada como uma característica que torna as informações sobre essa transação mais propensas a influenciar as decisões de seus principais usuários.

A entidade avaliou adicionalmente a transação de uma perspectiva quantitativa, mas concluiu que era razoável esperar que seu impacto fosse muito pequeno para influenciar as decisões dos principais usuários, mesmo quando consideradas com o fato de que a transação era com uma parte relacionada.

As informações sobre a transação com a empresa DEF foram consequentemente avaliadas como imateriais e não divulgadas nas demonstrações contábeis da entidade.

46. Exemplo T do PS2: Fazer julgamentos de materialidade sobre informações de política contábil que apenas duplicam os requisitos dos Pronunciamentos Contábeis

Neste exemplo, considera-se que o ativo imobilizado é material para as demonstrações contábeis de uma entidade.

A entidade não possui ativos intangíveis ou ágio e não reconheceu uma perda por redução ao valor recuperável em seu imobilizado nos períodos de relatório atual ou comparativo.

Em períodos de relatório anteriores, a entidade divulgou informações de política contábil relacionadas à redução ao valor recuperável de ativos não circulantes que repetiam os requisitos dispostos na NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - e não forneciam informações especificas da entidade. A entidade divulgou que:

Os valores contábeis dos ativos intangíveis do grupo e de seu imobilizado são revisados a cada data de relatório para determinar se há indicação de redução ao valor recuperável. Caso exista tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para ágio e intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado, no mínimo, anualmente;

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida na demonstração de resultado sempre que o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável;

O valor recuperável dos ativos é o maior entre o valor justo menos custos para vender e o seu valor em uso. Na mensuração do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do ativo. Para um ativo que não gera fluxos de entrada de caixa amplamente independentes, o valor recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence;

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em relação às unidades geradoras de caixa são alocadas primeiro para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado a essa unidade geradora de caixa e, em seguida, para reduzir o valor contábil dos outros ativos na unidade de modo proporcional;

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação ao ágio não é revertida subsequentemente. Para outros ativos, uma perda por redução ao valor recuperável é revertida se houver uma mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável, mas apenas na medida em que o novo valor contábil não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, caso não tenha sido reconhecida qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Tendo identificado os ativos submetidos a teste de redução ao valor recuperável como sendo materiais para as demonstrações contábeis, a entidade avalia se as informações de política contábil para redução ao valor recuperável são, de fato, materiais.

Como parte de sua avaliação, a entidade considera que uma redução ao valor recuperável ou uma reversão de uma redução ao valor recuperável não ocorreu nos períodos de relatório atuais ou comparativos. Consequentemente, é improvável que as informações de política contábil sobre como a entidade reconhece e aloca perdas por redução ao valor recuperável sejam materiais para seus principais usuários. Da mesma forma, como a entidade não possui ativos intangíveis ou ágio, é improvável que informações sobre sua política contábil para redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio forneçam informações materiais a seus principais usuários.

No entanto, a política contábil de redução ao valor recuperável da entidade refere-se a um tema para a qual a entidade é obrigada a fazer julgamentos ou premissas significativos, conforme descrito nos itens 122 e 125 da NBC TG 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Dadas as circunstâncias especificas da entidade, ela conclui que se poderia razoavelmente esperar que as informações sobre seus julgamentos e premissas significativos relacionados às suas avaliações de redução ao valor recuperável influenciem as decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis da entidade. A entidade observa que suas divulgações sobre julgamentos e premissas significativos já incluem informações sobre os julgamentos e premissas significativos utilizados em suas avaliações de redução ao valor recuperável.

A entidade decide que seria improvável que os principais usuários de suas demonstrações contábeis precisem entender os requisitos de reconhecimento e mensuração da NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - para entender as respectivas informações nas demonstrações contábeis.

Consequentemente, a entidade conclui que a divulgação de um resumo dos requisitos da NBC TG 01 em uma política contábil separada para redução ao valor recuperável não forneceria informações que pudessem razoavelmente influenciar as decisões tomadas pelos principais usuários de suas demonstrações contábeis. Em vez disso, a entidade divulga informações materiais de política contábil relacionadas aos julgamentos e premissas significativos que a entidade aplicou em suas avaliações de redução ao valor recuperável em outras partes das demonstrações contábeis.

Embora a entidade avalie algumas informações de política contábil para redução ao valor recuperável de ativos como imateriais, a entidade ainda avalia se outros requisitos de divulgação da NBC TG 01 fornecem informações materiais que devem ser divulgadas.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Matli uements

47. Este comunicado substitui a CTG 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade em 21 de novembro de 2014.

VIGÊNCIA

48. Este Comunicado entra em vigor no dia 1° de novembro de 2023 e revoga, nessa mesma data, a CTG 07, publicada no DOU, Seção 1, de 01/12/2014.

AÉCIO PRADO DANTAS JÚNIOR
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TG N° 012 (R1), DE 20 DE SETEMBRO DE 2023 - (DOU de 01.11.2023)

Aprova a NBC TG 12 (R1) - Ajuste a Valor Presente.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do Art. 6° do Decreto-Lei n.° 9.295/1946, alterado pela Lei n.° 12.249/2010, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC), elaborada com base no Pronunciamento Técnico CPC 12 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):.

NBC TG 12 (R1) - AJUSTE A VALOR PRESENTE

Objetivo

1.O objetivo desta Norma é esclarecer os requisitos básicos a serem observados quando da apuração do ajuste a valor presente de elementos do ativo e do passivo quando da elaboração de demonstrações contábeis, dirimindo algumas questões controversas advindas de tal procedimento, do tipo:

(a)se a adoção do ajuste a valor presente é aplicável tão-somente a fluxos de caixa contratados ou se porventura seria aplicada também a fluxos de caixa estimados ou esperados;

(b)em que situações é requerida a adoção do ajuste a valor presente de ativos e passivos, se no momento de registro inicial de ativos e passivos, se na mudança da base de avaliação de ativos e passivos , ou se em ambos os momentos;

(c)se passivos não contratuais, como aqueles decorrentes de obrigações não formalizadas ou legais, são alcançados pelo ajuste a valor presente;

(d)qual a taxa apropriada de desconto para um ativo ou um passivo e quais os cuidados necessários para se evitarem distorções de cômputo e viés;

(e)qual o método de alocação de descontos (juros) recomendado;

(f)se o ajuste a valor presente deve ser efetivado líquido de efeitos fiscais.

2.A utilização de informações com base no valor presente concorre para o incremento do valor preditivo da Contabilidade; permite a correção de julgamentos acerca de eventos passados já registrados; e traz melhoria na forma pela qual eventos presentes são reconhecidos. Se ditas informações são registradas de modo oportuno, à luz do que prescreve a NBC TG Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, (referido nessa norma como "Estrutura Conceitual"), em seus itens 2.6 a 2.8, obtêm-se demonstrações contábeis com maior grau de relevância - característica qualitativa fundamental.

3.Deve-se também observar a outra característica qualitativa fundamental citada na Estrutura Conceitual, a representação fidedigna, levando em consideração a neutralidade dessa representação (ou seja, livre de viés). Neutralidade apoiada pelo exercício da prudência quando da realização de julgamentos sob condições de incerteza, como os associados a premissas e inputs utilizados em modelos de precificação e nos quais cálculos de ajuste a valor presente se baseiam.

Alcance

4.Outras normas específicas disciplinam aspectos relacionados ao cálculo do ajuste a valor presente e seus fluxos de caixa que devem ser aplicados no reconhecimento e mensuração de ativos ou passivos em particular. Na aplicação dos conceitos associados ao ajuste a valor presente, os preceitos estabelecidos por estas normas específicas devem prevalecer sobre os demais aspectos citados nesta Norma. Por sua vez, os aspectos disciplinados nesta Norma devem ser aplicados quando o tratamento contábil dispensado ao ativo ou passivo sujeito a análise não esteja especificamente prescrito em outra norma.

5.Esta Norma trata essencialmente de questões de mensuração, não alcançando questões de reconhecimento. É importante esclarecer que a dimensão contábil do "reconhecimento" envolve a decisão de "quando registrar", ao passo que a dimensão contábil da "mensuração" envolve a decisão de "por quanto registrar". A Estrutura Conceitual define reconhecimento em seu item 5.1.

6.Nesse sentido, a presente Norma deve ser considerada quando da mensuração de ativos e passivos a valor presente, incluindo quando da mensuração subsequente destes itens (como, por exemplo, na modificação de passivos financeiros tratada na NBC TG 48 e/ou passivos de arrendamento tratados na NBC TG 06), incluindo os termos e circunstâncias (contratuais ou não) aos quais os passivos estejam

associados. Nestas situações, ao se aplicar o ajuste a valor presente, este deve refletir uma nova medição de ativos e passivos, considerando-se os preceitos estabelecidos pelas normas específicas aplicáveis às transações e eventos que se reportam.

7.É necessário observar que a aplicação do conceito de ajuste a valor presente nem sempre equipara o ativo ou o passivo a seu valor justo. A NBC TG 46 disciplina os aspectos a serem considerados na mensuração do valor justo de ativos e passivos, incluindo a abordagem de receita como uma técnica de avaliação na qual pode se aplicar o conceito de valor presente. Quando a mensuração do valor presente for realizada como uma metodologia para mensuração de valor justo, a NBC TG 46 deve ser aplicada em sua completude. No entanto, nas situações em que a mensuração do valor presente não seja aplicada como uma medida de valor justo de ativos e passivos no contexto da NBC TG 46 ou que a mensuração não seja de outra forma disciplinada por outra norma específica vigente, esta Norma deve ser aplicada.

Mensuração

Diretrizes gerais

8.A questão mais relevante para a aplicação do conceito de valor presente, nos moldes de Norma baseado em princípios como este, não é a enumeração minuciosa de quais ativos ou passivos são abarcados pela norma, mas o estabelecimento de diretrizes gerais e de metas a serem alcançadas. Nesse sentido, como diretriz geral a ser observada, ativos, passivos e situações que apresentarem uma ou mais das características abaixo devem estar sujeitos aos procedimentos de mensuração tratados nesta Norma:

(a)transação que dá origem a um ativo, a um passivo, a uma receita ou a uma despesa (conforme definidos na Estrutura Conceitual) ou outra mutação do patrimônio líquido cuja contrapartida é um ativo ou um passivo com liquidação financeira (recebimento ou pagamento) em data diferente da data do reconhecimento desses elementos;

(b)reconhecimento periódico de mudanças de valor, utilidade ou substância de ativos ou passivos similares emprega método de alocação de descontos;

(c)conjunto particular de fluxos de caixa estimados claramente associado a um ativo ou a um passivo.

9.Em termos de meta a ser alcançada, ao se aplicar o conceito de valor presente, deve-se associar tal procedimento à mensuração de ativos e passivos levando-se em consideração (i) uma estimativa dos fluxos de caixa futuros para o ativo ou passivo que está sendo mensurado; (ii) expectativas sobre possíveis variações no valor e época dos fluxos de caixa que representem a incerteza inerente aos fluxos de caixa; (iii) o valor do dinheiro no tempo, representado pela taxa sobre ativos monetários livres de risco com datas de vencimento ou prazos que coincidem com o período coberto pelos fluxos de caixa e que não apresentam incerteza em relação à época ou risco de inadimplência (default) para o titular (ou seja, taxa de juros livre de risco); e (iv) o preço para suportar a incerteza inerente aos fluxos de caixa (ou seja, prêmio de risco). Desse modo, as informações prestadas possibilitam a análise e a tomada de decisões econômicas que resultam na melhor avaliação e alocação de recursos escassos. Para tanto, diferenças econômicas entre ativos e passivos precisam ser refletidas adequadamente pela Contabilidade, a fim de que os agentes econômicos possam definir com menor margem de erro os prêmios requeridos em contrapartida aos riscos assumidos.

10.Ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos devem ser mensurados pelo seu valor presente quando do seu reconhecimento inicial, de acordo com outras normas específicas. Por isso, quando aplicável, o custo de ativos não monetários deve ser ajustado em contrapartida; ou então a conta de receita, despesa ou outra conforme a situação. A esse respeito, uma vez ajustado o item não monetário, não deve mais ser submetido a ajustes subseqüentes no que respeita à figura de juros embutidos. Ressalte-se que nem todo ativo ou passivo não-monetário está sujeito ao efeito do ajuste a valor presente; por exemplo, um item não monetário que, pela sua natureza,

não está sujeito ao ajuste a valor presente é o adiantamento em dinheiro para recebimento ou pagamento por bens e serviços.

11.Ativos e passivos fiscais diferidos não são passíveis de ajuste a valor presente, conforme estabelecido na NBC TG 32 - Tributos sobre o Lucro, devendo esse direcionamento ser observado na aplicação desta Norma.

12.Com relação aos empréstimos e aos financiamentos subsidiados, cabem as considerações a seguir. Por questões das mais variadas naturezas, não há mercado consolidado de dívidas de longo prazo no Brasil, ficando a oferta de crédito ao mercado em geral com essa característica de longo prazo normalmente limitada a um único ente governamental. Assim, excepcionalmente, até que surja um efetivo mercado competitivo de crédito de longo prazo no Brasil, passivos dessa natureza (e ativos correspondentes no credor) não estão contemplados por esta Norma como sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que tais empréstimos e financiamentos já estão sujeitos. Não estão abrangidas nessa exceção operações de longo prazo, mesmo que financiadas por entes governamentais, que tenham características de subvenção ou assistência governamental, tratadas na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais.

13.Outra questão relevante para fins de mensuração diz respeito à forma pela qual devem ser apropriados em resultado os juros advindos do ajuste a valor presente de ativos e passivos. A abordagem a ser utilizada é a do método de juros efetivos, pela alocação da receita ou despesa de juros no resultado ao longo do período pertinente, como disciplinado pela NBC TG 48, por apresentar informação de qualidade sem incorrer em custo relevante para sua obtenção.

14.O reconhecimento dos efeitos de operação comercial, decorrente de contrato com cliente, na qual exista componente de financiamento significativo, deve observar o disposto no itens 60 a 65 da NBC TG 47, de modo que o valor consignado na documentação fiscal, que serve de suporte para a operação, seja adequadamente decomposto para efeito contábil, a fim de refletir o preço que o cliente teria pago à vista . Entretanto, em observância ao disposto no item 112A também da NBC TG 47, o valor consignado na documentação fiscal, em atendimento à legislação tributária brasileira, será registrado para fins controle em conta representativa de "Receita Bruta", sendo registrada em conta de dedução desta, a parcela correspondente ao componente de financiamento. A receita de juros correspondente deve ser reconhecida pela fluência do prazo do financiamento.

15.Na hipótese de aquisição de bens, havendo componente de financiamento na operação comercial, este deve ser expurgado do custo de aquisição correspondente, devendo a despesa de juros decorrente ser reconhecida pela fluência do prazo do financiamento. É importante relembrar que o ajuste de passivos, por vezes, implica ajuste no custo de aquisição de ativos. É o caso, por exemplo, de operações de aquisição e de venda a prazo de estoques e ativo imobilizado, posto que juros imputados nos preços devem ser expurgados na mensuração inicial desses ativos.

Risco e incerteza

16.Ao se utilizarem, para fins contábeis, informações com base no fluxo de caixa e no valor presente, incertezas inerentes são obrigatoriamente levadas em consideração para efeito de mensuração, conforme já salientado em itens anteriores desta Norma. Mesmo montantes contratualmente estabelecidos contêm certo grau de incerteza na medida em que contenham riscos de default.

17.Participantes do mercado geralmente requerem compensação para aceitar a incerteza inerentemente associada aos fluxos de caixa esperados de um ativo ou passivo, sendo essa compensação o "prêmio pelo risco", que deve ser igualmente considerado na mensuração. Caso contrário, há o concurso para a produção de informação contábil incompatível com o que seria uma representação fidedigna, como determinado pela Estrutura Conceitual, em seus itens 2.12 a 2.19.

18.As técnicas de valor presente diferem em como se ajustam para refletir o risco e no tipo de fluxos de caixa que utilizam, podendo ser aplicadas, por exemplo (a) uma técnica de ajuste de taxa de desconto

considerando uma taxa ajustada pelo risco e fluxos de caixa contratuais, prometidos ou mais prováveis; ou (b) uma técnica de valor presente esperado, considerando como ponto de partida um conjunto de fluxos de caixa que representam a média ponderada por probabilidade de todos os fluxos de caixa futuros possíveis (ou seja, fluxos de caixa esperados). A NBC TG 46, itens B18 a B22 e B25 e B26, contém informações sobre como aplicar estes métodos.

19.Para evitar a contagem dupla ou omissão dos efeitos dos fatores de risco, a taxa de desconto aplicada deve refletir premissas que sejam consistentes com aquelas inerentes aos fluxos de caixa. Por exemplo, a taxa de desconto que reflete a incerteza nas expectativas em relação a inadimplências futuras é apropriada ao utilizar fluxos de caixa contratuais de empréstimo (técnica de ajuste de taxa de desconto). Não se deve aplicar essa mesma taxa ao se utilizar fluxos de caixa esperados ponderados por probabilidade (técnica de valor presente esperado), uma vez que os fluxos de caixa esperados já refletem premissas sobre a incerteza em relação a inadimplências futuras; em vez disso, deve ser utilizada uma taxa de desconto compatível com o risco inerente aos fluxos de caixa esperados.

20.Por outro lado, não são admissíveis ajustes arbitrários para prêmios por risco a serem refletidos na taxa de desconto ou outras metodologias que igualmente imputem de maneira arbitrária ajustes para riscos aos fluxos de caixa esperados, mesmo com a justificativa de quase impossibilidade de se angariarem informações de participantes de mercado, pois, assim procedendo, é trazido viés para a mensuração. Nos casos em que as referidas incertezas na mensuração demandarem o uso de julgamento e estimativas contábeis, a entidade deve considerar a extensão e detalhamento apropriado das divulgações associadas de acordo com a relevância dos potenciais efeitos que esta estimativa possa trazer aos montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis, considerando o que disciplina a NBC TG 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

21.Não obstante, em geral os participantes de mercado são qualificados como tendo aversão a riscos ou aversão a perdas e procuram compensações para assunção desses riscos. Em última análise, o objetivo de se incluir incerteza e risco na mensuração contábil é replicar, na extensão e na medida possível, o comportamento do mercado no que concerne a ativos e passivos com fluxos de caixa incertos. Por hipótese, um ativo que faz jus ao recebimento de $10.000 em um prazo de 5 anos e sujeito a riscos reduzidos devido à robustez do ambiente econômico e das garantias que servem de lastro para a transação (como, por exemplo, um título público de longo prazo emitido pelo Tesouro de país desenvolvido) e outro ativo de valor e prazo iguais, porém associado a contraparte sujeita a menor segurança econômica e maior exposição à volatilidade de fatores econômicos (ou seja, maior risco) teriam avaliações distintas por parte do mercado. Um participante racional estaria disposto a pagar, no máximo, $ 6.806 (10.000 x 1,08-5) pelo primeiro, caso a taxa de juros livre de risco fosse de 8% a.a., ao passo que, para o segundo, pagaria um preço bem inferior (ajustado por incertezas na realização do fluxo e pelo prêmio requerido para compensar tais incertezas).

Relevância e representação fidedigna

22.Conforme já abordado nos itens 2 e 3 desta Norma, a adoção pela Contabilidade de informações com base no valor presente de fluxo de caixa, inevitavelmente, provoca discussões em torno de suas características qualitativas fundamentais: relevância e representação fidedigna. Emitir juízo de valor acerca do balanceamento ideal de uma característica em função da outra, caso a caso, deve ser um exercício recorrente para aqueles que preparam demonstrações contábeis. Do mesmo modo, o julgamento da relevância do ajuste a valor presente de ativos e passivos de curto prazo deve ser exercido, levando em consideração os efeitos comparativos antes e depois da adoção desse procedimento sobre itens do ativo, do passivo, do patrimônio líquido e do resultado.

23.Objetivamente, sob determinadas circunstâncias, a mensuração de um ativo ou um passivo a valor presente pode ser obtida sem maiores dificuldades, caso se disponha de fluxos contratuais com razoável grau de certeza e de taxas de desconto observáveis no mercado. Por outro lado, certas mensurações podem estar sujeitas a níveis de incerteza tão significativos que pode ser questionável se a estimativa forneceria representação suficientemente fidedigna desse fenômeno. Em alguns desses casos, a informação mais útil pode ser a estimativa altamente incerta, acompanhada pela descrição da estimativa e da explicação das incertezas que a afetam, privilegiando-se a relevância nesse contexto. Em outros

casos, pode-se avaliar que a informação não fornece representação suficientemente fidedigna do fenômeno que pretende retratar e a informação avaliada como de maior utilidade pode incluir uma estimativa de outro tipo que seja de menor relevância, mas sujeita a uma menor incerteza na mensuração. Conforme seja o caso, a abordagem tradicional ou de fluxo de caixa esperado deve ser eleita como técnica para cômputo do ajuste a valor presente.

Restrições do custo sobre relatórios financeiros úteis

24.Na elaboração de demonstrações contábeis utilizando informações com base no fluxo de caixa e no valor presente é importante ter em mente o que orienta a Estrutura Conceitual, em seus itens 2.39 a 2.41, no que diz respeito ao custo associado a determinada informação como um fator de restrição sobre a natureza dessa informação a ser incluída nos relatórios financeiros, sendo importante que esses custos sejam justificados pelos benefícios de apresentar essas informações.

25.Assim, a depender do conjunto de informações disponíveis e do custo de obtê-las, a entidade pode, ou não, traçar múltiplos cenários para estimar fluxos de caixa; pode, ou não, recorrer a modelos econométricos mais sofisticados para chegar a uma taxa de desconto para um dado período; pode, ou não, recorrer a modelos de precificação mais sofisticados para mensurar seus ativos e/ou passivos; pode, ou não, adotar um método ou outro de alocação de juros. Importante salientar que os custos a serem incorridos para obtenção da informação são mais objetivamente identificáveis ao passo que os benefícios não o são nesse mesmo nível. Mas uma informação prestada pode alcançar inúmeros usuários e gerar, por vezes, benefícios por mais de um exercício social, ao passo que o custo de produzi-la é incorrido em um único momento. Ademais, podem ocorrer ganhos em termos de eficiência, à medida em que dita informação vai sendo prestada com maior freqüência.

Diretrizes mais específicas

26.Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo quando houver efeito relevante, devem ser ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e aos riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.

27.A quantificação do ajuste a valor presente deve ser realizada em base exponencial "pro rata die", a partir da origem de cada transação, sendo os seus efeitos apropriados nas contas a que se vinculam.

28.As reversões dos ajustes a valor presente dos ativos e passivos monetários qualificáveis devem ser apropriadas como receitas ou despesas financeiras, a não ser que norma específica discipline a classificação na demonstração do resultado do período para a transação subjacente ou a entidade possa fundamentar que as transações (por exemplo, financiamento feito a seus clientes) façam parte de suas atividades operacionais, quando, então, as reversões serão apropriadas como receita operacional. Esse é o caso, por exemplo, quando a entidade opera em dois segmentos distintos: (i) venda de produtos e serviços e (ii) financiamento das vendas a prazo, e desde que sejam relevantes esse ajuste e os efeitos de sua evidenciação.

29.Devem ser utilizados, no que for aplicável e não conflitante, os conceitos, as análises e as especificações sobre ajuste a valor presente, especialmente sobre elaboração de fluxos de caixa estimados e definição de taxas de desconto contidas em outras normas, na medida em que estes disciplinem tais práticas.

Passivos não contratuais

30.Passivos não contratuais, tais como obrigações não formalizadas disciplinadas pela NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, são aqueles que apresentam maior complexidade para fins de mensuração contábil pelo uso de informações com base no valor presente. Fluxos de caixa ou séries de fluxos de caixa estimados são inerentemente incertos, assim como são os períodos para os quais se tem a expectativa de entrega de produto/prestação de serviço. Logo, senso

crítico, sensibilidade e experiência são requeridos na condução de cálculos probabilísticos. Pode ser que em determinadas situações a participação de equipe multidisciplinar de profissionais seja imperativo para execução da tarefa.

31.Referida complexidade associada às obrigações não formalizadas resultam do fato de que estas decorrem das ações da entidade por via de padrão estabelecido de práticas passadas ou políticas publicadas e declarações específicas que tenham criado uma expectativa válida em outras partes sobre o cumprimento dessas responsabilidades. Garantias concedidas a clientes discricionariamente, assistência financeira frequente a comunidades nativas situadas em regiões nas quais sejam desenvolvidas atividades econômicas exploratórias, entre outros, são alguns exemplos.

32.O desconto a valor presente é requerido, quer se trate de passivos oriundos de obrigações legais ou não formalizadas, sendo que a taxa de desconto necessariamente deve considerar o risco de crédito da entidade.

33.Obrigações para desativação e retirada de serviço de ativos de longo prazo ou restauração de áreas onde os ativos operam são exemplos de passivos de longo prazo que podem ter natureza não contratual sobre a qual se aplica o ajuste a valor presente (tipicamente observados em companhias que atuam no segmento de extração de minérios metálicos, de petróleo e termonuclear, por exemplo).

Efeitos fiscais

34.Para fins de desconto a valor presente de ativos e passivos, a taxa a ser aplicada não deve ser líquida de efeitos fiscais e, sim, antes dos impostos.

35.No tocante às diferenças temporárias observadas entre a base contábil e fiscal de ativos e passivos ajustados a valor presente, essas diferenças temporárias devem receber o tratamento requerido pelas regras contábeis vigentes para reconhecimento e mensuração de ativos e passivos fiscais diferidos.

Classificação

36.Na classificação dos itens que surgem em decorrência do ajuste a valor presente de ativos e passivos, quer seja em situações de reconhecimento inicial, quer seja nos casos de nova medição, dentro da filosofia do valor justo, deve ser observado o que prescreve a Estrutura Conceitual em seu item 2.12, ao tratar de representação fidedigna de relatórios financeiros.

Divulgação

37.Em se tratando de evidenciação em nota explicativa, devem ser prestadas informações mínimas que permitam que os usuários das demonstrações contábeis entendam as mensurações a valor presente levadas a efeito para ativos e passivos, compreendendo o seguinte rol não exaustivo:

(a)descrição pormenorizada do item objeto da mensuração a valor presente, natureza de seus fluxos de caixa (contratuais ou não) e, se aplicável, o seu valor de entrada cotado a mercado;

(b)premissas utilizadas pela administração, taxas de juros decompostas por prêmios incorporados e por fatores de risco (taxa livre de risco, risco de crédito etc.), montantes dos fluxos de caixa estimados ou séries de montantes dos fluxos de caixa estimados, horizonte temporal estimado ou esperado, expectativas em termos de montante e temporalidade dos fluxos (probabilidades associadas);

(c)modelos utilizados para cálculo de riscos e as informações utilizadas nos modelos;

(d)breve descrição do método de alocação dos descontos e do procedimento adotado para acomodar mudanças de premissas da administração;

(e)propósito da mensuração a valor presente, se para reconhecimento inicial ou nova medição e motivação da administração para levar a efeito tal procedimento;

(f)outras informações consideradas relevantes.

Disposições Transitórias

38.Esta Norma substitui a NBC TG 12 - Ajuste a Valor Presente aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade em 23 de janeiro de 2009.

Vigência

39.Esta Norma entra em vigor no dia 1° de novembro de 2023 e revoga, nessa mesma data, a Resolução n.° 1.151/09, publicada no DOU, Seção 1, de 27/01/2009.

AÉCIO PRADO DANTAS JÚNIOR
Presidente do Conselho

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

REVISÃO DE PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS - N° 022/2022

Este documento de revisão apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 15 (R1), CPC 27, CPC 20 (R1) e CPC 41.

Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência da revogação do CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

Os trechos excluídos estão tachados.

1. Altera o item 53 no CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, que passa a vigorar com a seguinte redação:

53. Os custos diretamente relacionados à aquisição são custos que o adquirente incorre para efetivar a combinação de negócios. Esses custos incluem honorários de profissionais e consultores, tais como advogados, contadores, peritos, avaliadores; custos administrativos gerais, inclusive custos decorrentes da manutenção de departamento de aquisições; e custos de registro e emissão de títulos de dívida e de títulos patrimoniais. O adquirente deve contabilizar os custos diretamente relacionados à aquisição como despesa no período em que forem incorridos e os serviços forem recebidos, com apenas uma exceção. Os custos decorrentes da emissão de títulos de dívida e de títulos patrimoniais devem ser reconhecidos de acordo com o ~~CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, e~~ CPC 48 - Instrumentos Financeiros e o CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação.

2. Altera o item 23 no CPC 27 - Ativo Imobilizado, que passa a vigorar com a seguinte redação:

23. O custo de um item de ativo imobilizado é equivalente ao preço à vista na data do reconhecimento. Se o prazo de pagamento excede os prazos normais de crédito, a diferença entre o preço equivalente à vista e o total dos pagamentos deve ser reconhecida como despesa com juros durante o período (ver os Pronunciamentos Técnicos CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, principalmente seu item 10~~, e CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários~~), a menos que seja passível de capitalização de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 - Custos de Empréstimos.

3. Altera a letra (a) do item 6 no CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, que passa a vigorar com a seguinte redação:

6. Custos de empréstimos podem incluir:

(a) encargos financeiros calculados com base no método da taxa efetiva de juros, como descrito no ~~CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários e no~~ CPC 48 - Instrumentos Financeiros;

4. Altera o item 34 no CPC 41 - Resultado por Ação, que passa a vigorar com a seguinte redação:

34. Após as ações ordinárias potenciais terem sido convertidas em ações ordinárias, os itens identificados no item 33(a) a (c) não mais se aplicam. Em vez disso, as novas ações ordinárias têm a prerrogativa de participar no lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de capital próprio ordinário da companhia. Desse modo, o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de capital próprio ordinário da companhia, calculados de acordo com o item 12, devem ser ajustados para os itens identificados no item 33(a) a (c) e quaisquer tributos relacionados. As despesas relacionadas às ações ordinárias potenciais incluem custos de transação e descontos contabilizados em conformidade com o método da taxa efetiva de juros (ver CPC 48 - Instrumentos Financeiros ~~e CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários~~).

1.02 ENTIDADES DE CLASSE

RESOLUÇÃO CFC N° 1.710, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 03.11.2023)

Dispõe sobre a adoção das Normas Brasileiras de preparação e asseguração de Relatórios de Sustentabilidade convergidas aos padrões internacionais.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a emissão das Normas Internacionais de Divulgação de Sustentabilidade (até o momento, representadas pelas normas IFRS S1 e IFRS S2), pelo International Sustainability Standards Board (ISSB), vinculado à Fundação IFRS;

CONSIDERANDO a necessidade de harmonizar as práticas brasileiras às práticas internacionais de divulgação e asseguração de informações de sustentabilidade;

CONSIDERANDO que os padrões globais de divulgação sobre sustentabilidade devem guardar conectividade com os padrões globais de Contabilidade, conhecidos por International Financial Reporting Standard (IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (Iasb) e que, portanto, é necessário que seja observado um alinhamento entre ambos;

CONSIDERANDO o compromisso do CFC com o Pacto Global da Organização das Nações Unidas e a importância de que os padrões globais de divulgação sobre sustentabilidade editados pelo ISSB sejam também adotados no Brasil, a fim de que as organizações brasileiras em geral possam retratar suas performances em relação a tais padrões, permitindo assim maior transparência e credibilidade perante o mercado e os investidores;

CONSIDERANDO a criação do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) por meio da Resolução CFC n° 1.670/2022, na qual está previsto que os documentos emitidos pelo CBPS podem ser consubstanciados em Normas Brasileiras de Divulgação sobre Sustentabilidade;

CONSIDERANDO que a Resolução CFC n° 1.640/2021 prevê, em seu art. 3°, inciso XII, a atribuição privativa dos profissionais da Contabilidade para elaboração de relatórios de sustentabilidade e, no inciso XXXI, a prerrogativa de realização de trabalhos de asseguração sobre esses relatórios;

CONSIDERANDO a publicação da Resolução CVM n° 193/2023, em que está prevista a adoção antecipada da divulgação de relatórios de sustentabilidade a partir do exercício de 2024 com base no padrão emitido pelo ISSB;

CONSIDERANDO a iniciativa do International Audit and Assurance Standards Board (IAASB), Comitê vinculado à Federação Internacional dos Contadores (IFAC, em inglês), de emitir norma internacional de asseguração sobre os relatórios de sustentabilidade, identificada como International Standard on Suntainability Assurance (ISSA);

RESOLVE:

Art. 1° Ficam inseridas, na estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade, aprovada pela Resolução CFC n° 1.328/2011, as Normas Brasileiras de Contabilidade para Divulgação de Informações sobre Sustentabilidade - NBC TDS; e as Normas Brasileiras de Contabilidade para Asseguração de Divulgação de Informações de Sustentabilidade - NBC TAS.

Art. 2° Inclui os incisos X e XI ao art. 4° da Resolução CFC n° 1.328/2011, com a seguinte redação:

X - de Divulgação de Informações sobre Sustentabilidade - NBC TDS - são as Normas Brasileiras de Contabilidade para Divulgação de Informações sobre Sustentabilidade - NBC TDS convergentes com as Normas Internacionais de Divulgação de Informações de Sustentabilidade, emitidas pelo International Sustainability Standards Board (ISSB); e

XI - de Asseguração de Relatório de Informações de Sustentabilidade - NBC TAS - são as Normas Brasileiras de Contabilidade para Asseguração de Relatório de Informações de Sustentabilidade - NBC TAS convergentes com as respectivas normas internacionais a serem emitidas pela IFAC.

Art. 3° Fica facultada a adoção antecipada das normas IFRS S1 e IFRS S2 emitidas pelo ISSB, e de seus respectivos anexos, para divulgação dos relatórios de sustentabilidade referentes aos anos-calendários de 2024 e 2025 até que se emitam as NBCs TDS. A partir do ano-calendário 2026, os padrões referidos nesta Resolução serão obrigatórios, sempre que a entidade divulgar Relatório de Informações de Sustentabilidade.

Art. 4° A elaboração e asseguração dos Relatórios de Informações de Sustentabilidade são de responsabilidade técnica do profissional da Contabilidade, conforme estabelecido na Resolução CFC n° 1.640/2021.

Parágrafo único. O profissional da Contabilidade referido no caput deve estar devidamente habilitado em Conselho Regional de Contabilidade, preservadas as competências privativas de Contador para os trabalhos de asseguração.

Art. 5° Esta Resolução entra em vigor em 6 de novembro de 2023.

Aprovada na 1.101ª Reunião Plenária, realizada em 25 de outubro de 2023.

AÉCIO PRADO DANTAS JÚNIOR
Presidente do Conselho

2.00 ASSUNTOS FEDERAIS

2.01 IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

DECRETO N° 11.764, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 31.10.2023 - Edição Extra)

Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto n° 11.158, de 29 de julho de 2022.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 153, § 1°, da Constituição, e no art. 4°, caput, incisos I e II, do Decreto-Lei n° 1.199, de 27 de dezembro de 1971,

DECRETA:

Art. 1° Ficam alteradas, na forma do Anexo, as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI constantes da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto n° 11.158, de 29 de julho de 2022, incidentes sobre os produtos classificados nos códigos relacionados no referido Anexo.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação.

Brasília, 31 de outubro de 2023; 202° da Independência e 135° da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

FERNANDO HADDAD

ANEXO

NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA (%)
9302.00.00	- Revólveres e pistolas, exceto os das posições 93.03 ou 93.04.	55
9303.10.00	- Armas de fogo carregáveis exclusivamente pela boca	55
9303.20.00	- Outras espingardas e carabinas de caça ou de tiro ao alvo, com pelo menos um cano liso	55
9303.30.00	- Outras espingardas e carabinas de caça ou de tiro ao alvo	55
9303.90.10	- Lançadores do tipo utilizado com cartuchos dos itens 9306.21.10, 9306.21.20 ou 9306.21.30	55
9303.90.90	- Outros	55
9304.00.10	- Recipientes do tipo aerossol que contenham produtos químicos ou oleorresina de Capsicum, com fins irritantes	55
9304.00.90	- Outras	55
9306.21.90	- Outros	25
9306.29.00	- Outros	55
9306.30.00	- Outros cartuchos e suas partes	25
9306.90.90	- Outros	55

2.02 LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

LEI N° 14.717, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01.11.2023)

Institui pensão especial aos filhos e dependentes crianças ou adolescentes, órfãos em razão do crime de feminicídio tipificado no inciso VI do § 2° do art. 121 do Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1° É instituída pensão especial aos filhos e dependentes menores de 18 (dezoito) anos de idade, órfãos em razão do crime de feminicídio tipificado no inciso VI do § 2° do art. 121 do Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

§ 1° O benefício de que trata o caput deste artigo, no valor de 1 (um) salário mínimo, será pago ao conjunto dos filhos e dependentes menores de 18 (dezoito) anos de idade na data do óbito de mulher vítima de feminicídio.

§ 2° O benefício de que trata o caput deste artigo será concedido, ainda que provisoriamente, mediante requerimento, sempre que houver fundados indícios de materialidade do feminicídio, na forma definida em regulamento, vedado ao autor, coautor ou partícipe do crime representar as crianças ou adolescentes para fins de recebimento e administração da pensão especial.

§ 3° Verificado em processo judicial com trânsito em julgado que não houve o crime de feminicídio, o pagamento do benefício de que trata o caput deste artigo cessará imediatamente, desobrigados os beneficiários do dever de ressarcir os valores recebidos, salvo má-fé.

§ 4° O benefício de que trata o caput deste artigo, ressalvado o direito de opção, não é acumulável com benefícios previdenciários recebidos do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) ou dos regimes próprios de previdência social, nem com pensões ou benefícios do sistema de proteção social dos militares.

§ 5° Será excluído definitivamente do recebimento do benefício de que trata o caput deste artigo a criança ou o adolescente que tiver sido condenado, mediante sentença com trânsito em julgado, pela prática de ato infracional análogo a crime como autor, coautor ou partícipe de feminicídio doloso, ou de tentativa desse ato, cometido contra a mulher vítima da violência, ressalvados os absolutamente incapazes e os inimputáveis.

§ 6° O benefício de que trata o caput deste artigo cessará quando o beneficiário completar 18 (dezoito) anos de idade, ou em razão de seu falecimento, e a respectiva cota será reversível aos demais beneficiários.

§ 7° O benefício de que trata o caput deste artigo não prejudicará os direitos de quem o receber, relativos ao dever de o agressor ou o autor do ato delitivo indenizar a família da vítima.

Art. 2° O benefício de que trata o art. 1° desta Lei será concedido às crianças e aos adolescentes elegíveis à prestação mensal na data de publicação desta Lei, inclusive nos casos de feminicídios ocorridos anteriormente, sem efeitos retroativos.

Art. 3° As despesas decorrentes do disposto nesta Lei serão classificadas na função orçamentária Assistência Social e estarão sujeitas a previsão nas respectivas leis orçamentárias anuais.

Art. 4° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 31 de outubro de 2023; 202° da Independência e 135° da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

SILVIO LUIZ DE ALMEIDA

FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA

APARECIDA GONÇALVES

PORTARIA MM N° 288, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 27.10.2023 - Edição Extra)

Institui o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça no âmbito do Ministério das Mulheres.

A MINISTRA DE ESTADO DO MINISTÉRIO DAS MULHERES, o uso da atribuição que lhe confere o inciso II, do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o Decreto n° 11.351, de 1° de janeiro de 2023, e considerando o Decreto n° 6.412, de 25 de março de 2008,

RESOLVE:

Art. 1° Fica instituído o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça no âmbito do Ministério das Mulheres, destinado a fomentar medidas de igualdade substancial entre mulheres e homens no mundo do trabalho formal, com enfrentamento às discriminações de gênero e raciais.

Art. 2° São objetivos do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça:

I - Conscientizar e incentivar empregadoras e empregadores a adotarem práticas de gestão de pessoas e de cultura organizacional que promovam a igualdade de gênero e raça dentro do ambiente corporativo;

II - Contribuir para a eliminação de todas as formas de discriminação de gênero e raça no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego, em relação às mulheres;

III - Promover ações preventivas em relação às mulheres, com o enfrentamento a todas as práticas de racismo e discriminação de gênero e ao assédio moral e sexual no ambiente de trabalho.

Art. 3° O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça tem como público-alvo as empresas com 100 (cem) ou mais empregadas e empregados, sejam públicas, privadas ou de economia mista, que aderirem voluntariamente ao programa.

Art. 4° São condições de elegibilidade para a adesão e para a permanência no Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça:

I - Cumprir os requisitos previstos em Edital e Guia Operacional, a serem publicados pelo Ministério das Mulheres;

II - Para empresas privadas, publicar os relatórios de transparência salarial e remuneratória, conforme disposto na Lei n° 14.611/2023 (Lei de Igualdade Salarial entre Mulheres e Homens);

III - Não figurar no Cadastro de Empregadores que tenham submetido pessoas trabalhadoras a condições análogas às de escravo, criado pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH n° 4, de 11 de maio de 2016; e

IV - Comprovar a adoção de medidas de apuração de denúncias de assédio sexual, assédio moral e de discriminação racial e de gênero, caso existentes.

Art. 5° O Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça será concedido, em formato digital, às empresas participantes do programa que cumprirem o Plano de Ação e apresentarem o Relatório Final dos resultados alcançados, de acordo com as regras previstas no Edital.

§ 1° O Plano de Ação deverá ser executado no prazo de até 2 (dois) anos, na forma especificada no Edital.

§ 2° As despesas decorrentes das ações de execução do Plano de Ação do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça são de responsabilidade da empresa participante.

Art. 6° O Ministério das Mulheres publicará Edital e Guia Operacional do programa, definindo a forma de adesão, as etapas, premiação e as orientações complementares para a participação no Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça.

Art. 7° O Ministério das Mulheres instituirá o Comitê de Acompanhamento do Programa, que terá a seguinte composição:

I - Ministério das Mulheres;

II - Organização Internacional do Trabalho - OIT;

III - Organização das Nações Unidas - ONU Mulheres.

§ 1° O Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério da Igualdade Racial participam do Comitê de Acompanhamento como convidados permanentes, sem direito a voto.

§ 2° O ato de instituição do Comitê a que se refere o caput poderá constituir outras comissões e grupos de trabalho com especialistas no tema e convidados para a contribuição em assuntos específicos do Programa, visando ao cumprimento do disposto nessa Portaria.

Art. 8° A Secretaria Nacional de Autonomia Econômica do Ministério das Mulheres coordenará o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça;

Art. 9° Ficam revogadas

I - A Portaria n° 2.467 e 23 de novembro de 2022; e

II - A Portaria n° 2.468, de 23 de novembro de 2022.

Art. 10° Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação.

APARECIDA GONÇALVES

PORTARIA CONJUNTA PRES/INSS/SRGPS/MPS N° 038, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01.11.2023)

Alteração na prorrogação automática de 30 (trinta) dias quando da solicitação pelo beneficiário de prorrogação de Benefício por Incapacidade Temporária.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS E O SECRETÁRIO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS, no uso da competência que lhes conferem o Decreto n° 10.995, de 14 de março de 2022, e o Decreto n° 11.356, de 1° de janeiro de 2023, respectivamente, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n° 10128.115230/2023-94,

RESOLVE:

Art. 1° Estabelecer que os Pedidos de Prorrogação dos benefícios de benefício por incapacidade temporária, realizados no prazo estabelecido no § 3° do art. 339 da Instrução Normativa PRES/INSS n° 128, de 28 de março de 2022, devem observar que será aplicada a prorrogação automática do benefício:

I - por 30 (trinta) dias:

a) independentemente do tempo de espera da perícia médica, ou seja, inclusive quando inferior a 30 (trinta) dias, relativizando, de tal modo, o parâmetro operacional da busca de vaga maior que 30 (trinta) dias;

b) para todas as Agências da Previdência Social (APS), visto que atualmente é aplicado apenas em unidades com oferta de perícia e que tenham próxima vaga disponível; e

c) tantas vezes quanto o beneficiário solicitar, já que, atualmente, à partir da terceira solicitação obrigatoriamente o mesmo tem que ser submetido a avaliação médico-pericial;

II - inclusive para os requerimentos de prorrogação que aguardam a realização de perícia médica, mantendo, nesses casos, a Data de Cessação Administrativa prevista, disponibilizando, dessa forma, tais vagas para outros exames médico-periciais; e

III - às solicitações de prorrogação de benefício de origem judicial, recursal e de restabelecimentos.

§ 1° No período com fixação de Data de Cessação Administrativa, caso o segurado sinta-se apto, poderá retornar ao trabalho sem necessidade de nova perícia médica, formalizando o pedido de cessação do benefício na APS de manutenção do seu benefício ou na Central 135.

§ 2° Os procedimentos de que trata o caput e seus incisos serão aplicados até o dia 30 de abril de 2024.

Art. 2° O INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev adotarão as medidas necessárias para o cumprimento do contido nesta Portaria Conjunta.

Art. 3° Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO
Presidente do Instituto

ADROALDO DA CUNHA PORTAL
Secretário

2.03 FGTS e GEFIP

CIRCULAR CAIXA N° 1.035, DE 26 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 30.10.2023)

Dispõe sobre a suspensão da exigibilidade dos recolhimentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS, referentes às competências de outubro de 2023 a janeiro de 2024, autorizada pela publicação da Portaria n 3.553 do Ministério do Trabalho e Emprego, de 23 de outubro de 2023, para os empregadores situados nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul alcançados por estado de calamidade pública reconhecido pela Portaria n° 2.852 da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, de 07 de setembro de 2023.

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL CAIXA, na qualidade de Agente Operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7°, inciso II, da Lei 8.036/90, de 11/05/1990, e de acordo com o Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto n° 99.684/90, de 08/11/1990, alterado pelo Decreto n° 1.522/95, de 13/06/1995, em consonância com a Lei n° 9.012/95, de 11/03/1995, com a Lei n° 8.212, de 24/07/1991, com o Decreto n° 3.048, de 06/05/1999, com a Lei n° 14.437, de 15/08/2022 e o disposto na Portaria MTE n° 3.553, de 23/10/2023,

RESOLVE:

1 Divulgar orientação acerca da suspensão temporária da exigibilidade do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente às competências de outubro de 2023 a janeiro de 2024, para os empregadores situados nos seguintes municípios do Estado do Rio Grande do Sul, alcançados por estado de calamidade pública reconhecido pela Portaria n° 2.852, de 07 de setembro de 2023, da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

a) Arroio do Meio;

b) Bento Gonçalves;

c) Bom Jesus;

d) Bom Retiro do Sul;

e) Colinas;

f) Cruzeiro do Sul;

g) Dois Lajeados;

h) Encantado;

i) Estrela;

j) Farroupilha;

k) Guaporé;

l) Lajeado;

m) Muçum;

n) Paraí;

o) Roca Sales;

p) Santa Tereza;

q) São Valentim do Sul;

r) Serafina Corrêa;

s) Taquari; e

t) Venâncio Aires.

1.1 Fazem uso dessa prerrogativa todos os empregadores, inclusive o empregador doméstico, independentemente de adesão prévia.

2 Para o uso da prerrogativa de suspensão da exigibilidade do recolhimento do FGTS, o empregador e o empregador doméstico permanecem obrigados a declarar as informações das competências contempladas, até 20 de fevereiro de 2024, observando:

2.1 Os empregadores usuários do SEFIP adotam as orientações contidas no Manual da GFIP/SEFIP para Usuários do SEFIP 8.4, em seu Capítulo I, item 7, obrigatoriamente com o uso da modalidade 1 (Declaração ao FGTS e à Previdência).

2.2 Os empregadores domésticos, o microempreendedor individual e o segurado especial, usuários do eSocial adotam as orientações contidas nos manuais de orientação disponíveis no portal eSocial, no item e subitens que trata da emissão de guia, destacando-se que deve ser obrigatoriamente emitida a guia de recolhimento Documento de Arrecadação do eSocial - DAE, dispensada sua impressão e quitação.

2.3 As informações prestadas constituem declaração e reconhecimento dos créditos delas decorrentes, caracterizam confissão de débito e constituem instrumento hábil e suficiente para a cobrança do crédito de FGTS.

3 O parcelamento do recolhimento do FGTS, cujas informações foram declaradas pelo empregador e empregador doméstico referentes às competências de outubro de 2023 a janeiro de 2024, prevê realização do recolhimento em até 6 parcelas fixas, a partir da competência de março de 2024, na data prevista para recolhimento mensal devido, conforme disposto no caput do Art. 15 da Lei 8.036, de 11 de maio de 1.990.

3.1 Quanto a data prevista para recolhimento mensal, observa-se o Art.19 da Lei n° 14.438, de 24 de agosto de 2022 que trata da produção de efeitos.

4 Os procedimentos operacionais para recolhimento e parcelamento tratados nesta Circular serão detalhados conforme orientações do item 14 do Manual de Orientações - Recolhimentos Mensais e Rescisórios ao FGTS e das Contribuições Sociais e item 3.2.7 do Manual de Orientações - Regularidade do Empregador.

5 Esta Circular CAIXA entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO HIDEKI HORI TAKAHASHI
Diretor Executivo

2.04 SIMPLES NACIONAL

PORTARIA CGSN/SE N° 101, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023 - (DOU de 03.11.2023)

Dispõe sobre prorrogação de prazo no Simples Nacional para contribuintes com sede nos Municípios do Estado do Paraná (PR).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VIII do art. 17 do Regimento Interno do Comitê Gestor do Simples Nacional, aprovado pela Resolução CGSN n° 163, de 21 de janeiro de 2022, e tendo em vista o disposto no § 3° do art. 1° da Resolução CGSN n° 97, de 1° de fevereiro de 2012, no Decreto Estadual do Paraná n° 3.821, de 27 de outubro de 2023, e no Ofício n° 4758/2023 - GS/SEFA, de 31 de outubro de 2023, o qual solicita a prorrogação do prazo de pagamento de tributos do Simples Nacional em virtude de situação de calamidade pública,

RESOLVE:

Art. 1° Ficam prorrogadas as datas de vencimento dos tributos apurados no Simples Nacional, devidos pelos sujeitos passivos com sede nos Municípios da lista anexa, localizados no estado do Paraná (PR), em relação aos seguintes períodos de apuração (PA):

I - PA outubro de 2023, com vencimento original em 20 de novembro de 2023, terá sua data de vencimento prorrogada para 31 de maio de 2024;

II - PA novembro de 2023, com vencimento original em 20 de dezembro de 2023, terá sua data de vencimento prorrogada para 28 de junho de 2024;

III - PA dezembro de 2023, com vencimento original em 22 de janeiro de 2024, terá sua data de vencimento prorrogada para 31 de julho de 2024.

Parágrafo único. A prorrogação de prazo a que se refere esta Portaria não implica direito à restituição de quantias eventualmente já recolhidas.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OLIELSON LOBATO JÚNIOR

ANEXO ÚNICO

Clevelândia	General Carneiro
Mallet	Palmeira
Paulo Frontin	Pitanga
Porto Amazonas	Prudentópolis
Rebouças	Rio Azul
Rio Negro	Roncador
São João do Triunfo	São Mateus do Sul
União da Vitória	

2.05 OUTROS ASSUNTOS FEDERAIS

LEI N° 14.711, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 31.10.2023)

Dispõe sobre o aprimoramento das regras de garantia, a execução extrajudicial de créditos garantidos por hipoteca, a execução extrajudicial de garantia imobiliária em concurso de credores, o procedimento de busca e apreensão extrajudicial de bens móveis em caso de inadimplemento de contrato de alienação fiduciária, o resgate antecipado de Letra Financeira, a alíquota de imposto de renda sobre rendimentos no caso de fundos de investimento em participações qualificados que envolvam titulares de cotas com residência ou domicílio no exterior e o procedimento de emissão de debêntures; altera as Leis n°s 9.514, de 20 de novembro de 1997, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.476, de 28 de agosto de 2017, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 9.492, de 10 de setembro de 1997, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 12.249, de 11 de junho de 2010, 14.113, de 25 de dezembro de 2020, 11.312, de 27 de junho de 2006, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 14.382, de 27 de junho de 2022, e o Decreto-Lei n° 911, de 1° de outubro de 1969; e revoga dispositivos dos Decretos-Lei n°s 70, de 21 de novembro de 1966, e 73, de 21 de novembro de 1966.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

LEI:

CAPÍTULO I
DO OBJETO

Art. 1° Esta Lei dispõe sobre o aprimoramento das regras relativas ao tratamento do crédito e das garantias e às medidas extrajudiciais para recuperação de crédito.

CAPÍTULO II
DO APRIMORAMENTO DAS REGRAS DE GARANTIAS

Art. 2° A Lei n° 9.514, de 20 de novembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 22. A alienação fiduciária regulada por esta Lei é o negócio jurídico pelo qual o fiduciante, com o escopo de garantia de obrigação própria ou de terceiro, contrata a transferência ao credor, ou fiduciário, da propriedade resolúvel de coisa imóvel.

.....

§ 3° A alienação fiduciária da propriedade superveniente, adquirida pelo fiduciante, é suscetível de registro no registro de imóveis desde a data de sua celebração, tornando-se eficaz a partir do cancelamento da propriedade fiduciária anteriormente constituída.

§ 4° Havendo alienações fiduciárias sucessivas da propriedade superveniente, as anteriores terão prioridade em relação às posteriores na excussão da garantia, observado que, no caso de excussão do imóvel pelo credor fiduciário anterior com alienação a terceiros, os direitos dos credores fiduciários posteriores sub-rogam-se no preço obtido, cancelando-se os registros das respectivas alienações fiduciárias.

§ 5° O credor fiduciário que pagar a dívida do devedor fiduciante comum ficará sub-rogado no crédito e na propriedade fiduciária em garantia, nos termos do inciso I do caput do art. 346 da Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

§ 6° O inadimplemento de quaisquer das obrigações garantidas pela propriedade fiduciária faculta ao credor declarar vencidas as demais obrigações de que for titular garantidas pelo mesmo imóvel, inclusive quando a titularidade decorrer do disposto no art. 31 desta Lei.

§ 7° O disposto no § 6° aplica-se à hipótese prevista no § 3° deste artigo.

§ 8° O instrumento constitutivo da alienação fiduciária na forma do § 3° deve conter cláusula com a previsão de que trata o § 6° deste artigo.

§ 9° Na hipótese de o fiduciário optar por exercer a faculdade de que trata o § 6° deste artigo, deverá informá-lo na intimação de que trata o § 1° do art. 26 desta Lei.

§ 10. O disposto no § 3° do art. 49 da Lei n° 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, beneficia todos os credores fiduciários, mesmo aqueles decorrentes da alienação fiduciária da propriedade superveniente."(NR)

"Art. 24. .....

I - o valor da dívida, sua estimação ou seu valor máximo;

.....

V - a cláusula que assegure ao fiduciante a livre utilização, por sua conta e risco, do imóvel objeto da alienação fiduciária, exceto a hipótese de inadimplência;

.....

VII - a cláusula que disponha sobre os procedimentos de que tratam os arts. 26-A, 27 e 27-A desta Lei.

....." (NR)

"Art. 25. .....

§ 1° No prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de liquidação da dívida, o fiduciário fornecerá o termo de quitação ao devedor e, se for o caso, ao terceiro fiduciante.

§ 1°-A O não fornecimento do termo de quitação no prazo previsto no § 1° deste artigo acarretará multa ao fiduciário equivalente a 0,5% (meio por cento) ao mês, ou fração, sobre o valor do contrato, que se reverterá em favor daquele a quem o termo não tiver sido disponibilizado no referido prazo.

....." (NR)

"Art. 26. Vencida e não paga a dívida, no todo ou em parte, e constituídos em mora o devedor e, se for o caso, o terceiro fiduciante, será consolidada, nos termos deste artigo, a propriedade do imóvel em nome do fiduciário.

§ 1° Para fins do disposto neste artigo, o devedor e, se for o caso, o terceiro fiduciante serão intimados, a requerimento do fiduciário, pelo oficial do registro de imóveis competente, a satisfazer, no prazo de 15 (quinze) dias, a prestação vencida e aquelas que vencerem até a data do pagamento, os juros

convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive os tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel e as despesas de cobrança e de intimação.

§ 1°-A Na hipótese de haver imóveis localizados em mais de uma circunscrição imobiliária em garantia da mesma dívida, a intimação para purgação da mora poderá ser requerida a qualquer um dos registradores competentes e, uma vez realizada, importa em cumprimento do requisito de intimação em todos os procedimentos de excussão, desde que informe a totalidade da dívida e dos imóveis passíveis de consolidação de propriedade.

§ 2° O contrato poderá estabelecer o prazo de carência, após o qual será expedida a intimação.

§ 2°-A Quando não for estabelecido o prazo de carência no contrato de que trata o § 2° deste artigo, este será de 15 (quinze) dias.

§ 3° A intimação será feita pessoalmente ao devedor e, se for o caso, ao terceiro fiduciante, que por esse ato serão cientificados de que, se a mora não for purgada no prazo legal, a propriedade será consolidada no patrimônio do credor e o imóvel será levado a leilão nos termos dos arts. 26-A, 27 e 27-A desta Lei, conforme o caso, hipótese em que a intimação poderá ser promovida por solicitação do oficial do registro de imóveis, por oficial de registro de títulos e documentos da comarca da situação do imóvel ou do domicílio de quem deva recebê-la, ou pelo correio, com aviso de recebimento, situação em que se aplica, no que couber, o disposto no art. 160 da Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos).

.....

§ 4° Quando o devedor ou, se for o caso, o terceiro fiduciante, o cessionário, o representante legal ou o procurador regularmente constituído encontrar-se em local ignorado, incerto ou inacessível, o fato será certificado pelo serventuário encarregado da diligência e informado ao oficial de registro de imóveis, que, à vista da certidão, promoverá a intimação por edital publicado pelo período mínimo de 3 (três) dias em jornal de maior circulação local ou em jornal de comarca de fácil acesso, se o local não dispuser de imprensa diária, contado o prazo para purgação da mora da data da última publicação do edital.

§ 4°-A É responsabilidade do devedor e, se for o caso, do terceiro fiduciante informar ao credor fiduciário sobre a alteração de seu domicílio.

§ 4°-B Presume-se que o devedor e, se for o caso, o terceiro fiduciante encontram-se em lugar ignorado quando não forem encontrados no local do imóvel dado em garantia nem no endereço que tenham fornecido por último, observado que, na hipótese de o devedor ter fornecido contato eletrônico no contrato, é imprescindível o envio da intimação por essa via com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência da realização de intimação edilícia.

§ 4°-C Para fins do disposto no § 4° deste artigo, considera-se lugar inacessível:

I - aquele em que o funcionário responsável pelo recebimento de correspondência se recuse a atender a pessoa encarregada pela intimação; ou

II - aquele em que não haja funcionário responsável pelo recebimento de correspondência para atender a pessoa encarregada pela intimação.

....." (NR)

"Art. 26-A. Os procedimentos de cobrança, purgação de mora, consolidação da propriedade fiduciária e leilão decorrentes de financiamentos para aquisição ou construção de imóvel residencial do devedor, exceto as operações do sistema de consórcio de que trata a Lei n° 11.795, de 8 de outubro de 2008, estão sujeitos às normas especiais estabelecidas neste artigo.

.....

§ 2° Até a data da averbação da consolidação da propriedade fiduciária, é assegurado ao devedor e, se for o caso, ao terceiro fiduciante pagar as parcelas da dívida vencidas e as despesas de que trata o inciso II do § 3° do art. 27 desta Lei, hipótese em que convalescerá o contrato de alienação fiduciária.

§ 3° No segundo leilão, será aceito o maior lance oferecido desde que seja igual ou superior ao valor integral da dívida garantida pela alienação fiduciária mais antiga vigente sobre o bem, das despesas, inclusive emolumentos cartorários, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, e das contribuições condominiais.

§ 4° Se no segundo leilão não houver lance que atenda ao referencial mínimo para arrematação estabelecido no § 3° deste artigo, a dívida será considerada extinta, com recíproca quitação, hipótese em que o credor ficará investido da livre disponibilidade.

§ 5° A extinção da dívida no excedente ao referencial mínimo para arrematação configura condição resolutiva inerente à dívida e, por isso, estende-se às hipóteses em que o credor tenha preferido o uso da via judicial para executar a dívida."(NR)

"Art. 27. Consolidada a propriedade em seu nome, o fiduciário promoverá leilão público para a alienação do imóvel, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data do registro de que trata o § 7° do art. 26 desta Lei.

.....

§ 2° No segundo leilão, será aceito o maior lance oferecido, desde que seja igual ou superior ao valor integral da dívida garantida pela alienação fiduciária, das despesas, inclusive emolumentos cartorários, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, e das contribuições condominiais, podendo, caso não haja lance que alcance referido valor, ser aceito pelo credor fiduciário, a seu exclusivo critério, lance que corresponda a, pelo menos, metade do valor de avaliação do bem.

§ 2°-A Para fins do disposto nos §§ 1° e 2° deste artigo, as datas, os horários e os locais dos leilões serão comunicados ao devedor e, se for o caso, ao terceiro fiduciante, por meio de correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico.

§ 2°-B Após a averbação da consolidação da propriedade fiduciária no patrimônio do credor fiduciário e até a data da realização do segundo leilão, é assegurado ao fiduciante o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida, somado às despesas, aos prêmios de seguro, aos encargos legais, às contribuições condominiais, aos tributos, inclusive os valores correspondentes ao imposto sobre transmissãointer vivose ao laudêmio, se for o caso, pagos para efeito de consolidação da propriedade fiduciária no patrimônio do credor fiduciário, e às despesas inerentes aos procedimentos de cobrança e leilão, hipótese em que incumbirá também ao fiduciante o pagamento dos encargos tributários e das despesas exigíveis para a nova aquisição do imóvel, inclusive das custas e dos emolumentos.

§ 3° .....

.....

II - despesas: a soma das importâncias correspondentes aos encargos e às custas de intimação e daquelas necessárias à realização do leilão público, compreendidas as relativas aos anúncios e à comissão do leiloeiro; e

III - encargos do imóvel: os prêmios de seguro e os encargos legais, inclusive tributos e contribuições condominiais.

§ 4° Nos 5 (cinco) dias que se seguirem à venda do imóvel no leilão, o credor entregará ao fiduciante a importância que sobejar, nela compreendido o valor da indenização de benfeitorias, depois de deduzidos os valores da dívida, das despesas e dos encargos de que trata o § 3° deste artigo, o que importará em recíproca quitação, hipótese em que não se aplica o disposto na parte final do art. 516 da Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

§ 5° Se no segundo leilão não houver lance que atenda ao referencial mínimo para arrematação estabelecido no § 2°, o fiduciário ficará investido na livre disponibilidade do imóvel e exonerado da obrigação de que trata o § 4° deste artigo.

§ 5°-A Se o produto do leilão não for suficiente para o pagamento integral do montante da dívida, das despesas e dos encargos de que trata o § 3° deste artigo, o devedor continuará obrigado pelo pagamento do saldo remanescente, que poderá ser cobrado por meio de ação de execução e, se for o caso, excussão das demais garantias da dívida, ressalvada a hipótese de extinção do saldo devedor remanescente prevista no § 4° do art. 26-A desta Lei.

§ 6° (Revogado).

§ 6°-A Na hipótese de que trata o § 5°, para efeito de cálculo do saldo remanescente de que trata o § 5°-A, será deduzido o valor correspondente ao referencial mínimo para arrematação do valor atualizado da dívida, conforme estabelecido no § 2° deste artigo, incluídos os encargos e as despesas de cobrança.

.....

§ 11. Os direitos reais de garantia ou constrições, inclusive penhoras, arrestos, bloqueios e indisponibilidades de qualquer natureza, incidentes sobre o direito real de aquisição do fiduciante não obstam a consolidação da propriedade no patrimônio do credor fiduciário e a venda do imóvel para realização da garantia.

§ 12. Na hipótese prevista no § 11 deste artigo, os titulares dos direitos reais de garantia ou constrições sub-rogam-se no direito do fiduciante à percepção do saldo que eventualmente restar do produto da venda." (NR)

"Art. 27-A. Nas operações de crédito garantidas por alienação fiduciária de 2 (dois) ou mais imóveis, na hipótese de não ser convencionada a vinculação de cada imóvel a 1 (uma) parcela da dívida, o credor poderá promover a excussão em ato simultâneo, por meio de consolidação da propriedade e leilão de todos os imóveis em conjunto, ou em atos sucessivos, por meio de consolidação e leilão de cada imóvel em sequência, à medida do necessário para satisfação integral do crédito.

§ 1° Na hipótese de excussão em atos sucessivos, caberá ao credor fiduciário a indicação dos imóveis a serem excutidos em sequência, exceto se houver disposição em sentido contrário expressa no contrato, situação em que a consolidação da propriedade dos demais ficará suspensa.

§ 2° A cada leilão, o credor fiduciário promoverá nas matrículas dos imóveis não leiloados a averbação do demonstrativo do resultado e o encaminhará ao devedor e, se for o caso, aos terceiros fiduciantes, por meio de correspondência dirigida aos endereços físico e eletrônico informados no contrato.

§ 3° Na hipótese de não se alcançar a quantia suficiente para satisfação do crédito, a cada leilão realizado, o credor recolherá o imposto sobre transmissão Inter vivos e, se for o caso, o laudêmio, relativos ao imóvel a ser excutido em seguida, requererá a averbação da consolidação da propriedade e, no prazo de 30 (trinta) dias, realizará os procedimentos de leilão nos termos do art. 27 desta Lei.

§ 4° Satisfeito integralmente o crédito com o produto dos leilões realizados sucessivamente, o credor fiduciário entregará ao devedor e, se for o caso, aos terceiros fiduciantes, o termo de quitação e a

autorização de cancelamento do registro da propriedade fiduciária de eventuais imóveis que restem a ser desonerados."

"Art. 30. É assegurada ao fiduciário, ao seu cessionário ou aos seus sucessores, inclusive ao adquirente do imóvel por força do leilão público de que tratam os arts. 26-A, 27 e 27-A, a reintegração na posse do imóvel, que será concedida liminarmente, para desocupação no prazo de 60 (sessenta) dias, desde que comprovada a consolidação da propriedade em seu nome, na forma prevista no art. 26 desta Lei.

Parágrafo único. Arrematado o imóvel ou consolidada definitivamente a propriedade no caso de frustração dos leilões, as ações judiciais que tenham por objeto controvérsias sobre as estipulações contratuais ou os requisitos procedimentais de cobrança e leilão, excetuada a exigência de notificação do devedor e, se for o caso, do terceiro fiduciante, não obstarão a reintegração de posse de que trata este artigo e serão resolvidas em perdas e danos." (NR)

"Art. 37-A. O fiduciante pagará ao credor fiduciário ou ao seu sucessor, a título de taxa de ocupação do imóvel, por mês ou fração, valor correspondente a 1% (um por cento) do valor de que trata o inciso VI do caput ou o parágrafo único do art. 24 desta Lei, computado e exigível desde a data da consolidação da propriedade fiduciária no patrimônio do credor fiduciário até a data em que este ou seu sucessor vier a ser imitido na posse do imóvel.

....." (NR)

"Art. 39. As disposições da Lei n° 4.380, de 21 de agosto de 1964, e as demais disposições legais referentes ao Sistema Financeiro da Habitação não se aplicam às operações de crédito compreendidas no sistema de financiamento imobiliário a que se refere esta Lei.

I - (revogado);

II - (revogado)." (NR)

Art. 3° A Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"CAPÍTULO XXI
DO CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO FIDUCIÁRIA DE GARANTIAS

Art. 853-A. Qualquer garantia poderá ser constituída, levada a registro, gerida e ter a sua execução pleiteada por agente de garantia, que será designado pelos credores da obrigação garantida para esse fim e atuará em nome próprio e em benefício dos credores, inclusive em ações judiciais que envolvam discussões sobre a existência, a validade ou a eficácia do ato jurídico do crédito garantido, vedada qualquer cláusula que afaste essa regra em desfavor do devedor ou, se for o caso, do terceiro prestador da garantia.

§ 1° O agente de garantia poderá valer-se da execução extrajudicial da garantia, quando houver previsão na legislação especial aplicável à modalidade de garantia.

§ 2° O agente de garantia terá dever fiduciário em relação aos credores da obrigação garantida e responderá perante os credores por todos os seus atos.

§ 3° O agente de garantia poderá ser substituído, a qualquer tempo, por decisão do credor único ou dos titulares que representarem a maioria simples dos créditos garantidos, reunidos em assembleia, mas a substituição do agente de garantia somente será eficaz após ter sido tornada pública pela mesma forma por meio da qual tenha sido dada publicidade à garantia.

§ 4° Os requisitos de convocação e de instalação das assembleias dos titulares dos créditos garantidos estarão previstos em ato de designação ou de contratação do agente de garantia.

§ 5° O produto da realização da garantia, enquanto não transferido para os credores garantidos, constitui patrimônio separado daquele do agente de garantia e não poderá responder por suas obrigações pelo período de até 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de recebimento do produto da garantia.

§ 6° Após receber o valor do produto da realização da garantia, o agente de garantia disporá do prazo de 10 (dez) dias úteis para efetuar o pagamento aos credores.

§ 7° Paralelamente ao contrato de que trata este artigo, o agente de garantia poderá manter contratos com o devedor para:

I - pesquisa de ofertas de crédito mais vantajosas entre os diversos fornecedores;

II - auxílio nos procedimentos necessários à formalização de contratos de operações de crédito e de garantias reais;

III - intermediação na resolução de questões relativas aos contratos de operações de crédito ou às garantias reais; e

IV - outros serviços não vedados em lei.

§ 8° Na hipótese do § 7° deste artigo, o agente de garantia deverá agir com estrita boa-fé perante o devedor."

"Art. 1.477. .....

§ 1° .....

§ 2° O inadimplemento da obrigação garantida por hipoteca faculta ao credor declarar vencidas as demais obrigações de que for titular garantidas pelo mesmo imóvel." (NR)

"Art. 1.478. O credor hipotecário que efetuar o pagamento, a qualquer tempo, das dívidas garantidas pelas hipotecas anteriores sub-rogar-se-á nos seus direitos, sem prejuízo dos que lhe competirem contra o devedor comum.

....." (NR)

"Art. 1.487-A. A hipoteca poderá, por requerimento do proprietário, ser posteriormente estendida para garantir novas obrigações em favor do mesmo credor, mantidos o registro e a publicidade originais, mas respeitada, em relação à extensão, a prioridade de direitos contraditórios ingressos na matrícula do imóvel.

§ 1° A extensão da hipoteca não poderá exceder ao prazo e ao valor máximo garantido constantes da especialização da garantia original.

§ 2° A extensão da hipoteca será objeto de averbação subsequente na matrícula do imóvel, assegurada a preferência creditória em favor da:

I - obrigação inicial, em relação às obrigações alcançadas pela extensão da hipoteca;

II - obrigação mais antiga, considerando-se o tempo da averbação, no caso de mais de uma extensão de hipoteca.

§ 3° Na hipótese de superveniente multiplicidade de credores garantidos pela mesma hipoteca estendida, apenas o credor titular do crédito mais prioritário, conforme estabelecido no § 2° deste artigo, poderá promover a execução judicial ou extrajudicial da garantia, exceto se convencionado de modo diverso por todos os credores."

Art. 4° A Lei n° 13.476, de 28 de agosto de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9° Se, após a excussão das garantias constituídas no instrumento de abertura de limite de crédito, o produto resultante não bastar para a quitação da dívida decorrente das operações financeiras derivadas, acrescida das despesas de cobrança, judicial e extrajudicial, o tomador e os prestadores de garantia pessoal continuarão obrigados pelo saldo devedor remanescente, exceto se houver disposição em sentido contrário na legislação especial aplicável." (NR)

"Art. 9°-A Fica permitida a extensão da alienação fiduciária de coisa imóvel, pela qual a propriedade fiduciária já constituída possa ser utilizada como garantia de operações de crédito novas e autônomas de qualquer natureza, desde que:

I - sejam contratadas as operações com o credor titular da propriedade fiduciária; e

II - inexista obrigação contratada com credor diverso garantida pelo mesmo imóvel, inclusive na forma prevista no § 3° do art. 22 da Lei n° 9.514, de 20 de novembro de 1997.

§ 1° A extensão da alienação fiduciária de que trata o caput deste artigo somente poderá ser contratada, por pessoa física ou jurídica, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional e nas operações com Empresas Simples de Crédito.

§ 2° As operações de crédito garantidas pela mesma alienação fiduciária, na forma prevista no caput deste artigo, apenas poderão ser transferidas conjuntamente, a qualquer título, preservada a unicidade do credor.

§ 3° Ficam permitidas a extensão da alienação fiduciária e a transferência da operação ou do título de crédito para instituição financeira diversa, desde que a instituição credora da alienação fiduciária estendida ou adquirente do crédito, conforme o caso, seja:

I - integrante do mesmo sistema de crédito cooperativo da instituição financeira credora da operação original; e

II - garantidora fidejussória da operação de crédito original.

§ 4° A participação no mesmo sistema de crédito cooperativo e a existência da garantia fidejussória previstas no § 3° deste artigo serão atestadas por meio de declaração no título de extensão da alienação fiduciária."

"Art. 9°-B A extensão da alienação fiduciária de coisa imóvel deverá ser averbada no cartório de registro de imóveis competente, por meio da apresentação do título correspondente, ordenada em prioridade das obrigações garantidas, após a primeira, pelo tempo da averbação.

§ 1° O título de extensão da alienação fiduciária deverá conter:

I - o valor principal da nova operação de crédito;

II - a taxa de juros e os encargos incidentes;

III - o prazo e as condições de reposição do empréstimo ou do crédito do credor fiduciário;

IV - a cláusula com a previsão de que o inadimplemento e a ausência de purgação da mora de que tratam os arts. 26 e 26-A da Lei n° 9.514, de 20 de novembro de 1997, em relação a quaisquer das operações de crédito, faculta ao credor fiduciário considerar vencidas antecipadamente as demais operações de crédito garantidas pela mesma alienação fiduciária, hipótese em que será exigível a totalidade da dívida para todos os efeitos legais; e

V - os demais requisitos previstos no art. 24 da Lei n° 9.514, de 20 de novembro de 1997.

§ 2° A extensão da alienação fiduciária poderá ser formalizada por instrumento público ou particular, admitida a apresentação em formato eletrônico.

§ 3° Fica dispensado o reconhecimento de firma no título de extensão da alienação fiduciária.

§ 4° A extensão da alienação fiduciária não poderá exceder ao prazo final de pagamento e ao valor garantido constantes do título da garantia original."

"Art. 9°-C Celebrada a extensão da alienação fiduciária sobre coisa imóvel, a liquidação antecipada de quaisquer das operações de crédito não obriga o devedor a liquidar antecipadamente as demais operações vinculadas à mesma garantia, hipótese em que permanecerão vigentes as condições e os prazos nelas convencionados.

Parágrafo único. A liquidação de quaisquer das operações de crédito garantidas será averbada na matrícula do imóvel, à vista do termo de quitação específico emitido pelo credor."

"Art. 9°-D Na extensão da alienação fiduciária sobre coisa imóvel, no caso de inadimplemento e de ausência de purgação da mora de que tratam os arts. 26 e 26-A da Lei n° 9.514, de 20 de novembro de 1997, em relação a quaisquer das operações de crédito garantidas, independentemente de seu valor, o credor fiduciário poderá considerar vencidas antecipadamente as demais operações de crédito vinculadas à mesma garantia, hipótese em que será exigível a totalidade da dívida.

§ 1° Na hipótese prevista no caput deste artigo, após o vencimento antecipado de todas as operações de crédito, o credor fiduciário promoverá os demais procedimentos de consolidação da propriedade e de leilão de que tratam os arts. 26, 26-A, 27 e 27-A da Lei n° 9.514, de 20 de novembro de 1997.

§ 2° A informação sobre o exercício, pelo credor fiduciário, da faculdade de considerar vencidas todas as operações vinculadas à mesma garantia, nos termos do caput deste artigo, deverá constar da intimação de que trata o § 1° do art. 26 da Lei n° 9.514, de 20 de novembro de 1997.

§ 3° A dívida de que trata o inciso I do § 3° do art. 27 da Lei n° 9.514, de 20 de novembro de 1997, corresponde à soma dos saldos devedores de todas as operações de crédito vinculadas à mesma garantia.

§ 4° Na hipótese de quaisquer das operações de crédito vinculadas à mesma garantia qualificarem-se como financiamento para aquisição ou construção de imóvel residencial do devedor, aplica-se à excussão da garantia o disposto no art. 26-A da Lei n° 9.514, de 20 de novembro de 1997.

§ 5° O disposto no art. 54 da Lei n° 13.097, de 19 de janeiro de 2015, aplica-se aos negócios jurídicos de extensão de alienação fiduciária."

Art. 5° A Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 29. .....

.....

§ 6° Os ofícios de registro civil das pessoas naturais poderão, ainda, emitir certificado de vida, de estado civil e de domicílio, físico e eletrônico, da pessoa natural, e deverá ser realizada comunicação imediata e eletrônica da prova de vida para a instituição interessada, se for o caso, a partir da celebração de convênio." (NR)

"Art. 167. .....

I - .....

.....

48. de outros negócios jurídicos de transmissão do direito real de propriedade sobre imóveis ou de instituição de direitos reais sobre imóveis, ressalvadas as hipóteses de averbação previstas em lei e respeitada a forma exigida por lei para o negócio jurídico, a exemplo do art. 108 da Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

II - .....

.....

37. da extensão da garantia real à nova operação de crédito, nas hipóteses autorizadas por lei.

....." (NR)

Art. 6° O Decreto-Lei n° 911, de 1° de outubro de 1969, passa a vigorar acrescido dos seguintes arts. 8°-B, 8°-C, 8°-D e 8°-E:

"Art. 8°-B Desde que haja previsão expressa no contrato em cláusula em destaque e após comprovação da mora na forma do § 2° do art. 2° deste Decreto-Lei, é facultado ao credor promover a consolidação da propriedade perante o competente cartório de registro de títulos e documentos no lugar do procedimento judicial a que se referem os arts. 3°, 4°, 5° e 6° deste Decreto-Lei.

§ 1° É competente o cartório de registro de títulos e documentos do domicílio do devedor ou da localização do bem da celebração do contrato.

§ 2° Vencida e não paga a dívida, o oficial de registro de títulos e documentos, a requerimento do credor fiduciário acompanhado da comprovação da mora na forma do § 2° do art. 2° deste Decreto-Lei, notificará o devedor fiduciário para:

I - pagar voluntariamente a dívida no prazo de 20 (vinte) dias, sob pena de consolidação da propriedade;

II - apresentar, se for o caso, documentos comprobatórios de que a cobrança é total ou parcialmente indevida.

§ 3° O oficial avaliará os documentos apresentados na forma do inciso II do § 2° deste artigo e, na hipótese de constatar o direito do devedor, deverá abster-se de prosseguir no procedimento.

§ 4° Na hipótese de o devedor alegar que a cobrança é parcialmente indevida, caber-lhe-á declarar o valor que entender correto e pagá-lo dentro do prazo indicado no inciso I do § 2° deste artigo.

§ 5° É assegurado ao credor optar pelo procedimento judicial para cobrar a dívida ou o saldo remanescente na hipótese de frustração total ou parcial do procedimento extrajudicial.

§ 6° A notificação, a cargo do oficial de registro de títulos e documentos, será feita preferencialmente por meio eletrônico, a ser enviada ao endereço eletrônico indicado em contrato pelo devedor fiduciário.

§ 7° A ausência de confirmação do recebimento da notificação eletrônica em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento, implicará a realização da notificação postal, com aviso de recebimento, a cargo do oficial de registro de títulos e documentos, ao endereço indicado em contrato pelo devedor fiduciário, não exigido que a assinatura constante do aviso de recebimento seja a do próprio destinatário, desde que o endereço seja o indicado no cadastro.

§ 8° Paga a dívida, ficará convalescido o contrato de alienação fiduciária em garantia.

§ 9° Não paga a dívida, o oficial averbará a consolidação da propriedade fiduciária ou, no caso de bens cuja alienação fiduciária tenha sido registrada apenas em outro órgão, o oficial comunicará a este para a devida averbação.

§ 10. A comunicação de que trata o § 6° deste artigo deverá ocorrer conforme convênio das serventias, ainda que por meio de suas entidades representativas, com os competentes órgãos registrais.

§ 11. Na hipótese de não pagamento voluntário da dívida no prazo legal, é dever do devedor, no mesmo prazo e com a devida ciência do cartório de registro de títulos e documentos, entregar ou disponibilizar voluntariamente a coisa ao credor para a venda extrajudicial na forma do art. 8°-C deste Decreto-Lei, sob pena de sujeitar-se a multa de 5% (cinco por cento) do valor da dívida, respeitado o direito do devedor a recibo escrito por parte do credor.

§ 12. No valor total da dívida, poderão ser incluídos os valores dos emolumentos, das despesas postais e das despesas com remoção da coisa na hipótese de o devedor tê-la disponibilizado em vez de tê-la entregado voluntariamente.

§ 13. A notificação deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - cópia do contrato referente à dívida;

II - valor total da dívida de acordo com a possível data de pagamento;

III - planilha com detalhamento da evolução da dívida;

IV - boleto bancário, dados bancários ou outra indicação de meio de pagamento, inclusive a faculdade de pagamento direto no competente cartório de registro de títulos e documentos;

V - dados do credor, especialmente nome, número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), telefone e outros canais de contato;

VI - forma de entrega ou disponibilização voluntárias do bem no caso de inadimplemento;

VII - advertências referentes ao disposto nos §§ 2°, 4°, 8° e 10 deste artigo."

"Art. 8°-C Consolidada a propriedade, o credor poderá vender o bem na forma do art. 2° deste Decreto-Lei.

§ 1° (VETADO).

§ 2° (VETADO).

§ 3° (VETADO).

§ 4° (VETADO).

§ 5° (VETADO).

§ 6° (VETADO).

§ 7° (VETADO).

§ 8° (VETADO).

§ 9° (VETADO).

§ 10. (VETADO).

§ 11. (VETADO)."

"Art. 8°-D No caso de a cobrança extrajudicial realizada na forma dos arts. 8°-B e 8°-C deste Decreto-Lei ser considerada indevida, o credor fiduciário sujeitar-se-á à multa e ao dever de indenizar de que tratam os §§ 6° e 7° do art. 3° deste Decreto-Lei."

"Art. 8°-E Quando se tratar de veículos automotores, é facultado ao credor, alternativamente, promover os procedimentos de execução extrajudicial a que se referem os arts. 8°-B e 8°-C desta Lei perante os órgãos executivos de trânsito dos Estados, em observância às competências previstas no § 1° do art. 1.361 da Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Parágrafo único. (VETADO)."

Art. 7° O art. 18 da Lei n° 6.766, de 19 de dezembro de 1979, passa a vigorar acrescido do seguinte § 8°:

"Art. 18. .....

.....

§ 8° O mesmo imóvel poderá servir como garantia ao Município ou ao Distrito Federal na execução das obras de infraestrutura e a créditos constituídos em favor de credor em operações de financiamento a produção do lote urbanizado." (NR)

Art. 8° O caput do art. 784 da Lei n° 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XI-A:

"Art. 784. .....

.....

XI-A - o contrato de contragarantia ou qualquer outro instrumento que materialize o direito de ressarcimento da seguradora contra tomadores de seguro-garantia e seus garantidores;

....." (NR)

CAPÍTULO III
DA EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL DOS CRÉDITOS GARANTIDOS POR HIPOTECA

Art. 9° Os créditos garantidos por hipoteca poderão ser executados extrajudicialmente na forma prevista neste artigo.

§ 1° Vencida e não paga a dívida hipotecária, no todo ou em parte, o devedor e, se for o caso, o terceiro hipotecante ou seus representantes legais ou procuradores regularmente constituídos serão intimados pessoalmente, a requerimento do credor ou do seu cessionário, pelo oficial do registro de imóveis da situação do imóvel hipotecado, para purgação da mora no prazo de 15 (quinze) dias, observado o disposto no art. 26 da Lei n° 9.514, de 20 de novembro de 1997, no que couber.

§ 2° A não purgação da mora no prazo estabelecido no § 1° deste artigo autoriza o início do procedimento de excussão extrajudicial da garantia hipotecária por meio de leilão público, e o fato será previamente averbado na matrícula do imóvel, a partir do pedido formulado pelo credor, nos 15 (quinze) dias seguintes ao término do prazo estabelecido para a purgação da mora.

§ 3° No prazo de 60 (sessenta) dias, contado da averbação de que trata o § 2° deste artigo, o credor promoverá leilão público do imóvel hipotecado, que poderá ser realizado por meio eletrônico.

§ 4° Para fins do disposto no § 3° deste artigo, as datas, os horários e os locais dos leilões serão comunicados ao devedor e, se for o caso, ao terceiro hipotecante por meio de correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato ou posteriormente fornecidos, inclusive ao endereço eletrônico.

§ 5° Na hipótese de o lance oferecido no primeiro leilão público não ser igual ou superior ao valor do imóvel estabelecido no contrato para fins de excussão ou ao valor de avaliação realizada pelo órgão público competente para cálculo do imposto sobre transmissão Inter vivos, o que for maior, o segundo leilão será realizado nos 15 (quinze) dias seguintes.

§ 6° No segundo leilão, será aceito o maior lance oferecido, desde que seja igual ou superior ao valor integral da dívida garantida pela hipoteca, das despesas, inclusive emolumentos cartorários, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, e das contribuições condominiais, podendo, caso não haja lance que alcance referido valor, ser aceito pelo credor hipotecário, a seu exclusivo critério, lance que corresponda a, pelo menos, metade do valor de avaliação do bem.

§ 7° Antes de o bem ser alienado em leilão, é assegurado ao devedor ou, se for o caso, ao prestador da garantia hipotecária o direito de remir a execução, mediante o pagamento da totalidade da dívida, cujo valor será acrescido das despesas relativas ao procedimento de cobrança e leilões, autorizado o oficial de registro de imóveis a receber e a transferir as quantias correspondentes ao credor no prazo de 3 (três) dias.

§ 8° Se o lance para arrematação do imóvel superar o valor da totalidade da dívida, acrescida das despesas previstas no § 7° deste artigo, a quantia excedente será entregue ao hipotecante no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da efetivação do pagamento do preço da arrematação.

§ 9° Na hipótese de o lance oferecido no segundo leilão não ser igual ou superior ao referencial mínimo estabelecido no § 6° deste artigo para arrematação, o credor terá a faculdade de:

I - apropriar-se do imóvel em pagamento da dívida, a qualquer tempo, pelo valor correspondente ao referencial mínimo devidamente atualizado, mediante requerimento ao oficial do registro de imóveis competente, que registrará os autos dos leilões negativos com a anotação da transmissão dominial em ato registral único, dispensadas, nessa hipótese, a ata notarial de especialização de que trata este artigo e a obrigação a que se refere o § 8° deste artigo; ou

II - realizar, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado do último leilão, a venda direta do imóvel a terceiro, por valor não inferior ao referencial mínimo, dispensado novo leilão, hipótese em que o credor hipotecário ficará investido, por força desta Lei, de mandato irrevogável para representar o garantidor hipotecário, com poderes para transmitir domínio, direito, posse e ação, manifestar a responsabilidade do alienante pela evicção e imitir o adquirente na posse.

§ 10. Nas operações de financiamento para a aquisição ou a construção de imóvel residencial do devedor, excetuadas aquelas compreendidas no sistema de consórcio, caso não seja suficiente o produto da excussão da garantia hipotecária para o pagamento da totalidade da dívida e das demais despesas previstas no § 7° deste artigo, o devedor ficará exonerado da responsabilidade pelo saldo remanescente, hipótese em que não se aplica o disposto no art. 1.430 da Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

§ 11. Concluído o procedimento e havendo lance vencedor, os autos do leilão e o processo de execução extrajudicial da hipoteca serão distribuídos a tabelião de notas com circunscrição delegada que abranja o local do imóvel para lavratura de ata notarial de arrematação, que conterá os dados da intimação do devedor e do garantidor e dos autos do leilão e constituirá título hábil de transmissão da propriedade ao arrematante a ser registrado na matrícula do imóvel.

§ 12. Aplicam-se à execução hipotecária realizada na forma prevista neste artigo as disposições previstas para o caso de execução extrajudicial da alienação fiduciária em garantia sobre imóveis relativamente à desocupação do ocupante do imóvel excutido, mesmo se houver locação, e à obrigação do fiduciante em arcar com taxa de ocupação e com as despesas vinculadas ao imóvel até a desocupação, conforme os §§ 7° e 8° do art. 27 e os arts. 30 e 37-A da Lei n° 9.514, de 20 de novembro de 1997, equiparada a data de consolidação da propriedade na execução da alienação fiduciária à data da expedição da ata notarial de arrematação ou, se for o caso, do registro da apropriação definitiva do bem pelo credor hipotecário no registro de imóveis.

§ 13. A execução extrajudicial prevista no caput deste artigo não se aplica às operações de financiamento da atividade agropecuária.

§ 14. Em quaisquer das hipóteses de arrematação, venda privada ou adjudicação, deverá ser previamente apresentado ao registro imobiliário o comprovante de pagamento do imposto sobre transmissão Inter vivos e, se for o caso, do laudêmio.

§ 15. O título constitutivo da hipoteca deverá conter, sem prejuízo dos requisitos de forma do art. 108 da Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), ou da lei especial, conforme o caso, como requisito de validade, expressa previsão do procedimento previsto neste artigo, com menção ao teor dos §§ 1° a 10 deste artigo.

CAPÍTULO IV
DA EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL DA GARANTIA IMOBILIÁRIA EM CONCURSO DE CREDORES

Art. 10. Quando houver mais de um crédito garantido pelo mesmo imóvel, realizadas averbações de início da excussão extrajudicial da garantia hipotecária ou, se for o caso, de consolidação da propriedade em decorrência da execução extrajudicial da propriedade fiduciária, o oficial do registro de imóveis competente intimará simultaneamente todos os credores concorrentes para habilitarem os seus créditos, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data de intimação, por meio de requerimento que contenha:

I - o cálculo do valor atualizado do crédito para excussão da garantia, incluídos os seus acessórios;

II - os documentos comprobatórios do desembolso e do saldo devedor, quando se tratar de crédito pecuniário futuro, condicionado ou rotativo; e

III - a sentença judicial ou arbitral que tornar líquido e certo o montante devido, quando ilíquida a obrigação garantida.

§ 1° Decorrido o prazo de que trata o caput deste artigo, o oficial do registro de imóveis lavrará a certidão correspondente e intimará o garantidor e todos os credores em concurso quanto ao quadro atualizado de credores, que incluirá os créditos e os graus de prioridade sobre o produto da excussão da garantia, observada a antiguidade do crédito real como parâmetro na definição desses graus de prioridade.

§ 2° A distribuição dos recursos obtidos a partir da excussão da garantia aos credores, com prioridade, ao fiduciante ou ao hipotecante, ficará a cargo do credor exequente, que deverá observar os graus de prioridade estabelecidos no quadro de credores e os prazos legais para a entrega ao devedor da quantia remanescente após o pagamento dos credores nas hipóteses, conforme o caso, de execução extrajudicial da propriedade fiduciária ou de execução extrajudicial da garantia hipotecária.

CAPÍTULO V
DA SOLUÇÃO NEGOCIAL PRÉVIA AO PROTESTO, DAS MEDIDAS DE INCENTIVO À RENEGOGIAÇÃO DE DÍVIDAS PROTESTADAS E DO APRIMORAMENTO DAS REGRAS SOBRE PROTESTOS

Art. 11. A Lei n° 9.492, de 10 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"CAPÍTULO IV

.....

Art. 11-A. Fica permitida ao tabelião de protesto e ao responsável interino pelo tabelionato territorialmente competente, por meio da central nacional de serviços eletrônicos compartilhados dos tabeliães de protesto prevista no art. 41-A desta Lei, a recepção do título ou documento de dívida com a recomendação do apresentante ou credor, caso este assim opte e requeira expressamente, de proposta de solução negocial prévia ao protesto, observado o seguinte:

I - o prazo de resposta do devedor para a proposta de solução negocial será de até 30 (trinta) dias, segundo o que vier a ser fixado pelo apresentante, facultada a estipulação do valor ou percentual de desconto da dívida, bem como das demais condições de pagamento, se for o caso;

II - o tabelião de protesto ou o responsável interino pelo tabelionato expedirá comunicação com o teor da proposta ao devedor por carta simples, por correio eletrônico, por aplicativo de mensagem instantânea ou por qualquer outro meio idôneo;

III - a remessa será convertida em indicação para protesto pelo valor original da dívida na hipótese de negociação frustrada e se não houver a desistência do apresentante ou credor.

§ 1° A data de apresentação da proposta de solução negocial de que trata o caput deste artigo é considerada para todos os fins e efeitos de direito, inclusive para direito de regresso, interrupção da prescrição, execução, falência e cobrança de emolumentos, desde que frustrada a negociação prévia e esta seja convertida em protesto.

§ 2° Em caso de concessão de desconto ao devedor, o cálculo dos emolumentos do tabelião, dos acréscimos legais e das verbas destinadas aos entes públicos e entidades a título de custas e contribuições e ao custeio dos atos gratuitos do registro civil das pessoas naturais deverá ser feito com base no valor efetivamente pago.

§ 3° Quando forem exitosas as medidas de incentivo à solução negocial prévia, será exigido do devedor ou interessado no pagamento, no momento de quitação da dívida, o pagamento dos emolumentos, dos acréscimos legais e das demais despesas, com base na tabela do protesto vigente na data de apresentação do título ou documento de dívida, bem como do preço devido à central nacional de serviços eletrônicos compartilhados pelos serviços prestados.

§ 4° Para aquelas medidas de incentivo à solução negocial prévia apresentadas entre 31 (trinta e um) e 120 (cento e vinte) dias, contados do vencimento do título ou documento de dívida, será exigido do apresentante ou credor o pagamento antecipado do preço devido à central nacional de serviços eletrônicos compartilhados pelos serviços prestados.

§ 5° Para aquelas medidas de incentivo à solução negocial prévia apresentadas após 120 (cento e vinte) dias, contados do vencimento do título ou documento de dívida, será exigido do apresentante ou credor o depósito prévio dos emolumentos, dos acréscimos legais e das demais despesas, observado o disposto no § 3° deste artigo.

§ 6° A proposta de solução negocial prévia não exitosa e a sua conversão em protesto serão consideradas ato único, para fins de cobrança de emolumentos, observado o disposto no § 3° e no inciso III do caput deste artigo."

"Art. 14. .....

.....

§ 3° O tabelião de protesto poderá utilizar meio eletrônico ou aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para enviar as intimações, caso em que a intimação será considerada cumprida quando comprovado o seu recebimento por meio de confirmação de recebimento da plataforma eletrônica ou outro meio eletrônico equivalente.

§ 4° Após 3 (três) dias úteis, contados da remessa da intimação na forma do § 3°, sem que haja a comprovação de recebimento, deverá ser providenciada a intimação nos termos dos §§ 1° e 2° deste artigo.

§ 5° Na hipótese de o aviso de recepção ou documento equivalente não retornar ao tabelionato dentro do prazo de 7 (sete) dias úteis, deverá ser providenciada a intimação por edital, observado o prazo para a lavratura do protesto consignado no art. 13 desta Lei.

§ 6° Considera-se dia útil para o fim da contagem dos prazos deste artigo aquele em que houver expediente bancário para o público na localidade, conforme definido pelo Conselho Monetário Nacional." (NR)

"Art. 15. .....

§ 1° O edital será afixado no Tabelionato de Protesto e publicado no sítio eletrônico da central nacional de serviços eletrônicos compartilhados dos tabeliães de protesto prevista no art. 41-A desta Lei, sem prejuízo de outras publicações em jornais eletrônicos.

....." (NR)

"CAPÍTULO X

.....

Art. 26-A. Após a lavratura do protesto, faculta-se ao credor, ao devedor e ao tabelião ou ao responsável interino territorialmente competente pelo ato, por intermédio da central nacional de serviços eletrônicos compartilhados dos tabeliães de protesto prevista no art. 41-A desta Lei, a qualquer tempo, propor medidas de incentivo à renegociação de dívidas protestadas e ainda não canceladas, podendo também ser concedido abatimento de emolumentos e demais acréscimos legais.

§ 1° Faculta-se ao credor, ainda, autorizar o tabelião ou o responsável interino pelo expediente a receber o valor da dívida já protestada, bem como indicar eventual critério de atualização desse valor, concessão de desconto ou parcelamento do débito, e ao devedor oferecer contrapropostas, por meio da central nacional de serviços eletrônicos compartilhados.

§ 2° Em caso de liquidação da dívida por meio do uso das medidas de que trata o caput deste artigo, o devedor ou interessado no pagamento deverá arcar com o pagamento dos emolumentos devidos pelo

registro do protesto e seu cancelamento, dos acréscimos legais e das demais despesas, com base na tabela do protesto vigente no momento da quitação do débito, bem como do preço devido à central nacional de serviços eletrônicos compartilhados dos tabeliães de protesto pelos serviços prestados.

§ 3° A prática de todos os atos necessários às medidas de incentivo à renegociação de dívidas protestadas é exclusiva e inerente à delegação dos tabeliães de protesto, diretamente ou por intermédio de sua central nacional de serviços eletrônicos compartilhados, vedada qualquer exigência que não esteja prevista nesta Lei.

§ 4° Nos casos em que o credor, o devedor ou interessado no pagamento optarem por propor medidas de incentivo à renegociação de dívidas protestadas e ainda não canceladas por intermédio dos tabeliães de protesto e da central nacional de serviços eletrônicos compartilhados prevista no art. 41-A desta Lei, o pagamento de que trata o § 2° deste artigo apenas será devido caso seja exitosa a renegociação, no momento da liquidação da dívida."

"Art. 37. .....

§ 1° Poderá ser exigido depósito prévio dos emolumentos e das demais despesas devidas, caso em que igual importância deverá ser reembolsada ao apresentante por ocasião da prestação de contas, quando ressarcidas pelo devedor no tabelionato, exceto em relação aos títulos ou documentos de dívida apresentados a protesto em conformidade com os §§ 4° e 5° deste artigo ou com lei federal específica.

.....

§ 4° (VETADO).

§ 5° (VETADO).

§ 6° Os valores destinados aos ofícios de distribuição ou outros serviços extrajudiciais, aos entes públicos ou a entidades, a título de emolumentos, custas, taxa de fiscalização, contribuições, custeio de atos gratuitos, tributos, ou em caráter assistencial, serão devidos na forma prevista no caput deste artigo e repassados somente após o efetivo recebimento pelo tabelião de protesto ou o responsável interino pelo expediente." (NR)

"Art. 41-A. .....

.....

§ 3° A central nacional de serviços eletrônicos compartilhados prevista no caput deste artigo poderá, diretamente ou mediante convênio com entidade pública ou privada, realizar serviços de coleta, de processamento, de armazenamento e de integração de dados para a emissão e a escrituração de documentos eletrônicos passíveis de protesto.

§ 4° Ficam asseguradas a gratuidade dos serviços especificados nos incisos II, III, IV e V do caput e a livre estipulação de preço em relação aos serviços previstos no inciso I do caput deste artigo e demais serviços complementares disponibilizados aos usuários pela entidade credenciada pelos tabeliães de protesto.

§ 5° O serviço de que trata o art. 11 da Lei n° 14.206, de 27 de setembro de 2021, poderá ser executado pela central nacional de serviços eletrônicos compartilhados prevista no caput deste artigo, em regime de autorização." (NR)

CAPÍTULO VI
DA NEGOCIAÇÃO E DA CESSÃO DE PRECATÓRIOS OU CRÉDITOS E DO APRIMORAMENTO DAS REGRAS RELATIVAS A SERVIÇOS NOTARIAIS

Art. 12. A Lei n° 8.935, de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6°-A A pedido dos interessados, os tabeliães de notas comunicarão ao juiz da vara ou ao tribunal, conforme o caso, a existência de negociação em curso entre o credor atual de precatório ou de crédito reconhecido em sentença transitada em julgado e terceiro, o que constará das informações ou consultas que o juízo emitir, consideradas ineficazes as cessões realizadas para pessoas não identificadas na comunicação notarial se, dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado do recebimento desta pelo juízo, for lavrada a respectiva escritura pública de cessão de crédito.

§ 1° O tabelião de notas deverá comunicar ao juiz da vara ou tribunal, conforme aplicável e em atenção ao pedido dos interessados, a negociação, imediatamente, e a cessão realizada, em até 3 (três) dias úteis contados da data da assinatura da escritura pública.

§ 2° Para o fim da regular cessão dos precatórios que emitirem, os tribunais de todos os poderes e esferas darão, exclusivamente aos tabeliães de notas e aos seus substitutos, acesso a consulta ou a banco de dados, por meio de central notarial de âmbito nacional, com identificação do número de cadastro de contribuinte do credor e demais dados do crédito que não sejam sensíveis, bem como receberão as comunicações notariais das cessões de precatórios."

"Art. 7° .....

.....

§ 6° (VETADO).

§ 7° (VETADO)." (NR)

"Art. 7°-A Aos tabeliães de notas também compete, sem exclusividade, entre outras atividades:

I - certificar o implemento ou a frustração de condições e outros elementos negociais, respeitada a competência própria dos tabeliães de protesto;

II - atuar como mediador ou conciliador;

III - atuar como árbitro.

§ 1° O preço do negócio ou os valores conexos poderão ser recebidos ou consignados por meio do tabelião de notas, que repassará o montante à parte devida ao constatar a ocorrência ou a frustração das condições negociais aplicáveis, não podendo o depósito feito em conta vinculada ao negócio, nos termos de convênio firmado entre a entidade de classe de âmbito nacional e instituição financeira credenciada, que constituirá patrimônio segregado, ser constrito por autoridade judicial ou fiscal em razão de obrigação do depositante, de qualquer parte ou do tabelião de notas, por motivo estranho ao próprio negócio.

§ 2° O tabelião de notas lavrará, a pedido das partes, ata notarial para constatar a verificação da ocorrência ou da frustração das condições negociais aplicáveis e certificará o repasse dos valores devidos e a eficácia ou a rescisão do negócio celebrado, o que, quando aplicável, constituirá título para fins do art. 221 da Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), respeitada a competência própria dos tabeliães de protesto.

§ 3° A mediação e a conciliação extrajudicial serão remuneradas na forma estabelecida em convênio, nos termos dos §§ 5° e 7° do art. 7° desta Lei, ou, na falta ou na inaplicabilidade do convênio, pela tabela de emolumentos estadual aplicável para escrituras públicas com valor econômico.

§ 4° (VETADO).

§ 5° (VETADO)."

"Art. 39. .....

.....

§ 3° (VETADO).

§ 4° (VETADO)." (NR)

CAPÍTULO VII
DO RESGATE ANTECIPADO DE LETRA FINANCEIRA

Art. 13. O art. 41 da Lei n° 12.249, de 11 de junho de 2010, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2°, numerado o parágrafo único como § 1°:

"Art. 41. .....

§ 1° .....

§ 2° Nas condições a serem estabelecidas pelo CMN, o prazo mínimo e as condições para resgate antecipado de que trata o inciso IV do caput deste artigo não se aplicam à Letra Financeira cujo pagamento do principal e dos juros pactuados esteja subordinado ao adimplemento dos pagamentos de direitos creditórios a ela associados." (NR)

CAPÍTULO VIII
DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS NO ÂMBITO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃODOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 14. O art. 21 da Lei n° 14.113, de 25 de dezembro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 21. .....

.....

§ 9° A vedação à transferência de recursos para outras contas prevista no caput deste artigo não se aplica aos casos em que os governos estaduais, distrital ou municipais tenham contratado ou venham a contratar instituição financeira diversa daquelas referidas no art. 20 desta Lei, com o fim de viabilizar o pagamento de salários, de vencimentos e de benefícios de qualquer natureza aos profissionais da educação em efetivo exercício.

§ 10. Na hipótese prevista no § 9° deste artigo, as instituições financeiras contratadas deverão receber os recursos em uma conta específica e observar o disposto no § 6° deste artigo." (NR)

CAPÍTULO IX
DOS LIMITES DA REDUÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA INCIDENTE SOBRE RENDIMENTOS AUFERIDOS POR APLICAÇÕES EM FUNDOS DE INVESTIMENTO COM BENEFICIÁRIO RESIDENTE OU DOMICILIADO NO EXTERIOR

Art. 15. O art. 3° da Lei n° 11.312, de 27 de junho de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3° .....

§ 1° (Revogado).

I - (revogado);

II - (revogado);

III - (revogado).

§ 2° (Revogado).

I - (revogado);

a) (revogada);

b) (revogada);

c) (revogada);

II - (revogado).

.....

§ 4° O disposto neste artigo aplica-se também:

I - ao cotista dos fundos de que trata a Lei n° 11.478, de 29 de maio de 2007, residente ou domiciliado no exterior; e

II - aos fundos soberanos, ainda que residentes ou domiciliados em países com tributação favorecida, nos termos do art. 24 da Lei n° 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

§ 5° Para fins do disposto no inciso II do § 4° deste artigo, classificam-se como fundos soberanos os veículos de investimento no exterior cujo patrimônio seja composto de recursos provenientes exclusivamente da poupança soberana do país.

§ 6° O disposto neste artigo não se aplica ao titular de cotas que seja residente ou domiciliado em jurisdição de tributação favorecida nos termos do art. 24 da Lei n° 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

§ 7° O disposto neste artigo aplica-se somente aos fundos de investimento em participações qualificados como entidade de investimento de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional." (NR)

CAPÍTULO X
DO PROCEDIMENTO DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES

Art. 16. A Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 58. .....

.....

§ 3° As debêntures com garantia flutuante de nova emissão são preferidas pelas de emissão ou de emissões anteriores, e a prioridade se estabelece pela data do arquivamento do ato societário que deliberou sobre a emissão, concorrendo as séries, dentro da mesma emissão, em igualdade.

....." (NR)

"Art. 59. .....

.....

VIII - o modo de subscrição ou colocação e o tipo das debêntures; e

IX - o desmembramento, do seu valor nominal, dos juros e dos demais direitos conferidos aos titulares.

§ 1° O conselho de administração ou a diretoria poderão deliberar sobre a emissão de debêntures não conversíveis em ações, exceto se houver disposição estatutária em contrário.

.....

§ 3° O órgão competente da companhia poderá deliberar que a emissão terá valor e número de série indeterminados, dentro dos limites por ela fixados.

.....

§ 5° Caberá à Comissão de Valores Mobiliários disciplinar o disposto no inciso IX do caput deste artigo." (NR)

"Art. 62. .....

I - arquivamento, no registro do comércio, do ato societário que deliberar sobre a emissão de que trata o art. 59 desta Lei e a sua publicação:

a) na forma prevista no § 5° deste artigo, para companhias abertas; e

b) na forma prevista no § 6° deste artigo, para companhias fechadas;

II - (revogado);

.....

§ 2° O agente fiduciário e o debenturista poderão promover os registros requeridos neste artigo e sanar as lacunas e as irregularidades existentes no arquivamento ou nos registros promovidos pelos administradores da companhia, hipótese em que o oficial do registro notificará a administração da companhia para que lhe forneça as indicações e os documentos necessários.

§ 3° (Revogado).

§ 4° (Revogado).

§ 5° A Comissão de Valores Mobiliários disciplinará o registro e a divulgação do ato societário de que trata a alíneaado inciso I do caput deste artigo e da escritura de emissão das debêntures objeto de oferta pública ou admitidas à negociação e os seus aditamentos.

§ 6° O Poder Executivo federal disciplinará o registro e a divulgação do ato societário de que trata a alíneabdo inciso I do caput deste artigo e da escritura de emissão das debêntures de companhias fechadas e os seus aditamentos." (NR)

"Art. 64. .....

.....

III - a data de publicação da ata de deliberação sobre a emissão na forma prevista no art. 59 desta Lei;

....." (NR)

"Art. 71. .....

.....

§ 7° Na hipótese prevista no inciso IX do caput do art. 59 desta Lei, o cômputo dos votos nas deliberações de assembleia ocorrerá pelo direito econômico proporcional possuído por titular.

§ 8° A Comissão de Valores Mobiliários poderá autorizar a redução do quórum previsto no § 5° deste artigo na hipótese de debêntures de companhia aberta, quando a propriedade das debêntures estiver dispersa no mercado.

§ 9° Na hipótese prevista no § 8° deste artigo, a autorização da Comissão de Valores Mobiliários será mencionada nos avisos de convocação, e a deliberação com quórum reduzido somente poderá ser adotada em terceira convocação.

§ 10. Para fins do disposto no § 8° deste artigo, considera-se que a propriedade das debêntures está dispersa quando nenhum debenturista detiver, direta ou indiretamente, mais de metade das debêntures." (NR)

"Art. 73. .....

.....

§ 3° A emissão de debêntures no estrangeiro também observará os requisitos previstos no art. 62 desta Lei, com a divulgação no sítio eletrônico da companhia dos documentos exigidos pelas leis do país que as houver emitido, os quais deverão estar acompanhados de sua tradução simples, caso não tenham sido redigidos em língua portuguesa.

....." (NR)

CAPÍTULO XI
Da APRESENTAÇÃO DE EXTRATOS ELETRÔNICOS RELATIVOS A BENS MÓVEIS

Art. 17. O art. 8° da Lei n° 14.382, de 27 de junho de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8° .....

§ 1° São legitimados a apresentar extratos eletrônicos relativos a bens móveis:

I - os tabeliães de notas;

II - as pessoas físicas ou jurídicas, nos negócios em que forem parte, que tenham contratado na qualidade de credor com garantia real, de cessionário de crédito e de arrendador mercantil;

III - as pessoas autorizadas pelo Conselho Nacional de Justiça, em relação a outras espécies de bens móveis ou negócios jurídicos não previstas neste artigo.

§ 2° O disposto neste artigo não se aplica ao registro e à constituição de ônus e de gravames previstos em legislação específica, inclusive:

I - na Lei n° 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e

II - no art. 26 da Lei n° 12.810, de 15 de maio de 2013." (NR)

CAPÍTULO XII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Ficam revogados:

I - o Capítulo III do Decreto-Lei n° 70, de 21 de novembro de 1966;

II - o inciso VI do caput do art. 33 do Decreto-Lei n° 73, de 21 de novembro de 1966;

III - o art. 8°-A do Decreto-Lei n° 911, de 1° de outubro de 1969;

IV - os seguintes dispositivos do art. 62 da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976:

a) inciso II do caput; e

b) §§ 3° e 4°;

V - os seguintes dispositivos da Lei n° 9.514, de 20 de novembro de 1997:

a) § 6° do art. 27; e

b) incisos I e II do art. 39; e

VI - o § 4° do art. 2° e os §§ 1° e 2° do art. 3° da Lei n° 11.312, de 27 de junho de 2006.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor:

I - (VETADO);

II - na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.

Brasília, 30 de outubro de 2023; 202° da Independência e 135° da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

FERNANDO HADDAD

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA

GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO

FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA

ROBERTO CAMPOS NETO

RUI COSTA DOS SANTOS

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

LEI N° 14.713, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 31.10.2023)

Altera as Leis n°s 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer o risco de violência doméstica ou familiar como causa impeditiva ao exercício da guarda compartilhada, bem como para impor ao juiz o dever de indagar previamente o Ministério Público e as partes sobre situações de violência doméstica ou familiar que envolvam o casal ou os filhos.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1° O § 2° do art. 1.584 da Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.584. .....

.....

§ 2° Quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho, encontrando-se ambos os genitores aptos a exercer o poder familiar, será aplicada a guarda compartilhada, salvo se um dos genitores declarar ao magistrado que não deseja a guarda da criança ou do adolescente ou quando houver elementos que evidenciem a probabilidade de risco de violência doméstica ou familiar.

....." (NR)

Art. 2° A Lei n° 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 699-A:

"Art. 699-A. Nas ações de guarda, antes de iniciada a audiência de mediação e conciliação de que trata o art. 695 deste Código, o juiz indagará às partes e ao Ministério Público se há risco de violência doméstica ou familiar, fixando o prazo de 5 (cinco) dias para a apresentação de prova ou de indícios pertinentes."

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de outubro de 2023; 202° da Independência e 135° da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

SILVIO LUIZ DE ALMEIDA

FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA

APARECIDA GONÇALVES

ATO COTEPE/ICMS N° 156, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 30.10.2023)

Altera o Ato COTEPE/ICMS n° 23/18, que divulga a relação dos contribuintes beneficiados no cumprimento de obrigações tributárias relativas ao ICMS na prestação de serviço de transporte e na armazenagem de Etanol Hidratado Combustível - EHC e Etanol Anidro Combustível - EAC pelo sistema dutoviário.

O DIRETOR DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, com base no § 1° da cláusula primeira do Protocolo ICMS n° 2, de 17 de fevereiro de 2014, e no § 1° da cláusula primeira do Protocolo ICMS n° 5, de 21 de março de 2014,

CONSIDERANDO o disposto no art. 7° do Ato COTEPE/ICMS n° 20, de 25 de março de 2015,

CONSIDERANDO a solicitação recebida da Secretaria da Economia do Estado do Goiás, no dia 27 de outubro de 2023, registrada no Processo SEI n° 12004.100041/2020-04, torna público:

Art. 1° O item 12 fica acrescido ao campo referente ao Estado do Goiás da "Relação de contribuintes beneficiados" do Ato COTEPE/ICMS n° 23, de 27 de março de 2018, com a seguinte redação:

Unidade Federada: GOIÁS						
ITEM	UF	TIPO DE ETANOL		CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	RAZÃO SOCIAL
		EAC	EHC			
12	GO	SIM	SIM	42865864000205	109112938	CANEX BIO COMBUSTÍVEIS LTDA

Art. 2° Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ATO COTEPE/ICMS N° 157, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 30.10.2023)

Altera o Ato COTEPE/ICMS n° 5/20, que divulga relação de contribuintes credenciados pelas Unidades Federadas para usufruir dos benefícios fiscais previstos no Convênio ICMS 03/18.

O DIRETOR DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, tendo em vista o disposto no § 3° da cláusula nona do Convênio ICMS n° 3, de 16 de janeiro de 2018,

CONSIDERANDO a solicitação recebida da Secretaria de Fazenda do Estado da Bahia, no dia 24 de outubro de 2023, na forma do inciso I do § 3° da cláusula nona do Convênio ICMS n° 3/18, registrada no Processo SEI n° 12004.100012/2020-34, torna público:

Art. 1° O item 10 fica acrescido ao campo referente ao Estado da Bahia do Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS n° 5, de 10 de janeiro de 2020, com a seguinte redação:

Unidade Federada: BAHIA				
ITEM	UF	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	RAZÃO SOCIAL
10	BA	10.941.603/0001-41	083.598.403	BRASERV PETROLEO

				LTDA.

Art. 2° Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ATO COTEPE/ICMS N° 158, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 30.10.2023)

Altera o Ato COTEPE/ICMS n° 2/20, que divulga relação de contribuintes remetentes, destinatários e prestadores de serviços de transporte de gás natural que operam por meio do gasoduto credenciados pelas unidades federadas.

O DIRETOR DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, tendo em vista o disposto no § 3° da cláusula primeira do Ajuste SINIEF n° 3, de 3 de abril de 2018, bem como no art. 2° do Ato COTEPE/ICMS n° 57, de 29 de outubro de 2019,

CONSIDERANDO as solicitações recebidas das Secretarias de Estado da Fazenda de Sergipe e Rio Grande do Norte, recebidas nos dias 24 e 27 de outubro de 2023, respectivamente, na forma do inciso I do art. 2° do Ato COTEPE/ICMS n° 57/19, registradas no Processo SEI n° 12004.101386/2019-33, torna público:

Art. 1° Os dispositivos a seguir indicados ficam acrescidos ao Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS n° 2, de 3 de janeiro de 2020, com as seguintes redações:

I - o item 11 ao campo referente ao Estado do Rio Grande do Norte:

Unidade Federada: RIO GRANDE DO NORTE				
ITEM	**UF**	**CNPJ**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**RAZÃO SOCIAL**
11	RN	70.157.896/0001-00	20.069.651-3	COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS POTIGÁS

II - o item 8 ao campo referente ao Estado do Sergipe:

Unidade Federada: SEGIPE				
ITEM	**UF**	**CNPJ**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**RAZÃO SOCIAL**
8	SE	23.758.522/0001-52	27.150.563-0	CELSE - CENTRAIS ELETRICAS DE SERGIPE S/A

Art. 2° Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ATO COTEPE/ICMS N° 159, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 31.10.2023)

Altera o Ato COTEPE/ICMS n° 67/19, que divulga relação das empresas nacionais que produzem, comercializam e importam materiais aeronáuticos, beneficiárias de redução de base de cálculo do ICMS.

O DIRETOR DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, com base no § 1° da cláusula primeira-B do Convênio ICMS n° 75, de 5 de dezembro de 1991,

CONSIDERANDO a relação encaminhada pelo Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa por meio do Ofício n° 54/IFI/1485, de 16 de maio de 2023;

CONSIDERANDO a manifestação da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, recebida no dia 24 de outubro de 2023, registrada no processo SEI n° 12004.100942/2019-54, torna público:

Art. 1° Os itens 671 e 672 ficam acrescidos ao Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS n° 67, de 3 de dezembro de 2019, no campo referente ao Estado de São Paulo, com as seguintes redações:

SÃO PAULO	
671.	ENGEMAP - ENGENHARIA, MAPEAMENTO E AEROLEVANTAMENTO LTDA CNPJ: 01.020.691/0001-58 IE: 147.623.938.113
672.	ENGEMAP - ENGENHARIA, MAPEAMENTO E AEROLEVANTAMENTO LTDA CNPJ: 01.020.691/0003-10 IE: 189.088.710.116

Art. 2° Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO CORAT N° 012, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 (Disponibilizado na página da Receita Federal, em "Agenda Tributária")

Divulga a Agenda Tributária do mês de novembro de 2023.

O COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO, no exercício da atribuição prevista no inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 284, de 27 de julho de 2020,

DECLARA:

Art. 1° O pagamento de tributo e a apresentação de declarações, demonstrativos ou documentos exigidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) devem ser efetuados, no mês de novembro de 2023, nas datas previstas na Agenda Tributária constante do Anexo Único deste Ato Declaratório Executivo, sem prejuízo do disposto na legislação específica de cada tributo.

§ 1° Em caso de feriado estadual ou municipal, a data prevista na Agenda Tributária para o cumprimento da obrigação deverá ser antecipada ou prorrogada de acordo com a legislação específica de cada tributo.

§ 2° O pagamento a que se refere o caput deverá ser efetuado por meio de:

I - Guia da Previdência Social (GPS), se tiver por objeto contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991, contribuições instituídas a título de substituição ou contribuições devidas a outras entidades ou fundos; ou

II - Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), se tiver por objeto outros tributos administrados pela RFB.

§ 3° A Agenda Tributária será disponibilizada na página da RFB na Internet, no endereço eletrônico <www.gov.br/receitafederal>.

Art. 2° As Entidades financeiras e equiparadas a que se refere a Agenda Tributária, obrigadas ao pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), são as pessoas jurídicas enumeradas pelo § 1° do art. 22 da Lei n° 8.212, de 1991.

Art. 3° Em caso de extinção, incorporação, fusão ou cisão de pessoa jurídica em situação ativa no ano do evento, as pessoas jurídicas extintas, incorporadoras, incorporadas, fusionadas ou cindidas deverão apresentar a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Mensal (DCTF Mensal) até o 15° (décimo quinto) dia útil do 2° (segundo) mês subsequente ao do evento.

Parágrafo único. A obrigatoriedade de apresentação da DCTF Mensal, na forma prevista no caput, não se aplica à pessoa jurídica incorporadora nos casos em que esta e a incorporada estejam sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento.

Art. 4° Verificada a hipótese prevista no art. 3°, as pessoas jurídicas extintas, incorporadoras, incorporadas, fusionadas ou cindidas deverão apresentar o Demonstrativo de Crédito Presumido do IPI (DCP) até o último dia útil:

I - do mês de março, para eventos ocorridos no mês de janeiro; ou

II - do mês subsequente ao do evento, se este ocorrer no período de 1° de fevereiro a 31 de dezembro.

Art. 5° Em caso de extinção da pessoa jurídica em decorrência de liquidação, incorporação, fusão ou cisão total, deverá ser apresentada Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (Dirf) em nome da pessoa jurídica extinta, relativa ao ano-calendário em que o evento ocorrer, até o último dia útil:

I - do mês de março, se o evento ocorrer no mês de janeiro; ou

II - do mês subsequente ao do evento, se este ocorrer no período de 1° de fevereiro a 31 de dezembro.

Art. 6° Dirf de fonte pagadora pessoa física deverá ser apresentada:

I - em caso de saída definitiva do País, até a data de saída em caráter permanente, ou em até 30 (trinta) dias contados da data em que a pessoa física declarante completar 12 (doze) meses consecutivos de ausência, em caso de saída do País em caráter temporário; e

II - no caso de encerramento de espólio, até o último dia útil do mês subsequente ao do encerramento, exceto se este ocorrer no mês de janeiro, hipótese em que a Dirf poderá ser apresentada até o último dia útil do mês de março.

Art. 7° A Declaração Final de Espólio deve ser apresentada:

I - ao da decisão judicial sobre a partilha dos bens inventariados, desde que esta tenha transitado em julgado até o último dia do mês de fevereiro do ano-calendário subsequente ou, se o trânsito em julgado se der a partir de 1° de março, até o último dia útil do mês de abril do ano-calendário subsequente ao do trânsito em julgado; ou

II - até o último dia do mês de abril do ano-calendário subsequente ao da lavratura da escritura pública de inventário e partilha.

Art. 8° A Declaração de Saída Definitiva do País, relativa ao período em que o declarante tenha permanecido na condição de residente no Brasil, deverá ser apresentada:

I - no ano-calendário da saída, até o último dia útil do mês de abril do ano-calendário subsequente ao da saída definitiva; ou

II - no ano-calendário em que a condição de não-residente se confirmar, até o último dia útil do mês de abril do ano-calendário subsequente ao da confirmação.

§ 1° Deverão ser apresentadas no prazo previsto no inciso I do caput as declarações referentes a anos-calendário anteriores que ainda não tenham sido entregues, se obrigatórias.

§ 2° A pessoa física residente no Brasil que se retirar do território nacional deverá apresentar, além da declaração a que se refere o caput, a Comunicação de Saída Definitiva do País:

I - a partir da data da saída até o último dia do mês de fevereiro do ano-calendário subsequente, se esta ocorreu em caráter permanente; ou

II - a partir da data em que a condição de não-residente se confirmar até o último dia do mês de fevereiro do ano-calendário subsequente, se a saída ocorreu em caráter temporário.

Art. 9° Em caso de extinção, fusão, incorporação ou cisão total de pessoa jurídica sujeita à obrigação de apresentar a Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias (Dimob), nos termos do art. 1° da Instrução Normativa RFB n° 1.115, de 28 de dezembro de 2010, a declaração de Situação Especial deve ser apresentada até o último dia útil do mês subsequente à ocorrência do evento.

Art. 10. Em caso de recolhimento de contribuições previdenciárias para o qual tenha sido informado o código de recolhimento 1708, 2801, 2810, 2909 ou 2917, referente a contribuições incidentes sobre valores pagos em reclamatória trabalhista, deve-se considerar como mês de apuração o mês da prestação do serviço pelo reclamante, e como vencimento, o determinado pela legislação vigente na data de ocorrência do fato gerador, incluídos os acréscimos legais referentes ao período compreendido entre a data de vencimento e a data de recolhimento.

§ 1° Verificada a hipótese prevista no caput, caso não tenha sido reconhecido vínculo empregatício entre o reclamante e o reclamado nem conste da sentença ou do acordo homologado a indicação do período em que os serviços foram prestados, será considerado como competência o mês em que a sentença foi proferida ou que o acordo foi homologado, ou o mês de pagamento dos créditos reclamados, se este anteceder àquele.

§ 2° Em caso de pagamento parcelado dos créditos trabalhistas, as contribuições incidentes sobre cada parcela devem ser recolhidas até o dia 20 do mês seguinte ao do recebimento do crédito, ou no dia útil imediatamente anterior se não houver expediente bancário no dia 20.

§ 3° Se a sentença condenatória ou o acordo homologado não prever prazo para pagamento dos créditos trabalhistas nem se referir ao período em que os serviços foram prestados pelo reclamante, o recolhimento das contribuições devidas deve ser efetuado até o dia 20 do mês seguinte ao da liquidação

da sentença ou da homologação do acordo, ou no dia útil imediatamente anterior se não houver expediente bancário no dia 20.

Art. 11. Em caso de extinção, cisão total ou parcial, fusão ou incorporação da pessoa jurídica, a Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis) de que trata o art. 72 da Resolução CGSN n° 140, de 22 de maio de 2018, deverá ser apresentada até o último dia do mês subsequente ao do evento, exceto se este ocorrer no 1° (primeiro) quadrimestre do ano-calendário, hipótese em que a apresentação deve ser efetuada até o último dia do mês de junho.

Parágrafo único. Em caso de exclusão da Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), instituído pela Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, a Declaração a que se refere o caput, referente ao ano-calendário em que a exclusão se verificou, deve ser apresentada até o último dia do mês de março do ano-calendário subsequente.

Art. 12. Em caso de extinção, cisão total ou parcial, fusão ou incorporação de pessoa jurídica sujeita à obrigação de apresentar a Escrituração Contábil Digital (ECD) de que trata a Instrução Normativa RFB n° 2.003, de 18 de janeiro de 2021, a apresentação deve ser efetuada pelas pessoas jurídicas extintas, cindidas, fusionadas, incorporadas e incorporadoras nos seguintes prazos:

I - se o evento ocorrer no período compreendido entre janeiro e maio, a ECD deve ser entregue até o último dia útil do mês de junho do mesmo ano; e

II - se o evento ocorrer no período compreendido entre junho e dezembro, a ECD deve ser entregue até o último dia útil do mês subsequente ao do evento.

Parágrafo único. A obrigatoriedade de entrega da ECD, na forma prevista no caput, não se aplica à incorporadora nos casos em que esta e a incorporada estavam sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento.

Art. 13. Em caso de extinção ou encerramento de CNPJ de empresário individual, a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI) relativa à situação especial deverá ser entregue até:

I - o último dia do mês de junho, quando o evento ocorrer no 1° (primeiro) quadrimestre do ano-calendário; ou

II - o último dia do mês subsequente ao do evento, nos demais casos.

Art. 14. A EFD-Contribuições deve ser transmitida mensalmente ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) até o 10° (décimo) dia útil do 2° (segundo) mês subsequente ao mês a que a escrituração se refere, inclusive nos casos de extinção, incorporação, fusão e cisão total ou parcial.

Art. 15. A Escrituração Contábil Fiscal (ECF) será transmitida anualmente ao Sped até o último dia útil do mês de julho do ano seguinte ao ano-calendário a que ela se refere.

§ 1° Em caso de extinção, cisão total ou parcial, fusão ou incorporação de pessoa jurídica, a apresentação da ECF deve ser efetuada pelas pessoas jurídicas extintas, cindidas, fusionadas, incorporadas e incorporadoras até o último dia útil do 3° (terceiro) mês subsequente ao do evento.

§ 2° A obrigatoriedade de entrega da ECF, na forma prevista no § 1°, não se aplica à incorporadora nos casos em que esta e a incorporada estejam sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento.

§ 3° Em caso de extinção, cisão total ou parcial, fusão ou incorporação ocorrida durante os meses de janeiro a abril do ano-calendário, o prazo a que se refere o § 1° será até o último dia útil do mês de julho do referido ano.

Art. 16. A DCTFWeb Diária, utilizada para prestação de informações relativas a receita de espetáculos desportivos realizados por associação desportiva que mantém clube de futebol profissional, deve ser transmitida pela entidade promotora até o 2° (segundo) dia útil após a realização do evento desportivo.

Art. 17. A DCTFWeb Aferição de Obras deverá ser transmitida até o último dia útil do mês em que as informações referentes à obra forem prestadas por meio do Sero, mesmo quando não forem apurados créditos tributários na aferição da obra.

Parágrafo único. O valor das contribuições previdenciárias constantes na DCTFWeb Aferição de Obras deverá ser recolhido por meio de Darf gerado pelo sistema, até o dia 20 do mês subsequente ao do envio da DCTFWeb Aferição de Obras, ou no dia útil imediatamente anterior se não houver expediente bancário no dia 20.

Art. 18. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação na Internet.

Assinatura digital

GUSTAVO ANDRADE MANRIQUE

ANEXO ÚNICO
Agenda Tributária
Novembro de 2023

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

OBS: Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência.

Data de Vencimento	Tributos	Código		Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
		Darf	GPS	
Diária	**Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)**			
	Rendimentos do Trabalho			
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063		**FG ocorrido no mesmo dia**
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior			
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422		**FG ocorrido no mesmo dia**
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473		"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481		"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192		"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412		"
	Remuneração de direitos	9427		"
	Previdência privada e Fapi	9466		"
	Aluguel e arrendamento	9478		"
	Outros Rendimentos			
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217		**FG ocorrido no mesmo**

				dia
Diária	**Imposto sobre a Exportação (IE)**	0107		**Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.**
Diária	**Cide - Combustíveis - Importação - Lei n° 10.336/01**			
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438		**Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.**
Diária	**Contribuição para o PIS/Pasep**			
	Importação de serviços (Lei n° 10.865/04)	5434		**FG ocorrido no mesmo dia**
Diária	**Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**			
	Importação de serviços (Lei n° 10.865/04)	5442		**FG ocorrido no mesmo dia**
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)		4316	**Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)**
Até o 2° dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	**Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)**			**Outubro/2023**
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684		
Data de vencimento do tributo na época da ocorrência do fato gerador (vide art. 10 do ADE Corat n° xx, de 2023)	Reclamatória Trabalhista - NIT/PIS/Pasep		1708	**Mês da prestação do serviço**
	Reclamatória Trabalhista - CEI		2801	"
	Reclamatória Trabalhista - CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai etc.)		2810	"
	Reclamatória Trabalhista - CNPJ		2909	"
	Reclamatória Trabalhista - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai etc.)		2917	"
6	**Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)**			
	Rendimentos de Capital			
	Títulos de renda fixa - Pessoa Física	8053		**21 a 31/outubro/2023**
	Títulos de renda fixa - Pessoa Jurídica	3426		"
	Fundo de Investimento - Renda Fixa	6800		"
	Fundo de Investimento em Ações	6813		"
	Operações de swap	5273		"
	Day-Trade - Operações em Bolsas	8468		"
	Ganhos líquidos em operações em bolsas e assemelhados	5557		"
	Juros remuneratórios do capital próprio (art. 9° da Lei n° 9.249/95)	5706		"
	Fundos de Investimento Imobiliário - Resgate de quotas	5232		"
	Demais rendimentos de capital	0924		"

	Tributação Exclusiva - Art. 2° da Lei n° 12.431/2011	3699		"
	Ganho de Capital - Integralização de Cotas com Ativos (art. 1ª da Lei n° 13.043/2014)	5029		"
	Empréstimo de Ativos - Fundos de Investimento (art. 8ª da Lei n° 13.043/2014)	5035		"
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior			
	Aplicações Financeiras - Fundos/Entidades de Investimento Coletivo	5286		**21 a 31/outubro/2023**
	Aplicações em Fundos de Conversão de Débitos Externos / Lucros / Bonificações / Dividendos	0490		"
	Juros remuneratórios de capital próprio	9453		"
	Outros Rendimentos			
	Prêmios obtidos em concursos e sorteios	0916		**21 a 31/outubro/2023**
	Prêmios obtidos em bingos	8673		"
	Multas e vantagens	9385		"
6	**Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)**			
	Operações de Crédito - Pessoa Jurídica	1150		**21 a 31/outubro/2023**
	Operações de Crédito - Pessoa Física	7893		"
	Operações de Câmbio - Entrada de moeda	4290		"
6	**Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)**			
	Operações de Câmbio - Saída de moeda	5220		**21 a 31/outubro/2023**
	Aplicações Financeiras	6854		"
	Factoring (art. 58 da Lei n° 9.532/97)	6895		"
	Seguros	3467		"
	Ouro, Ativo Financeiro	4028		"
6	**Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)**			
	CPSS - Servidor Civil Ativo	1661		**21 a 31/outubro/2023**
	CPSS - Servidor Civil Inativo	1700		"
	CPSS - Pensionista Civil	1717		"
	CPSS - Patronal - Servidor Civil Ativo - Operação IntraOrçamentária	1769		"
	CPSS - Patronal - Servidor no Exterior - Operação Intra-Orçamentária	1814		"
6	**Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)**			
	CPSS - Servidor Civil Ativo -Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1723		**21 a 31/outubro/2023**
	CPSS - Servidor Civil Inativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1730		"
	CPSS - Pensionista - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1752		"
7	**Simples Doméstico** - Regime unificado de pagamento de tributos, de contribuições e dos demais encargos do empregador doméstico	Documento Único de Arrecadação do Simples Doméstico		**Outubro/2023**
8	Comprev - recolhimento efetuado por RPPS - órgão do poder público -CNPJ		7307	**1° a 30/setembro/2023**
	Comprev - recolhimento efetuado por RPPS - órgão do poder público - CNPJ - estoque		7315	"
10	**Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)**			
	Cigarros Contendo Tabaco (Cigarros do código	1020		**Outubro/2023**

	2402.20.00 da Tipi)			
10	**Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)**			
	Outros Rendimentos			
	Juros de empréstimos externos	5299		**Outubro/2023**
14	Contribuição para o PIS/Pasep			
	Retenção - Aquisição de autopeças	3770		**16 a 31/outubro/2023**
14	**Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**			
	Retenção - Aquisição de autopeças	3746		**16 a 31/outubro/2023**
14	**Cide - Combustíveis** - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9331		**Outubro/2023**
14	**Cide - Remessas ao Exterior** - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a remessa de importâncias ao exterior nas hipóteses tratadas no art. 2° da Lei n° 10.168/2000, alterado pelo art. 6° da Lei n° 10.332/2001.	8741		**Outubro/2023**
16	**Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)**			
	Rendimentos de Capital			
	Títulos de renda fixa - Pessoa Física	8053		**1° a 10/novembro/2023**
	Títulos de renda fixa - Pessoa Jurídica	3426		"
	Fundo de Investimento - Renda Fixa	6800		"
	Fundo de Investimento em Ações	6813		"
	Operações de swap	5273		"
	Day-Trade - Operações em Bolsas	8468		"
	Ganhos líquidos em operações em bolsas e assemelhados	5557		"
	Juros remuneratórios do capital próprio (art. 9° da Lei n° 9.249/95)	5706		"
	Fundos de Investimento Imobiliário - Resgate de quotas	5232		"
	Demais rendimentos de capital	0924		"
	Tributação Exclusiva - Art. 2° da Lei n° 12.431/2011	3699		"
	Ganho de Capital - Integralização de Cotas com Ativos (art. 1ª da Lei n° 13.043/2014)	5029		"
	Empréstimo de Ativos - Fundos de Investimento (art. 8ª da Lei n° 13.043/2014)	5035		"
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior			
	Aplicações Financeiras - Fundos/Entidades de Investimento Coletivo	5286		**1° a 10/novembro/2023**
	Aplicações em Fundos de Conversão de Débitos Externos / Lucros / Bonificações / Dividendos	0490		"
	Juros remuneratórios de capital próprio	9453		"
	Outros Rendimentos			
	Prêmios obtidos em concursos e sorteios	0916		**1° a 10/novembro/2023**
	Prêmios obtidos em bingos	8673		"
	Multas e vantagens	9385		"
16	**Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)**			
	Operações de Crédito/Mútuo - Pessoa Jurídica	1150		**1° a 10/novembro/2023**

	Operações de Crédito/Mútuo - Pessoa Física	7893		"
	Operações de Câmbio - Entrada de moeda	4290		"
	Operações de Câmbio - Saída de moeda	5220		"
	Aplicações Financeiras	6854		"
	Factoring (art. 58 da Lei n° 9.532/97)	6895		"
	Seguros	3467		"
	Ouro, Ativo Financeiro	4028		"
16	**Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)**			
	Operações de Crédito/Mútuo - Pessoa Jurídica	1150		**Outubro/2023**
	Operações de Crédito/Mútuo - Pessoa Física	7893		"
16	**Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)**			
	CPSS - Servidor Civil Ativo	1661		**1° a 10/novembro/2023**
	CPSS - Servidor Civil Inativo	1700		"
	CPSS - Pensionista Civil	1717		"
	CPSS - Patronal - Servidor Civil Ativo - Operação Intra-Orçamentária	1769		"
	CPSS - Patronal - Servidor no Exterior - Operação Intra-Orçamentária	1814		"
16	**Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)**			
	CPSS - Servidor Civil Ativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1723		**1° a 10/novembro/2023**
	CPSS - Servidor Civil Inativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1730		"
	CPSS - Pensionista - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1752		"
16	Contribuinte Individual - recolhimento mensal NIT/PIS/Pasep		1007	**1° a 31/outubro/2023**
	Contribuinte Individual - recolhimento mensal - com dedução de 45% (Lei n° 9.876/99) - NIT/PIS/Pasep		1120	"
	Contribuinte Individual - Opção: aposentadoria apenas por idade - recolhimento Mensal - NIT/PIS/Pasep		1163	"
	Segurado Facultativo - recolhimento mensal - NIT/PIS/Pasep		1406	"
	Facultativo - Opção: aposentadoria apenas por idade - recolhimento mensal - NIT/PIS/Pasep		1473	"
	Segurado Especial - recolhimento mensal - NIT/PIS/Pasep		1503	"
	Facultativo Baixa Renda - recolhimento mensal - Complemento para Plano Simplificado da Previdência Social - PSPS - Lei n° 12.470/2011		1830	"
	MEI - Complementação Mensal		1910	"
	Facultativo Baixa Renda - recolhimento mensal - NIT/PIS/Pasep		1929	"
	Facultativo Baixa Renda - recolhimento mensal - Complemento		1945	"
20	**Contribuição para o PIS/Pasep**			
	Retenção de contribuições - pagamentos de PJ a PJ de direito privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL)	5952		**Outubro/2023**
	Retenção - pagamentos de PJ a PJ de direito privado	5979		"
20	**Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**			
	Retenção de contribuições - pagamentos de PJ	5952		**Outubro/2023**

	a PJ de direito privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL)			
	Retenção - pagamentos de PJ a PJ de direito privado	5960		"
20	**Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**			
	Retenção de contribuições - pagamentos de PJ a PJ de direito privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL)	5952		**Outubro/2023**
	Retenção - pagamentos de PJ a PJ de direito privado	5987		"
20	**Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta**			
	Art. 7° da Lei n° 12.546/2011	2985		**Outubro/2023**
	Art. 8° da Lei n° 12.546/2011	2991		"
20	**Contribuição para o PIS/Pasep**			
	Entidades financeiras e equiparadas	4574		**Outubro/2023**
20	**Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**			
	Entidades financeiras e equiparadas	7987		**Outubro/2023**
20	**Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)**			
	Rendimentos de Capital			
	Aluguéis e royalties pagos a pessoa física	3208		**Outubro/2023**
	Rendimentos de partes beneficiárias ou de fundador	3277		"
	Resgate Previdência Complementar/Modalidade Contribuição Definida/Variável - Não Optante Tributação Exclusiva	3223		"
	Resgate Previdência Complementar/Modalidade Benefício Definido - Não Optante Tributação Exclusiva	3556		"
	Resgate Previdência Complementar - Optante Tributação Exclusiva	3579		"
	Benefício Previdência Complementar - Não Optante Tributação Exclusiva	3540		"
	Benefício Previdência Complementar - Optante Tributação Exclusiva	5565		"
	Rendimentos do Trabalho			
	Trabalho assalariado (exceto Trabalhador Doméstico)	0561		**Outubro/2023**
	Trabalho sem vínculo empregatício	0588		"
	Aposentadoria Regime Geral ou do Servidor Público	3533		"
	Participação nos Lucros ou Resultados - PLR	3562		"
	Rendimentos decorrentes de decisão da Justiça do Trabalho, exceto o disposto no art. 12-A da Lei n° 7.713, de 1988	5936		"
	Rendimentos Acumulados - art. 12-A da Lei n° 7.713, de 1988	1889		"
	Outros Rendimentos			
	Remuneração de serviços prestados por pessoa jurídica	1708		**Outubro/2023**
	Pagamentos de PJ a PJ por serviços de factoring	5944		"
	Pagamento PJ a cooperativa de trabalho	3280		"
	Juros e indenizações de lucros cessantes	5204		"
	Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL)	6891		"
	Indenização por danos morais	6904		"

	Rendimentos decorrentes de decisão da Justiça Federal, exceto o disposto no art. 12-A da Lei n° 7.713, de 1988	5928		"
	Rendimentos decorrentes de decisão da Justiça dos Estados/Distrito Federal, exceto o disposto no art. 12-A da Lei n° 7.713, de 1988	1895		"
	Demais rendimentos	8045		"
20	Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CEI		2852	**Diversos**
	Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc)		2879	"
	Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CNPJ		2950	"
	Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc)		2976	"
20	Pagamento de dívida ativa parcelamento - referência (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)		6106	**Diversos**
	Comprev - pagamento de dívida ativa - parcelamento de regime próprio de previdência social RPPS - órgão do poder público - referência		6505	"
20	**Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ)**			
	Pagamento Unificado - Ret Aplicável às Incorporações Imobiliárias (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	4095		**Outubro/2023**
	Pagamento Unificado - Regime Especial Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções, ambas no âmbito do PMCMV e à Construção ou Reforma de Creches e Pré-Escolas (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	1068		"
	Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções	4112		"
20	**Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**			
	Pagamento Unificado - Ret Aplicável às Incorporações Imobiliárias (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	4095		**Outubro/2023**
	Pagamento Unificado - Regime Especial Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções, ambas no âmbito do PMCMV e à Construção ou Reforma de Creches e Pré-Escolas (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	1068		"
	Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções	4153		"
20	**Contribuição para o PIS/Pasep**			
	Pagamento Unificado - Ret Aplicável às Incorporações Imobiliárias (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	4095		**Outubro/2023**
	Pagamento Unificado - Regime Especial Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções, ambas no âmbito do PMCMV e à Construção ou Reforma de Creches e Pré-Escolas (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	1068		"
	Regime Especial de Tributação Aplicável às	4138		"

	Incorporações Imobiliárias e às Construções			
20	**Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**			
	Pagamento Unificado - Ret Aplicável às Incorporações Imobiliárias (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	4095		**Outubro/2023**
20	**Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**			
	Pagamento Unificado - Regime Especial Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções, ambas no âmbito do PMCMV e à Construção ou Reforma de Creches e Pré-Escolas (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	1068		**Outubro/2023**
	Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções.	4166		"
20	**Simples Nacional** - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.	DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional)		**Outubro/2023**
23	**Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)**			
	Rendimentos de Capital			
	Títulos de renda fixa - Pessoa Física	8053		**11 a 20/novembro/2023**
	Títulos de renda fixa - Pessoa Jurídica	3426		"
	Fundo de Investimento - Renda Fixa	6800		"
	Fundo de Investimento em Ações	6813		"
	Operações de swap	5273		"
	Day-Trade - Operações em Bolsas	8468		"
	Ganhos líquidos em operações em bolsas e assemelhados	5557		"
	Juros remuneratórios do capital próprio (art. 9° da Lei n° 9.249/95)	5706		"
	Fundos de Investimento Imobiliário - Resgate de quotas	5232		"
	Demais rendimentos de capital	0924		"
	Tributação Exclusiva - Art. 2° da Lei n° 12.431/2011	3699		"
	Ganho de Capital - Integralização de Cotas com Ativos (art. 1ª da Lei n° 13.043/2014)	5029		"
	Empréstimo de Ativos - Fundos de Investimento (art. 8ª da Lei n° 13.043/2014)	5035		"
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior			
	Aplicações Financeiras - Fundos/Entidades de Investimento Coletivo	5286		**11 a 20/novembro/2023**
	Aplicações em Fundos de Conversão de Débitos Externos / Lucros / Bonificações / Dividendos	0490		"
	Juros remuneratórios de capital próprio	9453		"
	Outros Rendimentos			
	Prêmios obtidos em concursos e sorteios	0916		**11 a 20/novembro/2023**
	Prêmios obtidos em bingos	8673		"
	Multas e vantagens	9385		"
23	**Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)**			
	Operações de Crédito - Pessoa Jurídica	1150		**11 a 20/novembro/2023**
	Operações de Crédito - Pessoa Física	7893		"
	Operações de Câmbio - Entrada de moeda	4290		"
	Operações de Câmbio - Saída de moeda	5220		"

	Aplicações Financeiras	6854		"
	Factoring (art. 58 da Lei n° 9.532/97)	6895		"
	Seguros	3467		"
	Ouro, Ativo Financeiro	4028		"
24	**Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)**			
	Posição na Tipi Produto			
	87.03 Automóveis de passageiros e outros veículos automóveis principalmente concebidos para transporte de pessoas (exceto os da posição 87.02), incluídos os veículos de uso misto ("station wagons") e os automóveis de corrida;	0676		**Outubro/2023**
	87.06 Chassis com motor para os veículos automóveis das posições 87.01 a 87.05;	0676		"
	84.29 "Bulldozers", "angledozers", niveladores, raspo-transportadores ("scrapers"), pás mecânicas, escavadores, carregadoras e pás carregadoras, compactadores e rolos ou cilindros compressores, autopropulsados;	1097		"
	84.32 Máquinas e aparelhos de uso agrícola, hortícola ou florestal, para preparação ou trabalho do solo ou para cultura; rolos para gramados (relvados), ou para campos de esporte;	1097		"
	84.33 Máquinas e aparelhos para colheita ou debulha de produtos agrícolas, incluídas as enfardadeiras de palha ou forragem; cortadores de grama (relva) e ceifeiras; máquinas para limpar ou selecionar ovos, frutas ou outros produtos agrícolas, exceto as da posição 84.37;	1097		"
	87.01 Tratores (exceto os carros-tratores da posição 87.09);	1097		"
	87.02 Veículos automóveis para transporte de 10 pessoas ou mais, incluindo o motorista;	1097		"
	87.04 Veículos automóveis para transporte de mercadorias;	1097		"
	87.05 Veículos automóveis para usos especiais (por exemplo: auto- socorros, caminhões-guindastes, veículos de combate a incêndios, caminhões-betoneiras, veículos para varrer, veículos para espalhar, veículos-oficinas, veículos radiológicos), exceto os concebidos principalmente para transporte de pessoas ou de mercadorias;	1097		"
	87.11 Motocicletas (incluídos os ciclomotores) e outros ciclos equipados com motor auxiliar, mesmo com carro lateral; carros laterais.	1097		"
24	**Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)**			
	Tabaco e seus Sucedâneos Manufaturados, Exceto Cigarros Contendo Tabaco	5110		**Outubro/2023**
	Todos os produtos, com exceção de: bebidas (Capítulo 22), Tabaco e seus Sucedâneos Manufaturados (Capítulo 24) e os das posições 84.29, 84.32, 84.33, 87.01 a 87.06 e 87.11 da Tipi	5123		"
24	**Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)**			
	Bebidas do capítulo 22 da Tipi	0668		**Outubro/2023**
	Cervejas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei n° 13.097, de	0821		"

	19 de janeiro de 2015.			
	Demais bebidas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei n° 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0838		"
24	**Contribuição para o PIS/Pasep**			
	Faturamento	8109		**Outubro/2023**
	Folha de salários	8301		"
	Pessoa jurídica de direito público	3703		"
	Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária	8496		"
	Combustíveis	6824		"
	Não-cumulativa	6912		"
	Vendas à Zona Franca de Manaus (ZFM) - Substituição Tributária	1921		"
	Cervejas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei n° 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0679		"
	Demais bebidas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei n° 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0691		"
	Álcool - Regime Especial de Apuração e Pagamento previsto no § 4° do art. 5° da Lei n° 9.718, de 27 de novembro de 1998.	0906		"
24	**Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**			
	Demais Entidades	2172		**Outubro/2023**
	Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária	8645		"
	Combustíveis	6840		"
	Não-cumulativa	5856		"
	Vendas à Zona Franca de Manaus (ZFM) - Substituição Tributária	1840		"
	Cervejas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei n° 13.097, de 19 de janeiro de 2015	0760		"
	Demais bebidas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei n° 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0776		"
	Álcool - Regime Especial de Apuração e Pagamento previsto no §° 4° do art. 5° da Lei n° 9.718, de 27 de novembro de 1998.	0929		"
27	**Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)**			
	CPSS - Servidor Civil Ativo	1661		**11 a 20/novembro/2023**
	CPSS - Servidor Civil Inativo	1700		"
	CPSS - Pensionista Civil	1717		"
	CPSS - Patronal - Servidor Civil Ativo - Operação Intra-Orçamentária	1769		"
	CPSS - Patronal - Servidor no Exterior - Operação Intra-Orçamentária	1814		"
27	**Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)**			
	CPSS - Servidor Civil Ativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1723		**11 a 20/novembro/2023**
	CPSS - Servidor Civil Inativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1730		"
	CPSS - Pensionista - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1752		"
30	**Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)**			
	Rendimentos de Capital			

	Fundos de Investimento Imobiliário - Rendimentos e Ganhos de Capital Distribuídos	5232		**Outubro/2023**
30	**Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)**			
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior - Pessoa Jurídica			
	Ganhos de capital de alienação de bens e direitos do ativo circulante localizados no Brasil	0473		**Outubro/2023**
30	**Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF)**			
	Recolhimento mensal (Carnê Leão)	0190		**Outubro/2023**
	Ganhos de capital na alienação de bens e direitos	4600		"
	Ganhos de capital na alienação de bens e direitos e nas liquidações e resgates de aplicações financeiras, adquiridos em moeda estrangeira	8523		"
	Ganhos líquidos em operações em bolsa	6015		"
	7ª quota do imposto apurado na Declaração de Ajuste Anual	0211		**Ano-Calendário 2022**
30	**Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ)**			
	PJ obrigadas à apuração com base no lucro real			
	Entidades Financeiras			
	Balanço Trimestral (2ª quota)	1599		**Julho a Setembro/2023**
	Estimativa Mensal	2319		**Outubro/2023**
	Demais Entidades			
	Balanço Trimestral (2ª quota)	0220		**Julho a Setembro/2023**
	Estimativa Mensal	2362		**Outubro/2023**
	Optantes pela apuração com base no lucro real			
	Balanço Trimestral (2ª quota)	3373		**Julho a Setembro/2023**
	Estimativa Mensal	5993		**Outubro/2023**
	Lucro Presumido (2ª quota)	2089		**Julho a Setembro/2023**
	Lucro Arbitrado (2ª quota)	5625		"
	IRPJ - Ganhos Líquidos em Operações na Bolsa - Lucro Real	3317		**Outubro/2023**
	IRPJ - Ganhos Líquidos em Operações na Bolsa - Lucro Presumido ou Arbitrado	0231		"
	Ganho de Capital - Alienação de Ativos de ME/EPP optantes pelo Simples Nacional	0507		"
30	**Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)**			
	Contrato de Derivativos	2927		**Outubro/2023**
30	**Contribuição para o PIS/Pasep**			
	Retenção - Aquisição de autopeças	3770		**1° a 15/novembro/2023**
30	**Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**			
	Retenção - Aquisição de autopeças	3746		**1° a 15/novembro/2023**
30	**Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**			
	PJ que apuram o IRPJ com base no lucro real			
	Entidades Financeiras			
	Balanço Trimestral (2ª quota)	2030		**Julho a Setembro/2023**
	Estimativa Mensal	2469		**Outubro/2023**
30	**Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**			

	PJ que apuram o IRPJ com base no lucro real			
	Demais Entidades			
	Balanço Trimestral (2ª quota)	6012		**Julho a Setembro/2023**
	Estimativa Mensal	2484		**Outubro/2023**
	PJ que apuram o IRPJ com base no lucro presumido ou arbitrado (2ª quota)	2372		**Julho a Setembro/2023**
30	**Programa de Recuperação Fiscal (Refis)**			
	Parcelamento vinculado à receita bruta	9100		**Diversos**
	Parcelamento alternativo	9222		"
	ITR/Exercícios até 1996	9113		"
	ITR/Exercícios a partir de 1997	9126		"
30	**Parcelamento Especial (Paes)**			
	Pessoa física	7042		**Diversos**
	Microempresa	7093		"
	Empresa de pequeno porte	7114		"
	Demais pessoas jurídicas	7122		"
	Paes ITR	7288		"
30	**Parcelamento Excepcional (Paex) Art. 1° MP n° 303/2006**			
	Pessoa jurídica optante pelo Simples	0830		**Diversos**
	Demais pessoas jurídicas	0842		"
30	**Parcelamento Excepcional (Paex) Art. 8° MP n° 303/2006**			
	Pessoa jurídica optante pelo Simples	1927		**Diversos**
30	**Parcelamento Excepcional (Paex) Art. 9° MP n° 303/2006**			
	Pessoa jurídica optante pelo Simples	1919		**Diversos**
30	Parcelamento - IRPJ/CSLL - Ganho de Capital - RFB	4983		**Diversos**
	Parcelamento - IRPJ/CSLL - Ganho de Capital - PGFN	4990		"
30	**Parcelamento Especial - Simples Nacional Art. 7° § 3° IN/RFB n° 767/2007**			
	Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional	0285		**Diversos**
30	**Parcelamento Especial - Simples Nacional Art. 7° § 4° IN/RFB n° 767/2007**			
	Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional		4324	**Diversos**
30	**Parcelamento para Ingresso no Simples Nacional - 2009 Art. 7° § 3° IN/RFB n° 902/2008**			
	Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional	0873		**Diversos**
30	**Parcelamento - Simples Nacional Art. 7° § 3° IN/RFB n° 1.508/2014**			
	Microempresa e Empresa de Pequeno Porte optante pelo Simples Nacional	DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional)		**Diversos**
30	**Parcelamento - Simples Nacional Art. 7° § 3° IN/RFB n° 1.508/2014**			
	Microempreendedor Individual optante pelo Simples Nacional	DAS-MEI (Documento de Arrecadação Simplificada do Microempreendedor Individual)		**Diversos**
30	**Parcelamento Especial - Simples Nacional Art. 5° § 3° IN/RFB n° 1.677/2016**			
	Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional	DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional)		**Diversos**

30	**Parcelamento Especial - Simples Nacional Art. 4° § 3° IN/RFB n° 1.713/2017**			
	Microempreendedor Individual optante pelo Simples Nacional	DAS-MEI (Documento de Arrecadação Simplificada do Microempreendedor Individual)		**Diversos**
30	**Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN)**	DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional)		**Diversos**
30	**Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN-MEI) Microempreendedor Individual**	DAS-MEI (Documento de Arrecadação Simplificada do Microempreendedor Individual)		**Diversos**
30	**Parcelamento para Ingresso no Simples Nacional - 2009 Art. 7° § 4° IN/RFB n° 902/2008**			
	Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional		4359	**Diversos**
30	**Parcelamento - CEI**		4105	**Diversos**
30	**Parcelamento Lei n° 11.941, de 2009**			
	PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1°	1136		**Diversos**
	PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3°	1165		"
	PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1°	1194		"
	PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3°	1204		**Diversos**
	PGFN - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art. 2°	1210		
	RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1°	1233		"
	RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3°	1240		"
30	**Parcelamento Lei n° 11.941, de 2009**			
	RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1°	1279		**Diversos**
	RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3°	1285		"
	RFB - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art. 2°	1291		"
30	**Reabertura Parcelamento Lei n° 11.941, de 2009**			
	Reabertura Lei n° 11.941, de 2009 - PGFN - Débitos Previdenciários Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1°	3780		**Diversos**
	Reabertura Lei n° 11.941, de 2009 - PGFN - Débitos Previdenciários Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3°	3796		"

	Reabertura Lei n° 11.941, de 2009 - PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1°	3835		"
	Reabertura Lei n° 11.941, de 2009 - PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3°	3841		"
	Reabertura Lei n° 11.941, de 2009 - PGFN - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art. 2°	3858		"
	Reabertura Lei n° 11.941, de 2009 - RFB - Débitos Previdenciários Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1°	3870		"
	Reabertura Lei n° 11.941, de 2009 - RFB - Débitos Previdenciários Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3°	3887		"
	Reabertura Lei n° 11.941, de 2009 - RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1°	3926		"
	Reabertura Lei n° 11.941, de 2009 - RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3°	3932		"
	Reabertura Lei n° 11.941, de 2009 - RFB - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art. 2°	3955		"
30	**Parcelamento Lei n° 12.865, de 2013 - PIS/Cofins**			
	Lei n° 12.865, de 2013 - RFB - Parcelamento - PIS/Cofins - Instituições Financeiras e Cia Seguradoras - Art. 39, Caput	4007		**Diversos**
	Lei n° 12.865, de 2013 - PGFN - Parcelamento - PIS/Cofins - Instituições Financeiras e Cia Seguradoras - Art. 39, Caput	4013		"
	Lei n° 12.865, de 2013 - RFB - Parcelamento PIS/Cofins - Art. 39, § 1°	4020		"
	Lei n° 12.865, de 2013 - PGFN - Parcelamento PIS/Cofins - Art. 39, § 1°	4042		"
30	**Parcelamento Lei n° 12.865, de 2013 - IRPJ/CSLL**			
	Lei n° 12.865, de 2013 - RFB - Parcelamento IRPJ/CSLL - Art. 40	4059		**Diversos**
	Lei n° 12.865, de 2013 - PGFN - Parcelamento IRPJ/CSLL - Art. 40	4065		"
30	**Parcelamento Lei n° 12.996, de 2014**			
	Lei n° 12.996, de 2014 - PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento	4720		**Diversos**
	Lei n° 12.996, de 2014 - PGFN - Demais Débitos - Parcelamento	4737		"
	Lei n° 12.996, de 2014 - RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento	4743		"
	Lei n° 12.996, de 2014 - RFB - Demais Débitos - Parcelamento	4750		"
30	**Programa de Regularização Tributária (PRT)**			
	PRT- Débitos Previdenciários - Pessoa Jurídica		4135	**Diversos**
	PRT - Débitos Previdenciários - Pessoa Física		4136	"
	PRT - Demais Débitos	5184		"
30	**Programa Especial de Regularização**			

	Tributária (Pert)			
	PERT- Débitos Previdenciários - Pessoa Jurídica		4141	**Diversos**
	PERT - Débitos Previdenciários - Pessoa Física		4142	"
	PERT - Demais Débitos	5190		"
30	**Programa de Regularização de Débitos dos Estados e Municípios (Prem)**	5525		**Diversos**
30	**Programa de Regularização Tributária Rural (PRR)**	5161		**Diversos**
30	**Parcelamento Constitucional Excepcional dos Débitos Decorrentes de Contribuições Previdenciárias dos Municípios**	6063		**Diversos**
30	Acréscimos Legais de Contribuinte Individual, Doméstico, Facultativo e Segurado Especial - Lei n° 8.212/91 NIT/PIS/Pasep		1759	**Diversos**
	GRC Trabalhador Pessoa Física (Contribuinte Individual, Facultativo, Empregado Doméstico, Segurado Especial) - DEBCAD (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)		1201	"
	ACAL - CNPJ		3000	"
	ACAL - CEI		3107	"
	GRC Contribuição de empresa normal - DEBCAD (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)		3204	"
30	Pagamento de débito - DEBCAD (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)		4006	**Diversos**
	Pagamento/Parcelamento de débito - CNPJ		4103	"
	Pagamento de débito administrativo - Número do título de cobrança (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)		4200	"
	Pagamento de parcelamento administrativo - número do título de cobrança (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)		4308	"
30	Depósito Recursal Extrajudicial - Número do Título de Cobrança Pagamento exclusivo na Caixa Econômica Federal (CDC=104)		4995	**Diversos**
	Pagamento de Dívida Ativa Débito - Referência (Preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)		6009	"
	Pagamento de Dívida Ativa Ação Judicial - Referência (Preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)		6203	"
	Pagamento de Dívida Ativa Cobrança Amigável - Referência (Preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)		6300	"
	Pagamento de Dívida Ativa Parcelamento - Referência (Preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)		6408	"
	Comprev - pagamento de Dívida Ativa - não parcelada de regime próprio de previdência social RPPS - órgão do poder público - referência		6513	"
30	**Imposto Territorial Rural (ITR)**			
	3ª quota do ITR relativo ao exercício de 2023	1070		**1°/janeiro/2023**

Agenda Tributária
Novembro de 2023

Data de apresentação: data em que se encerra o prazo legal para apresentação das principais declarações, demonstrativos e documentos exigidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil sem a incidência de multa.

Data de Apresentação	Declarações, Demonstrativos e Documentos	Período de Apuração
	De Interesse Principal das Pessoas Jurídicas	
10	Envio, pelo Município, da relação de todos os alvarás para construção civil e documentos de habite-se concedidos.	**1° a 31/outubro/2023**
14	**DCP** - Demonstrativo do Crédito Presumido do IPI	**Julho a Setembro/2023**
16	**EFD-Reinf** - Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras informações Fiscais (Consulte a Instrução Normativa RFB n° 2.043, de 12 de agosto de 2021)	**Outubro/2023**
16	**DCTFWeb** - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos	**Outubro/2023**
16	**EFD-Contribuições** - Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita **- Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins** - Pessoas Jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda. **- Contribuição Previdenciária sobre a Receita** - Pessoas Jurídicas que desenvolvam as atividades relacionadas nos arts. 7° e 8° da Lei n° 12.546, de 2011. (Consulte a Instrução Normativa RFB n° 1.252, de 1° de março de 2012)	**Setembro/2023**
20	**PGDAS-D** - Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional	**Outubro/2023**
23	**DCTF Mensal** - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - Mensal	**Setembro/2023**
30	**DME** - Declaração de Operações Liquidadas com Moeda em Espécie	**Outubro/2023**
30	**DOI** - Declaração sobre Operações Imobiliárias	**Outubro/2023**
Data de Apresentação	**Declarações, Demonstrativos e Documentos**	**Período de Apuração**
	De Interesse Principal das Pessoas Físicas	
30	**DME** - Declaração de Operações Liquidadas com Moeda em Espécie	**Outubro/2023**
30	**DOI** - Declaração sobre Operações Imobiliárias	**Outubro/2023**

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO RFB N° 004, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01.11.2023)

Altera a produção de efeitos do Ato Declaratório Executivo RFB n° 3, de 3 de outubro de 2023, em decorrência das alterações promovidas na Resolução Gecex n° 499, de 21 de julho de 2023, pela Resolução Gecex n° 529, de 19 de outubro de 2023.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 4° do Decreto n° 11.158, de 29 de julho de 2022, na Resolução Gecex n° 499, de 21 de julho de 2023, e na Resolução Gecex n° 529, de 19 de outubro de 2023,

DECLARA:

Art. 1° O Ato Declaratório Executivo RFB n° 3, de 3 de outubro de 2023, publicado no DOU de 06/10/2023, seção 1, página 56, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 2° Observadas as descrições dos produtos e suas respectivas alíquotas, ficam alterados na Tipi:

I - a partir de 1° de janeiro de 2024, os códigos de classificação constantes do Anexo I (código desdobrado); e

II - a partir de 1° de novembro de 2023, os códigos de classificação constantes do Anexo II (códigos com novos textos).

Art. 2° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL N° 071, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023 - (DOU de 03.11.2023)

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução n° 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória n° 1.178, de 30 de junho de 2023, que "Altera a Medida Provisória n° 1.175, de 5 de junho de 2023, para ampliar os recursos disponíveis para desconto patrocinado na aquisição de automóvel ou veículo comercial leve sustentável novo, e dá outras providências", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 27 de outubro de 2023.

Congresso Nacional, em 1° de novembro de 2023

Senador RODRIGO PACHECO
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

PORTARIA NORMATIVA MF N° 1.330, DE 26 DE OUTUBRO DE 2023 (*) - (DOU de 27.10.2023)

Dispõe sobre as condições gerais para exploração comercial da modalidade lotérica de aposta de quota fixa no território nacional, nos termos na Lei n° 13.756, de 12 de dezembro de 2018, com as alterações promovidas pela Medida Provisória n° 1.182, de 24 de julho de 2023; e regulamenta normas gerais sobre os direitos e as obrigações do apostador, a prevenção à lavagem de dinheiro e outros delitos, o jogo responsável e a manifestação prévia de interesse.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e o art. 1°, inciso X, alínea "f", do Anexo I do Decreto n° 11.344, de 1° de janeiro de 2023, e tendo em vista o disposto na Lei n° 13.756, de 12 de dezembro de 2018, com as alterações promovidas pela Medida Provisória n° 1.182, de 24 de julho de 2023,

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1° Esta Portaria dispõe sobre as condições gerais para exploração comercial da modalidade lotérica de aposta de quota fixa no território nacional, nos termos da Lei n° 13.756, de 12 de dezembro de 2018, com as alterações promovidas pela Medida Provisória n° 1.182, de 24 de julho de 2023, e regulamenta normas gerais sobre os direitos e as obrigações do apostador, a prevenção à lavagem de dinheiro e outros delitos, o jogo responsável e a manifestação prévia de interesse.

Art. 2° As condições e disposições gerais regulamentadas nesta Portaria se aplicam a todas as empresas que exploram comercialmente a modalidade lotérica de apostas de quota fixa no território nacional, inclusive anteriormente à outorga de que trata o art. 29 da Lei n° 13.756, de 2018.

Parágrafo único. O cumprimento do disposto nesta Portaria não gera direito adquirido nem representa qualquer desoneração das obrigações a serem atendidas posteriormente para obtenção da autorização para exploração da atividade, definidas em regulamento específico.

CAPÍTULO II
DO REGIME DE EXPLORAÇÃO

Art. 3° A modalidade lotérica de aposta de quota fixa será explorada, exclusivamente, em ambiente concorrencial, sem limite do número de outorgas, com possibilidade de ser comercializada em quaisquer canais de distribuição comercial, físicos e em meios virtuais, nos termos do §2° do art. 29 da Lei n° 13.756, de 2018, e em conformidade com a regulamentação específica a ser expedida pela área técnica competente do Ministério da Fazenda.

Art. 4° Será indeferido o pedido de autorização considerado fraudulento ou que possua informações adulteradas ou inverídicas.

Parágrafo único. As autorizações eventualmente deferidas a empresas que se enquadrem na situação descrita no caput serão revogadas ou anuladas, a depender do motivo determinante, observado o devido processo legal administrativo disciplinado em regulamento específico.

Art. 5° Poderão solicitar autorização para exploração da modalidade lotérica de aposta de quota fixa as pessoas jurídicas nacionais ou estrangeiras, devidamente estabelecidas no território nacional, que atenderem a todas as exigências constantes da Lei n° 13.756, de 2018, desta Portaria e das demais normas legais e regulamentares vigentes.

§ 1° A autorização de pessoas jurídicas para exploração comercial da modalidade lotérica denominada aposta de quota fixa deverá ser antecedida de:

I - habilitação jurídica;

II - regularidade fiscal e trabalhista;

III - qualificação econômico-financeira; e

IV - qualificação técnica.

§ 2° A área técnica competente do Ministério da Fazenda expedirá regulamentação específica contendo os requisitos, as condições e os procedimentos para obtenção da outorga.

§ 3° A empresa estrangeira poderá ser autorizada a explorar a loteria de apostas de quota fixa mediante a constituição de subsidiária no Brasil, nos termos da legislação vigente.

§ 4° A comprovação da constituição da empresa estrangeira no Brasil será exigida previamente à outorga da autorização para exploração comercial da atividade.

Art. 6° Somente poderá ser autorizada a explorar apostas de quota fixa a pessoa jurídica que atender aos requisitos e condições estabelecidos em regulamento específico, que conterá, no mínimo, as seguintes exigências:

I - possuir objeto social principal de exploração de apostas de quota fixa;

II - comprovar a sua regular constituição segundo as leis brasileiras, com sede e administração no país, observado o disposto no § 3° do art. 5° desta Portaria;

III - comprovar a origem lícita dos recursos que compõem o capital social;

IV - demonstrar a idoneidade dos responsáveis legais, sócios, beneficiários finais e ocupantes de cargos estratégicos da empresa, conforme regulamento específico;

V - possuir plataforma de apostas esportivas que atenda aos requisitos técnicos e operacionais definidos em regulamento específico e que seja certificada por laboratório cuja capacidade tenha sido reconhecida pelo Ministério da Fazenda;

VI - possuir estrutura de governança corporativa compatível com a complexidade, especificidade e riscos do negócio;

VII - disponibilizar serviço de atendimento a apostadores, sediado no Brasil, com atendimento em língua portuguesa, operacionalizado por canal eletrônico e telefônico gratuitos, em regime de funcionamento de vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, apto a atender às reclamações, dúvidas e demais problemas relacionados às apostas;

VIII - realizar cadastro na plataforma digital de que trata o Decreto n° 8.573, de 19 de novembro de 2015;

IX - adotar mecanismos de integridade na realização das apostas de quota fixa, conforme regulamento específico;

X - integrar organismos nacionais ou internacionais de monitoramento de integridade esportiva;

XI - implementar política de prevenção à manipulação de resultados, à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa, conforme regulamento específico;

XII - designar um responsável pelas seguintes áreas, vedado o acúmulo de funções:

a) contabilidade;

b) segurança de dados;

c) ouvidoria;

d) segurança operacional do sistema de apostas; e

e) integridade e compliance; e

XIII - cumprir outros requisitos e condições estabelecidos em lei e em regulamento específico.

Art. 7° Não será outorgada autorização para:

I - pessoas físicas;

II - pessoas jurídicas que não atendam aos requisitos estabelecidos nesta Portaria e nos regulamentos específicos expedidos pela área técnica competente do Ministério da Fazenda;

III - pessoas jurídicas cujos sócios ou acionistas controladores, individuais ou integrantes de acordo de controle, dirigentes e demais pessoas que compõem seu quadro societário detenham participação, direta ou indireta, em Sociedade Anônima do Futebol ou em organização esportiva profissional;

IV - pessoas jurídicas cujos sócios ou acionistas controladores, individuais ou integrantes de acordo de controle, dirigentes e demais pessoas que compõem seu quadro societário atuem como atletas profissionais, integrantes de comissão técnica, árbitros ou dirigentes de equipe esportiva brasileira;

V - pessoas jurídicas, incluindo os sócios ou acionistas controladores, os dirigentes e as demais pessoas que compõem seu quadro societário, que estejam com o direito de licitar e contratar com o Poder Público suspenso, ou que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública, no âmbito federal, estadual ou do Distrito Federal e municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

VI - empresas estrangeiras que tiveram sua(s) autorização(ões) cassada(s) ou revogada(s) em outras jurisdições nos últimos cinco anos;

VII - pessoas jurídicas cujos sócios ou acionistas controladores, dirigentes e as demais pessoas que compõem seu quadro técnico ou societário, sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de servidores públicos ou prestadores de serviços que atuem na área do Ministério da Fazenda responsável pela outorga das autorizações de que trata esta Portaria; e

VIII - pessoas jurídicas cujos sócios ou acionistas controladores, dirigentes e demais pessoas que compõem seu quadro societário possuam:

a) impedimento por lei especial;

b) condenação por improbidade administrativa;

c) condenação pelos crimes:

1. falimentar;

2. de sonegação fiscal;

3. de prevaricação;

4. de corrupção ativa ou passiva;

5. de concussão;

6. de peculato;

7. contra a economia popular;

8. contra a fé pública;

9. contra a propriedade intelectual; e

10. contra o Sistema Financeiro Nacional; e

d) condenação com pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, por decisão judicial transitada em julgado.

Art. 8° O Ministério da Fazenda manterá atualizada e divulgará a relação das empresas autorizadas a explorar a modalidade lotérica de apostas de quota fixa e dos respectivos sítios na internet.

CAPÍTULO III
DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO APOSTADOR

Art. 9° Sem prejuízo do disposto na Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, na Lei n° 13.709, de 14 de agosto de 2018, na Lei n° 13.460, de 26 de junho de 2017, naquilo que couber, e em regulamentação específica, são direitos dos apostadores:

I - receber serviço adequado, seguro e de qualidade;

II - receber informações para a defesa de seus direitos e interesses; e

III - obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha, observadas as disposições legais e regulamentares vigentes.

Art. 10. As informações relativas às apostas serão veiculadas no sítio eletrônico ou outro meio disponibilizado pelo operador, de modo a permitir a compreensão clara e precisa da plataforma de apostas e dos critérios de ganho da aposta pelos apostadores, e deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - como efetuar apostas;

II - a quota fixa estabelecida para cada aposta;

III - a forma e o local de recebimento de prêmios, que deverão ser pagos exclusivamente em conta bancária de titularidade do apostador;

IV - o saldo financeiro existente na conta do apostador; e

V - o nome, o e-mail e o telefone de contato da empresa.

Art. 11. Para a realização de apostas, o operador deverá obter junto ao apostador:

I - anuência para tratamento de dados pessoais, nos termos e nas condições disciplinadas na Lei n° 13.709, de 2018; e

II - ciência do teor das políticas de premiação praticadas pela empresa operadora, observadas as disposições desta Portaria e das demais normas legais e regulamentares vigentes.

CAPÍTULO IV
DA PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E OUTROS DELITOS

Art. 12. Verificada a possibilidade de configuração de indícios da ocorrência dos crimes previstos na Lei n° 9.613, de 03 de março de 1998, ou de relação com tais crimes, o operador comunicará ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF.

Parágrafo único. A comunicação de que trata o caput deverá ser efetuada em meio eletrônico, no Sistema de Informações do COAF - SISCOAF (www.coaf.gov.br), de acordo com instruções definidas no referido portal.

Art. 13. Para obtenção da autorização para exploração das apostas de quota fixa, os operadores devem desenvolver e implementar, na forma da lei e da regulamentação vigente, política, procedimentos e controles internos efetivos e consistentes com a natureza, a complexidade e os riscos das operações realizadas, que contemplem a identificação, avaliação, controle e monitoramento dos riscos de

envolvimento em situações relacionadas à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no caput serão exigidos, previamente à outorga da autorização, sem prejuízo de outras condições estabelecidas em regulamento específico:

I - política de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, que inclua diretrizes sobre avaliação de riscos na subscrição de operações, na contratação de terceiros ou outras partes relacionadas, no desenvolvimento de produtos, nas negociações privadas e nas operações com ativos;

II - elaboração de critérios e implementação de procedimentos de identificação de clientes, beneficiários, beneficiários finais, funcionários, terceiros e outras partes relacionadas, e de manutenção de registros físicos e/ou eletrônicos referentes a produtos e procedimentos expostos ao risco de servirem à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo;

III - implementação de procedimentos de identificação, monitoramento, análise de risco e comunicação de operações que possam constituir-se em indícios de lavagem de dinheiro, de financiamento do terrorismo ou da proliferação de armas de destruição em massa, ou com eles relacionar-se; e

IV - elaboração e execução de programa contínuo de treinamento visando à disseminação de cultura e à qualificação, de acordo com as respectivas funções, dos funcionários, parceiros e prestadores de serviços terceirizados, especificamente para o cumprimento do disposto na Lei n° 9.613, de 03 de março de 1998, na Lei n° 13.260, de 16 de março de 2016 e demais normas e regulamentos referentes à prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa.

CAPÍTULO V
DO JOGO RESPONSÁVEL

Art. 14. O jogo responsável consiste em medidas, diretrizes e práticas a serem adotadas para prevenção ao transtorno do jogo compulsivo ou patológico, para prevenção e não indução ao endividamento e para proteção de pessoas vulneráveis, especialmente menores e idosos.

Art. 15. Somente serão comercializadas apostas e efetuado o pagamento de prêmios a pessoas naturais maiores de dezoito anos de idade.

Parágrafo único. O disposto no caput deverá ser veiculado, de forma destacada, nos canais físicos ou virtuais de comercialização da loteria de aposta de quota fixa, bem como nas mensagens, publicações e peças de publicidade e propaganda.

Art. 16. Para a realização de apostas é obrigatória a identificação prévia do apostador, cujo cadastro deverá conter, no mínimo:

I - nome completo;

II - data de nascimento;

III - número do documento de identificação no Registro Geral (RG) ou passaporte; e

IV - número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou documento equivalente, se estrangeiro.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto nos incisos do caput, outras informações podem ser exigidas em regulamento específico expedido pelo Ministério da Fazenda.

Seção I
Do jogo patológico

Art. 17. O operador deverá promover ações informativas e preventivas de conscientização dos apostadores sobre o transtorno do jogo compulsivo ou patológico, por meio da elaboração de códigos de conduta e da difusão e implementação de políticas específicas de boas práticas e de redução de danos.

Art. 18. O operador deverá dispor de mecanismos e sistemas internos de controle que permitam ao apostador estabelecer:

I - limite diário de tempo de jogo ou aposta;

II - limite máximo de perda;

III - período de pausa; e

IV - autoexclusão.

Art. 19. Para a realização de apostas, é vedado ao operador:

I - aceitar instrumentos de pagamento que ofereçam conta de pagamento pós-paga ao apostador, seja com propósito de compra ou de transferência;

II - aceitar dinheiro em espécie;

III - emitir boleto de proposta; e

IV - aceitar depósitos de terceiros na conta do apostador.

Seção II
Das ações de comunicação, de publicidade e de marketing

Art. 20. As ações de comunicação, de publicidade e de marketing das apostas de quota fixa deverão se pautar pela responsabilidade social e pela promoção da conscientização do jogo responsável, visando à segurança coletiva e ao combate a apostas ilegais, incentivada a autorregulação e a adoção das boas práticas implementadas no mercado internacional de apostas esportivas.

Art. 21. São vedadas as ações de comunicação, de publicidade e de marketing de loteria de apostas de quota fixa que:

I - sejam veiculadas em escolas e universidades;

II - não contenham aviso de restrição etária, consubstanciada no símbolo "18+" ou no aviso "proibido para menores de 18 anos";

III - veiculem afirmações enganosas sobre as probabilidades de ganhar ou os possíveis ganhos que os apostadores podem esperar;

IV - apresentem a aposta como socialmente atraente ou contenham afirmações de celebridades ou influenciadores digitais que sugiram que o jogo contribui para o êxito pessoal ou social, ou melhoria das condições financeiras;

V - utilizem mensagens de cunho sexual ou da objetificação de atributos físicos;

VI - configurem apelo à intensificação ou ao exagero na prática de apostar;

VII - promovam o uso do produto como meio de recuperar valores perdidos em apostas anteriores ou outras perdas financeiras;

VIII - contribuam, de algum modo, para ofender crenças culturais ou tradições do País, especialmente aquelas contrárias à aposta; e

IX - sugiram ou induzam à crença de que:

a) apostar é um ato ou sinal de virtude, de coragem, de maturidade ou associado ao sucesso ou ao êxito pessoal ou profissional;

b) a abstenção de apostar é ato ou sinal de fraqueza ou associado a qualquer qualidade negativa;

c) a aposta pode constituir uma solução para problemas de ordem social, profissional ou pessoal;

d) a aposta pode constituir alternativa ao emprego, solução para problemas financeiros, fonte de renda adicional ou forma de investimento financeiro; e

e) a habilidade, a destreza ou a experiência podem influenciar o resultado de um evento esportivo.

Art. 22. Sem prejuízo de outras restrições e diretrizes expedidas pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária - CONAR, é vedada a publicidade ou a propaganda comercial de aposta de quota fixa que conte com a participação de crianças ou adolescentes ou que sejam a eles dirigidas.

Art. 23. A propaganda comercial da modalidade lotérica de aposta de quota fixa deverá ser acompanhada de cláusulas de advertência sobre os malefícios do jogo, com a exposição da mensagem "Jogue com Responsabilidade", podendo ser utilizado outro texto de cláusula que fomente responsabilidade social para com o público em geral ou se destine a informar os impactos da atividade.

§ 1° A cláusula de advertência de que trata o caput deverá:

I - ser veiculada de forma legível, ostensiva e destacada, quando possível em função das características da ação de comunicação;

II - constar de bilhetes impressos e de ambientes eletrônicos de apostas, bem como nas peças gráficas e demais materiais de publicidade; e

III - constar na página de abertura, de forma legível, quando a comunicação se der por meio de sítios eletrônicos.

§ 2° Poderão ser objeto de previsão em código de autorregulamentação da publicidade:

I - o detalhamento da cláusula de advertência;

II - os formatos sugeridos para atender aos critérios de legibilidade, de ostensividade e de destaque da cláusula de advertência; e

III - as hipóteses de dispensa de apresentação da cláusula de advertência em chamadas, em textos foguetes ou em outros formatos que se limitem à mera identificação da marca ou slogan, sem apelo de consumo.

Art. 24. Todo material ou peça de comunicação sobre apostas de quota fixa, veiculado em qualquer tipo de mídia on-line ou off-line, paga ou não, deverá ter seu caráter publicitário prontamente reconhecível pelo apostador, mediante informação clara, direta e objetiva.

§ 1° O disposto no caput se aplica ainda às ações promocionais, de patrocínio, de merchandising e testemunhais, inclusive nos canais de comunicação próprios, como sites, portais, blogs e redes sociais.

§ 2° Nos casos em que não seja evidente o caráter publicitário da ação, peça ou material, deverá constar explicitamente a identificação como "informe publicitário", "publicidade" ou outro termo que exprima sua natureza comercial.

Art. 25. É vedada a veiculação de publicidade, em competições esportivas de abrangência nacional, de operadores autorizados a explorar apostas de quota fixa exclusivamente no âmbito dos Estados e do Distrito Federal.

CAPÍTULO VI
DA MANIFESTAÇÃO PRÉVIA DE INTERESSE

Art. 26. As pessoas jurídicas interessadas na outorga de autorização para exploração comercial de apostas de quota fixa no território nacional poderão apresentar manifestação prévia de interesse ao Ministério da Fazenda, no prazo de até trinta dias, contado da publicação desta Portaria.

Art. 27. A manifestação prévia de interesse deverá ser encaminhada à Coordenação-Geral de Loterias do Ministério da Fazenda, pelo endereço eletrônico cogel.apoio@fazenda.gov.br, acompanhada dos seguintes documentos:

I - declaração de manifestação prévia de interesse assinada pelo representante legal da empresa, na forma do Anexo I desta Portaria;

II - formulário devidamente preenchido e assinado pelo representante legal, na forma do Anexo II desta Portaria; e

III - contrato social, estatuto ou compromisso de constituição de Sociedade de Propósito Específico - SPE, ou no caso de empresa estrangeira, compromisso de constituição de sociedade empresária no Brasil, redigido em língua portuguesa ou acompanhado de tradução juramentada.

Parágrafo único. Os documentos de que tratam os incisos I, II e III do caput poderão ser apresentados por intermédio de procurador com poderes específicos.

Art. 28. A apresentação da manifestação prévia de interesse de que tratam os arts. 28 e 29 desta Portaria não configura autorização prévia para exploração da loteria de apostas de quota fixa, nem vincula a empresa, que deverá atender, oportunamente, a todas as exigências constantes da Lei n° 13.756, de 2018, desta Portaria e das demais normas legais e regulamentares vigentes.

Parágrafo único. A data de abertura do procedimento para apresentação de pedido de autorização para exploração comercial de apostas quota fixa em todo o território nacional constará de regulamento específico, a ser expedido pela área técnica competente do Ministério da Fazenda.

Art. 29. As empresas que atenderem integralmente o disposto neste Capítulo terão prioridade na análise de seus pedidos de autorização para exploração comercial das apostas de quota fixa, quando da abertura do prazo para apresentação do requerimento.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

ANEXO I
MANIFESTAÇÃO PRÉVIA DE INTERESSE

A empresa [NOME DA EMPRESA INTERESSADA], neste ato representada por [NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA OU SEU PROCURADOR], inscrito(a) no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o n° [NÚMERO DO CPF], declara manifestar interesse em requerer, em momento oportuno, autorização para atuar no mercado brasileiro como agente operador de exploração comercial de apostas de quota fixa, nos termos da Lei n° 13.756, de 12 de dezembro de 2018, observadas as disposições regulamentares expedidas pelo Ministério da Fazenda.

Local e data

Assinatura

ANEXO II
FORMULÁRIO

Razão Social:	
CNPJ: (*)	
Endereço:	
Cidade:	
Unidade Federativa:	
País:	
Código Postal:	
Telefone:	
E-mail:	
Sítio Institucional na Internet:	
Quantidade de marcas que pretende operar no Brasil:	
Quais modalidades de aposta pretende operar no Brasil (apostas esportivas, jogos on-line, ou ambos)?	
A empresa possui licença ou autorização em outros países para operacionalizar aposta de quota fixa? Se sim, quais? (relacionar países e números das licenças)	
Nome do Representante Legal da Empresa:	
CPF ou Passaporte:	
Telefone:	
E-mail:	

(*) ou documento correspondente, se empresa estrangeira ainda não constituída no Brasil.

(*) Retificada no DOU de 27.10.2023 - Edição Extra, por ter saído com incorreções no original.

PORTARIA CONJUNTA MDIC/SUFRAMA N° 006, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 31.10.2023 - Edição Extra)

Altera a Portaria Conjunta ME/SUFRAMA n° 9.835, de 17 de novembro de 2022, que dispõe sobre o Plano de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, a apresentação e julgamento dos projetos de PD&I e e os procedimentos para o acompanhamento e a fiscalização das obrigações previstas no art. 5° do Decreto n° 10.521, de 15 de outubro de 2020.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS e o SUPERINTENDENTE DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso da atribuição que lhes confere o art. 2°, § 22, da Lei n° 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e tendo em vista o disposto no art. 33 do Decreto n° 10.521, de 15 de outubro de 2020,

RESOLVEM:

Art. 1° A Portaria Conjunta ME/SUFRAMA n° 9.835, de 17 de novembro de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4°.....

II - aperfeiçoamento de produto ou processo: produto ou processo existente e que foi modificado para que apresente melhorias tecnológicas e com efetivo ganho de qualidade ou desempenho;

.....

IX - fundação de apoio: entidade com objetivo de prover apoio à projetos de PD&I, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos, nos termos do disposto no inciso VII do art. 2° da Lei n° 10.973, de 2 de dezembro de 2004;

.....

XI-A - inovação tecnológica: implementação de produtos, bens e serviços ou de processo tecnológico novo ou significativamente aprimorado, desde que caracterizado o desafio tecnológico enfrentado;

....." (NR)

"Art. 5° Os investimentos em PD&I das empresas beneficiárias do art. 2° da Lei n° 8.387, de 1991, devem corresponder a no mínimo cinco por cento do seu faturamento bruto no mercado interno, calculado conforme disposto no caput do art. 5° do Decreto n° 10.521, de 2020, devendo ser executados em conformidade com o plano de PD&I, ressalvadas as hipóteses de redução relativas a situações específicas previstas em lei." (NR)

"Art. 6°.....

I - .....

a) no mínimo nove décimos por cento em convênio com ICTs ou com instituições de pesquisa ou instituições de ensino superior mantidas pelo Poder Público, com sede ou estabelecimento principal na Amazônia Ocidental ou no Estado do Amapá, credenciadas pelo Comitê das atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia - CAPDA;

.....

c) sob a forma de aplicação em fundos de investimentos ou outros instrumentos autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM que se destinem à capitalização de empresas de base tecnológica, com sede ou atividade principal na Amazônia Ocidental ou no Estado do Amapá, conforme disposto na Portaria n° 1.753, de 16 de outubro de 2018, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e da SUFRAMA.

.....

g) em organizações sociais, qualificadas nos termos da Lei n° 9.637, de 15 de maio de 1998, que mantenham contrato de gestão com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e que promovam e incentivem a realização de projetos de PD&I na área de bioeconomia, com sede ou atividade principal na Amazônia Ocidental ou no Estado do Amapá, conforme regulamento a ser editado pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, que, neste caso, poderá substituir o percentual previsto nas alíneas "a" e "f" deste inciso; e

II - .....

.....

b) capitalização de empresas nascentes de base tecnológica, com sede ou atividade principal na Amazônia Ocidental ou no Estado do Amapá, conforme disposto na Portaria n° 2.145, de 21 de dezembro de 2018, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e da Suframa;

c) repasses a organizações sociais, qualificadas conforme a Lei n° 9.637, de 1998, que mantenham contrato de gestão com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e que promovam e incentivem a realização de projetos de PD&I na área de bioeconomia, com sede ou atividade principal na Amazônia Ocidental ou no Estado do Amapá; e

d) em atividades de PD&I realizadas diretamente pelas próprias empresas ou por elas contratadas com outras empresas ou ICTs, com sede ou atividade principal na Amazônia Ocidental ou no Estado do Amapá, credenciadas pelo CAPDA." (NR)

"Art. 10. .....

.....

§ 6° Projetos destinados à elevação da aptidão da unidade fabril da empresa beneficiária para indústria 4.0 deverão seguir os termos da Portaria n° 2.091, de 17 de dezembro de 2018, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, e da régua de avaliação do quadro 2 do Anexo I.

§ 7° São exemplos de projetos rotineiros de engenharia que não se configuram usualmente como um projeto de PD&I, salvo a clara presença de um desafio tecnológico, nos termos do inciso VI do art. 4°:

.....

X - desenvolvimento de componentes de software ou de software embarcado que não impliquem no avanço do conhecimento científico e/ou tecnológico na área de software;

.....

XV - projetos destinados à implementação, ampliação ou modernização de infraestrutura física e de laboratórios de PD&I." (NR)

"Art. 13. .....

.....

II - estudos, ensaios e testes: serviços especializados para o planejamento, elaboração ou execução de estudos técnicos ou de mercado, ensaios e testes, necessários à consecução do projeto;

.....

VI - controle e gestão da propriedade intelectual: serviços especializados para apoiar processos relacionados à propriedade intelectual dos resultados de projetos de PD&I." (NR)

"Art. 14. .....

.....

§ 6°. O prazo previsto no § 5° será até 30 de novembro para o primeiro ano de vigência desta Portaria." (NR)

"Art. 19. .....

Parágrafo único. A empresa poderá, mediante justificativa técnica, não apresentar no Plano de PD&I todas as informações necessárias para a aprovação dos indicadores de avaliação constantes no Anexo I, hipótese em que:

I - a empresa deverá enviar formalmente a justificativa técnica à Suframa;

II - mantém-se a obrigação da empresa beneficiária em ajustar seu Plano de PD&I aos termos desta Portaria Conjunta;

III - a empresa beneficiária estará sujeita à glosa dos projetos que não cumpram os indicadores mínimos exigidos, quando da avaliação dos relatórios demonstrativos; e

IV - a justificativa técnica deverá ser apensada e considerada pela Suframa quando da avaliação dos relatórios demonstrativos correspondentes." (NR)

"Art. 21. .....

.....

§ 3° Na hipótese de a Suframa não concluir a avaliação prevista no caput ou no § 2° até o início do ano-base previsto para execução do Plano de PD&I apresentado:

I - fica a empresa beneficiária provisoriamente autorizada a iniciar a realização de atividades previstas no Plano de PD&I submetido;

II - a enquadrabilidade prevista no caput do art. 19 só será assegurada a partir da aprovação do Plano de PD&I pela Suframa; e

III - a enquadrabilidade de atividades iniciadas pela empresa antes de aprovação pela Suframa, nos termos do inciso I, será analisada na fase de avaliação dos relatórios demonstrativos.

§ 4° As hipóteses previstas neste artigo:

I - não afastam a obrigação da empresa beneficiária de observar os parâmetros, conceitos e indicadores mínimos estipulados nesta Portaria Conjunta ao:

a) apresentar ou ajustar seu Plano de PD&I;

b) realizar os projetos e atividades de seu Plano de PD&I.

II - não previnem a possibilidade de glosa de projetos que não comprovem atender aos critérios mínimos exigidos por esta Portaria Conjunta quando da avaliação dos relatórios demonstrativos.

§ 5° Os pareceres técnicos emitidos pela Suframa deverão ser apensados e por ela considerados quando da avaliação dos relatórios demonstrativos correspondentes a cada projeto do Plano de PD&I analisado." (NR)

"Art. 24. .....

.....

§ 2° O valor do projeto individual poderá sofrer aumentos superiores ao definido no inciso I do § 1°, desde que seja apresentada justificativa técnica no relatório demonstrativo e esta seja acatada pela SUFRAMA.

....." (NR)

"Art. 27. A não apresentação do plano de PD&I ou apresentação em desacordo com os requisitos previstos nesta Portaria Conjunta ensejará a aplicação do previsto no § 3° do art. 20 e no art. 34 do Decreto n° 10.521, de 2020, no que couber." (NR)

"Art. 28. .....

.....

§ 1° Os relatórios demonstrativos do cumprimento das obrigações referentes ao ano anterior deverão ser encaminhados à Suframa até 30 de setembro de cada ano, por meio de formulário eletrônico específico a ser disponibilizado, onde deverão ser demonstrados os investimentos e dispêndios realizados, os desafios tecnológicos enfrentados e resultados alcançados com as atividades de PD&I.

§ 2° O relatório consolidado e parecer conclusivo, elaborados por auditoria independente deverão ser encaminhados à Suframa até a data de 30 de novembro de cada ano, por meio de formulário eletrônico específico a ser disponibilizado, observando o disposto no Manual de Análise do Relatório Demonstrativo da Lei n° 8.387, de 1991, bem como nas normas técnicas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, conforme previsto na Portaria Conjunta n° 254, de 11 de janeiro de 2022, do Ministério da Economia e da Suframa.

§ 3° As empresas beneficiárias deverão indicar no relatório demonstrativo as informações que não poderão ser divulgadas, mediante justificativa fundamentada em dispositivo legal que resguarde o sigilo." (NR)

"Art. 32. .....

.....

§ 2° O processo será submetido à decisão da Superintendência-Adjunta de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica após transcorrido o prazo de contestação - apresentada ou não -, e, quando cabível, emitido novo parecer técnico." (NR)

"Art. 34. As análises de relatórios demonstrativos, as contestações ou os recursos, bem como a aplicação das penalidades previstas nesta Portaria Conjunta, serão realizados no prazo de até cinco anos, contado da data de recebimento do respectivo relatório demonstrativo.

Parágrafo único. Caso o relatório demonstrativo não seja apresentado, o prazo de que trata o caput terá início no primeiro dia seguinte à data estabelecida no § 1° do art. 28." (NR)

"Art. 35. .....

Parágrafo único. Na hipótese de regularização de insuficiência de investimentos ou glosa de dispêndios por meio da modalidade prevista na alínea "c" do inciso I do art. 6°, deverá ser apresentado o relatório de que trata o § 2° do art. 10 da Portaria n° 1.753, de 2018, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e da Suframa." (NR)

"Art. 37. A Suframa, anualmente, emitirá relatório de resultados da Lei n° 8.387, de 1991, do total dos recursos financeiros aplicados em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas ICTs credenciadas." (NR)

"Art. 38. Os Ministérios do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e da Ciência, Tecnologia e Inovação divulgarão, a cada biênio, relatórios com os resultados econômicos e técnicos advindos da análise dos indicadores de monitoramento e outras informações secundárias constantes nos relatórios demonstrativos durante o período, nos termos do § 16 do art. 2° da Lei n° 8.387, de 1991, e do art. 10 do Decreto 10.521, de 2020." (NR)

"Art. 39. .....

.....

§ 3° As conclusões da avaliação fornecerão insumos para a Suframa e para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços realizarem melhorias nos instrumentos da Lei n° 8.387, de 1991, inclusive da própria Lei, e em todos os processos associados a estes instrumentos.

.....

§ 5° Os resultados indicados como sigilosos pelas empresas nos planos de PD&I e respectivos relatórios demonstrativos serão resguardados, desde que enquadrados em hipótese de sigilo legal." (NR)

"Art. 40. .....

.....

§ 6°.....

b) impostos e taxas não contabilizados nos incisos I ao V do caput;

....." (NR)

"Art. 42. .....

§ 2° .....

h) custos administrativos relacionados à atividades de setores diversos, por exemplo, setor de compras, financeiro, jurídico, fiscal, entre outros ou rateios relacionados a gastos administrativos em geral e de infraestrutura (tais como, taxas relativas a despesas aduaneiras, fiscais e cartoriais, serviços de

consultoria especializados não vinculados diretamente à PD&I, no entanto, necessários à instituição, tais como, serviço técnico de auditoria, contábil, jurídico, científico-tecnológico ou institucional de apoio à manutenção de entidade; consultoria relacionada a recursos humanos, consultoria para P&D (suporte);

.....

m) serviços de importação especializada, inclusive as despesas geradas no seu decorrer, tais como, frete, seguros e taxas." (NR)

"Art. 44. As ICTs, após o credenciamento pelo CAPDA, deverão celebrar convênios com as empresas beneficiárias nos quais deverão ser informados de forma detalhada as atividades de PD&I que serão desenvolvidas, considerando a definição contida no art. 21 do Decreto n° 10.521, de 2020.

§ 1° .....

II - a titularidade da propriedade intelectual e a participação nos resultados da exploração das criações, observado o disposto na Lei n° 10.973, de 2004; e

.....

§ 4° Os recursos de que trata o § 3° também deverão ser indicados de forma detalhada no relatório demonstrativo do ano base em curso, conforme o disposto no § 1°.

.....

§ 7° Aos convênios com ICTs de que trata o inciso I do art. 6° aplica-se o disposto no art. 9° da Lei n° 10.973, de 2004, conforme previsto no § 29 do art. 2° da Lei n° 8.387, de 1991." (NR)

"Art. 45. A não apresentação do relatório demonstrativo ou do relatório consolidado nos prazos definidos nos §§ 1° e 2° do art. 28, importará na aplicação do art. 35 do Decreto n° 10.521, de 2020.

....." (NR)

"Art. 48. A suspensão, reabilitação dos efeitos dos atos aprobatórios de projetos e cassação deverão ser comunicados à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda no prazo de até 30 dias, contado da data da publicação no Diário Oficial da União." (NR)

"Art. 49. A Suframa poderá solicitar apoio técnico de especialistas externos com reconhecida competência em áreas ou temas técnicos afetos às atividades de PD&I, para dar suporte aos processos de que trata esta Portaria Conjunta, desde que afastado o conflito de interesse e a quebra de sigilo legal.

....." (NR)

"Art. 50. .....

Parágrafo único. Portaria conjunta do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e da Suframa discorrerá sobre os procedimentos de abertura de conta específica pelas ICTs relativa a cada convênio firmado com as empresas beneficiárias, nos termos do disposto no § 4° do art. 4° Portaria Interministerial n° 424, de 30 de dezembro de 2016, dos extintos Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Fazenda e da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União." (NR)

"Art. 54. .....

§ 1° Os prazos alusivos às intimações das empresas começam a correr a partir da data da cientificação oficial, efetivada por meio de intimação eletrônica ou recebimento de envio postal.

....." (NR)

"Art. 56. Os conceitos e indicadores constantes nesta Portaria Conjunta e Anexos deverão ser observados na apresentação dos projetos pelas entidades de que trata os incisos I e VI do § 1° do Art. 5° e no inciso IV do Art. 6° do Decreto n° 10.521, 2021, no que couber.

....." (NR)

Art. 2° O Anexo I da Portaria Conjunta ME/SUFRAMA n° 9.835, de 17 de novembro de 2022, passa a vigorar na forma do Anexo I desta Portaria Conjunta.

Art. 3° Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

JOÃO BOSCO GOMES SARAIVA
Superintendente da Zona Franca de Manaus

ANEXO I

Quadro 1
Desafio, Solução e Novidade dos Projetos

ANEXO I

Quadro 1

Desafio, Solução e Novidade dos Projetos

1. PROJETOS INTERNOS E EXTERNOS GERAIS		
Indicador	Grau	Métricas (Maturidade)
1. Intensidade do Desafio. Indica o nível de esforço e o tipo de resultado esperado com relação à criação de conhecimentos originais ou produção de novas tecnologias.	5	Realização de pesquisa básica: trabalho experimental ou teórico executado primariamente para a aquisição de novo conhecimento dos fundamentos subjacentes aos fenômenos e fatos observáveis, sem qualquer aplicação particular ou uso em vista.
	4	Realização de pesquisa aplicada: pesquisa original realizada com o objetivo de adquirir conhecimento, na qual é primariamente dirigida a um objetivo ou a um alvo prático específico.
	3	Realização de desenvolvimento experimental: trabalho sistemático,

		baseado em conhecimento pré-existente, adquirido na pesquisa ou experiência prática, e voltado para produzir novos produtos e processos ou aperfeiçoar os já existentes.
	2	Realização de inovação tecnológica: implementação de produtos, bens e serviços ou de processo tecnológico novo ou significativamente aprimorado, desde que demonstrado o desafio tecnológico a ser enfrentado.
	1	Realização de projeto sem desafio tecnológico claro, a exemplo de projetos rotineiros de engenharia.
2. Equacionamento da Solução. Indica a forma como foi equacionada a resolução do desafio: desenvolvimento sistemático documentado, elaboração de hipóteses e alternativas, desenvolvimento e avaliação de protótipos, entre outros.	4	Equacionamento inclui desenvolvimento sistemático documentado, com elaboração de hipóteses e alternativas, desenvolvimento e avaliação de protótipos para selecionar a melhor.
	3	Equacionamento inclui identificar restrições ou limitações técnicas para a solução; realizar desenvolvimento sistemático com testes de validação.
	2	Equacionamento inclui identificar restrições ou limitações técnicas para a solução e buscar o conhecimento necessário para a solução; e há uma estrutura de etapas de natureza técnico-científica para atingir o objetivo definido, com as etapas mais relevantes identificadas e contextualizadas com o objetivo e escopo do projeto.
	1	Equacionamento usual com atividades rotineiras de gestão de projeto (cronograma, etapas, recursos) ou o equacionamento não está claramente definido.
3. Grau de Novidade. Indica em que medida a resolução do desafio tecnológico proposto leva à geração de inovações tecnológicas na fronteira internacional.	4	Nova para o mundo.
	3	Nova para o país ou para a região da Amazônia Ocidental e Amapá.

	2	Nova para empresa.
	1	O grau de novidade não identificado (descrição) ou não há agregação de valor.
Linha de corte para Intensidade do Desafio: Grau mínimo - grau 2 Linha de corte para Equacionamento da Solução: Grau mínimo - grau 2 Linha de corte para Grau de Novidade: Grau mínimo - grau 2		

Quadro 2

Indicadores de Avaliação para Projetos Internos: Indústria 4.0

2. PROJETOS INTERNOS: INDÚSTRIA 4.0		
Indicador	Grau	Métricas (Maturidade)
1. Maturidade do Processo I4.0 Indica o nível de maturidade de processo de Indústria 4.0 (segundo metodologia da ACATECH), pretendido pelo projeto de PD&I	5	Estágio 6 (Adaptabilidade): Este estágio promove a integração de toda estrutura organizacional da empresa já com os níveis anteriores implementados e permite a gestão da empresa baseada em inteligência artificial, de todo o negócio a nível local, regional ou mundial, incluindo toda a cadeia produtiva local ou global.
	4	Estágio 5 (Capacidade preditiva): Este estágio utiliza a inteligência artificial e analisa, compreende, cria cenários e modelos de tendências, cria as relações causa-efeito das possíveis variações de demanda, promovendo as autocorreções e auto-otimizações de todos os processos e subprocessos, já compatíveis com os conceitos da indústria 4.0, e adaptando-os as novas condições de demanda. Promove a integração da demanda, do processo de transformação e da cadeia de suprimentos.
	3	Estágio 4 (Transparência): Neste estágio, dados, informações e conhecimentos gerados ao longo dos processos e subprocessos de transformação, serão utilizados para autocorrigir e auto-otimizar todos os processos e subprocessos de transformação ao mesmo tempo que integra a cadeia de suprimentos para fornecer subsídios e informações de demanda (presente e futuro) de

		fornecimentos, e potencializa a capacidade de corrigir e otimizar o processo de fornecimento ao mesmo tempo que pode direcionar (prever) a produção futura dos mesmos insumos.
	2	Estágio 3 (Visibilidade): Este estágio utiliza os dados, informações e conhecimentos gerados ao longo dos processos e subprocessos de transformação para criar, realimentar, robustecer o gêmeo digital ou virtual dos subprocessos e processos de transformação. Esta integração entre o virtual-digital e o real permite a execução de simulações computacionais e criação de cenários que podem alimentar e contribuir com o processo de autocorreção e auto-otimização, e contribuir para reduzir o ciclo de novos desenvolvimentos, pois os conhecimentos dos processos de transformação, já testados e comprovados em produção real, não mais serão variáveis indeterminadas.
	1	Projetos em estágios de maturidade 2 ou inferior ou grau de maturidade não está claramente descrito.
2. Equacionamento da Solução Indica a forma como foi equacionada a resolução do desafio: desenvolvimento sistemático documentado, desenvolvimento e avaliação de protótipos, entre outros.	4	Equacionamento inclui desenvolvimento sistemático documentado, com elaboração de hipóteses e alternativas, desenvolvimento e avaliação de protótipos para selecionar a melhor.
	3	Equacionamento inclui identificar restrições ou limitações técnicas para a solução; realizar desenvolvimento sistemático com testes de validação.
	2	Equacionamento inclui identificar restrições ou limitações técnicas para a solução e buscar o conhecimento necessário para a solução.
	1	Equacionamento usual com atividades rotineiras de gestão de projeto (cronograma, etapas, recursos) ou o equacionamento não está claramente definido.
3. Grau de Novidade Indica em que medida a resolução do desafio tecnológico proposto leva à geração de inovações tecnológicas na	4	Nova para o mundo.

fronteira internacional.		
	3	Nova para o país ou para a região da Amazônia Ocidental e Amapá.
	2	Nova para empresa.
	1	O grau de novidade não identificado (descrição) ou não há agregação de valor.
Linha de corte para Maturidade do Processo de I4.0: Grau mínimo - grau 3 Linha de corte para Equacionamento da Solução: Grau mínimo - grau 3 Linha de corte para Grau de Novidade: Grau mínimo - grau 2		

Quadro 3

Indicadores de Avaliação para Projetos de Startups

3. PROJETOS DE CAPITALIZAÇÃO DE STARTUPS		
Indicador	Grau	Métricas (Maturidade)
1. Maturidade Tecnológica (TRL) Indica a TRL (Technology Readiness Level) do resultado previsto pelo projeto (produto ou processo desenvolvido), ou seja, se já é uma tecnologia amadurecida ou será desenvolvida.	5	TRL 3 ou inferior
	4	TRL 4 - Teste de laboratório dos componentes do protótipo ou processo
	3	TRL 5 - Teste de laboratório do sistema integrado
	2	TRL 6 - Protótipo em ambiente relevante
	1	TRL 7 a 9, ou TRL não está claramente descrita
2. Gestão da Inovação e Comercialização Indica o quanto processos, técnicas ou	4	Há metodologias, técnicas ou processos relacionados com gestão da inovação e comercialização estruturados e fazem parte do planejamento da empresa.

metodologias de gestão da inovação e comercialização estão inseridas no dia a dia da Startup		
	3	Há metodologias, técnicas ou processos relacionados com gestão da inovação e comercialização estruturados, mas não fazem parte do planejamento da empresa.
	2	Há metodologias, técnicas ou processos relacionados com gestão da inovação e comercialização, mas são informais e não estruturados.
	1	Não há utilização de nenhuma metodologia, técnica ou processo relacionado com gestão da inovação e comercialização ou a gestão da inovação e da comercialização não está claramente descrita.
3. Necessidade do Mercado Indica o quanto o objeto do projeto (produto ou processo) é novidade no mercado, se tem produtos ou serviços semelhantes etc. Benchmarking da solução ou serviço	4	Há demanda internacional que pode ser atendida e condições de viabilidade da comercialização no mercado internacional.
	3	Há um impacto potencial significativo no mercado brasileiro em função do caráter inovador da solução.
	2	Há uma demanda definida para atendimentos de mercados na Amazônia Ocidental/Amapá, ou em outras regiões do Brasil.
	1	Não existe demanda clara e significativa identificada.
4. Contribuições para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) Indica as contribuições para 4 temas que inter-relacionam diversos ODS: · Geração de empregos · Melhoria da qualidade de acesso aos serviços públicos · Empoderamento de comunidades de baixa renda por meio da geração de renda, agregação de valor e repartição	4	Contribui para os três ou quatro temas.

dos benefícios da biodiversidade · Conservação dos recursos naturais e redução de resíduos		
	3	Contribui para pelo menos dois temas.
	2	Contribui para pelo menos um tema.
	1	Não contribui para nenhum ODS ou a contribuição para os ODS não está claramente descrita.
Também são itens classificatórios dos projetos de capitalização de startups, conforme Portaria MDIC/SUFRAMA nº 2.145, de 2018: · Comprometimento da empresa em divulgar em um site, o seu plano de pesquisa, desenvolvimento e inovação (conforme Anexo I da Portaria MDIC/SUFRAMA 2.145, de 2018); · A empresa cumprir os itens de caracterização mínima para faixa do investimento (item 7, Anexo II da Portaria MDIC/SUFRAMA 2.145, de 2018). Linha de corte para Maturidade Tecnológica: Grau mínimo - grau 2 Linha de corte para Gestão da Inovação e Comercialização: Grau mínimo - grau 3 Linha de corte para Necessidade de Mercado: Grau mínimo - grau 3 Linha de corte para Contribuições para os ODS: Grau mínimo - grau 2		

Quadro 4

Indicadores de Avaliação de Projetos de Capacitação

4. PROJETOS INTERNOS E EXTERNOS DE CAPACITAÇÃO		
Indicador	Grau	Métricas (Maturidade)
1. Vínculo com a estratégia do Plano de PD&I Indica o alinhamento do projeto com a estratégia de PD&I do Plano do proponente	4	Forte alinhamento. Desenvolvimento ou aprimoramento de formações para atender aos objetivos do Plano de PD&I.
	3	Médio alinhamento. Formações específicas para o desenvolvimento dos objetivos do Plano de PD&I.

	2	Pouco alinhamento. Formações básicas para a execução das atividades do Plano de PD&I.
	1	Não tem alinhamento. Formações são necessidades da empresa, não do Plano de PD&I.
2. Grau de formação Indica o tipo de formação que se pretende	5	Curso formal, nível de pós-graduação, com certificação externa, com mínimo de 320 horas
	4	Curso formal, nível superior, com certificação externa à empresa
	3	Curso formal, profissional técnico de nível médio, com certificação e externo à empresa
	2	Curso de capacitação profissional, de natureza tecno científica, com certificação e externo à empresa
	1	Curso não formal, de natureza operacional, ou interno à empresa
3. Abrangência da formação Indica o grau de transdisciplinaridade da formação, quantos eixos do Book of Knowledge (BOK) são incluídos na formação (tecnologias disruptivas, soft skills e práticas legais, éticas e sociais).	5	Formação aborda os três eixos de formação
	4	Formação aborda dois dos eixos de formação ou aborda o eixo de tecnologias disruptivas.
	3	Formação aborda somente um dos eixos de formação.
	2	Formação em área considerada prioritária pelo CAPDA ou em área vinculada às atividades de que tratam os incisos I ao IV do caput do art. 10 desta Portaria Conjunta
	1	A formação não está claramente descrita.

Observações - 3 eixos de formação que se integram:

· Tecnologias disruptivas: IoT, I4.0, Big Data, Inteligência Artificial etc.

· Soft skills: habilidades de interação do indivíduo - comunicação, flexibilidade, criatividade, gestão de conflitos, adaptabilidade etc.

· Práticas legais, éticas e sociais: referências para o desenvolvimento e conduta profissional - comportamento ético, compliance, propriedade intelectual, sustentabilidade etc.

Linha de corte para Vínculo com a Estratégia do plano: Grau mínimo - grau 3

Linha de corte para Grau de Formação: Grau mínimo - grau 2

Linha de corte para Abrangência da Formação: Grau mínimo: grau 2

PORTARIA NORMATIVA MF N° 1.357, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023 – (DOU de 03.11.2023)

Regulamenta a compensação devida pela União aos Estados e Distrito Federal nos termos dos arts. 3° e 14 da Lei Complementar n° 194, de 23 de junho de 2022, as transferências de recursos aos Municípios em razão da redução das receitas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e as transferências de recursos aos Estados e ao Distrito Federal em razão da redução das receitas do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), nos termos da Lei Complementar n° 201, de 24 de outubro de 2023.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, o caput do art. 3° e os arts.12, 13 e 14 da Lei Complementar n° 201, de 24 de outubro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1° Esta Portaria regulamenta a compensação devida pela União, nos termos do disposto nos art. 3° e art. 14 da Lei Complementar n° 194, de 23 de junho de 2022; a dedução das parcelas dos contratos de dívida; a transferência direta de recursos da União aos Estados e ao Distrito Federal; a incorporação do excesso compensado judicialmente em saldo devedor de contratos de dívida administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda; as transferências de recursos aos Municípios em razão da redução das receitas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM); e as transferências de recursos aos Estados e ao Distrito Federal em razão da redução das receitas do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), conforme previsto na Lei Complementar n° 201, de 24 de outubro de 2023.

Art. 2° Em observância ao disposto nos art. 3° e art. 14 da Lei Complementar n° 194, de 23 de junho de 2022, a União compensará a quantia nominal de R$ 27.014.900.000,00 (vinte e sete bilhões quatorze milhões e novecentos mil reais) aos Estados e ao Distrito Federal, a título de quitação total do valor devido em função da redução da arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, ocasionada pela referida Lei Complementar.

Art. 3° A compensação de que trata o art. 2° estará limitada aos valores atribuídos a cada Estado conforme o Anexo à Lei Complementar n° 201, de 24 de outubro de 2023, e será executada mensalmente pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

§ 1° Para efeito de compensação, serão considerados os valores totais relacionados no Anexo à Lei Complementar n° 201, de 2023, descontados os montantes correspondentes já usufruídos em decorrência de tutela de urgência concedida pelo Supremo Tribunal Federal em ações cujo objeto seja o impacto arrecadatório causado no ICMS, assim como os montantes já usufruídos com base na decisão homologatória proferida nos autos da ADI n° 7.191 e da ADPF n° 984.

§ 2° O montante já usufruído por cada Estado nos termos do § 1° será obtido pelo somatório:

I - de cada valor pago pela União aos credores originais, acrescido da remuneração do respectivo contrato de contragarantia incidente entre a data desse pagamento e a data da última garantia honrada pela União antes da suspensão da tutela de urgência referida no § 1°, no caso das dívidas garantidas pela União;

II - do valor de cada uma das prestações, apurado com encargos de normalidade, no caso das dívidas administradas pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

Art. 4° O Estado para o qual a aplicação do art. 3° resultar em diferença positiva fará jus à compensação por meio de abatimento do valor correspondente das prestações vincendas dos respectivos contratos de dívida administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional cujo crédito pertença à União.

§ 1° O montante apurado nos termos do § 2° do art. 3° para cada Estado será abatido do respectivo valor relacionado no Anexo à Lei Complementar n° 201, de 2023, referente ao exercício de 2023.

§ 2° Caso a aplicação do § 1° resulte em diferença positiva, caberá ao Estado efetuar os pagamentos das prestações dos contratos referidos no caput vencíveis no exercício de 2023 e nos exercícios subsequentes, enquanto a diferença positiva for superior aos respectivos valores constantes do Anexo à Lei Complementar n° 201, de 2023, que se tornarem passíveis de compensação.

§ 3° Caso o somatório dos valores das prestações abatidas em determinado exercício supere os valores correspondentes previstos no Anexo à Lei Complementar n° 201, de 2023, caberá ao Estado retomar os pagamentos das prestações vincendas até o início do exercício subsequente., assim que o respectivo crédito se esgotar.

§ 4° Para realização dos abatimentos nos termos do caput, deverão ser consideradas as prestações vincendas nos exercícios indicados no Anexo à Lei Complementar n° 201, de 2023.

Art. 5° Receberá valores por meio de transferência direta da União:

I - o Estado que não possua contratos de dívida administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda cujo crédito pertença à União;

II - o Estado que possua prestações vincendas de dívida administrada pela Secretaria do Tesouro Nacional, no Ministério da Fazenda, insuficientes para compensar integralmente, por meio de abatimento, o valor que lhe cabe em cada ano indicado no Anexo da Lei Complementar n° 201, de 2023; e

III - o Estado com valores a compensar em 2024, nos termos do art. 3° da Lei Complementar n° 201, de 2023.

§ 1° Na hipótese de ocorrência do previsto no inciso II do caput, o Estado receberá por meio de transferência direta apenas o excedente não abatido das prestações.

§ 2° A transferência direta dos valores referentes a 2023 conforme anexo da Lei Complementar 201, de 2023, se iniciará no mês de vencimento da última prestação passível de compensação por meio de abatimento, total ou parcial.

§ 3° O Estado que possua contratos de dívida administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda cujo crédito pertença à União, com saldo devedor inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), poderá quitar integralmente as referidas obrigações, com recebimento dos valores remanescentes que ainda lhes forem devidos por meio de transferência direta pela União.

§ 4° A entrega da transferência direta de que trata o caput será operacionalizada pelo Banco do Brasil S.A.

§ 5° O valor de cada transferência será repassado ao Estado com o desconto previsto de um por cento para contribuição para o PIS/PASEP, conforme o disposto na Lei n° 9.715, de 25 de novembro de 1998.

§ 6° A transferência direta prevista no inciso III será entregue em parcelas mensais iguais no exercício de 2023.

Art. 6° O Estado para o qual a aplicação do § 1° do art. 3° resultar em diferença negativa deverá:

I - incorporar o valor da diferença negativa, por meio de aditivo contratual, aos saldos devedores vincendos das dívidas administradas pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda contratadas nos termos do disposto na Lei n° 9.496, de 11 de setembro de 1997, no art. 9°-A da Lei Complementar n° 159, de 19 de maio de 2017, ou no art. 23 da Lei Complementar n° 178, de 13 de janeiro de 2021;

II - refinanciar o valor da diferença negativa mediante celebração, com a União, de contratos específicos com as mesmas condições financeiras previstas no art. 23 da Lei Complementar n° 178, de 13 de janeiro de 2021, caso não seja titular de contratos de dívidas administradas pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda cujo crédito pertença à União; ou

III - alternativamente ao previsto nos incisos I e II, destinar o valor da diferença negativa a convênio ou contrato de repasse a ser firmado com a União para custeio de obra cujo objeto seja de interesse da União.

§ 1° Para efeito de aplicação do previsto no inciso I do caput, caberá ao Estado indicar o contrato de dívida administrada pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda a ser aditado.

§ 2° Sobre os valores correspondentes à diferença negativa referidos no caput incidirão encargos na forma do previsto no art. 2° da Lei Complementar n° 148, de 25 de novembro de 2014, e sua regulamentação, até a data de celebração de termo aditivo ou de contrato.

Art. 7° Os Estados comprovarão mensalmente à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda a transferência aos Municípios prevista no § 1° do art. 6° da Lei Complementar n° 201, de 2023, sob pena de serem cessados os abatimentos de dívida e as transferências diretas de que tratam, respectivamente, os arts. 4° e 5°, até que seja regularizada a situação.

§ 1° A comprovação de que trata o caput ocorrerá mediante a assinatura mensal de declaração do titular do Poder Executivo, ou de seu representante com certificado digital, no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi, mantido pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

§ 2° Para o recebimento mensal dos abatimentos de dívida e das transferências diretas, a declaração referida no § 1° deverá ser assinada até o quinto dia útil de cada mês, a partir do mês subsequente ao da primeira transferência direta.

§ 3° No caso de declarações assinadas após o prazo estabelecido no § 2°, os abatimentos de dívida e as transferências diretas de que trata o caput serão realizados no mês subsequente, quando serão abatidos ou transferidos os valores acumulados de todos os meses atrasados.

§ 4° Na situação de que trata o § 3°, as declarações referentes aos abatimentos ou transferências de todos os meses em atraso deverão ser assinadas no mês seguinte ao recebimento do abatimento ou transferência direta.

§ 5° Os Estados terão o prazo máximo de 10 meses após o recebimento do abatimento de dívida ou transferência direta para assinar a declaração de que trata o § 1°, ou da publicação da Lei Complementar n° 201, de 2023, o que for menor.

§ 6° Os Estados que compensaram valores até 24 de outubro de 2023 com fundamento em decisões judiciais de caráter liminar ou ao amparo do Acordo Judicial homologado pelo Supremo Tribunal Federal em 02 de junho de 2023 no âmbito da ADI n° 7.191 e da ADPF n° 984 deverão assinar a declaração de que trata o § 1° afirmando que cumpriu a obrigação prevista no § 1° do art. 6° da Lei Complementar n° 201, de 2023.

Art. 8° Nos termos do disposto no art. 8° da Lei Complementar n° 201, de 2023, as incorporações, as compensações, as deduções e os refinanciamentos de que trata esta Lei Complementar não constituirão nova operação de crédito, ainda que por equiparação, nos termos do disposto no art. 29 da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, afastados os requisitos previstos no art. 32 da referida Lei Complementar e os demais requisitos para a sua contratação, e o disposto na Resolução n° 40, de 20 de dezembro de 2001, na Resolução n° 43, de 21 de dezembro de 2001, e na Resolução n° 48, de 21 de dezembro de 2007, do Senado Federal.

Art. 9° A União transferirá aos beneficiários do Fundo de que trata a alínea "b" do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal:

I - em até 30 dias após a publicação desta Portaria, o valor correspondente à variação nominal negativa entre os valores creditados a título do Fundo referido no caput nos meses de julho, agosto e setembro de 2023 e os valores creditados nos mesmos meses de 2022 corrigidos pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período, anteriormente à incidência de descontos de qualquer natureza; e

II - Em 2024, o valor correspondente à diferença, se positiva, entre os valores creditados a título do Fundo referido no caput no exercício de 2022, corrigidos pela variação acumulada do IPCA no período, e os valores creditados no exercício de 2023, acrescidos da transferência de que trata o inciso I.

§ 1° Compete à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda a entrega dos valores, que serão distribuídos nos termos definidos na Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União n° 205, de 4 de julho de 2023, mediante depósito, no Banco do Brasil S/A, na mesma conta bancária em que são depositados os repasses regulares do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

§ 2° Sobre a transferência prevista neste artigo incidirá o desconto de um por cento para contribuição para o PIS/PASEP, conforme o disposto na Lei n° 9.715, de 25 de novembro de 1998.

§ 3° Os prazos previstos nos incisos I e II do caput estão condicionados à existência de prévia dotação orçamentária e de disponibilidade financeira.

Art. 10 A União transferirá aos beneficiários do Fundo de que trata a alínea "a" do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal, em até 30 dias após a publicação desta Portaria, o valor correspondente à variação nominal negativa entre os valores creditados a título daquele Fundo nos meses de julho e agosto de 2023 e os valores creditados nos mesmos meses de 2022, anteriormente à incidência de descontos de qualquer natureza.

§ 1° Compete à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda a entrega dos valores, que serão distribuídos a cada Estado conforme a proporção recebida nos meses de julho e agosto de 2023, mediante depósito, no Banco do Brasil S/A, na mesma conta bancária em que são depositados os repasses regulares do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE.

§ 2° Sobre a transferência prevista neste artigo incidirá o desconto de um por cento para contribuição para o PIS/PASEP, conforme o disposto na Lei n° 9.715, de 25 de novembro de 1998.

§ 3° O prazo previsto no caput está condicionado à existência de prévia dotação orçamentária e de disponibilidade financeira.

Art. 11 O disposto nesta portaria aplica-se, no que couber, às compensações efetuadas entre a data de homologação, pelo plenário Supremo Tribunal Federal, do Acordo firmado entre a União e os Estados no âmbito da ADI n° 7.191 e da ADPF n° 984, e a data de início da vigência da Lei Complementar n° 201, de outubro de 2023.

Art. 12 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

2.06 SOLUÇÃO DE CONSULTA

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 228, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 31/10/2023)

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF.

PRÓ-LABORE. DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS. SOCIEDADE SIMPLES. SÓCIOS DE SERVIÇOS. INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA.

Indice imposto sobre a renda sobre os valores percebidos a título de pró-labore por sócio de serviços de sociedade simples.

Não estão sujeitos ao imposto sobre a renda os lucros pagos ou creditados aos sócios de serviços por sociedade simples tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado, ainda que por conta de período-base não encerrado, observados os requisitos legais e normativos.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 1966 (Código Tributário Nacional), arts. 43, § 1º, e 111; Lei nº 9.249, de 1995, art. 10; Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil), art. 1.007; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, art. 238.

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias.

PRÓ-LABORE. DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS. SOCIEDADES SIMPLES. SÓCIOS DE SERVIÇOS. INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

O sócio de serviços é segurado obrigatório da Previdência Social na categoria de contribuinte individual, constituindo obrigação da sociedade a discriminação entre a parcela referente à distribuição de lucros e a parcela referente à remuneração pelo trabalho, de modo que, para fins previdenciários, não é possível considerar todo o montante pago a esse sócio como distribuição de lucros, uma vez que pelo menos parte dos valores pagos terá necessariamente natureza jurídica de retribuição pelo trabalho, a qual se sujeita à incidência de contribuição previdenciária.

Não está sujeito à contribuição previdenciária o lucro distribuído ao sócio de serviços de sociedade simples.

Dispositivos Legais: Lei nº 8.212, de 1991, arts. 12, inciso V, alínea "f" , 15, inciso I, 21, 22, inciso III, 28, inciso III, e 30, § 4º; Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil), art. 1.007; Lei nº 10.666, art. 4º; Regulamento da Previdência Social (RPS), aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 1999, art. 201, § 1º; Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 2022, art. 33, §§ 3º e 4º.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 233, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 30/10/2023)

Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.

CAULIM. EXTRAÇÃO MINERAL. CAMPO DE INCIDÊNCIA. NÃO TRIBUTADO.

A extração de caulim, mineral classificado na Tipi com a notação NT, não se submete à tributação pelo IPI, porquanto alheia ao campo de incidência desse imposto.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA PARCIALMENTE À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 424, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017.

Dispositivos Legais: Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, art. 2º, parágrafo único.

Assunto: Simples Nacional CAULIM. EXTRAÇÃO E VENDA. IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS.

NÃO TRIBUTADO. CÁLCULO. ALÍQUOTAS.

A extração de caulim, produto classificado na Tipi como NT, não se insere no campo de incidência do IPI. Por esta razão, as receitas decorrentes dessa atividade são tributadas pelo Anexo I da Lei Complementar nº 123, de 2006.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 424, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017.

PRODUTOS NÃO TRIBUTOS PELO IPI. INCENTIVO FISCAL. INOCORRÊNCIA.

O tratamento tributário dispensado à operação que resulta na venda de produtos sob a notação NT na Tipi (não tributado) não é considerado incentivo fiscal para fins do disposto no art. 24 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 269, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018.

Dispositivos Legais: Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, art. 18, § 4º, inciso I, e art. 24; Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, art. 2º, parágrafo único.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 235, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ.

IMUNIDADE RELIGIOSA. EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA. RESTAURANTE. INAPLICABILIDADE.

A imunidade a impostos das entidades religiosas pode abranger rendas, patrimônio e serviços que decorram da exploração de atividades econômicas não relacionadas com suas finalidades essenciais (propriamente religiosas), desde que: (i) os resultados dessas atividades econômicas sejam aplicados integralmente nos objetivos sociais da entidade imune; e (ii) no caso concreto, essa exploração de atividade econômica não possa representar prejuízo ao princípio da proteção à livre concorrência.

O fornecimento de mercadorias com a simultânea prestação de serviços em restaurante por entidade enquadrada na alínea "b", do inciso VI, do art. 150 da CF 1988, inclusive com atendimento ao público em geral, contraria o princípio da livre concorrência, de que trata o inciso IV do art. 170 da Constituição Federal de 1988, na medida em que a entidade concorreria de forma desigual e privilegiada com outras empresas que não gozam do benefício fiscal.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA, EM PARTE, À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 272, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018.

Dispositivos Legais: Constituição Federal, arts. 150, inciso VI, alínea "b", e § 4º; e 170, inciso IV.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

CONSULTA. INEFICÁCIA PARCIAL.

Não produz efeitos a consulta que não cumpra requisitos do art. 13 da IN RFB nº 2.058, de 2021.

Não produz efeitos a consulta formulada em tese, esteada em fato genérico, ou, ainda, que não identifique adequadamente o dispositivo da legislação tributária cuja aplicação suscita a dúvida.

Não produz efeitos a consulta que não descreva, completa e exatamente, a hipótese a que se refira, ou que não contenha os elementos necessários à sua solução, salvo se a inexatidão ou omissão for escusável, a critério da autoridade competente.

Não produz efeitos a consulta quando o fato estiver disciplinado em ato normativo, publicado antes de sua apresentação.

Dispositivos Legais: Decreto nº 70.235, de 1972, arts. 46 a 53; Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 2021, art. 27, I, II, VII e XI.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 237, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF.

DEDUÇÃO. DESPESAS MÉDICAS. PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PAGO PELO EMPREGADOR E RESSARCIDO PELO EMPREGADO.

A dedução, na apuração do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF), engloba as despesas com plano privado de assistência à saúde, na modalidade Coletivo Empresarial, contratado pela fonte pagadora, e as correspondentes coparticipações, apenas quanto aos valores efetivamente arcados pelo empregado e somente aqueles referentes exclusivamente às despesas do empregado e de seus dependentes do IRPF.

Podem ser englobadas como dedução quando o pagamento das citadas despesas seja feito, inicialmente, pela fonte pagadora e posteriormente ressarcido pelo empregado.

Não podem ser deduzidas na apuração do IRPF despesas médicas de terceiros não enquadrados como dependentes na Declaração de Ajuste Anual.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, art. 8º, Inciso II, alínea "a", e § 2º; IN RFB nº 1.500, de 29 de outubro de 2014, art. 94; IN RFB nº 1.990, de 18 de novembro de 2020, art. 10, § 3º.

Assunto: Normas de Administração Tributária

INEFICÁCIA PARCIAL.

Não produz efeitos a consulta que verse sobre fato disciplinado em ato normativo publicado antes de sua apresentação.

Dispositivos legais: IN RFB nº 2.058, de 9 de dezembro de 2021, art. 27, inciso VII; Parecer Normativo CST/SIPR nº 873, de 20 de julho de 1990; IN RFB nº 1.990, de 2020, art. 12; IN RFB nº 2.060, de 13 de dezembro de 2021, Anexo II, Quadro 7, item 1.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 238, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Obrigações Acessórias.

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA (CNPJ). SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO.

A Sociedade em Conta de Participação (SCP), caso esteja inscrita como filial do sócio ostensivo no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), deve regularizar sua situação cadastral e se inscrever em CNPJ próprio, a partir da obrigatoriedade de inscrição estabelecida pela Instrução Normativa (IN) RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014. É obrigação do sócio ostensivo declarar e fazer o recolhimento dos tributos relacionados à SCP, como também é responsável pelas informações prestadas à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, arts. 991 e 993; Anexo I da Instrução Normativa nº 2119, de 6 de dezembro de 2022, inciso XVIII.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal
CONSULTA SOBRE INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. INEFICÁCIA PARCIAL.

Não produz efeitos a consulta que não preencher os requisitos legais para a sua apresentação.

Dispositivos Legais: Decreto nº 70.235, de 1972, arts. 46, *caput*, e 52, incisos I e V; Decreto nº 7.574, de 2011, arts. 88, *caput*, e 94, incisos I e V; Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 2021, arts. 13, inciso II, e 27, incisos I, II e VII.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 239, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Regimes Aduaneiros.
REGIME ESPECIAL DE ADMISSÃO TEMPORÁRIA PARA UTILIZAÇÃO ECONÔMICA. PRORROGAÇÃO. APROVEITAMENTO DE REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS EM DECORRÊNCIA DE PREVISÃO EM NORMA SUPERVENIENTE À IMPORTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA.

Na prorrogação do regime de Admissão Temporária para Utilização Econômica, os tributos serão calculados com base na aplicação do percentual de 1% (um por cento) sobre o montante dos tributos originalmente devidos, por cada mês ou fração, relativos ao período adicional de permanência do bem no País, acrescidos de juros de mora, calculados a partir da data da ocorrência do fato gerador (momento do registro da Declaração de Admissão Temporária para Utilização Econômica) até a data do efetivo pagamento, não sendo possível, destarte, amparar-se na redução de alíquotas, constante da Resolução GECEX nº 269, de 4 de novembro de 2021, para fins de cálculo dos tributos devidos, em razão da prorrogação do regime.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 1966, arts. 105, 116, *caput*, inciso II, e 144; Lei nº 9.430, de 1996, art. 79; Decreto nº 6.759, de 2009, art. 73, *caput*, inciso IV; Resolução GECEX nº 269, de 2021, arts. 1º ao 5º; e Instrução Normativa RFB nº 1.600, de 2015, arts. 56, *caput*, § 2º, e 64.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 240, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 30/10/2023)

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep.

INSUMOS DE ORIGEM VEGETAL OU ANIMAL. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA PELO FORNECEDOR. COGÊNCIA DA SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DA CONTRIBUIÇÃO E DIREITO A CRÉDITO PRESUMIDO.

O erro na identificação do código CST representa erro no cumprimento da obrigação acessória, enquanto a ausência da expressão "Venda efetuada com suspensão da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins" representa descumprimento de obrigação acessória pelo fornecedor. Tal erro e descumprimento não têm o poder de afastar a cogência da suspensão prevista em lei nem de impedir a apuração, pelo adquirente, do crédito presumido a que se refere o art. 8º da Lei nº 10.925, de 2004. Contudo, o descumprimento das obrigações acessórias pelo fornecedor ensejará ao responsável a aplicação das penalidades imputadas pela legislação.

A aquisição de milho em grão para industrialização de farinha de milho flocada, flocão de milho e farelo de gérmen de milho de pessoa jurídica atacadista sujeita-se à apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep com base na alíquota modal estabelecida no *caput* do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002.

A apuração de crédito decorrente do regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep não é obstada por erro na identificação do código CST por parte do fornecedor. Este configura erro no cumprimento de obrigação acessória e não tem o poder de impedir a aplicação da norma legal que prevê a apuração do crédito da Contribuição para o PIS/Pasep.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 324 - COSIT, DE 27 DEZEMBRO DE 2018.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º; Lei nº 10.925, de 2004, arts. 8º e 9º; Instrução Normativa RFB nº 2.121, de 2022, art. 558, inciso I, art. 560, incisos VII e XI, e art. 563.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

INSUMOS DE ORIGEM VEGETAL OU ANIMAL. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA PELO FORNECEDOR. COGÊNCIA DA SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DA CONTRIBUIÇÃO E DIREITO A CRÉDITO PRESUMIDO.

O erro na identificação do código CST representa erro no cumprimento da obrigação acessória, enquanto a ausência da expressão "Venda efetuada com suspensão da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins" representa descumprimento de obrigação acessória pelo fornecedor. Tal erro e descumprimento não têm o poder de afastar a cogência da suspensão prevista em lei nem de impedir a apuração, pelo adquirente, do crédito presumido a que se refere o art. 8º da Lei nº 10.925, de 2004. Contudo, o descumprimento das obrigações acessórias pelo fornecedor ensejará ao responsável a aplicação das penalidades imputadas pela legislação.

A aquisição de milho em grão para industrialização de farinha de milho flocada, flocão de milho e farelo de gérmen de milho de pessoa jurídica atacadista sujeita-se à apuração não cumulativa da Cofins com base na alíquota modal estabelecida no *caput* do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002.

A apuração de crédito decorrente do regime de apuração não cumulativa da Cofins não é obstada por erro na identificação do código CST por parte do fornecedor. Este configura erro no cumprimento de obrigação acessória e não tem o poder de impedir a aplicação da norma legal que prevê a apuração do crédito da Cofins.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 324 - COSIT, DE 27 DEZEMBRO DE 2018.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2002, art. 3º; Lei nº 10.925, de 2004, arts. 8º e 9º; Instrução Normativa RFB nº 2.121, de 2022, art. 558, inciso I, art. 560, incisos VII e XI, e art. 563.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal
CONSULTA TRIBUTÁRIA. INEFICÁCIA.

É ineficaz a consulta formulada sobre fato definido em disposição literal de lei.

Dispositivos Legais: Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 2021, art. 27, inciso IX.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 241, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 31/10/2023)

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep.
CEREALISTA. AQUISIÇÃO DE ARROZ EM CASCA. VEDAÇÃO AO DESCONTO DE CRÉDITO PRESUMIDO. SUSPENSÃO NA VENDA PELO CEREALISTA. RECEITA DE INDUSTRIALIZAÇÃO POR ENCOMENDA DO ARROZ DESCASCADO. TRIBUTAÇÃO À ALÍQUOTA MODAL.

É vedado ao cerealista referido no inciso I do § 1º do art. 8º da Lei nº 10.925, de 2004, o aproveitamento de crédito presumido.

Fica suspensa a exigibilidade da Contribuição para o PIS/Pasep, nos termos do art. 9º da Lei nº 10.925, de 2004, na venda de arroz em casca por cerealista cuja destinação for a utilização como insumo na industrialização dos produtos referidos no *caput* do art. 8º da Lei nº 10.925, de 2004, e o adquirente for tributado pelo lucro real.

A redução a zero da Contribuição para o PIS/Pasep a que se refere o inciso V do art. 1º da Lei nº 10.925, de 2004, não se aplica à receita decorrente da industrialização por conta e ordem de terceiro do arroz descascado, por falta de previsão legal. Sobre a receita bruta decorrente dessa operação incide a Contribuição para o PIS/Pasep à alíquota de 1,65%.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 128 - COSIT, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, art. 2º, *caput*; Lei nº 10.925, de 2004, art. 1º, inciso V e § 4º; art. 8º, *caput* e § 1º, inciso I, e art. 9º, inciso I; e Instrução Normativa RFB nº 2.121, de 2022, arts. 24, 557, 558, 560, 562, 574 e 576.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

CEREALISTA. AQUISIÇÃO DE ARROZ EM CASCA. VEDAÇÃO AO DESCONTO DE CRÉDITO PRESUMIDO. SUSPENSÃO NA VENDA PELO CEREALISTA. RECEITA DE INDUSTRIALIZAÇÃO POR ENCOMENDA DO ARROZ DESCASCADO. TRIBUTAÇÃO À ALÍQUOTA MODAL.

É vedado ao cerealista referido no inciso I do § 1º do art. 8º da Lei nº 10.925, de 2004, o aproveitamento de crédito presumido.

Fica suspensa a exigibilidade da Cofins, nos termos do art. 9º da Lei nº 10.925, de 2004, na venda de arroz em casca por cerealista cuja destinação for a utilização como insumo na industrialização dos produtos referidos no *caput* do art. 8º da Lei nº 10.925, de 2004, e o adquirente for tributado pelo lucro real.

A redução a zero da Cofins a que se refere o inciso V do art. 1º da Lei nº 10.925, de 2004, não se aplica à receita decorrente da industrialização por conta e ordem de terceiro do arroz descascado, por falta de previsão legal. Sobre a receita bruta decorrente dessa operação incide a Cofins à alíquota de 1,65%.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 128 - COSIT, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 2º, *caput*; Lei nº 10.925, de 2004, art. 1º, inciso V e § 4º; art. 8º, *caput* e § 1º, inciso I, e art. 9º, inciso I; e Instrução Normativa RFB nº 2.121, de 2022, arts. 24, 557, 558, 560, 562, 574 e 576.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

CONSULTA. INEFICÁCIA PARCIAL. LEGITIMIDADE DO SUJEITO PASSIVO.

É ineficaz a consulta formulada por pessoa jurídica que não seja o sujeito passivo da obrigação tributária.

Dispositivos Legais: Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 2021, art. 2º, inciso I, e art. 27, inciso I.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 242, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 30/10/2023)

Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.

ACONDICIONAMENTO. MERCADORIAS. CAIXAS. ARRANJO EM PALETES. UTILIDADE ADICIONAL. INDUSTRIALIZAÇÃO. CARACTERIZADA.

O acondicionamento de produtos em caixas que os valorize, por conferir utilidade adicional, no sentido de integrá-los ao processo produtivo do cliente, caracterizase como industrialização. As operações de identificação, seleção, colocação de etiquetas, agrupamento por código de produto e direcionamento são etapas essenciais dessa operação de acondicionamento.

Dispositivos Legais: arts. 4º e 6º do Decreto nº 7.212, de 2010 (RIPI, de 2010)

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 243, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Obrigações Acessórias.

CONHECIMENTO ELETRÔNICO (CE). DESCONSOLIDAÇÃO. INFORMAÇÃO. ITEM DE CARGA. MODALIDADE DE FRETE. CONTÊINER PARCIALMENTE CARREGADO (LCL).

Ao prestar informações sobre a desconsolidação de carga manifestada, o agente de carga que constar como consignatário do conhecimento eletrônico genérico, ou o seu representante, deverão registrar, no Sistema Mercante, informações quanto à modalidade de frete utilizada no transporte da carga conteinerizada e a identificação de cada item de carga (unidades de acondicionamento).

Nos casos de consolidação de carga no exterior, a qual será transportada acondicionada em um contêiner cujo espaço é compartilhado entre múltiplos importadores ("Less Container Load" ¿ LCL), ao amparo de um conhecimento genérico, o agente de carga ou seu representante, ao registrar as informações sobre a desconsolidação da carga, deverá indicar "Pier" , como modalidade de frete aplicável no destino, e "carga solta" , como item de carga, observadas as exceções constantes da Notícia Siscomex Importação nº 103, de 2018.

Dispositivos Legais: Decreto nº 6.759, de 2009 (Regulamento Aduaneiro - RA/2009), arts. 31, 32, 63, 104, inciso I, 543, 553, inciso I, e 555; Instrução Normativa RFB nº 800, de 2007, arts. 1º, 2º, § 1º, incisos IV, alíneas "d" e "e" , V, alíneas "b" e "c" , e XI, 6º, 13, 17, 18, e Anexos III e IV; Resolução nº 8.097, de 2021, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), art. 3º, incisos XI, XIV e XX.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 245, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF.

Nos casos de transferência decorrente de sucessão por herança de cotas de fundos fechados de investimento multimercado titularizadas por de cujus residente ou domiciliado no país, cabível a apuração de ganho de capital utilizando-se as regras aplicáveis à alienação de bens ou direitos de qualquer natureza, afastada, em tais hipóteses, a aplicabilidade do teor do art. 23 da Lei nº 9.532, de 1997.

Ainda, na hipótese, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do imposto eventualmente apurado recai sobre o administrador do fundo de investimento ou sobre a instituição que intermediar recursos por conta e ordem de seus respectivos clientes, para aplicações em fundos de investimento administrados por outra instituição, na forma prevista em normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) ou pela CVM, revestindo-se o espólio da qualidade de contribuinte.

Dispositivos Legais: Art. 21 da Lei nº 8.981, de 1995 e arts. 16, 17 e 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.585, de 2015.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 246, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Regimes Aduaneiros.

AERONAVES CIVIS ESTRANGEIRAS. SERVIÇO AÉREO NÃO REGULAR E NÃO REMUNERADO. ADMISSÃO TEMPORÁRIA. TERMO DE CONCESSÃO DE ADMISSÃO TEMPORÁRIA (Tecat). DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE BENS DE VIAJANTE (e-DBV). PRAZO.

As aeronaves civis estrangeiras que estejam em serviço aéreo não regular e não remunerado sujeitam-se obrigatoriamente ao regime de admissão temporária, mediante registro do despacho aduaneiro, que será realizado mediante e-DBV, com base no Tecat, emitido e controlado por meio de sistema informatizado da RFB de gestão das e-DBV, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos de 45 (quarenta e cinco) dias, independentemente de não haver geração de Autorização de Voo da Agência Nacional de Aviação Civil, mesmo quando houver previsão de sua decolagem para o exterior, após o seu pouso no território brasileiro, sem deslocamentos locais.

Dispositivos Legais: Lei nº 11.182, de 2005, art. 8º, incisos VII, XVII e XIX; Decreto-lei nº 37, de 1966, arts. 75 a 77; IN RFB nº 1.600, de 2015, arts. 3º a 5º; IN RFB nº 1.602, de 2015, art. 5º, inciso III, alínea "c" e § 4º, art. 7º, inciso III, art. 8º, inciso I, alínea "b" , e art. 13; e Resolução ANAC nº 178, de 2010, art. 9º.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

CONSULTA TRIBUTÁRIA. INEFICÁCIA.

Não produz efeitos a consulta formulada sobre matéria estranha à legislação tributária e aduaneira.

Dispositivos Legais: IN RFB nº 2.058, de 2021, art. 1º, art. 13, *caput*, art. 27, inciso XIII, e art. 29, inciso II.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 247, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ.

SERVIÇOS DE AUXÍLIO DIAGNÓSTICO E TERAPIA. LUCRO PRESUMIDO. ATENDIMENTO ÀS NORMAS DA ANVISA. AMBIENTES DE TERCEIROS. HOME CARE.

A partir de 1º de janeiro de 2009, é possível a utilização dos percentuais de 8% (oito por cento) para apuração da base de cálculo do IRPJ, pela sistemática do lucro presumido, em relação aos serviços de auxílio diagnóstico e terapia englobados na Atribuição 4 - Atendimento de Apoio ao Diagnóstico e Terapia - da RDC Anvisa nº 50, de 2002, desde que a pessoa jurídica prestadora do serviço seja organizada sob a forma de sociedade empresária e atenda às normas da Anvisa.

O regime do art. 15, § 1º, III, "a", da Lei nº 9.249, de 1995, alcança sociedades que se utilizam da estrutura de terceiro, desde que elas sejam organizadas sob a forma empresária, de fato e de direito, com efetivo elemento empresarial, que obedeçam às normas da Anvisa, e que o ambiente onde seja prestado o serviço possua alvará da vigilância sanitária estadual ou municipal, em decorrência do disposto na Nota SEI nº 7.689/2021/ME.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 114, DE 2019 E À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 147, DE 20 DE JULHO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, *caput* e § 1º, III, "a" e § 2º; Lei nº 10.522, de 2002, arts. 19 e 19-A; IN RFB nº 1.234, de 2012, art. 30 (com redação dada pela IN RFB nº 1.540, de 2015); IN RFB nº 1.700, de 2017, arts. 33 e 34; Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014; Nota Explicativa PGFN/CRJ nº 1.114, de 2012, Anexo, item 52; Parecer SEI nº 7.689/2021/ME; Resolução RDC Anvisa nº 50, de 2002.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

SERVIÇOS DE AUXÍLIO DIAGNÓSTICO E TERAPIA. LUCRO PRESUMIDO. ATENDIMENTO ÀS NORMAS DA ANVISA. AMBIENTES DE TERCEIROS. HOME CARE.

A partir de 1º de janeiro de 2009, é possível a utilização dos percentuais de 8% e 12% (doze por cento) para apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, respectivamente, pela sistemática do lucro presumido, em relação aos serviços de auxílio diagnóstico e terapia englobados na Atribuição 4 - Atendimento de Apoio ao Diagnóstico e Terapia - da RDC Anvisa

nº 50, de 2002, desde que a pessoa jurídica prestadora do serviço seja organizada sob a forma de sociedade empresária e atenda às normas da Anvisa.

O regime do art. 20 em conjunto com o art. 15, § 1º, III, "a", da Lei nº 9.249, de 1995, alcança sociedades que se utilizam da estrutura de terceiro, desde que elas sejam organizadas sob a forma empresária, de fato e de direito, com efetivo elemento empresarial, que obedeçam às normas da Anvisa, e que o ambiente onde seja prestado o serviço possua alvará da vigilância sanitária estadual ou municipal, em decorrência do disposto na Nota SEI nº 7.689/2021/ME.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 114, DE 2019 E À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 147, DE 20 DE JULHO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, *caput* e § 1º, III, "a" e § 2º, e art. 20; Lei nº 10.522, de 2002, arts. 19 e 19-A; IN RFB nº 1.700, de 2017, arts. 33 e 34; IN RFB nº 1.234, de 2012, art. 30 (com redação dada pela IN RFB nº 1.540, de 2015); Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014; Nota Explicativa PGFN/CRJ nº 1.114, de 2012, Anexo, item 52; Parecer SEI nº 7.689/2021/ME; Resolução RDC Anvisa nº 50, de 2002.

Assunto: Normas de Administração Tributária
INEFICÁCIA PARCIAL.

Não produz efeitos a consulta formulada sobre fato disciplinado em ato normativo publicado na Imprensa Oficial antes de sua apresentação.

Dispositivos Legais: Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 2021, art. 27, inciso VII.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 248, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 31/10/2023)

Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF.
REMESSAS AO EXTERIOR DE CARÁTER EDUCACIONAL, CIENTÍFICO OU CULTURAL.

As remessas abrigadas pela isenção prevista na Lei nº 13.315, de 20 de julho de 2016, são aquelas destinadas à manutenção de pessoa física que esteja no exterior participando de evento ou cumprindo programa de caráter educacional, científico ou cultural, desprovidas de finalidade econômica.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 123, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021.

REMESSA AO EXTERIOR. ASSINATURA DE PERIÓDICOS ELETRÔNICOS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. INCIDÊNCIA.

Incide Imposto de Renda na fonte, à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento), sobre as importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas a residente ou domiciliado no exterior para manter a assinatura de periódicos eletrônicos, por estar caracterizada como prestação de serviço de publicações disponibilizadas na rede mundial de computadores, para acesso on-line ou enviados por correio eletrônico, cujo conteúdo principal é atualizado em intervalos fixos (diários, semanais ou mensais).

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 13.315, de 2016, art. 2º, inciso I; Instrução Normativa RFB nº 1.645, de 2016, art. 4º, inciso I e parágrafo único; Lei nº 9.779, de 1999, art. 7º; Decreto nº 9.580, de 2018 (RIR/2018), arts. 741, 744 e 746; Decreto nº 7.708, de 2012; Portaria Conjunta RFB/SCS nº 1.820, de 2013.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 249, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITO. VALE-TRANSPORTE. GASTOS COM TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS.

Os gastos com vale-transporte para transportar os trabalhadores que atuam na fabricação ou produção de bens e na prestação de serviços, no percurso residência-trabalho e vice-versa, e com a contratação de pessoa jurídica em substituição ao vale-transporte, por decorrerem de imposição legal, podem ser considerados insumo para efeito de desconto do crédito de que trata o art. 3º, II, da Lei nº 10.833, de 2003.

No caso do vale-transporte, apenas a parcela custeada pelo empregador que exceder a 6% (seis por cento) do salário do empregado pode ser objeto do referido creditamento.

O direto de utilização dos referidos créditos prescreve em 5 (cinco) anos da data de sua constituição.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 45, DE 28 DE MAIO DE 2020.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º, II, Lei nº 7.418, de 1985, e Decreto nº 10.854, de 2021, arts. 106, 109 e 114.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITO. VALE-TRANSPORTE. GASTOS COM TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS.

Os gastos com vale-transporte para transportar os trabalhadores que atuam na fabricação ou produção de bens e na prestação de serviços, no percurso residência-trabalho e vice-versa, e com a contratação de pessoa jurídica em substituição ao vale-transporte, por decorrerem de imposição legal, podem ser considerados insumo para efeito de desconto do crédito de que trata o art. 3º, II, da Lei nº 10.637, de 2002.

No caso do vale-transporte, apenas a parcela custeada pelo empregador que exceder a 6% (seis por cento) do salário do empregado pode ser objeto do referido creditamento.

O direto de utilização dos referidos créditos prescreve em 5 (cinco) anos da data de sua constituição.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 45, DE 28 DE MAIO DE 2020.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º, II, Lei nº 7.418, de 1985, e Decreto nº 10.854, de 2021, arts. 106, 109 e 114.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 250, DE 24 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep.

NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. INSUMOS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DETONAÇÃO A TERCEIROS. TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS. PREVISÃO EM PORTARIA DO COMANDO LOGÍSTICO DO EXÉRCITO. RELEVÂNCIA. POSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO. REQUISITOS.

Na hipótese da prestação do serviço de detonação a terceiros, o transporte rodoviário dos explosivos é elemento estrutural para a prestação dos serviços de detonação.

Assim, dado o critério de relevância, é permitida a apuração de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep relativos aos gastos com os serviços de rastreamento de produtos (explosivos) e de veículos transportadores e com o serviço de escolta armada, desde que os serviços prestados obedeçam à legislação que trata do exercício de atividades com explosivos.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 228, DE 2019.

Dispositivos Legais: Art. 3º, II, da Lei nº 10.637, de 2002; Arts. 175 e 176 da Instrução Normativa nº 2.121, de 2022; Parecer Normativo Cosit/RFB nº 5, de 2018.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. INSUMOS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DETONAÇÃO A TERCEIROS. TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS. PREVISÃO EM PORTARIA DO

COMANDO LOGÍSTICO DO EXÉRCITO. RELEVÂNCIA. POSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO. REQUISITOS.

Na hipótese da prestação do serviço de detonação a terceiros, o transporte rodoviário dos explosivos é elemento estrutural para a prestação dos serviços de detonação.

Assim, dado o critério de relevância, é permitida a apuração de créditos da Cofins relativos aos gastos com os serviços de rastreamento de produtos (explosivos) e de veículos transportadores e com o serviço de escolta armada, desde que os serviços prestados obedeçam à legislação que trata do exercício de atividades com explosivos.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 228, DE 2019.

Dispositivos Legais: Art. 3º, II, da Lei nº 10.833, de 2003; Arts. 175 e 176 da Instrução Normativa nº 2.121, de 2022; Parecer Normativo Cosit/RFB nº 5, de 2018.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 251, DE 24 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias.

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PREVIDENCIÁRIA SUBSTITUTIVA. RECEITA BRUTA. SEMENTES E MUDAS. COMERCIALIZAÇÃO. BASE DE CÁLCULO. NÃO INCIDÊNCIA.

Desde que decorrente de atividade exercida por pessoa ou entidade registrada no Ministério da Agricultura e Pecuária, a receita bruta auferida pela comercialização de sementes e mudas no país não integra a base de cálculo das contribuições sociais previdenciárias patronais destinadas ao custeio da Seguridade Social e dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, quando a venda for realizada pelo próprio produtor a quem as utiliza diretamente com a finalidade de plantio.

Dispositivos Legais: Lei nº 8.870, de 1994, art. 25, § 6º; Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022, arts. 151, § 3º, e 153.

Assunto: Outros Tributos ou Contribuições

CONTRIBUIÇÃO SENAR. RECEITA BRUTA. SEMENTES E MUDAS. COMERCIALIZAÇÃO. BASE DE CÁLCULO. INCIDÊNCIA.

A receita bruta auferida da comercialização de sementes e mudas no país integra a base de cálculo da contribuição devida ao Senar.

Dispositivos Legais: Lei nº 8.870, de 1994, art. 25, § 6º.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 46 - COSIT, DE 24 DE MARÇO DE 2021.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 252, DE 24 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

ART. 48 DA LEI Nº 11.196, DE 2005. INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA PELO STF. REPERCUSSÃO GERAL. SERVIÇO DE COLETA. INAPLICABILIDADE.

O STF fixou a tese de repercussão geral de que "São inconstitucionais os arts. 47 e 48 da Lei 11.196/2005, que vedam a apuração de créditos de PIS/Cofins na aquisição de insumos recicláveis". Não obstante, encontram-se pendentes de julgamento embargos de declaração relativos à modulação de efeitos. Portanto, os efeitos vinculantes do Parecer SEI nº 18.616/2021/ME foram suspensos, no dia 31 de março de 2022, até que sobrevenha o trânsito em julgado.

A suspensão de incidência de que trata o art. 48 da Lei nº 11.196, de 2005, não alcança receitas auferidas com a prestação do serviço de coleta de materiais/produtos, a serem posteriormente destinados para venda e reciclagem. É, pois, incabível o alargamento do benefício fiscal para além da expressa previsão legal, no sentido da suspensão da incidência, unicamente, sobre as receitas auferidas especificamente com a operação comercial de venda de desperdícios, resíduos ou aparas de que trata o art. 47 da Lei nº 11.196, de 2005.

Dispositivos legais: Arts. 47 e 48 da Lei nº 11.196, de 2005; art. 19-A, III, da Lei nº 10.522, de 2002; Parecer SEI nº 18.616/2021/ME.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

ART. 48 DA LEI Nº 11.196, DE 2005. INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA PELO STF. REPERCUSSÃO GERAL. SERVIÇO DE COLETA. INAPLICABILIDADE.

O STF fixou a tese de repercussão geral de que "São inconstitucionais os arts. 47 e 48 da Lei 11.196/2005, que vedam a apuração de créditos de PIS/Cofins na aquisição de insumos recicláveis". Não obstante, encontram-se pendentes de julgamento embargos de declaração relativos à modulação de efeitos. Portanto, os efeitos vinculantes do Parecer SEI nº 18.616/2021/ME foram suspensos, no dia 31 de março de 2022, até que sobrevenha o trânsito em julgado.

A suspensão de incidência de que trata o art. 48 da Lei nº 11.196, de 2005, não alcança receitas auferidas com a prestação do serviço de coleta de materiais/produtos, a serem posteriormente destinados para venda e reciclagem. É, pois, incabível o alargamento do benefício fiscal para além da expressa previsão legal, no sentido da suspensão da incidência, unicamente, sobre as receitas auferidas especificamente com a operação comercial de venda de desperdícios, resíduos ou aparas de que trata o art. 47 da Lei nº 11.196, de 2005.

Dispositivos legais: Arts. 47 e 48 da Lei nº 11.196, de 2005; art. 19-A, III, da Lei nº 10.522, de 2002; Parecer SEI nº 18.616/2021/ME.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 253, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 30/10/2023)

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ.

INCENTIVOS FISCAIS. LUCRO REAL. EXCLUSÃO. REQUISITOS E CONDIÇÕES. DECISÃO JUDICIAL.

As decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça passam a ter efeito vinculante para a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil a partir da elaboração de manifestação pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.522, de 2002, arts. 19 e 19-A.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

INCENTIVOS FISCAIS. LUCRO REAL. EXCLUSÃO. REQUISITOS E CONDIÇÕES. DECISÃO JUDICIAL.

As decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça passam a ter efeito vinculante para a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil a partir da elaboração de manifestação pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.522, de 2002, arts. 19 e 19-A.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

NÃO CUMULATIVIDADE. BASE DE CÁLCULO. EXCLUSÕES. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO. REQUISITOS.

As subvenções para investimentos, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, podem ser excluídas da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep nos termos do art. 1º, § 3º, X, da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002. Para tal, devese observar a necessidade de que a subvenção tenha sido concedida como estímulo à implantação ou expansão de empreendimento econômico de que trata o art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014. Contudo, neste caso, não há dispositivo legal que vincule tal exclusão ao registro das subvenções em reservas de incentivos fiscais (reserva de lucros a que se refere o art. 195-A da Lei nº 6.404, de 1976).

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 169, DE 27 DE SETEMBRO DE 2021.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, art. 1º, § 3º, X.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins
NÃO CUMULATIVIDADE. BASE DE CÁLCULO. EXCLUSÕES. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO. REQUISITOS.

As subvenções para investimentos, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, podem ser excluídas da base de cálculo da Cofins nos termos do art. 1º, § 3º, IX, da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003. Para tal, deve-se observar a necessidade de que a subvenção tenha sido concedida como estímulo à implantação ou expansão de empreendimento econômico de que trata o art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014. Contudo, neste caso, não há dispositivo legal que vincule tal exclusão ao registro das subvenções em reservas de incentivos fiscais (reserva de lucros a que se refere o art. 195-A da Lei nº 6.404, de 1976).

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 169, DE 27 DE SETEMBRO DE 2021.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 1º, § 3º, IX.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 254, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 27/10/2023)

Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF.
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO E DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA. SEM TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA. CONVENÇÃO BRASIL-JAPÃO. NÃO RETENÇÃO NA FONTE.

Os rendimentos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos, por fonte situada no País, a pessoa jurídica domiciliada no Japão, em contraprestação por serviço técnico, incluindo assistência administrativa, e assistência técnica, sem transferência de tecnologia, não se sujeitam à incidência de Imposto sobre a Renda na Fonte (IRRF), em virtude do disposto no artigo 5 da Convenção para evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda celebrada entre os Governos do Brasil e do Japão.

TAXA DE GARANTIA A EMPRÉSTIMOS. CONVENÇÃO BRASIL-JAPÃO. RETENÇÃO NA FONTE.

As remessas ao Japão realizadas por pessoa jurídica brasileira para pagamento de taxa de garantia contratada com empresa controladora em face de empréstimos tomados com terceiros sofrem a incidência do IRRF à alíquota de 15% (quinze por cento), com base no art. 744 do RIR, de 2018, por se enquadrarem no artigo 21 da Convenção para Evitar a Dupla Tributação celebrada entre o Brasil e o Japão.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 1966, art. 98; RIR 2018, Anexo do Decreto nº 9.580, de 2018, arts. 744 e 765; Decreto nº 61.899, de 1967; Decreto nº 81.194, de 1978; IN RFB nº 1.455, de 2014, art. 17; ADI RFB nº 5, de 2014.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 255, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. INSUMO. ATIVIDADE DE RESTAURANTES E DE LANCHONETES. CAIXAS E LÂMINAS DE PAPEL. MATERIAL DE EMBALAGEM. ITENS DESCARTÁVEIS. IMPOSSIBILIDADE.

As caixas que acompanham os sanduíches, as lâminas de folha em que os sanduíches são embrulhados, os copos para bebidas e suas tampas, os canudos, os guardanapos, as embalagens de batata frita e as embalagens para viagem apresentados na presente consulta não podem ser considerados insumos geradores de créditos da não cumulatividade da Cofins.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA AO PARECER NORMATIVO COSIT Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018.

Dispositivos Legais: art. 3º, inciso II, da Lei nº 10.833, de 2003; e PN Cosit/RFB nº 5, de 2018.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. INSUMO. ATIVIDADE DE RESTAURANTES E DE LANCHONETES. CAIXAS E LÂMINAS DE PAPEL. MATERIAL DE EMBALAGEM. ITENS DESCARTÁVEIS. IMPOSSIBILIDADE.

As caixas que acompanham os sanduíches, as lâminas de folha em que os sanduíches são embrulhados, os copos para bebidas e suas tampas, os canudos, os guardanapos, as embalagens de batata frita e as embalagens para viagem apresentados na presente consulta não podem ser considerados insumos geradores de créditos da não cumulatividade da Contribuição para o PIS/Pasep.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA AO PARECER NORMATIVO COSIT Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018.

Dispositivos Legais: art. 3º, inciso II, da Lei nº 10.637, de 2002; e PN Cosit/RFB nº 5, de 2018.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 256, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 03/11/2023)

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias.

RETENÇÃO TRIBUTÁRIA. NOTA FISCAL OU FATURA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SUBSTITUTIVA SOBRE A RECEITA BRUTA (CPRB). PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. CESSÃO DE MÃO DE OBRA. ATIVIDADES SUJEITAS À RETENÇÃO.

A retenção de 3,5% sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura, no caso de contratação, para execução de serviços mediante cessão de mão de obra, de empresas que estejam sujeitas à CPRB, prevista no art. 11 da IN RFB nº 2.053, de 2021, aplica-se apenas aos serviços listados nos arts. 111 e 112 da IN RFB nº 2.110, de 2022.

As atividades de arquitetura de software, desenvolvimento de sistemas, administração de dados e administração de redes, não estão sujeitas à referida retenção previdenciária, ressalvadas as hipóteses compreendidas nos incisos V e VI do art. 111 da IN RFB nº 2.110, de 2022.

Estará configurada a cessão de mão de obra caso estejam presentes, concomitantemente, as condições do art. 108, § 1º, I a III, da IN RFB 2.110, de 2022.

Ressalte-se que a caracterização da cessão de mão de obra independe da existência de poder de gerência ou direção do tomador do serviço sobre os trabalhadores colocados à sua disposição.

Dispositivos Legais: Lei nº 8.212, de 1991, art. 31; Lei nº 12.546, de 2011, art. 7º, I, e § 6º; IN RFB nº 2.110, de 2022, arts. 108, 111 e 112; IN RFB nº 2.058 de 2021, art. 31; IN RFB nº 2.053, de 2021, art. 11; Solução de Consulta Interna Cosit nº 4, de 2021.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 257, DE 26 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 30/10/2023)

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ.

LUCRO PRESUMIDO. ATIVIDADE IMOBILIÁRIA. VENDA DE IMÓVEIS. LOCAÇÃO. INVESTIMENTO. RECEITA BRUTA. GANHO DE CAPITAL.

A receita decorrente da alienação de bens do ativo não circulante, ainda que reclassificados para o ativo circulante com a intenção de venda, deve ser objeto de apuração de ganho de capital que, por sua vez, deve ser acrescido à base de cálculo do IRPJ na hipótese em que essa atividade não constitui objeto da pessoa jurídica.

Nesse caso, se o imóvel vendido era anteriormente utilizado para locação a terceiros, e apenas essa atividade constitui objeto da pessoa jurídica, a receita decorrente da venda desse imóvel não compõe o resultado operacional e nem a receita bruta da pessoa jurídica, estando a referida operação sujeita à apuração do ganho de capital.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 7, DE 4 DE MARÇO DE 2021.

Dispositivos Legais: Lei nº 6.404, de 1976, art. 179, III; Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 12; Lei nº 9.249, de 1995, arts. 15 e 17; Lei nº 9.430, de 1996, art. 25; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, arts. 26, 33, § 1º, II, 'c', e IV, 'c', e 215, *caput* e § 14.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL
RESULTADO PRESUMIDO. ATIVIDADE IMOBILIÁRIA. VENDA DE IMÓVEIS. LOCAÇÃO. INVESTIMENTO. RECEITA BRUTA. GANHO DE CAPITAL.
LUCRO PRESUMIDO. ATIVIDADE IMOBILIÁRIA. VENDA DE IMÓVEIS. LOCAÇÃO. INVESTIMENTO. RECEITA BRUTA. GANHO DE CAPITAL.

A receita decorrente da alienação de bens do ativo não circulante, ainda que reclassificados para o ativo circulante com a intenção de venda, deve ser objeto de apuração de ganho de capital que, por sua vez, deve ser acrescido à base de cálculo da CSLL na hipótese em que essa atividade não constitui objeto da pessoa jurídica.

Nesse caso, se o imóvel vendido era anteriormente utilizado para locação a terceiros, e apenas essa atividade constitui objeto da pessoa jurídica, a receita decorrente da venda desse imóvel não compõe o resultado operacional e nem a receita bruta da pessoa jurídica, estando a referida operação sujeita à apuração do ganho de capital.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 7, DE 4 DE MARÇO DE 2021.

Dispositivos Legais: Lei nº 6.404, de 1976, art. 179, III; Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 12; Lei nº 9.249, de 1995, arts. 17 e 20; Lei nº 9.430, de 1996, art. 29; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, arts. 26, 34, *caput* e § 1º, III, e 215, §§ 1º e 14.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal.
INÉFICACIA PARCIAL.

Não produz efeitos o questionamento sobre fato definido ou declarado em disposição literal de lei ou que tem como objetivo obter, da Receita Federal, a prestação de assessoria jurídica ou contábil-fiscal.

Dispositivos Legais: Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 9 de dezembro de 2021, art. 27, IX e XIV.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 258, DE 26 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 31/10/2023)

Assunto: Obrigações Acessórias.

IMPORTAÇÃO DE VEÍCULO POR PESSOA FÍSICA. PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO. ABA "CARGA". AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO DE NUMERAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE EXPORTAÇÃO. IRREGULARIDADE NÃO IMPEDITIVA.

Caso o veículo a importar, não configure a hipótese de declaração amparada por CCPTC (Certificado de Cumprimento da Política Tarifária Comum), na forma do artigo 5º, *caput* da Instrução Normativa SRF nº 645, de 18 de abril de 2006, ou por CCROM (Certificado de Cumprimento do Regime de Origem Mercosul), na forma do artigo 2º, *caput* da Instrução Normativa SRF nº 646, de 18 de abril de 2006, nem de operações de importação dos tipos 16 a 21, em que é obrigatória a informação de Declaração de Exportação Estrangeira, o Consulente estaria desobrigado do preenchimento do campo específico contendo o número da DE, na aba "Carga" da DI a ser preenchida.

Dispositivos Legais: Instrução Normativa SRF nº 680, de 2006, arts. 4º, *caput*, 15, inciso V, § 1º, e artigo 18, § 2º, inciso I, alínea 'b', item 2; Instrução Normativa SRF nº 645, de 2006, art. 5º, *caput*; Instrução Normativa SRF nº 646, de 2006, art. 2º, *caput*.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 259, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 31/10/2023)

Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.

ADI Nº 7153 - CAUTELAR SUSPENDENDO EFEITOS DE DECRETOS QUE REDUZIRAM ALÍQUOTAS DO IPI - CÓDIGOS NCM E EX DA TIPI ALCANÇADOS

Somente os 170 códigos NCM ou Ex da TIPI cujas alíquotas foram restauradas (nos percentuais previstos na TIPI vigente em 31 de dezembro de 2021), pelo Decreto nº 11.158, de 2022, com as alterações promovidas pelo Decreto nº 11.182, de 2022, foram alcançados pela medida cautelar proferida pelo Ministro relator da ADI nº 7.153.

O código NCM 3307.49.00, indicado pelo contribuinte como um entre aqueles em que se classificam os produtos aos quais dá saída em seu estabelecimento industrial, teve sua alíquota restaurada para 22% conforme Anexo I ao Decreto nº 11.182, de 2022, e foi, portanto, alcançado pela medida cautelar, aplicando-se a esses produtos, a partir de 1º de maio de 2022, as seguintes alíquotas do IPI:

a)14,3%, até 08 de maio de 2022, tendo em vista a publicação, em 09 de maio, da decisão cautelar de 06 de maio que suspendeu os efeitos do Decreto nº 11.055, de 2022, em relação aos produtos industrializados, com PPB, na ZFM;

b)22%, entre o dia 09 de maio e 31 de julho, tendo em vista a entrada em vigor, no dia 1º de agosto, do Decreto nº 11.158, de 2022;

c)14,3%, entre 1º de agosto e 08 de agosto, tendo em vista a publicação, em 09 de agosto, do aditamento à decisão cautelar de 06 de maio, desta feita suspendendo os efeitos do Decreto nº 11.158, de 2022, em relação aos produtos industrializados, com PPB, na ZFM;

d)22%, a partir de 09 de agosto de 2022.

ADI Nº 7153 - CAUTELAR - CÓDIGOS NCM E EX DA TIPI NÃO ALCANÇADOS

Aplicam-se, para todos os demais produtos da Tabela de Incidência do IPI (TIPI), as alíquotas previstas nos decretos que visaram alterá-la ou substituí-la durante o período de vigência da medida cautelar, incluídos aí os decretos que tiveram seus efeitos suspensos em relação aos produtos classificados naqueles 170 códigos NCM ou Ex da TIPI.

A partir de 1º de maio de 2022, aos produtos não afetados pela medida, aplicam-se as alíquotas previstas na TIPI em vigor, inicialmente naquela aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 2021, com as alterações promovidas pelo Decreto nº 11.055, de 2022, e posteriormente, a partir de 1º de agosto de 2022, as alíquotas previstas na TIPI aprovada pelo Decreto nº 11.158, de 2022, e alterações posteriores.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 234, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023

DISPOSITIVOS LEGAIS: ADI nº 7.153, Medida Cautelar concedida em 06/05/2022, aditada em 08/08/2022 e revogada em 16/09/2022; TIPI aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 2021, alterada pelo Decreto nº 11.055, de 2022; e TIPI aprovada pelo Decreto nº 11.158, de 2022.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 260, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 31/10/2023)

Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.

IMPORTAÇÃO. DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO. ESTABELECIMENTO IMPORTADOR. MERCADORIAS. EMISSÃO DE NOTA FISCAL DE ENTRADA.

Na remessa direta dos bens importados da repartição aduaneira para estabelecimento da mesma pessoa jurídica, porém diverso do estabelecimento importador, a obrigatoriedade de emissão da nota fiscal de entrada incumbe ao estabelecimento importador, para fins de adequação ao disposto na legislação federal, mais especificamente aquela relativa ao cumprimento de obrigações acessórias a título de IPI.

Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010; arts. 434, II; 435, III; 498; 499 e 500.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal CONSULTA TRIBUTÁRIA. INEFICÁCIA.

Não produz efeitos a consulta formulada em tese, com referência a fato genérico, ou, ainda, que não identifique o dispositivo da legislação tributária e aduaneira sobre cuja aplicação haja dúvida.

Não produz efeito a consulta formulada com o objetivo de obter a prestação de assessoria jurídica ou contábil-fiscal por parte da RFB.

Instrução Normativa RFB nº 2058, de 9 de dezembro de 2021; arts. 1º; 13, *caput*; 27, I, II e XIV, e 29, II.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 261, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep.

ALÍQUOTA ZERO. INTERPRETAÇÃO LITERAL. CÓDIGO TIPI. BENEFÍCIO RESTRITO AOS PRODUTOS MENCIONADOS.

A alíquota zero da Contribuição para o PIS/Pasep prevista no inciso VI do art. 1º da Lei nº 10.925, de 2004, destinada aos "inoculantes agrícolas produzidos a partir de bactérias fixadoras de nitrogênio" não se aplica, por analogia, aos "inoculantes agrícolas produzidos a partir de bactérias fixadoras de fósforo", haja vista tratar-se de produtos distintos, embora classificados no mesmo código Tipi. Como a concessão de alíquota zero é disposição que concede benefício fiscal, demanda interpretação literal, a teor do disposto no art. 111 do CTN.

Dispositivos legais: Constituição Federal, art. 150, § 6º, CTN, art. 108, §§ 1º e 2º, e art. 111; Lei nº 10.925, de 2004, art. 1º, inciso VI; Instrução Normativa RFB nº 2121, de 2022, art. 605, inciso VI.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

ALÍQUOTA ZERO. INTERPRETAÇÃO LITERAL. CÓDIGO TIPI. BENEFÍCIO RESTRITO AOS PRODUTOS MENCIONADOS.

A alíquota zero da Cofins prevista no inciso VI do art. 1º da Lei nº 10.925, de 2004, destinada aos "inoculantes agrícolas produzidos a partir de bactérias fixadoras de nitrogênio" não se aplica, por analogia, aos "inoculantes agrícolas produzidos a partir de bactérias fixadoras de fósforo", haja vista tratar-se de produtos distintos, embora classificados no mesmo código Tipi. Como a concessão de alíquota zero é disposição que concede benefício fiscal, demanda interpretação literal, a teor do disposto no art. 111 do CTN.

Dispositivos legais: Constituição Federal, art. 150, § 6º, CTN, art. 108, §§ 1º e 2º, e art. 111; Lei nº 10.925, de 2004, art. 1º, inciso VI; Instrução Normativa RFB nº 2121, de 2022, art. 605, inciso VI.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 262, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

AQUISIÇÃO DE AUTOPEÇAS. PESSOA JURÍDICA FABRICANTE DE VEÍCULOS. RETENÇÃO NA FONTE DA CONTRIBUIÇÃO DEVIDA PELA FORNECEDORA DAS AUTOPEÇAS.

A pessoa jurídica fabricante de veículos relacionados no art. 1º da Lei nº 10.485, de 2002, deve realizar a retenção na fonte de que tratam os §§ 3º, 4º e 7º do art. 3º da Lei nº 10.485, de 2002, na hipótese do pagamento relativo à aquisição de autopeças constantes dos Anexos I e II dessa lei, exceto pneumáticos, quando o fornecedor é o fabricante das autopeças. A obrigação da retenção na fonte em questão, na forma do art. 432 da Instrução Normativa RFB nº 2.121, de 2022, é aplicada ainda que a pessoa jurídica fabricante de veículos adquira as autopeças constantes dos Anexos I e II por meio de estabelecimento filial que não execute atividades industriais e que essas autopeças sejam destinadas à revenda.

A retenção na fonte não se aplica no caso do pagamento relativo à aquisição de autopeças de pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional ou de comerciante atacadista ou varejista.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA COSIT Nº 1, DE 22 DE MARÇO DE 2018.

Dispositivos Legais: arts. 1º e 3º da Lei nº 10.485, de 2002; arts. 9º, 109, 427 e 432 da Instrução Normativa RFB nº 2.121, de 2022.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

AQUISIÇÃO DE AUTOPEÇAS. PESSOA JURÍDICA FABRICANTE DE VEÍCULOS. RETENÇÃO NA FONTE DA CONTRIBUIÇÃO DEVIDA PELA FORNECEDORA DAS AUTOPEÇAS.

A pessoa jurídica fabricante de veículos relacionados no art. 1º da Lei nº 10.485, de 2002, deve realizar a retenção na fonte de que tratam os §§ 3º, 4º e 7º do art. 3º da Lei nº 10.485, de 2002, na hipótese do pagamento relativo à aquisição de autopeças constantes dos Anexos I e II dessa lei, exceto pneumáticos, quando o fornecedor é o fabricante das autopeças. A obrigação da retenção na fonte em questão, na forma do art. 432 da Instrução Normativa RFB nº 2.121, de 2022, é aplicada ainda que a pessoa jurídica fabricante de veículos adquira as autopeças constantes dos Anexos I e II por meio de estabelecimento filial que não execute atividades industriais e que essas autopeças sejam destinadas à revenda.

A retenção na fonte não se aplica no caso do pagamento relativo à aquisição de autopeças de pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional ou de comerciante atacadista ou varejista.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA COSIT Nº 1, DE 22 DE MARÇO DE 2018.

Dispositivos Legais: arts. 1º e 3º da Lei nº 10.485, de 2002; arts. 9º, 109, 427 e 432 da Instrução Normativa RFB nº 2.121, de 2022.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 263, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ.

PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR. PAT. DECISÃO JUDICIAL. LIMITE. DEDUÇÃO. NÃO APLICABILIDADE.

O limite de 4% (quatro por cento), previsto para o Programa de Alimentação do Trabalhador no art. 5º da Lei nº 9.532, de 1997, é aplicável aos casos em que haverá a utilização do incentivo fiscal de dedução do IRPJ devido pela pessoa jurídica e deve ser calculado tendo como parâmetro a alíquota de 15% (quinze por cento) do imposto sem considerar o valor do adicional de 10% (dez por cento) do IRPJ, conforme o referido artigo c/c o § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 1995.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 79, DE 28 DE MARÇO DE 2014.

Dispositivos Legais: Arts. 1º e 2º da Lei nº 6.321, de 1976; Art. 5º da Lei nº 9.532, de 1997; Art. 383 do Anexo do Decreto nº 9.580, de 2018, (RIR/2018).

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 264, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF.

GANHO DE CAPITAL. ÚNICO IMÓVEL. REQUISITOS PARA A ISENÇÃO.

Está isento do imposto sobre renda o ganho de capital auferido na alienação do único imóvel que o titular possua, cujo valor de alienação seja de até quatrocentos e quarenta mil reais, desde que não tenha sido realizada qualquer outra alienação nos últimos cinco anos, conforme previsto no art. 23 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

A isenção prevista no dispositivo acima mencionado aplica-se ao ganho de capital decorrente da alienação de qualquer bem imóvel, independentemente de se tratar de terreno, terra nua, casa ou apartamento, ser residencial, comercial ou de lazer, e estar localizado em zona urbana ou rural, conforme disposto no art. 29, § 1º, inciso I, da Instrução Normativa SRF nº 84, de 11 de outubro de 2001. E ainda, para efeito de aplicação dessa isenção, cada matrícula no registro de imóveis corresponderá a um único imóvel.

De outro lado, tal benefício fiscal não poderá ser usufruído pelo titular de único imóvel alienado com ganho de capital, no caso dele ter alienado qualquer outro bem imóvel nos últimos cinco anos, independentemente de se tratar de terreno, terra nua, casa ou apartamento, ser residencial, comercial ou de lazer, e estar localizado em zona urbana ou rural.

Dispositivos Legais: Constituição Federal de 1988, art. 150, § 6º; Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional (CTN), arts. 97, inciso VI, 111, inciso II, e 176; Regulamento do Imposto sobre a Renda (RIR/2018) aprovado pelo Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, art. 133, inciso II; Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, art. 23; Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, art. 176, § 1º, inciso I; Instrução Normativa SRF nº 84, de 11 de outubro de 2001, art. 29, § 1º, inciso I.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 265, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.
LEITE BOVINO. ALÍQUOTA ZERO. INAPLICABILIDADE AO LEITE DE CABRA.

A redução a zero da alíquota da Cofins de que trata o inciso XI do art. 1º da Lei nº 10.925, de 2004, no que tange ao leite, é aplicável apenas ao leite extraído de vacas, consequência de definição estabelecida no art. 235 do Decreto nº 9.013, de 2017, não abrangendo, portanto, o leite de cabra e seus derivados.

PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 104 - COSIT, DE 8 DE JULHO DE 2016, PUBLICADA NO DOU DE 14 DE JULHO DE 2016.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.925, de 2004, art. 1º, inciso XI; Decreto nº 9.013, de 2017, art. 235; Instrução Normativa MAPA nº 77, de 2018, art. 2º, incisos III e IV, e 55, parágrafo único.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep
LEITE BOVINO. ALÍQUOTA ZERO. INAPLICABILIDADE AO LEITE DE CABRA.

A redução a zero da alíquota da Contribuição para o PIS/Pasep de que trata o inciso XI do art. 1º da Lei nº 10.925, de 2004, no que tange ao leite, é aplicável apenas ao leite extraído de vacas, consequência de definição estabelecida no art. 235 do Decreto nº 9.013, de 2017, não abrangendo, portanto, o leite de cabra e seus derivados.

PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 104 - COSIT, DE 8 DE JULHO DE 2016, PUBLICADA NO DOU DE 14 DE JULHO DE 2016.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.925, de 2004, art. 1º, inciso XI; Decreto nº 9.013, de 2017, art. 235; Instrução Normativa MAPA nº 77, de 2018, art. 2º, incisos III e IV, e 55, parágrafo único.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 266, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário.

PERSE. BENEFÍCIO FISCAL. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. BENEFICIÁRIO SUJEITO À APURAÇÃO DO IRPJ COM BASE NO LUCRO REAL. PERÍODO DE APLICABILIDADE. PROCEDIMENTOS.

O benefício fiscal de redução a zero das alíquotas do IRPJ, da CSLL, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, aplica-se às receitas e aos resultados da pessoa jurídica no período de março de 2022 a fevereiro de 2027, desde que atendidos os requisitos da legislação de regência.

Na hipótese de apuração do IRPJ e da CSLL com base no lucro real durante o período de fruição dessa desoneração tributária, seu beneficiário deverá apurar o lucro da exploração referente às atividades referidas no art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 2.114, de 2022, observadas as demais disposições previstas na legislação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

O mencionado lucro da exploração deverá ser informado somente em relação aos resultados apurados durante o período de fruição dessa desoneração tributária.

Na hipótese de apuração anual do IRPJ e da CSLL, essa desoneração tributária deverá ser aplicada somente sobre as estimativas mensais do período de fruição dessa desoneração tributária.

Para fins de apuração da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins durante o período de fruição dessa desoneração tributária, seu beneficiário deverá segregar, da receita bruta, as receitas decorrentes das atividades referidas no art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 2.114, de 2022, sobre as quais será então aplicada a alíquota de 0% (zero por cento).

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 51, DE 1 DE MARÇO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, art. 4º; e Instrução Normativa RFB nº 2.114, de 31 de outubro de 2022, arts. 1º, 5º ao 7º.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 268, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário.

BENEFÍCIO FISCAL. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. PERSE. TERMO INICIAL DOS EFEITOS.

O benefício fiscal de redução a zero das alíquotas do IRPJ, da CSLL, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, aplica-se às receitas e aos resultados da pessoa jurídica no período de março de 2022 a fevereiro de 2027, desde que atendidos os requisitos da legislação de regência.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 51, DE 1º DE MAIO DE 2023

REDUÇÃO NO FATURAMENTO. MECANISMO DISTINTO. REQUISITO INAPLICÁVEL AO BENEFÍCIO FISCAL DE REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS.

A redução superior a 50% (cinquenta por cento) no faturamento entre 2019 e 2020, elencada como requisito para o direito a indenização prevista no art. 6º da Lei nº 14.148, de 2021, não é requisito para a fruição do benefício fiscal de redução de alíquotas a zero prevista no art. 4º da mesma Lei.

Dispositivos Legais: Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, arts. 1º a 4º e 6º; Medida Provisória nº 1.147, de 20 de dezembro de 2022, art. 1º; Portaria ME nº 7.163, de 21 de junho de 2021; Portaria ME nº 11.266, de 29 de dezembro de 2022; Instrução Normativa RFB nº 2.114, de 31 de outubro de 2022, arts. 1º, 5º ao 7º.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.044 - SRRF04/DISIT, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias.

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. INTERVALO INTRAJORNADA INDENIZADO. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. BASE DE CÁLCULO.

A verba paga em razão da supressão parcial ou total do intervalo intrajornada de que trata o § 4º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, integra a base de cálculo para fins de incidência das contribuições sociais previdenciárias sobre a folha de salários e salário de contribuição.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 108, DE 7 DE JUNHO DE 2023.

Dispositivos Legais: Constituição da República Federativa de 1988, art. 195, I, a, e II; Lei nº 8.212, de 1991, arts. 20, 22, I, e 28, I; Decreto-Lei nº 5.452, de 1946, art. 71, § 4º; Lei nº 13.467, de 2017, arts. 1º e 6º.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS - Chefe da Divisão da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.045 - SRRF04/DISIT, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias.

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. INTERVALO INTRAJORNADA INDENIZADO. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. BASE DE CÁLCULO.

A verba paga em razão da supressão parcial ou total do intervalo intrajornada de que trata o § 4º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, integra a base de cálculo para fins de incidência das contribuições sociais previdenciárias sobre a folha de salários e salário de contribuição.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 108, DE 7 DE JUNHO DE 2023.

Dispositivos Legais: Constituição da República Federativa de 1988, art. 195, I, a, e II; Lei nº 8.212, de 1991, arts. 20, 22, I, e 28, I; Decreto-Lei nº 5.452, de 1946, art. 71, § 4º; Lei nº 13.467, de 2017, arts. 1º e 6º.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.046 - SRRF04/DISIT, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias.

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. INTERVALO INTRAJORNADA INDENIZADO. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. BASE DE CÁLCULO.

A verba paga em razão da supressão parcial ou total do intervalo intrajornada de que trata o § 4º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, integra a base de cálculo para fins de incidência das contribuições sociais previdenciárias sobre a folha de salários e salário de contribuição.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 108, DE 7 DE JUNHO DE 2023.

Dispositivos Legais: Constituição da República Federativa de 1988, art. 195, I, a, e II; Lei nº 8.212, de 1991, arts. 20, 22, I, e 28, I; Decreto-Lei nº 5.452, de 1946, art. 71, § 4º; Lei nº 13.467, de 2017, arts. 1º e 6º.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.047 - SRRF04/DISIT, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 - DOU de 01/11/20230

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias.

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. INTERVALO INTRAJORNADA INDENIZADO. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. BASE DE CÁLCULO.

A verba paga em razão da supressão parcial ou total do intervalo intrajornada de que trata o § 4º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, integra a base de cálculo para fins de incidência das contribuições sociais previdenciárias sobre a folha de salários e salário de contribuição.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 108, DE 7 DE JUNHO DE 2023.

Dispositivos Legais: Constituição da República Federativa de 1988, art. 195, I, a, e II; Lei nº 8.212, de 1991, arts. 20, 22, I, e 28, I; Decreto-Lei nº 5.452, de 1946, art. 71, § 4º; Lei nº 13.467, de 2017, arts. 1º e 6º.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.048 - SRRF04/DISIT, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias.

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. INTERVALO INTRAJORNADA INDENIZADO. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. BASE DE CÁLCULO.

A verba paga em razão da supressão parcial ou total do intervalo intrajornada de que trata o § 4º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, integra a base de cálculo para fins de incidência das contribuições sociais previdenciárias sobre a folha de salários e salário de contribuição.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 108, DE 7 DE JUNHO DE 2023.

Dispositivos Legais: Constituição da República Federativa de 1988, art. 195, I, a, e II; Lei nº 8.212, de 1991, arts. 20, 22, I, e 28, I; Decreto-Lei nº 5.452, de 1946, art. 71, § 4º; Lei nº 13.467, de 2017, arts. 1º e 6º.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.049 - SRRF04/DISIT, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias.

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. INTERVALO INTRAJORNADA INDENIZADO. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. BASE DE CÁLCULO.

A verba paga em razão da supressão parcial ou total do intervalo intrajornada de que trata o § 4º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, integra a base de cálculo para fins de incidência das contribuições sociais previdenciárias sobre a folha de salários e salário de contribuição.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 108, DE 7 DE JUNHO DE 2023.

Dispositivos Legais: Constituição da República Federativa de 1988, art. 195, I, a, e II; Lei nº 8.212, de 1991, arts. 20, 22, I, e 28, I; Decreto-Lei nº 5.452, de 1946, art. 71, § 4º; Lei nº 13.467, de 2017, arts. 1º e 6º.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.050 - SRRF04/DISIT, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias.

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. INTERVALO INTRAJORNADA INDENIZADO. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. BASE DE CÁLCULO.

A verba paga em razão da supressão parcial ou total do intervalo intrajornada de que trata o § 4º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, integra a base de cálculo para fins de incidência das contribuições sociais previdenciárias sobre a folha de salários e salário de contribuição.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 108, DE 7 DE JUNHO DE 2023.

Dispositivos Legais: Constituição da República Federativa de 1988, art. 195, I, a, e II; Lei nº 8.212, de 1991, arts. 20, 22, I, e 28, I; Decreto-Lei nº 5.452, de 1946, art. 71, § 4º; Lei nº 13.467, de 2017, arts. 1º e 6º.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.051 - SRRF04/DISIT, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias.

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. INTERVALO INTRAJORNADA INDENIZADO. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. BASE DE CÁLCULO.

A verba paga em razão da supressão parcial ou total do intervalo intrajornada de que trata o § 4º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, integra a base de cálculo para fins de incidência das contribuições sociais previdenciárias sobre a folha de salários e salário de contribuição.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 108, DE 7 DE JUNHO DE 2023.

Dispositivos Legais: Constituição da República Federativa de 1988, art. 195, I, a, e II; Lei nº 8.212, de 1991, arts. 20, 22, I, e 28, I; Decreto-Lei nº 5.452, de 1946, art. 71, § 4º; Lei nº 13.467, de 2017, arts. 1º e 6º.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.052 - SRRF04/DISIT, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias.

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. INTERVALO INTRAJORNADA INDENIZADO. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. BASE DE CÁLCULO.

A verba paga em razão da supressão parcial ou total do intervalo intrajornada de que trata o § 4º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, integra a base de cálculo para fins de incidência das contribuições sociais previdenciárias sobre a folha de salários e salário de contribuição.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 108, DE 7 DE JUNHO DE 2023.

Dispositivos Legais: Constituição da República Federativa de 1988, art. 195, I, a, e II; Lei nº 8.212, de 1991, arts. 20, 22, I, e 28, I; Decreto-Lei nº 5.452, de 1946, art. 71, § 4º; Lei nº 13.467, de 2017, arts. 1º e 6º.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.053 - SRRF04/DISIT, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 - DOU de 01/11/2023 (nº 208, Seção 1, pág. 81)

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias.

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. INTERVALO INTRAJORNADA INDENIZADO. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. BASE DE CÁLCULO.

A verba paga em razão da supressão parcial ou total do intervalo intrajornada de que trata o § 4º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, integra a base de cálculo para fins de incidência das contribuições sociais previdenciárias sobre a folha de salários e salário de contribuição.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 108, DE 7 DE JUNHO DE 2023.

Dispositivos Legais: Constituição da República Federativa de 1988, art. 195, I, a, e II; Lei nº 8.212, de 1991, arts. 20, 22, I, e 28, I; Decreto-Lei nº 5.452, de 1946, art. 71, § 4º; Lei nº 13.467, de 2017, arts. 1º e 6º.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.054 - SRRF04/DISIT, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias.

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. INTERVALO INTRAJORNADA INDENIZADO. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. BASE DE CÁLCULO.

A verba paga em razão da supressão parcial ou total do intervalo intrajornada de que trata o § 4º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, integra a base de cálculo para fins de incidência das contribuições sociais previdenciárias sobre a folha de salários e salário de contribuição.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 108, DE 7 DE JUNHO DE 2023.

Dispositivos Legais: Constituição da República Federativa de 1988, art. 195, I, a, e II; Lei nº 8.212, de 1991, arts. 20, 22, I, e 28, I; Decreto-Lei nº 5.452, de 1946, art. 71, § 4º; Lei nº 13.467, de 2017, arts. 1º e 6º.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.148, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário.

PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. ATIVIDADE ECONÔMICA PREVISTA NO ANEXO I DA PORTARIA ME Nº 7.163, DE 2021, E NÃO MENCIONADA NA PORTARIA ME Nº 11.266, DE 2022, NEM NO ART. 4º DA LEI Nº 14.148, de 2021, COM REDAÇÃO DA LEI Nº 14.592, DE 2023. ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIOS (CNAE 7733-1/00). POSSIBILIDADE DE FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL.

Na hipótese de atividade econômica listada no Anexo I da Portaria ME nº 7.163, de 2021, e não mencionada na Portaria ME nº 11.266, de 2022, nem no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, com redação da Lei nº 14.592, de 2023, o benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, pode ser usufruído no período de março de 2022 a abril de 2023, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e à CSLL, e de março de 2022 a dezembro de 2023, em relação ao IRPJ, por pessoa jurídica que, em 18 de março de 2022, ostentasse o código da referida atividade na CNAE, desde que sejam atendidos os requisitos da legislação de regência, inclusive o de que a atividade econômica em questão estivesse vinculada a alguma das áreas do setor de eventos arroladas no art. 2º, § 1º, da Lei nº 14.148, de 2021, e o de que as receitas e os resultados em questão sejam segregados, para fins de aplicação desse benefício fiscal.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT, Nº 51, de 1º DE MARÇO DE 2023, Nº 215, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023, E Nº 225, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, arts. 2º e 4º; Medida Provisória nº 1.147, de 20 de dezembro de 2022; Lei nº 14.592, de 30 de maio de 2023; Portaria ME nº 7.163, de 21 de junho de 2021, art. 1º e Anexos I e II; Portaria ME nº 11.266, de 29 de dezembro de 2022, art. 2º e Anexos I e II; Instrução Normativa RFB nº 2.114, de 31 de outubro de 2022, arts. 1º, e 5º ao 7º.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.149, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário.

PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. ATIVIDADE ECONÔMICA PREVISTA NO ANEXO I DA PORTARIA ME Nº 7.163, DE 2021, (CNAE 5620-1/01). POSSIBILIDADE DE FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL.

Desde que atendidos os requisitos da legislação de regência, o benefício fiscal do Perse previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, é aplicável às pessoas jurídicas que, no período de sua fruição, apurem o Imposto sobre a Renda com base no lucro real, presumido ou arbitrado.

A pessoa jurídica que, em 18 de março de 2022, ostentasse CNAE listado no Anexo I da Portaria ME nº 7.163, de 2021, e posteriormente excluído no Anexo I da Portaria ME nº 11.266, de 29 de dezembro de 2022, e no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, com redação dada pela Lei nº 14.592, de 2023, pode usufruir do benefício fiscal do Perse previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, em razão da ultratividade da Portaria ME nº 7.163, de 2021, no período de março de 2022 até o mês de abril de 2023 em relação à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e à CSLL, e de março de 2022 até o mês de dezembro de 2023 em relação ao IRPJ, desde que atendidos os demais requisitos da legislação de regência.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT Nº 51, DE 1 DE MARÇO DE 2023, Nº 67, DE 22 DE MARÇO DE 2013, E Nº 215, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, arts. 2º e 4º; Medida Provisória nº 1.147, de 20 de dezembro de 2022; Lei nº 14.592, de 30 de maio de 2023; Portaria ME nº 7.163, de 21 de junho de 2021, art. 1º e Anexos I e II; Portaria ME nº 11.266, de 29 de dezembro de 2022, art. 2º e Anexos I e II; Instrução Normativa RFB nº 2.114, de 31 de outubro de 2022, arts. 1º, 5º ao 7º.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.150, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário.

PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. ATIVIDADE ECONÔMICA PREVISTA NO ANEXO II DA PORTARIA ME Nº 7.163, DE 2021, (CNAEs 7711-0/0 e 4923-0/02). POSSIBILIDADE DE FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL.

Desde que atendidos os requisitos da legislação de regência, o benefício fiscal do Perse previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, é aplicável às pessoas jurídicas que, no período de sua fruição, apurem o Imposto sobre a Renda com base no lucro real, presumido ou arbitrado.

A pessoa jurídica que, em 18 de março de 2022, ostentasse CNAE listado no Anexo II da Portaria ME nº 7.163, de 2021, e posteriormente excluído no Anexo II da Portaria ME nº 11.266, de 29 de dezembro de 2022, e no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, com redação dada pela Lei nº 14.592, de 2023, pode usufruir do benefício fiscal do Perse previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, em razão da ultratividade da Portaria ME nº 7.163, de 2021, no período de março de 2022 até o mês de abril de 2023 em relação à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e à CSLL, e de março de 2022 até o mês de dezembro de 2023 em relação ao IRPJ, desde que atendidos os demais requisitos da legislação de regência.

A pessoa jurídica que, em 18 de março de 2022, ostentasse CNAE listado no Anexo II da Portaria ME nº 7.163, de 2021, no Anexo II da Portaria ME nº 11.266, de 29 de dezembro de 2022, e no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, com redação dada pela Lei nº 14.592, de 2023, pode

usufruir do benefício fiscal do Perse previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, no período de março de 2022 até o mês de fevereiro de 2027.

Independentemente do período de fruição do benefício fiscal do Perse previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, a redução de alíquotas aplicável às receitas e aos resultados decorrentes do exercício de atividades econômicas enquadradas no Anexo II da Portaria ME nº 7.163, de 2021, no Anexo II da Portaria ME nº 11.266, de 2022, e no § 5º do art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, com redação dada pela Lei nº 14.592, de 2023, somente pode ser aplicado às pessoas jurídicas que, além de atenderem aos demais requisitos da legislação de regência, estivessem regularmente inscritas do Cadastur em 18 de março de 2022.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT, Nº 51, de 1 DE MARÇO DE 2023, Nº 67, DE 22 DE MARÇO DE 2013, Nº 215, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023 E Nº 225, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, arts. 2º e 4º; Medida Provisória nº 1.147, de 20 de dezembro de 2022; Lei nº 14.592, de 30 de maio de 2023; Portaria ME nº 7.163, de 21 de junho de 2021, art. 1º e Anexos I e II; Portaria ME nº 11.266, de 29 de dezembro de 2022, art. 2º e Anexos I e II; Instrução Normativa RFB nº 2.114, de 31 de outubro de 2022, arts. 1º, 5º ao 7º.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.151, DE 26 DE OUTUBRO DE 2023 - DOU de 01/11/2023 (nº 208, Seção 1, pág. 82)

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário.

PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTA A ZERO. POSSIBILIDADE DE FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL.

Para que o benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, possa ser aplicado, não basta que as receitas e os resultados em questão decorram do exercício de atividade econômica cujo código na CNAE esteja previsto na Portaria ME nº 7.163, de 2021, na Portaria ME nº 11.266, de 2022, ou no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, com redação da Lei nº 14.592, de 2023, também é necessário, entre outros requisitos, que a referida atividade econômica esteja vinculada ao setor de eventos, de que trata o art. 2º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.148, de 2021.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 215, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, arts. 2º e 4º; Medida Provisória nº 1.147, de 20 de dezembro de 2022; Lei nº 14.592, de 30 de maio de 2023; Portaria ME nº 7.163, de 21 de junho de 2021, art. 1º e Anexos I e II; Portaria ME nº 11.266, de 29 de dezembro de 2022, art. 2º e Anexos I e II; Instrução Normativa RFB nº 2.114, de 31 de outubro de 2022.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.152, DE 26 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário.

PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTA A ZERO. POSSIBILIDADE DE FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL.

Para que o benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, possa ser aplicado, não basta que as receitas e os resultados em questão decorram do exercício de atividade econômica cujo código na CNAE esteja previsto na Portaria ME nº 7.163, de 2021, na Portaria ME nº 11.266, de 2022, ou no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, com redação da Lei nº 14.592, de 2023, também é necessário, entre outros requisitos, que a referida atividade econômica esteja vinculada ao setor de eventos, de que trata o art. 2º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.148, de 2021.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 215, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, arts. 2º e 4º; Medida Provisória nº 1.147, de 20 de dezembro de 2022; Lei nº 14.592, de 30 de maio de 2023; Portaria ME nº 7.163, de 21 de junho de 2021, art. 1º e Anexos I e II; Portaria ME nº 11.266, de 29 de dezembro de 2022, art. 2º e Anexos I e II; Instrução Normativa RFB nº 2.114, de 31 de outubro de 2022.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.153, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário.

PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTA A ZERO. REQUISITOS DO BENEFÍCIO FISCAL.

A legislação tributária federal não prevê prazo ou procedimento específico para a sujeição da pessoa jurídica interessada ao benefício fiscal do Perse previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021.

RETENÇÃO NA FONTE. NOTAS FISCAIS.

Os prestadores de serviços que sejam beneficiários da redução de alíquotas a zero prevista no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, devem informar essa condição na nota ou documento fiscal que emitirem, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizessem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total da referida nota ou documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço, até o período de competência que inclui a data da publicação da Medida Provisória nº 1.147, de 2022.

A Medida Provisória nº 1.147, de 2022, que incluiu o § 3º no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, estabelece de forma expressa a dispensa de retenção de IRPJ, CSLL, Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins, quando o pagamento ou o crédito se referir a receitas desoneradas na forma do art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, a partir do termo inicial do período de competência imediatamente posterior à data de publicação do referido ato.

TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO FISCAL.

Desde o período de competência que inclui o mês de março de 2022 e observadas as regras de direito intertemporal, o benefício fiscal do Perse previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, pode ser usufruído pela pessoa jurídica que, entre outros requisitos da legislação de regência, exerça as atividades enquadradas nos códigos da CNAE previstos nas Portarias expedidas pelo Ministério da Economia e no art. 4º da citada Lei.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 52, DE 1º DE MARÇO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, arts. 2º e 4º; Medida Provisória nº 1.147, de 20 de dezembro de 2022; Lei nº 14.592, de 30 de maio de 2023; Portaria ME nº 7.163, de 21 de junho de 2021, art. 1º e Anexos I e II; Portaria ME nº 11.266, de 29 de dezembro de 2022, art. 2º e Anexos I e II; Instrução Normativa RFB nº 2.114, de 31 de outubro de 2022.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal
INEFICÁCIA PARCIAL.

Não produzem efeitos os questionamentos formulados em tese, com referência a fato genérico, e com o objetivo de obter a prestação de assessoria jurídica ou contábil-fiscal por parte da RFB.

Dispositivos Legais: Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 9 de dezembro de 2021, art. 27, II e XIV.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.154, DE 26 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário.
PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTA A ZERO. POSSIBILIDADE DE FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL. ANEXO I.

O benefício fiscal do Perse previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, pode ser aplicado às receitas auferidas e aos resultados obtidos em decorrência do exercício das atividades econômicas enquadradas no código 5211-7/99 da CNAE (Depósito de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis) por pessoa jurídica que, em 18 de março de 2022, exercesse as mencionadas atividades econômicas, desde que sejam atendidos os

demais requisitos da legislação de regência, inclusive o de que as referidas atividades econômicas estejam efetivamente relacionadas a alguma das áreas do setor de eventos arroladas no art. 2º, § 1º, da Lei nº 14.148, de 2021.

CNAE PRINCIPAL E SECUNDÁRIO.

Independentemente de ser principal ou secundário o CNAE, atendido o critério temporal e demais requisitos da legislação de regência, as receitas e resultados objetos da desoneração fiscal prevista no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, são aqueles tidos como consequências ou frutos das atividades da pessoa jurídica vinculadas a alguma das áreas do setor de eventos arroladas no art. 2º, § 1º, da Lei nº 14.148, de 2021, devendo haver segregação das referidas receitas e resultados para fins de aplicação do mencionado benefício fiscal de redução de alíquotas a zero.

RECEITAS E RESULTADOS SUJEITOS AO BENEFÍCIO FISCAL.

O benefício fiscal do Perse previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, não abrange todas as receitas e resultados da pessoa jurídica, limitando-se às receitas e resultados que, nos termos da legislação de regência, decorrem do exercício de atividades integrantes do setor de eventos, devendo a pessoa jurídica realizar a segregação das receitas e resultados auferidos, conforme tais valores sejam abrangidos ou não pelo referido benefício.

TERMO INICIAL.

Desde que observados os requisitos da legislação de regência e as regras de direito intertemporal, o benefício fiscal de redução a zero das alíquotas do IRPJ, da CSLL, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, aplica-se às receitas e aos resultados da pessoa jurídica referentes aos meses de março de 2022 a fevereiro de 2027.

DIREITO INTERTEMPORAL.

Os Anexos I e II da Portaria ME nº 7.163, de 2021, são aplicados até o mês de abril de 2023, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e à CSLL; e até dezembro de 2023, em relação ao IRPJ.

REQUISITOS DO BENEFÍCIO FISCAL.

A legislação tributária federal não prevê prazo ou procedimento específico para a sujeição da pessoa jurídica interessada ao benefício fiscal do Perse previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 52, DE 1º DE MARÇO DE 2023, À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 141, DE 19 DE JULHO DE 2023, À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 215, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023, E À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 225, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, arts. 2º e 4º; Medida Provisória nº 1.147, de 20 de dezembro de 2022; Lei nº 14.592, de 30 de maio de 2023; Portaria ME nº 7.163, de 21 de junho de 2021, art. 1º e Anexos I e II; Portaria ME nº 11.266, de 29 de dezembro de 2022, art. 2º e Anexos I e II; Instrução Normativa RFB nº 2.114, de 31 de outubro de 2022.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.155, DE 26 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário.

PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTA A ZERO. POSSIBILIDADE DE FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL. ANEXO I.

O benefício fiscal do Perse previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, pode ser aplicado às receitas auferidas e aos resultados obtidos em decorrência do exercício das atividades econômicas enquadradas no código 7739-0/99 da CNAE (Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador) por pessoa jurídica que, em 18 de março de 2022, exercesse as mencionadas atividades econômicas, desde que sejam atendidos os demais requisitos da legislação de regência, inclusive o de que as referidas atividades econômicas estejam efetivamente relacionadas a alguma das áreas do setor de eventos arroladas no art. 2º, § 1º, da Lei nº 14.148, de 2021.

CNAE PRINCIPAL E SECUNDÁRIO.

Independentemente de ser principal ou secundário o CNAE, atendido o critério temporal e demais requisitos da legislação de regência, as receitas e resultados objetos da desoneração fiscal prevista no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, são aqueles tidos como consequências ou frutos das atividades da pessoa jurídica vinculadas a alguma das áreas do setor de eventos arroladas no art. 2º, § 1º, da Lei nº 14.148, de 2021, devendo haver segregação das referidas receitas e resultados para fins de aplicação do mencionado benefício fiscal de redução de alíquotas a zero.

POSSIBILIDADE DE FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL. ANEXO II.

Desde que atendidos os requisitos da legislação de regência, o benefício fiscal do Perse previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, pode ser aplicado às receitas auferidas e aos resultados obtidos em decorrência do exercício das atividades econômicas enquadradas no código 2869-1/00 da CNAE (Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios), por pessoa jurídica que, em 18 de março de 2022, ostentasse o referido CNAE e, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, estivesse regularmente inscrita no Cadastur.

INSCRIÇÃO NO CADASTUR.

Para fins de aplicação do benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, a receitas ou resultados decorrentes de atividades econômicas constantes do Anexo II da Portaria ME nº 7.163, de 2021, é necessário que a pessoa jurídica em questão esteja inscrita no Cadastur, em situação regular.

DIREITO INTERTEMPORAL.

Os Anexos I e II da Portaria ME nº 7.163, de 2021, são aplicados até o mês de abril de 2023, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e à CSLL; e até dezembro de 2023, em relação ao IRPJ.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 105, DE 22 DE MAIO DE 2023, À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 141, DE 19 DE JULHO DE 2023, À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 175, DE 14 DE AGOSTO DE 2023, À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 215, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023, E À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 225, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, arts. 2º e 4º; Medida Provisória nº 1.147, de 20 de dezembro de 2022; Lei nº 14.592, de 30 de maio de 2023; Portaria ME nº 7.163, de 21 de junho de 2021, art. 1º e Anexos I e II; Portaria ME nº 11.266, de 29 de dezembro de 2022, art. 2º e Anexos I e II; Instrução Normativa RFB nº 2.114, de 31 de outubro de 2022.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.156, DE 26 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário.

PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTA A ZERO. TERMO INICIAL.

Desde que observados os requisitos da legislação de regência e as regras de direito intertemporal, o benefício fiscal de redução a zero das alíquotas do IRPJ, da CSLL, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, aplica-se às receitas e aos resultados da pessoa jurídica referentes aos meses de março de 2022 a fevereiro de 2027.

REQUISITOS DO BENEFÍCIO FISCAL.

A legislação tributária federal não prevê prazo ou procedimento específico para a sujeição da pessoa jurídica interessada ao benefício fiscal do Perse previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021.

RETENÇÃO NA FONTE. NOTAS FISCAIS.

Os prestadores de serviços que sejam beneficiários da redução de alíquotas a zero prevista no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, devem informar essa condição na nota ou

documento fiscal que emitirem, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizessem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total da referida nota ou documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço, até o período de competência que inclui a data da publicação da Medida Provisória nº 1.147, de 2022.

A Medida Provisória nº 1.147, de 2022, que incluiu o § 3º no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, estabelece de forma expressa a dispensa de retenção de IRPJ, CSLL, Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins, quando o pagamento ou o crédito se referir a receitas desoneradas na forma do art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, a partir do termo inicial do período de competência imediatamente posterior à data de publicação do referido ato.

OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS. SPED.

No âmbito do Sped, a prestação de informações sobre a fruição do referido benefício fiscal deverá ser feita mediante preenchimento de campos específicos da ECF e da EFD-Contribuições.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 52, DE 1º DE MARÇO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, arts. 2º e 4º; Medida Provisória nº 1.147, de 20 de dezembro de 2022; Lei nº 14.592, de 30 de maio de 2023; Portaria ME nº 7.163, de 21 de junho de 2021, art. 1º e Anexos I e II; Portaria ME nº 11.266, de 29 de dezembro de 2022, art. 2º e Anexos I e II; Instrução Normativa RFB nº 2.114, de 31 de outubro de 2022.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

INEFICÁCIA PARCIAL.

Não produzem efeitos os questionamentos formulados em tese, com referência a fato genérico, e com o objetivo de obter a prestação de assessoria jurídica ou contábil-fiscal por parte da RFB.

Dispositivos Legais: Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 9 de dezembro de 2021, art. 27, II e XIV.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.157, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário.

PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. ATIVIDADE ECONÔMICA PREVISTA NOS ANEXOS DA PORTARIA ME Nº 7.163, DE 2021, (CÓDIGOS CNAE 8011-1/01, 8111-7/00 E 5211-7/99). POSSIBILIDADE DE FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL. PERÍODO DE FRUIÇÃO.

No período de março de 2022 a fevereiro de 2027, e desde que atendidos os demais requisitos legais, podem usufruir do benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, as pessoas jurídicas que já exerciam, em 18 de março de 2022, as atividades econômicas descritas nos Anexos I e II da Portaria ME nº 7.163, de 21 de junho de 2021, nos Anexos I e II da Portaria ME nº 11.266, de 29 de dezembro de 2022, e no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, com redação dada pela Lei nº 14.592, de 2023, observados os seguintes parâmetros:

I - Os Anexos I e II da Portaria ME nº 7.163, de 2021, são aplicados:

a) até o mês de abril de 2023, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e à CSLL; e

b) até dezembro de 2023, em relação ao IRPJ;

II - Os Anexos I e II da Portaria ME nº 11.266, de 2022, são aplicados no mês de maio de 2023, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e à CSLL.

III - Os códigos incorporados ao art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, pela Lei nº 14.592, de 30 de maio de 2023, são aplicados:

a) a partir do mês de junho de 2023, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e à CSLL; e

b) a partir de janeiro de 2024, em relação ao IRPJ.

BENEFÍCIO FISCAL. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. PERSE. REQUISITO.

Independentemente de ser principal ou secundário o CNAE, atendido o critério temporal e demais requisitos da legislação de regência, as receitas e resultados objetos da desoneração fiscal prevista no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, são aqueles tidos como consequências ou frutos das atividades da pessoa jurídica vinculadas a alguma das áreas do setor de eventos arroladas no art. 2º, § 1º, da Lei nº 14.148, de 2021, devendo haver segregação das referidas receitas e resultados para fins de aplicação do mencionado benefício fiscal de redução de alíquotas a zero.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT Nº 215, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023 E Nº 225, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, arts. 2º e 4º; Medida Provisória nº 1.147, de 20 de dezembro de 2022; Lei nº 14.592, de 30 de maio de 2023; Portaria ME nº 7.163, de 21 de junho de 2021, art. 1º e Anexos I e II; Portaria ME nº 11.266, de 29 de dezembro de 2022, art. 2º e Anexos I e II; Instrução Normativa RFB nº 2.114, de 31 de outubro de 2022, arts. 1º, 5º ao 7º.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal
CONSULTA SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL. INEFICÁCIA.

Não produz efeitos a consulta que como objetivo obter a prestação de assessoria jurídica ou contábil fiscal por parte da Receita Federal.

Dispositivos legais: Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 2021, art. 27, XIV

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.158, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário.
PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. ATIVIDADE ECONÔMICA PREVISTA NOS ANEXOS DA PORTARIA ME Nº 7.163, DE 2021, (CÓDIGOS CNAE 8011-1/01).

POSSIBILIDADE DE FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL. PERÍODO DE FRUIÇÃO.

No período de março de 2022 a fevereiro de 2027, e desde que atendidos os demais requisitos legais, podem usufruir do benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, as pessoas jurídicas que já exerciam, em 18 de março de 2022, as atividades econômicas descritas nos Anexos I e II da Portaria ME nº 7.163, de 21 de junho de 2021, nos Anexos I e II da Portaria ME nº 11.266, de 29 de dezembro de 2022, e no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, com redação dada pela Lei nº 14.592, de 2023, observados os seguintes parâmetros:

I - Os Anexos I e II da Portaria ME nº 7.163, de 2021, são aplicados:

a) até o mês de abril de 2023, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e à CSLL; e

b) até dezembro de 2023, em relação ao IRPJ;

II - Os Anexos I e II da Portaria ME nº 11.266, de 2022, são aplicados no mês de maio de 2023, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e à CSLL.

III - Os códigos incorporados ao art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, pela Lei nº 14.592, de 30 de maio de 2023, são aplicados:

a) a partir do mês de junho de 2023, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e à CSLL; e

b) a partir de janeiro de 2024, em relação ao IRPJ.

BENEFÍCIO FISCAL. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. PERSE. REQUISITO.

Independentemente de ser principal ou secundário o CNAE, atendido o critério temporal e demais requisitos da legislação de regência, as receitas e resultados objetos da desoneração fiscal prevista no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, são aqueles tidos como consequências ou frutos das atividades da pessoa jurídica vinculadas a alguma das áreas do setor de eventos arroladas no art. 2º, § 1º, da Lei nº 14.148, de 2021, devendo haver segregação das referidas receitas e resultados para fins de aplicação do mencionado benefício fiscal de redução de alíquotas a zero.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT Nº 215, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023 E Nº 225, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, arts. 2º e 4º; Medida Provisória nº 1.147, de 20 de dezembro de 2022; Lei nº 14.592, de 30 de maio de 2023; Portaria ME nº 7.163, de 21 de junho de 2021, art. 1º e Anexos I e II; Portaria ME nº 11.266, de 29 de dezembro de 2022, art. 2º e Anexos I e II; Instrução Normativa RFB nº 2.114, de 31 de outubro de 2022, arts. 1º, 5º ao 7º.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.159, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário.

PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. ATIVIDADE ECONÔMICA PREVISTA NOS ANEXOS DA PORTARIA ME Nº 7.163, DE 2021, (CÓDIGOS CNAE 8011-1/01, 8111- 7/00 E 5211-7/99). POSSIBILIDADE DE FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL. PERÍODO DE FRUIÇÃO.

No período de março de 2022 a fevereiro de 2027, e desde que atendidos os demais requisitos legais, podem usufruir do benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, as pessoas jurídicas que já exerciam, em 18 de março de 2022, as atividades econômicas descritas nos Anexos I e II da Portaria ME nº 7.163, de 21 de junho de 2021, nos Anexos I e II da Portaria ME nº 11.266, de 29 de dezembro de 2022, e no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, com redação dada pela Lei nº 14.592, de 2023, observados os seguintes parâmetros:

I - Os Anexos I e II da Portaria ME nº 7.163, de 2021, são aplicados:

a) até o mês de abril de 2023, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e à CSLL; e

b) até dezembro de 2023, em relação ao IRPJ;

II - Os Anexos I e II da Portaria ME nº 11.266, de 2022, são aplicados no mês de maio de 2023, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e à CSLL.

III - Os códigos incorporados ao art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, pela Lei nº 14.592, de 30 de maio de 2023, são aplicados:

a) a partir do mês de junho de 2023, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e à CSLL; e

b) a partir de janeiro de 2024, em relação ao IRPJ.

BENEFÍCIO FISCAL. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. PERSE. REQUISITO.

Independentemente de ser principal ou secundário o CNAE, atendido o critério temporal e demais requisitos da legislação de regência, as receitas e resultados objetos da desoneração fiscal prevista no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, são aqueles tidos como consequências ou frutos das atividades da pessoa jurídica vinculadas a alguma das áreas do setor de eventos arroladas no art. 2º, § 1º, da Lei nº 14.148, de 2021, devendo haver segregação das referidas receitas e resultados para fins de aplicação do mencionado benefício fiscal de redução de alíquotas a zero.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT Nº 215, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023 E Nº 225, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, arts. 2º e 4º; Medida Provisória nº 1.147, de 20 de dezembro de 2022; Lei nº 14.592, de 30 de maio de 2023; Portaria ME nº 7.163, de 21 de junho de 2021, art. 1º e Anexos I e II; Portaria ME nº 11.266, de 29 de dezembro de 2022, art. 2º e Anexos I e II; Instrução Normativa RFB nº 2.114, de 31 de outubro de 2022, arts. 1º, 5º ao 7º.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.160, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário.

PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. ATIVIDADES ECONÔMICAS PREVISTAS NOS ANEXOS II DA PORTARIA ME Nº 7.163, DE 2021, (CÓDIGO CNAE 8011- 1/01). POSSIBILIDADE DE FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL.

No período de março de 2022 a fevereiro de 2027, e desde que atendidos os demais requisitos legais, podem usufruir do benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, as pessoas jurídicas que já exerciam, em 18 de março de 2022, as atividades econômicas descritas nos Anexos I e II da Portaria ME nº 7.163, de 21 de junho de 2021, nos Anexos I e II da

Portaria ME nº 11.266, de 29 de dezembro de 2022, e no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, com redação dada pela Lei nº 14.592, de 2023, observados os seguintes parâmetros:

I - Os Anexos I e II da Portaria ME nº 7.163, de 2021, são aplicados:

a) até o mês de abril de 2023, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e à CSLL; e

b) até dezembro de 2023, em relação ao IRPJ;

II - Os Anexos I e II da Portaria ME nº 11.266, de 2022, são aplicados no mês de maio de 2023, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e à CSLL.

III - Os códigos incorporados ao art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, pela Lei nº 14.592, de 30 de maio de 2023, são aplicados:

a) a partir do mês de junho de 2023, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e à CSLL; e

b) a partir de janeiro de 2024, em relação ao IRPJ.

BENEFÍCIO FISCAL. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. PERSE. SEGREGAÇÃO DE RECEITAS. REQUISITO.

Independentemente de ser principal ou secundário o CNAE, atendido o critério temporal e demais requisitos da legislação de regência, as receitas e resultados objetos da desoneração fiscal prevista no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, são aqueles tidos como consequências ou frutos das atividades da pessoa jurídica vinculadas a alguma das áreas do setor de eventos arroladas no art. 2º, § 1º, da Lei nº 14.148, de 2021, devendo haver segregação das referidas receitas e resultados para fins de aplicação do mencionado benefício fiscal de redução de alíquotas a zero.

BENEFÍCIO FISCAL. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. PERSE. RETENÇÃO NA FONTE.

O benefício fiscal instituído no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, apenas autoriza a dispensa automática da retenção de pagamentos ou créditos abarcados pelo benefício fiscal concernente à redução a 0% (zero por cento) de alíquotas de tributos que incidem sobre as receitas e os resultados das atividades econômicas enquadradas no Perse a partir de 20 de dezembro de 2022, com a publicação da Medida Provisória nº 1.147, de 20 de dezembro de 2022, aplicando-se a regra geral até essa data.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT Nº 67, DE 22 DE MARÇO DE 2023, Nº 105, DE 22 DE MAIO DE 2023, Nº 215, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023 E Nº 225, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, arts. 2º e 4º; Medida Provisória nº 1.147, de 20 de dezembro de 2022; Lei nº 14.592, de 30 de maio de 2023; Portaria ME nº

7.163, de 21 de junho de 2021, art. 1º e Anexos I e II; Portaria ME nº 11.266, de 29 de dezembro de 2022, art. 2º e Anexos I e II; Instrução Normativa RFB nº 2.114, de 31 de outubro de 2022, arts. 1º, 5º ao 7º.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.161, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário.

PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. ATIVIDADES ECONÔMICAS PREVISTAS NOS ANEXOS II DA PORTARIA ME Nº 7.163, DE 2021, (CÓDIGO CNAE 8011- 1/01). POSSIBILIDADE DE FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL.

No período de março de 2022 a fevereiro de 2027, e desde que atendidos os demais requisitos legais, podem usufruir do benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, as pessoas jurídicas que já exerciam, em 18 de março de 2022, as atividades econômicas descritas nos Anexos I e II da Portaria ME nº 7.163, de 21 de junho de 2021, nos Anexos I e II da Portaria ME nº 11.266, de 29 de dezembro de 2022, e no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, com redação dada pela Lei nº 14.592, de 2023, observados os seguintes parâmetros:

I - Os Anexos I e II da Portaria ME nº 7.163, de 2021, são aplicados:

a) até o mês de abril de 2023, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e à CSLL; e

b) até dezembro de 2023, em relação ao IRPJ;

II - Os Anexos I e II da Portaria ME nº 11.266, de 2022, são aplicados no mês de maio de 2023, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e à CSLL.

III - Os códigos incorporados ao art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, pela Lei nº 14.592, de 30 de maio de 2023, são aplicados:

a) a partir do mês de junho de 2023, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e à CSLL; e

b) a partir de janeiro de 2024, em relação ao IRPJ.

BENEFÍCIO FISCAL. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. PERSE. SEGREGAÇÃO DE RECEITAS. REQUISITO.

Independentemente de ser principal ou secundário o CNAE, atendido o critério temporal e demais requisitos da legislação de regência, as receitas e resultados objetos da desoneração fiscal prevista no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, são aqueles tidos como consequências ou frutos das atividades da pessoa jurídica vinculadas a alguma das áreas do setor de eventos

arroladas no art. 2º, § 1º, da Lei nº 14.148, de 2021, devendo haver segregação das referidas receitas e resultados para fins de aplicação do mencionado benefício fiscal de redução de alíquotas a zero.

BENEFÍCIO FISCAL. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. PERSE. RETENÇÃO NA FONTE.

O benefício fiscal instituído no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, apenas autoriza a dispensa automática da retenção de pagamentos ou créditos abarcados pelo benefício fiscal concernente à redução a 0% (zero por cento) de alíquotas de tributos que incidem sobre as receitas e os resultados das atividades econômicas enquadradas no Perse a partir de 20 de dezembro de 2022, com a publicação da Medida Provisória nº 1.147, de 20 de dezembro de 2022, aplicando-se a regra geral até essa data.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT Nº 67, DE 22 DE MARÇO DE 2023, Nº 105, DE 22 DE MAIO DE 2023, Nº 215, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023 E Nº 225, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, arts. 2º e 4º; Medida Provisória nº 1.147, de 20 de dezembro de 2022; Lei nº 14.592, de 30 de maio de 2023; Portaria ME nº 7.163, de 21 de junho de 2021, art. 1º e Anexos I e II; Portaria ME nº 11.266, de 29 de dezembro de 2022, art. 2º e Anexos I e II; Instrução Normativa RFB nº 2.114, de 31 de outubro de 2022, arts. 1º, 5º ao 7º.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.162, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário.

PERSE. BENEFÍCIO FISCAL. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. ATIVIDADES INTEGRANTES DO SETOR DE EVENTOS. REQUISITOS. APLICABILIDADE.

O benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, não abrange todas as receitas e resultados da pessoa jurídica, uma vez que somente é aplicável às receitas e resultados que, além de atenderem aos demais requisitos da legislação de regência, decorram do exercício de atividades econômicas integrantes do setor de eventos, de que trata o art. 2º, § 1º, da mesma Lei.

O exercício de atividade cujo código na CNAE está previsto na Portaria ME nº 7.163, de 2021, na Portaria ME nº 11.266, de 2022, ou no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, com redação da Lei nº 14.592, de 2023, é requisito cujo atendimento, per se, é insuficiente para permitir a aplicação do benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021.

DEMAIS RECEITAS. RECEITAS FINANCEIRAS. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS. INAPLICABILIDADE.

O benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, não se aplica às receitas e aos resultados oriundos de atividades econômicas não relacionadas no *caput* do art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 2.114, de 2022, ou que sejam classificadas como receitas financeiras ou receitas e resultados não operacionais.

APURAÇÃO. SEGREGAÇÃO DE RECEITAS.

Na apuração dos tributos sujeitos ao benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, é necessário segregar as receitas e resultados auferidos pela pessoa jurídica em duas categorias distintas, conforme tais valores sejam abrangidos ou não pelo referido benefício.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT Nº 52, DE 1º DE MARÇO DE 2023, E Nº 225, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, arts. 1º ao 7º; e Instrução Normativa RFB nº 2.114, de 31 de outubro de 2022.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.163, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário.

PERSE. BENEFÍCIO FISCAL. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. REQUISITO.

O benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2023, somente se aplica a receitas e resultados que, entre outros requisitos da legislação de regência, estejam relacionados com as atividades listadas no art. 2º § 1º, da referida Lei.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 215, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, arts. 2º, § 1º, e 4º, *caput*; e Instrução Normativa RFB nº 2.114, de 31 de outubro de 2022, art. 2º.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.164, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 01/11/2023)

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário.

PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. ATIVIDADE ECONÔMICA PREVISTA NO ANEXO I DA PORTARIA ME Nº 7.163, DE 2021, (CNAE 8011-1/01). APROPRIAÇÃO DE CRÉDITOS DA NÃO CUMULATIVIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 2023. POSSIBILIDADE.

APROPRIAÇÃO DE CRÉDITOS DA NÃO CUMULATIVIDADE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2023. IMPOSSIBILIDADE. FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL. PERÍODO DE FRUIÇÃO.

Na apuração, cumulativa ou não cumulativa, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, o beneficiário da desoneração fiscal do Perse, prevista no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, deve segregar em duas categorias distintas as receitas e os resultados por ele auferidos, conforme tais valores sejam abrangidos ou não pelo referido benefício. Somente sobre as receitas e resultados vinculados ao setor de eventos é aplicado o benefício fiscal, nos termos da legislação de regência.

Até 31 de março de 2023 era possível às pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos, que usufruam do benefício fiscal de alíquota zero previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, apropriar, manter e descontar créditos da não cumulatividade da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins vinculados às operações desoneradas em decorrência do mencionado benefício fiscal;

A partir de 1º de abril de 2023 é vedada a apropriação, manutenção e utilização de créditos da não cumulatividade da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins vinculados a receitas decorrentes de atividades sujeitas ao benefício fiscal de alíquota zero previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021;

A pessoa jurídica que, em 18 de março de 2022, ostentasse CNAE listado no Anexo I da Portaria ME nº 7.163, de 2021, e posteriormente excluído no Anexo I da Portaria ME nº 11.266, de 29 de dezembro de 2022, e no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, com redação dada pela Lei nº 14.592, de 2023, pode usufruir do benefício fiscal do Perse previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, em razão da ultratividade da Portaria ME nº 7.163, de 2021, no período de março de 2022 até o mês de abril de 2023 em relação à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e à CSLL, e de março de 2022 até o mês de dezembro de 2023 em relação ao IRPJ, desde que atendidos os demais requisitos da legislação de regência.

O benefício fiscal do Perse previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, pode ser aplicado às receitas auferidas e aos resultados obtidos em decorrência do exercício das atividades econômicas registradas em CNAE listado no Anexo I da Portaria ME nº 7.163, de 2021, desde que sejam atendidos o período de regência por esta norma e os demais requisitos da legislação, inclusive o de que as referidas atividades econômicas estejam efetivamente relacionadas a alguma das áreas do setor de eventos arroladas no art. 2º, § 1º, da Lei nº 14.148, de 2021, devendo haver segregação das referidas receitas e resultados para fins de aplicação do mencionado benefício fiscal de redução de alíquotas a zero.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT Nº 215, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023, Nº 225, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023 E Nº 226, DE 2 DE OUTUBRO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, arts. 2º e 4º; Medida Provisória nº 1.147, de 20 de dezembro de 2022; Lei nº 14.592, de 30 de maio de 2023; Portaria ME nº 7.163, de 21 de junho de 2021, art. 1º e Anexos I e II; Portaria ME nº 11.266, de 29 de dezembro de 2022, art. 2º e Anexos I e II; Instrução Normativa RFB nº 2.114, de 31 de outubro de 2022, arts. 1º, 5º ao 7º.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal.
CONSULTA SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL. INEFICÁCIA.

Não produz efeitos a consulta que como objetivo obter a prestação de assessoria jurídica ou contábil fiscal por parte da Receita Federal.

Dispositivos legais: Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 2021, art. 27, XIV

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA - Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 99.011, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 30/10/2023)

Assunto: Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.

ADI Nº 7153 - CAUTELAR SUSPENDENDO EFEITOS DE DECRETOS QUE REDUZIRAM ALÍQUOTAS DO IPI - CÓDIGOS NCM E EX DA TIPI ALCANÇADOS Somente os 170 códigos NCM ou Ex da TIPI cujas alíquotas foram restauradas (nos percentuais previstos na TIPI vigente em 31 de dezembro de 2021), pelo Decreto nº 11.158, de 2022, com as alterações promovidas pelo Decreto nº 11.182, de 2022, foram alcançados pela medida cautelar proferida pelo Ministro relator da ADI nº 7.153.

ADI Nº 7153 - CAUTELAR - CÓDIGOS NCM E EX DA TIPI NÃO ALCANÇADOS Aplicam-se, para todos os demais produtos da Tabela de Incidência do IPI (TIPI), as alíquotas previstas nos decretos que visaram alterá-la ou substituí-la durante o período de vigência da medida cautelar, incluídos aí os decretos que tiveram seus efeitos suspensos em relação aos produtos classificados naqueles 170 códigos NCM ou Ex da TIPI.

A partir de 1º de maio de 2022, aos produtos não afetados pela medida, aplicam-se as alíquotas previstas na TIPI em vigor, inicialmente naquela aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 2021, com as alterações promovidas pelo Decreto nº 11.055, de 2022, e posteriormente, a partir de 1º de agosto de 2022, as alíquotas previstas na TIPI aprovada pelo Decreto nº 11.158, de 2022, e alterações posteriores.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 234, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023.

Dispositivos Legais: ADI nº 7.153, Medida Cautelar concedida em 06/05/2022, aditada em 08/08/2022 e revogada em 16/09/2022; TIPI aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 2021, alterada pelo Decreto nº 11.055, de 2022; e TIPI aprovada pelo Decreto nº 11.158, de 2022.

OTHONIEL LUCAS DE SOUSA JÚNIOR - Coordenador

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 99.012, DE 26 DE OUTUBRO DE 2023 – (DOU de 30/10/2023)

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ.

SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO. ICMS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS ENTRE OPERAÇÕES INTERESTADUAIS E INTERNAS. NÃO CARACTERIZAÇÃO DE INCENTIVO OU BENEFÍCIO FISCAL OU FINANCEIRO-FISCAL.

O diferencial de alíquota entre operações internas e interestaduais e suas alterações não têm natureza de incentivo ou benefício fiscal ou financeiro-fiscal do ICMS, mas de definição de sistemática constitucional de tributação do referido imposto, não se enquadrando na hipótese prevista no § 4º do art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 152, DE 24 DE SETEMBRO DE 2021.

Dispositivos Legais: CF, art 150, § 6º e art. 155, § 2º, incisos IV, V, VI, VII e VIII; Resolução do Senado, nº 22, de 1989; Lei Complementar nº 160, de 2017, art. 3º e 10; Lei 12.973, de 2014, art. 30; Convênio ICMS nº 190, de 2017, Clausula Primeira, §§ 1º ao 4º.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO. ICMS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS ENTRE OPERAÇÕES INTERESTADUAIS E INTERNAS. NÃO CARACTERIZAÇÃO DE INCENTIVO OU BENEFÍCIO FISCAL OU FINANCEIRO-FISCAL.

O diferencial de alíquota entre operações internas e interestaduais não tem natureza de incentivo ou benefício fiscal ou financeiro-fiscal do ICMS, mas de mera definição de sistemática constitucional de tributação do referido imposto, não se enquadrando na hipótese prevista no § 4º art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 152, DE 24 DE SETEMBRO DE 2021.

Dispositivos Legais: CF, art 150, § 6º e art. 155, § 2º, incisos IV, V, VI, VII e VIII; Resolução do Senado, nº 22, de 1989; Lei Complementar nº 160, de 2017, art. 3º e 10; Lei 12.973, de 2014, art. 30 e 50; Convênio ICMS nº 190, de 2017, Clausula Primeira, §§ 1º ao 4º.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 99.013, DE 26 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 30/10/2023)

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ.

INCENTIVOS FISCAIS. LUCRO REAL. EXCLUSÃO. REQUISITOS E CONDIÇÕES. DECISÃO JUDICIAL.

As decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça passam a ter efeito vinculante para a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil a partir da elaboração de manifestação pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 253, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.522, de 2002, arts. 19 e 19-A.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

INCENTIVOS FISCAIS. LUCRO REAL. EXCLUSÃO. REQUISITOS E CONDIÇÕES. DECISÃO JUDICIAL.

As decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça passam a ter efeito vinculante para a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil a partir da elaboração de manifestação pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 253, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.522, de 2002, arts. 19 e 19-A.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA - Coordenador-Geral

3.00 ASSUNTOS ESTADUAIS

3.01 IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS

DECRETO N° 68.043, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOE de 31.10.2023)

Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 1°, inciso III, da Lei n° 17.784, de 2 de outubro de 2023,

DECRETA:

Artigo 1° Passam a vigorar, com a redação que se segue, os dispositivos adiante indicados do artigo 565 do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre

Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto n° 45.490, de 30 de novembro de 2000:

I - as alíneas “a” a “d” do inciso I do “caput”:

“a) a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do vencimento, caso se trate de imposto declarado ou transcrito pelo fisco nos termos dos artigos 253 e 257, de parcela devida por contribuinte enquadrado no regime de estimativa e de imposto exigido em auto de infração, nas hipóteses das alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j” e “l” do inciso I do artigo 527;

b) a partir do primeiro dia do mês subsequente ao período abrangido pelo levantamento, caso se trate de imposto exigido em auto de infração na hipótese da alínea “a” do inciso I do artigo 527;

c) a partir do primeiro dia do mês subsequente ao mês em que, desconsiderada a importância creditada, o saldo tornar-se devedor, caso se trate de imposto exigido em auto de infração, nas hipóteses das alíneas “b”, “c”, “d”, “h”, “i” e “j” do inciso II do artigo 527;

d) a partir do primeiro dia do mês subsequente àquele em que ocorra a falta de pagamento, nas demais hipóteses;”; (NR)

II - os itens 1 a 5 do § 4°:

“1 - a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do vencimento do imposto sobre o qual a multa será calculada, nas hipóteses das alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”

e “l” do inciso I do artigo 527;

2 - a partir do primeiro dia do mês subsequente ao período abrangido pelo levantamento, caso se trate de multa calculada sobre o valor do imposto, na hipótese da alínea “a” do inciso I do artigo 527;

3 - a partir do primeiro dia do mês subsequente ao mês em que, desconsiderada a importância creditada, o saldo tornar-se devedor, caso se trate de multa calculada sobre o imposto, nas hipóteses das alíneas “b”, “c”, “d”, “h”, “i” e “j” do inciso II do artigo 527;

4 - a partir do primeiro dia do mês subsequente àquele em que ocorra a falta de pagamento, nas hipóteses das alíneas “m” e “n” do inciso I e alíneas “f” e “g” do inciso II, ambos do artigo 527;

5 - a partir do primeiro dia do mês subsequente ao mês em que tiver sido praticada a infração, nas demais hipóteses.”. (NR)

Artigo 2° Este decreto entra em vigor em 1° de novembro de 2023, aplicando-se aos débitos fiscais relativamente aos quais o início da incidência dos juros de mora e da atualização do valor básico para cálculo da multa punitiva ocorra a partir da vigência deste decreto.

Palácio dos Bandeirantes, 30 de outubro de 2023.

TARCÍSIO DE FREITAS

ARTHUR LUIS PINHO DE LIMA
Secretário-Chefe da Casa Civil

SAMUEL YOSHIAKI OLIVEIRA KINOSHITA
Secretário da Fazenda e Planejamento

Publicado na Casa Civil, aos 30 de outubro de 2023.

DECRETO N° 68.044, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOE de 31.10.2023)

Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei n° 17.784, de 2 de outubro de 2023,

DECRETA:

Artigo 1° Passam a vigorar, com a redação que se segue, os dispositivos adiante indicados do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto n° 45.490, de 30 de novembro de 2000:

I - o § 3° do artigo 527-C:

"§ 3° - A multa não poderá resultar em valor inferior a 70 (setenta) UFESPs, não se aplicando o disposto no § 8° do artigo 564-A e no § 5° do artigo 574-A."; (NR)

II - do artigo 564-A:

a) o "caput":

"Artigo 564-A - Pode o autuado pagar a multa aplicada nos termos do artigo 527 com desconto (Lei 6.374/89, art. 95, na redação da Lei 17.784/23, art. 1°, II):

I - de 70% (setenta por cento), dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação da lavratura do auto de infração;

II - de 55% (cinquenta e cinco por cento) até o prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação do julgamento da defesa;

III - de 40% (quarenta por cento) até o prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação do julgamento do recurso apresentado pelo contribuinte;

IV - antes de sua inscrição na Dívida Ativa:

a) de 30% (trinta por cento), após 30 (trinta) dias contados da intimação do julgamento do recurso apresentado pelo contribuinte;

b) de 40% (quarenta por cento), após o prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação do julgamento da defesa, quando não apresentado recurso pelo contribuinte;

c) de 55% (cinquenta e cinco por cento), quando não apresentada a defesa, o pagamento ocorrer após 30 (trinta) dias contados da notificação da lavratura do auto de infração."; (NR)

b) o § 3°:

“§ 3° - Na hipótese de pagamento nos termos do inciso I, o prazo nele previsto não deve ser computado para efeito de incidência dos juros de mora e da atualização monetária.”; (NR)

III - do artigo 574-A:

a) o “caput”:

“Artigo 574-A - A multa aplicada nos termos do artigo 527, quando o parcelamento for requerido pelo autuado nos prazos do artigo 564-A, será reduzida conforme segue (Lei 6.374/89, art.101, na redação da Lei 17.784/23, art. 1°, IV):

I - na hipótese prevista no inciso I do artigo 564-A, tratando-se de débito parcelado em:

a) até 36 meses, em 55% (cinquenta e cinco por cento);

b) 37 meses ou mais, em 40% (quarenta por cento);

II - nas hipóteses previstas no inciso II e na alínea “c” do inciso IV do artigo 564-A, tratando-se de débito parcelado em:

a) até 36 meses, em 40% (quarenta por cento);

b) 37 meses ou mais, em 30% (trinta por cento);

III - nas hipóteses previstas no inciso III e na alínea “b” do inciso IV do artigo 564-A, tratando-se de débito parcelado em:

a) até 36 meses, em 30% (trinta por cento);

b) 37 meses ou mais, em 20% (vinte por cento);

IV - na hipótese prevista na alínea “a” do inciso IV do artigo 564-A, tratando-se de débito parcelado em:

a) até 36 meses, em 20% (vinte por cento);

b) 37 meses ou mais, 10% (dez por cento).”; (NR)

b) o § 3°:

“§ 3° - O saldo devedor remanescente de parcelamento rompido sujeita-se à incidência de juros de mora e demais acréscimos legais, até a sua efetiva liquidação, não sendo aplicável o desconto previsto no artigo 564-A.”; (NR)

IV - do artigo 586:

a) o § 2°:

“§ 2° - O débito fiscal exigido por auto de infração e imposição de multa poderá ser liquidado mediante a utilização de crédito acumulado ou de crédito de produtor rural, nos termos e condições estabelecidos em ato do Secretário da Fazenda e Planejamento.”; (NR)

b) o § 3°:

“§ 3° - Será admitida a liquidação de parcelas vincendas, sempre da última para a primeira, de débito fiscal objeto de parcelamento que esteja sendo regularmente cumprido, desde que haja saldo disponível de crédito acumulado apropriado suficiente para a liquidação integral de cada parcela.”; (NR)

c) o item 3 do § 4°:

“3 - o contribuinte detentor do crédito acumulado, por qualquer de seus estabelecimentos, não poderá ter débito pendente de liquidação, inclusive decorrente de auto de infração e imposição de multa ou de saldo de parcelamento, salvo se o débito fiscal já tiver sido objeto de pedido de liquidação, nos termos deste artigo, ou estiver garantido em valor suficiente para sua liquidação, ou, ainda, estiver com sua exigibilidade suspensa.”; (NR)

V - o artigo 591:

“Artigo 591 - Cumpridas as exigências do “caput” do artigo 590, ressalvada a hipótese prevista no seu § 2°, a comprovação da liquidação do débito fiscal, na forma estabelecida pela Secretaria da Fazenda e Planejamento, extingue a cobrança administrativa ou judicial (Lei 6.374/89, art. 102).”. (NR)

Artigo 2° Ficam acrescentados, com a redação que se segue, os dispositivos adiante indicados ao Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto n° 45.490, de 30 de novembro de 2000:

I - o artigo 527-D:

“Artigo 527-D - Decorrido o prazo estabelecido no item 1 do § 1° do artigo 527-C e atendidas as condições previstas neste artigo, as infrações constantes do artigo 527 ficarão sujeitas às seguintes multas, sem prejuízo do disposto nos artigos 564-A e 574-A (Lei 6.374/89, art. 85-C, acrescentado pela Lei 17.784/23, art. 2°, I):

I - em havendo exigência do imposto relacionado com a infração - multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto;

II - nas demais hipóteses - multa equivalente à prevista no artigo 527, com redução de 30% (trinta por cento).

§ 1° - A aplicação do disposto neste artigo fica sujeita, cumulativamente, ao seguinte:

1 - deverá ser requerida até o prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação do julgamento da defesa ou recurso, antes de sua inscrição na Dívida Ativa;

2 - deverá haver expressa renúncia ao direito de litigar no processo administrativo tributário e desistência do litígio pelo autuado;

3 - o débito fiscal seja objeto de extinção ou de pedido de parcelamento em até 60 (sessenta) parcelas, nos termos previstos na legislação, condicionado a sua celebração, até 30 (trinta) dias contados do término do prazo indicado no item 1 ou do deferimento do requerimento a que se refere o item 1, o que ocorrer depois;

4 - não haja imputação de dolo, fraude ou simulação;

5 - deverão ser observados os procedimentos previstos em ato do Secretário da Fazenda e Planejamento.

§ 2° - O rompimento do parcelamento referido no item 3 do § 1°, sem que haja o reparcelamento:

1 - implica imediato cancelamento do disposto nos incisos I e II, reincorporando-se, ao montante do débito fiscal remanescente, os valores reduzidos e tornando o débito imediatamente exigível, com os acréscimos legais previstos na legislação;

2 - acarretará a inscrição e o ajuizamento da execução fiscal do débito fiscal.

§ 3° - Às multas previstas neste artigo não se aplica o disposto no § 8° do artigo 564-A.

§ 4° - A renúncia ao direito de litigar no processo administrativo tributário e desistência do litígio pelo autuado, a que se refere no item 2 do § 1°, tem efeito imediato e irretratável, independentemente da aplicação dos incisos I e II do "caput" deste artigo.";

II - o § 6° ao artigo 574-A:

"§ 6° - Será aplicado o desconto previsto no artigo 564-A, independentemente de requerimento, quando o autuado:

1 - cumprir regularmente o recolhimento de 50% (cinquenta por cento) das parcelas do acordo de parcelamento, hipótese em que o desconto a que se refere o "caput" aplicar-se-á às parcelas remanescentes;

2 - antecipar o recolhimento de todas as parcelas vincendas, hipótese em que o desconto a que se refere o "caput" aplicar-se-á a essas parcelas.".

Artigo 3° Ficam revogados os dispositivos adiante indicados do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto n° 45.490, de 30 de novembro de 2000:

I - o § 6° do artigo 586;

II - o artigo 592.

Artigo 4° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se o inciso II do artigo 2° aos parcelamentos solicitados a partir da vigência deste decreto.

Palácio dos Bandeirantes, 30 de outubro de 2023.

TARCÍSIO DE FREITAS

ARTHUR LUIS PINHO DE LIMA
Secretário-Chefe da Casa Civil

SAMUEL YOSHIAKI OLIVEIRA KINOSHITA
Secretário da Fazenda e Planejamento

Publicado na Casa Civil, aos 30 de outubro de 2023.

RESOLUÇÃO SFP N° 057, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 -(DOE de 01.11.2023)

Disciplina a liquidação de débito fiscal do ICMS exigido por Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM mediante a utilização de crédito acumulado do imposto ou de crédito de produtor rural.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO, tendo em vista o disposto no artigo 102, § 4°, da Lei n° 6.374, de 1° de março de 1989, e no artigo 586, § 2°, do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto n° 45.490, de 30 de novembro de 2000,

RESOLVE:

Artigo 1° Os débitos fiscais de ICMS exigidos por Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM poderão ser liquidados mediante a utilização de:

I - crédito acumulado, próprio ou adquirido de terceiros, conforme artigo 79 do RICMS;

II - crédito de produtor rural, próprio ou adquirido de terceiros, conforme artigo 70-G do RICMS.

§ 1° Para efeito deste artigo, considera-se débito fiscal a soma do imposto, das multas, da atualização monetária e dos juros de mora.

§ 2° Será passível de liquidação, no mínimo, o débito fiscal exigido por subitem próprio no Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM.

Artigo 2° A liquidação do débito fiscal de que trata o artigo 1° será requerida por meio do "Pedido de Liquidação de Débito Fiscal Não Inscrito", disponível no portal eletrônico da Secretaria da Fazenda e Planejamento.

§ 1° O pedido deverá:

1 - ser preenchido e protocolado pelo contribuinte que detiver o crédito acumulado ou o crédito de produtor rural e conter a identificação e assinatura do seu representante legal ou procurador devidamente constituído;

2 - estar acompanhado de declaração, do contribuinte autuado, de renúncia à eventual discussão no âmbito do contencioso administrativo tributário.

§ 2° Na hipótese de o débito fiscal ser liquidado mediante a utilização de crédito acumulado ou de crédito de produtor rural de outro contribuinte situado neste Estado, deverão ser observadas, cumulativamente, as seguintes condições:

1 - o contribuinte autuado deverá anuir com a liquidação do seu débito fiscal mediante a utilização de crédito acumulado ou de crédito de produtor rural de outro contribuinte e formalizar desistência de eventual discussão no âmbito administrativo;

2 - o contribuinte detentor do crédito acumulado ou do crédito de produtor rural, por qualquer de seus estabelecimentos, não poderá ter débito pendente de liquidação, inclusive decorrente de Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM ou de saldo de parcelamento, salvo se o débito fiscal já tiver sido objeto de pedido de liquidação nos termos deste artigo.

§ 3° Cópia do pedido protocolado será:

1 - encaminhada ao órgão responsável pela inibição da inscrição na dívida ativa de débito fiscal exigido por meio de Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM;

2 - apensada ao processo relativo ao débito fiscal.

Artigo 3° O pedido de liquidação protocolado nos termos do artigo 2° implicará:

I - confissão irretratável do débito fiscal, expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo e desistência dos já interpostos pelo contribuinte autuado;

II - interrupção da incidência, desde que deferido o pedido:

a) dos juros de mora, a partir do mês seguinte àquele em que tiver sido protocolado;

b) da atualização monetária, a partir do dia imediato àquele em que tiver sido protocolado;

III - obrigatoriedade de reserva:

a) de crédito disponível na conta corrente do sistema informatizado de controle, em valor suficiente para a liquidação do débito fiscal, se este for igual ou inferior àquele;

b) de todo o crédito disponível na conta corrente do sistema informatizado de controle, se o débito fiscal lhe for superior;

IV - aplicação do desconto previsto no artigo 95 da Lei 6.374, de 1° março de 1989, de acordo com a data em que tiver sido protocolado o pedido, desde que deferido.

§ 1° Para a liquidação de que trata o “caput”, o débito fiscal será:

1 - o fixado na decisão administrativa proferida até a data da protocolização do pedido de liquidação, se o procedimento fiscal tiver sido julgado;

2 - o indicado na notificação ou no Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM, se o procedimento fiscal não tiver sido julgado.

§ 2° Em qualquer das hipóteses do § 1°, aos valores do imposto e da multa somar-se-ão os da atualização monetária e dos juros de mora.

Artigo 4° A reserva de crédito acumulado ou de crédito de produtor rural para liquidação de débito fiscal exigido por Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM será feita mediante lançamento, a débito, na conta corrente do sistema informatizado de controle, pela autoridade fiscal, na data de protocolo do pedido de liquidação.

§ 1° O lançamento de que trata este artigo será individualizado, no valor do crédito relativo ao pedido de liquidação, respeitado o limite do saldo credor, desde o mês de sua escrituração até o mês do seu lançamento.

§ 2° Até que se declare a liquidação do débito fiscal, o crédito acumulado ou o crédito de produtor rural reservado na forma deste artigo não poderá utilizado para outros fins.

§ 3° Na hipótese de o valor do crédito reservado revelar-se superior ao necessário à liquidação do débito fiscal, o excedente será lançado, a crédito, na conta corrente do contribuinte no sistema informatizado de controle, a título de “Excesso de reserva”.

§ 4° A reserva de crédito excluirá a aplicação do disposto no artigo 82 do RICMS/00 apenas em relação aos débitos fiscais indicados no pedido de liquidação, cujo crédito reservado for suficiente para a sua compensação integral.

Artigo 5° Salvo determinação em contrário do Coordenador de Fiscalização, Cobrança, Arrecadação, Inteligência de Dados e Atendimento - CFIS, cabe à autoridade fiscal da Delegacia Regional Tributária de vinculação do contribuinte detentor do crédito acumulado ou do crédito de produtor rural:

I - adotar as providências previstas no artigo 3°;

II - examinar e manifestar-se sobre a observância dos requisitos previstos na legislação, após certificar-se de que o pedido está preenchido e instruído corretamente, conferindo o cálculo dos débitos na data do protocolo do pedido de liquidação e providenciando, se for o caso, o saneamento necessário.

Parágrafo único. Ao processo gerado a partir do pedido de liquidação a que se refere o artigo 2° deverá ser juntado o extrato da conta corrente constante no sistema informatizado de controle, com o lançamento da reserva nos termos do artigo 4°, assim como outros documentos relativos a verificações fiscais efetuadas.

Artigo 6° Exarada a decisão pelo Delegado Regional Tributário da Delegacia Regional Tributária de vinculação do contribuinte detentor do crédito acumulado ou do crédito de produtor rural, o contribuinte será cientificado de seu teor e efeitos, mediante notificação expedida por meio do sistema informatizado de controle.

Parágrafo único. Em se tratando de liquidação de débito fiscal com crédito acumulado ou crédito de produtor rural de outro contribuinte situado neste Estado, a notificação será expedida para o contribuinte detentor do crédito e para o contribuinte autuado.

Artigo 7° Deferido o pedido de liquidação, o contribuinte deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da notificação de deferimento:

I - recolher a diferença entre o valor do débito fiscal e o do crédito acumulado ou crédito de produtor rural reservado, se este for inferior àquele, com os devidos acréscimos legais;

II - protocolar, por meio do Sistema de Peticionamento Eletrônico - SIPET, disponível no endereço eletrônico https://www3.fazenda.sp.gov.br/SIPET, o comprovante do recolhimento efetuado.

§ 1° Para efeito do recolhimento previsto no inciso I, deverá ser efetivada imputação do valor do crédito reservado, mediante distribuição proporcional entre os componentes do débito fiscal, assim entendidos o imposto ou a multa, a atualização monetária e os juros e multa de mora e o acréscimo financeiro devidos na data em que foi constituída a reserva de crédito acumulado ou de crédito de produtor rural.

§ 2° Em se tratando de liquidação de débito fiscal com crédito acumulado ou crédito de produtor rural de outro contribuinte situado neste Estado:

1 - o recolhimento referido no inciso I deverá ser efetuado pelo contribuinte autuado;

2 - o protocolo referido no inciso II deverá ser efetuado pelo contribuinte detentor do crédito acumulado ou do crédito de produtor rural.

§ 3° Não sendo cumpridas as exigências previstas no “caput”:

1 - proceder-se-á à liquidação parcial do débito fiscal, até o valor do crédito acumulado ou crédito de produtor rural reservado, que couberem no valor da referida reserva de crédito, caso em que eventual excesso de reserva deverá ser reincorporado;

2 - prosseguir-se-á na cobrança do débito remanescente, observando-se:

a) quando for o caso, quanto ao saldo devedor, o disposto no artigo 595 do RICMS/00;

b) para determinação do débito remanescente, a reincorporação ao valor do débito fiscal, na data da constituição da reserva de crédito acumulado ou de crédito de produtor rural, do valor do desconto referido no inciso IV do "caput" do artigo 3°.

§ 4° A notificação de deferimento do pedido e o subsequente processamento da liquidação do débito fiscal nos sistemas da Secretaria da Fazenda e Planejamento comprovam a liquidação do débito fiscal para fins do artigo 591 do RICMS/00.

Artigo 8° Sendo a decisão desfavorável ao contribuinte, caberá recurso, uma única vez, ao Coordenador de Fiscalização, Cobrança, Arrecadação, Inteligência de Dados e Atendimento - CFIS, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da notificação.

Parágrafo único. Em se tratando de liquidação de débito fiscal com crédito acumulado ou crédito de produtor rural de outro contribuinte situado neste Estado, o recurso a que se refere o "caput" deverá ser apresentado pelo contribuinte detentor do crédito.

Artigo 9° Indeferido o pedido de liquidação com crédito acumulado ou crédito de produtor rural ou o recurso apresentado pelo contribuinte, adotar-se-ão as seguintes providências:

I - será estornado, na conta corrente no sistema informatizado de controle, o valor correspondente à reserva de crédito;

II - prosseguir-se-á na cobrança do débito fiscal.

Artigo 10. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RESOLUÇÃO SFP N° 058, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOE de 01.11.2023)

Disciplina a aplicação das multas previstas no artigo 527-D do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto n° 45.490, de 30 de novembro de 2000.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO, tendo em vista o disposto no artigo 527-D, § 1°, 5, do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto 45.490, de 30 de novembro de 2000,

RESOLVE:

Artigo 1° A aplicação das multas previstas no artigo 527-D do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto n° 45.490, de 30 de novembro de 2000, fica sujeita, cumulativamente, ao que se segue:

I - deverá ser requerida pelo contribuinte autuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação do julgamento da defesa ou recurso, antes de sua inscrição na Dívida Ativa;

II - deverá haver expressa renúncia ao direito de litigar no processo administrativo tributário e desistência do litígio pelo contribuinte autuado;

III - o débito fiscal deverá ser objeto de extinção, por meio de pagamento à vista ou liquidação mediante a utilização de crédito acumulado ou crédito de produtor rural, ou de parcelamento em até 60 (sessenta) parcelas, nos termos previstos na legislação, no prazo de 30 (trinta) dias contados do término do prazo indicado no inciso I ou do deferimento do requerimento a que se refere o inciso I, o que ocorrer depois;

IV - não poderá haver imputação de dolo, fraude ou simulação.

§ 1° O requerimento e a renúncia ao direito de litigar, a que se referem os incisos I e II, deverão ser protocolados:

1 - por meio do Sistema de Peticionamento Eletrônico - SIPET, disponível no endereço eletrônico https://www3.fazenda.sp.gov.br/SIPET, mediante acesso ao serviço “Pedido de Renúncia e Desistência de AIIM de ICMS (artigo 85-C da Lei 6.374/89)”;

2 - conforme orientações disponíveis no endereço eletrônico https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/cfaiim/.

§ 2° A aplicação das multas previstas no artigo 527-D do RICMS poderá ser requerida relativamente a todos os itens ou a alguns itens ou subitens do Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM.

§ 3° A autoridade fiscal que recepcionar o requerimento protocolado nos termos do § 1° deverá verificar se o signatário possui poderes para representar o contribuinte autuado.

§ 4° A renúncia ao direito de litigar, a que se refere o inciso II, tem efeito imediato e irretratável, independentemente da aplicação das multas previstas no artigo 527-D do RICMS.

Artigo 2° O contribuinte autuado será notificado da decisão acerca do requerimento para aplicação das multas previstas no artigo 527-D do RICMS, conforme segue:

I - a notificação será efetuada preferencialmente por meio do Domicílio Eletrônico do Contribuinte - DEC, que requer prévio cadastramento, conforme orientações contidas em https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/dec;

II - no caso de deferimento, a notificação informará o valor recalculado do débito fiscal a ser objeto de extinção ou de parcelamento.

Parágrafo único. Na extinção ou parcelamento do débito fiscal, a aplicação do desconto previsto, respectivamente, nos artigos 564-A e 574-A do RICMS considerará a data de protocolo do requerimento a que se refere o inciso I do artigo 1°.

Artigo 3° Na hipótese de o contribuinte autuado optar:

I - pela liquidação do débito fiscal mediante a utilização de crédito acumulado ou crédito de produtor rural, deverá observar o disposto na Resolução SFP 57/23, de 31 de outubro de 2023;

II - pelo parcelamento do débito fiscal, deverá observar o disposto na Resolução Conjunta SFP/PGE 02/21, de 29 de setembro de 2021, e na Resolução SFP 52/21, de 29 de setembro de 2021.

§ 1° O rompimento do parcelamento referido no inciso II, sem que haja o reparcelamento, implica imediato cancelamento da aplicação do disposto no artigo 527-D do RICMS, reincorporando-se, ao

montante do débito fiscal remanescente, os valores reduzidos e tornando o débito imediatamente exigível, com os acréscimos legais previstos na legislação.

§ 2° Na hipótese de pedido de reparcelamento, tendo em vista o rompimento do parcelamento originalmente celebrado, a aplicação do desconto previsto no artigo 574-A do RICMS considerará a data de protocolo do pedido de reparcelamento.

Artigo 4° O disposto nesta resolução aplica-se, também, na hipótese do artigo 3° da Lei n° 17.784, de 2 de outubro de 2023, no que couber.

Artigo 5° Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNICADO DICAR N° 081, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOE de 01.11.2023)

Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-11-2023 para os débitos de ICMS.

A DIRETORA DE ARRECADAÇÃO, COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE DÍVIDA,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1° da Lei n° 10.175, de 30/12/98, o artigo 96, I da Lei n° 6.374/89, com a redação dada pela Lei n° 17.784/23, de 02/10/23, divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis aos débitos de ICMS, anexa a este Comunicado.

TABELA PRÁTICA PARA CÁLCULO DOS JUROS DE MORA - ICMS - APLICÁVEIS ATÉ 30/11/2023, ANEXA AO COMUNICADO DICAR-81/23

Fatores para vencimentos anteriores a 22/12/2009:

MÊS/ANO DO VENCIMENTO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
JANEIRO	4,0246	3,8928	3,6698	3,5098	3,3464	3,1654	2,9608	2,8083	2,6322	2,4943	2,3735	2,2479
FEVEREIRO	4,0146	3,8690	3,6553	3,4996	3,3339	3,1471	2,9500	2,7961	2,6207	2,4843	2,3635	2,2379
MARÇO	4,0046	3,8357	3,6408	3,4870	3,3202	3,1293	2,9362	2,7808	2,6065	2,4738	2,3535	2,2279
ABRIL	3,9946	3,8122	3,6278	3,4751	3,3054	3,1106	2,9244	2,7667	2,5957	2,4638	2,3435	2,2179
MAIO	3,9846	3,7920	3,6129	3,4617	3,2913	3,0909	2,9121	2,7517	2,5829	2,4535	2,3335	2,2079
JUNHO	3,9746	3,7753	3,5990	3,4490	3,2780	3,0723	2,8998	2,7358	2,5711	2,4435	2,3235	2,1979
JULHO	3,9646	3,7587	3,5859	3,4340	3,2626	3,0515	2,8869	2,7207	2,5594	2,4335	2,3128	2,1879
AGOSTO	3,9546	3,7430	3,5718	3,4180	3,2482	3,0338	2,8740	2,7041	2,5468	2,4235	2,3026	2,1779
SETEMBRO	3,9446	3,7281	3,5596	3,4048	3,2344	3,0170	2,8615	2,6891	2,5362	2,4135	2,2916	2,1679
OUTUBRO	3,9346	3,7143	3,5467	3,3895	3,2179	3,0006	2,8494	2,6750	2,5253	2,4035	2,2798	2,1579
NOVEMBRO	3,9246	3,7004	3,5345	3,3756	3,2025	2,9872	2,8369	2,6612	2,5151	2,3935	2,2696	2,1479
DEZEMBRO	3,9146	3,6844	3,5225	3,3617	3,1851	2,9735	2,8221	2,6465	2,5051	2,3835	2,2584	2,1379

Fatores para vencimentos de 22/12/2009 até 31/10/2017:

MÊS /DIA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
dez/09																						2,1279	2,1266	2,1253	feriado	sáb.	dom.	2,1201	2,1188	2,1175	feriado
jan/10	feriado	sáb.	dom.	2,1110	2,1097	2,1084	2,1071	2,1058	sáb.	dom.	2,1028	2,1018	2,1008	2,0998	2,0988	sáb.	dom.	2,0958	2,0948	2,0938	2,0928	2,0918	sáb.	dom.	2,0888	2,0878	2,0868	2,0858	2,0848	sáb.	dom.
fev/10	2,0818	2,0808	2,0798	2,0788	2,0778	sáb.	dom.	2,0748	2,0738	2,0728	2,0718	2,0708	sáb.	dom.	feriado	feriado	2,0658	2,0648	2,0638	sáb.	dom.	2,0608	2,0598	2,0588	2,0578	2,0568	sáb.	dom.			

mar/10	2,0538	2,0528	2,0518	2,0508	2,0498	sáb.	dom.	2,0468	2,0458	2,0448	2,0438	2,0428	sáb.	dom.	2,0398	2,0388	2,0378	2,0368	2,0358	sáb.	dom.	2,0328	2,0318	2,0308	2,0298	2,0288	sáb.	dom.	2,0258	2,0248	2,0238
abr/10	2,0228	feriado	sáb.	dom.	2,0188	2,0178	2,0168	2,0158	2,0148	sáb.	dom.	2,0118	2,0108	2,0098	2,0088	2,0078	sáb.	dom.	2,0048	2,0038	feriado	2,0018	2,0008	sáb.	dom.	1,9978	1,9968	1,9958	1,9948	1,9938	
mai/10	feriado	dom.	1,9908	1,9898	1,9888	1,9878	1,9868	sáb.	dom.	1,9838	1,9828	1,9818	1,9808	1,9798	sáb.	dom.	1,9768	1,9758	1,9748	1,9738	1,9728	sáb.	dom.	1,9698	1,9688	1,9678	1,9668	1,9658	sáb.	dom.	1,9628
jun/10	1,9618	1,9608	feriado	1,9588	sáb.	dom.	1,9558	1,9548	1,9538	1,9528	1,9518	sáb.	dom.	1,9488	1,9478	1,9468	1,9458	1,9448	sáb.	dom.	1,9418	1,9408	1,9398	1,9388	1,9378	sáb.	dom.	1,9348	1,9338	1,9328	
jul/10	1,9318	1,9308	sáb.	dom.	1,9278	1,9268	1,9258	1,9248	feriado	sáb.	dom.	1,9208	1,9198	1,9188	1,9178	1,9168	sáb.	dom.	1,9138	1,9128	1,9118	1,9108	1,9098	sáb.	dom.	1,9068	1,9058	1,9048	1,9038	1,9028	sáb.
ago/10	dom.	1,8998	1,8988	1,8978	1,8968	1,8958	sáb.	dom.	1,8928	1,8918	1,8908	1,8898	1,8888	sáb.	dom.	1,8858	1,8848	1,8838	1,8828	1,8818	sáb.	dom.	1,8788	1,8778	1,8768	1,8758	1,8748	sáb.	dom.	1,8718	1,8708
set/10	1,8698	1,8688	1,8678	sáb.	dom.	1,8648	feriado	1,8628	1,8618	1,8608	sáb.	dom.	1,8578	1,8568	1,8558	1,8548	1,8538	sáb.	dom.	1,8508	1,8498	1,8488	1,8478	1,8468	sáb.	dom.	1,8438	1,8428	1,8418	1,8408	
out/10	1,8398	sáb.	dom.	1,8368	1,8358	1,8348	1,8338	1,8328	sáb.	dom.	1,8298	feriado	1,8278	1,8268	1,8258	sáb.	dom.	1,8228	1,8218	1,8208	1,8198	1,8188	sáb.	dom.	1,8158	1,8148	1,8138	1,8128	1,8118	sáb.	dom.
nov/10	1,8088	feriado	1,8068	1,8058	1,8048	sáb.	dom.	1,8018	1,8008	1,7998	1,7988	1,7978	sáb.	dom.	feriado	1,7938	1,7928	1,7918	1,7908	sáb.	dom.	1,7878	1,7868	1,7858	1,7848	1,7838	sáb.	dom.	1,7808	1,7798	
dez/10	1,7788	1,7778	1,7768	sáb.	dom.	1,7738	1,7728	1,7718	1,7708	1,7698	sáb.	dom.	1,7668	1,7658	1,7648	1,7638	1,7628	sáb.	dom.	1,7598	1,7588	1,7578	1,7568	1,7558	feriado	dom.	1,7528	1,7518	1,7508	1,7498	feriado
jan/11	feriado	dom.	1,7458	1,7448	1,7438	1,7428	1,7418	sáb.	dom.	1,7388	1,7378	1,7368	1,7358	1,7348	sáb.	dom.	1,7318	1,7308	1,7298	1,7288	1,7278	sáb.	dom.	1,7248	1,7238	1,7228	1,7218	1,7208	sáb.	dom.	1,7178
fev/11	1,7168	1,7158	1,7148	1,7138	sáb.	dom.	1,7108	1,7098	1,7088	1,7078	1,7068	sáb.	dom.	1,7038	1,7028	1,7018	1,7008	1,6998	sáb.	dom.	1,6968	1,6958	1,6948	1,6938	1,6928	sáb.	dom.	1,6898			
mar/11	1,6888	1,6878	1,6868	1,6858	sáb.	dom.	feriado	feriado	1,6808	1,6798	1,6788	sáb.	dom.	1,6758	1,6748	1,6738	1,6728	1,6718	sáb.	dom.	1,6688	1,6678	1,6668	1,6658	1,6648	sáb.	dom.	1,6618	1,6608	1,6598	1,6588
abr/11	1,6578	sáb.	dom.	1,6548	1,6538	1,6528	1,6518	1,6508	sáb.	dom.	1,6478	1,6468	1,6458	1,6448	1,6438	sáb.	dom.	1,6408	1,6398	1,6388	feriado	feriado	sáb.	dom.	1,6338	1,6328	1,6318	1,6308	1,6298	sáb.	
mai/11	feriado	1,6266	1,6255	1,6244	1,6233	1,6222	sáb.	dom.	1,6189	1,6178	1,6167	1,6156	1,6145	sáb.	dom.	1,6112	1,6101	1,6090	1,6079	1,6068	sáb.	dom.	1,6035	1,6024	1,6013	1,6002	1,5991	sáb.	dom.	1,5958	1,5947
jun/11	1,5936	1,5925	1,5914	sáb.	dom.	1,5881	1,5870	1,5859	1,5848	1,5837	sáb.	dom.	1,5804	1,5793	1,5782	1,5771	1,5760	sáb.	dom.	1,5727	1,5716	1,5705	feriado	1,5683	sáb.	dom.	1,5650	1,5639	1,5628	1,5617	
jul/11	1,5606	sáb.	dom.	1,5573	1,5562	1,5551	1,5540	1,5529	feriado	dom.	1,5496	1,5485	1,5474	1,5463	1,5452	sáb.	dom.	1,5419	1,5408	1,5397	1,5386	1,5375	sáb.	dom.	1,5342	1,5331	1,5320	1,5309	1,5298	sáb.	dom.
ago/11	1,5266	1,5256	1,5246	1,5236	1,5226	sáb.	dom.	1,5196	1,5186	1,5176	1,5166	1,5156	sáb.	dom.	1,5126	1,5116	1,5106	1,5096	1,5086	sáb.	dom.	1,5056	1,5046	1,5036	1,5026	1,5016	sáb.	dom.	1,4986	1,4976	1,4966
set/11	1,4956	1,4946	sáb.	dom.	1,4916	1,4906	feriado	1,4886	1,4876	sáb.	dom.	1,4846	1,4836	1,4826	1,4816	1,4806	sáb.	dom.	1,4776	1,4766	1,4756	1,4746	1,4736	sáb.	dom.	1,4706	1,4696	1,4686	1,4676	1,4666	
out/11	sáb.	dom.	1,4636	1,4626	1,4616	1,4606	1,4596	sáb.	dom.	1,4566	1,4556	feriado	1,4536	1,4526	sáb.	dom.	1,4496	1,4486	1,4476	1,4466	1,4456	sáb.	dom.	1,4426	1,4416	1,4406	1,4396	1,4386	sáb.	dom.	1,4356
nov/11	1,4346	feriado	1,4326	1,4316	sáb.	dom.	1,4286	1,4276	1,4266	1,4256	1,4246	sáb.	dom.	1,4216	feriado	1,4196	1,4186	1,4176	sáb.	dom.	1,4146	1,4136	1,4126	1,4116	1,4106	sáb.	dom.	1,4076	1,4066	1,4056	

dez/11	1,4046	1,4036	sáb.	dom.	1,4006	1,3996	1,3986	1,3976	1,3966	sáb.	dom.	1,3936	1,3926	1,3916	1,3906	1,3896	sáb.	dom.	1,3866	1,3856	1,3846	1,3836	1,3826	sáb.	feriado	1,3796	1,3786	1,3776	1,3766	feriado	sáb.
jan/12	feriado	1,3726	1,3716	1,3706	1,3696	1,3686	sáb.	dom.	1,3656	1,3646	1,3636	1,3626	1,3616	sáb.	dom.	1,3586	1,3576	1,3566	1,3556	1,3546	sáb.	dom.	1,3516	1,3506	1,3496	1,3486	1,3476	sáb.	dom.	1,3446	1,3436
fev/12	1,3426	1,3416	1,3406	sáb.	dom.	1,3376	1,3366	1,3356	1,3346	1,3336	sáb.	dom.	1,3306	1,3296	1,3286	1,3276	1,3266	sáb.	dom.	feriado	feriado	1,3216	1,3206	1,3196	sáb.	dom.	1,3166	1,3156	1,3146			
mar/12	1,3137	1,3128	sáb.	dom.	1,3101	1,3092	1,3083	1,3074	1,3065	sáb.	dom.	1,3038	1,3029	1,3020	1,3011	1,3002	sáb.	dom.	1,2975	1,2966	1,2957	1,2948	1,2939	sáb.	dom.	1,2912	1,2903	1,2894	1,2885	1,2876	sáb.
abr/12	dom.	1,2847	1,2837	1,2827	1,2817	feriado	sáb.	dom.	1,2777	1,2767	1,2757	1,2747	1,2737	sáb.	dom.	1,2707	1,2697	1,2687	1,2677	1,2667	feriado	dom.	1,2637	1,2627	1,2617	1,2607	1,2597	sáb.	dom.	1,2567	
mai/12	feriado	1,2559	1,2555	1,2551	sáb.	dom.	1,2539	1,2535	1,2531	1,2527	1,2523	sáb.	dom.	1,2511	1,2507	1,2503	1,2499	1,2495	sáb.	dom.	1,2483	1,2479	1,2475	1,2471	1,2467	sáb.	dom.	1,2455	1,2451	1,2447	1,2443
jun/12	1,2440	sáb.	dom.	1,2431	1,2428	1,2425	feriado	1,2419	sáb.	dom.	1,2410	1,2407	1,2404	1,2401	1,2398	sáb.	dom.	1,2389	1,2386	1,2383	1,2380	1,2377	sáb.	dom.	1,2368	1,2365	1,2362	1,2359	1,2356	sáb.	
jul/12	dom.	1,2347	1,2344	1,2341	1,2338	1,2335	sáb.	dom.	feriado	1,2323	1,2320	1,2317	1,2314	sáb.	dom.	1,2305	1,2302	1,2299	1,2296	1,2293	sáb.	dom.	1,2284	1,2281	1,2278	1,2275	1,2272	sáb.	dom.	1,2263	1,2260
ago/12	1,2257	1,2254	1,2251	sáb.	dom.	1,2242	1,2239	1,2236	1,2233	1,2230	sáb.	dom.	1,2221	1,2218	1,2215	1,2212	1,2209	sáb.	dom.	1,2200	1,2197	1,2194	1,2191	1,2188	sáb.	dom.	1,2179	1,2176	1,2173	1,2170	1,2167
set/12	sáb.	dom.	1,2158	1,2155	1,2152	1,2149	feriado	sáb.	dom.	1,2137	1,2134	1,2131	1,2128	1,2125	sáb.	dom.	1,2116	1,2113	1,2110	1,2107	1,2104	sáb.	dom.	1,2095	1,2092	1,2089	1,2086	1,2083	sáb.	dom.	
out/12	1,2074	1,2071	1,2068	1,2065	1,2062	sáb.	dom.	1,2053	1,2050	1,2047	1,2044	feriado	sáb.	dom.	1,2032	1,2029	1,2026	1,2023	1,2020	sáb.	dom.	1,2011	1,2008	1,2005	1,2002	1,1999	sáb.	dom.	1,1990	1,1987	1,1984
nov/12	1,1981	feriado	sáb.	dom.	1,1969	1,1966	1,1963	1,1960	1,1957	sáb.	dom.	1,1948	1,1945	1,1942	feriado	1,1936	sáb.	dom.	1,1927	1,1924	1,1921	1,1918	1,1915	sáb.	dom.	1,1906	1,1903	1,1900	1,1897	1,1894	
dez/12	sáb.	dom.	1,1885	1,1882	1,1879	1,1876	1,1873	sáb.	dom.	1,1864	1,1861	1,1858	1,1855	1,1852	sáb.	dom.	1,1843	1,1840	1,1837	1,1834	1,1831	sáb.	dom.	1,1822	feriado	1,1816	1,1813	1,1810	sáb.	dom.	feriado
jan/13	feriado	1,1795	1,1792	1,1789	sáb.	dom.	1,1780	1,1777	1,1774	1,1771	1,1768	sáb.	dom.	1,1759	1,1756	1,1753	1,1750	1,1747	sáb.	dom.	1,1738	1,1735	1,1732	1,1729	1,1726	sáb.	dom.	1,1717	1,1714	1,1711	1,1708
fev/13	1,1705	sáb.	dom.	1,1696	1,1693	1,1690	1,1687	1,1684	sáb.	dom.	feriado	feriado	1,1669	1,1666	1,1663	sáb.	dom.	1,1654	1,1651	1,1648	1,1645	1,1642	sáb.	dom.	1,1633	1,1630	1,1627	1,1624			
mar/13	1,1621	sáb.	dom.	1,1612	1,1609	1,1606	1,1603	1,1600	sáb.	dom.	1,1591	1,1588	1,1585	1,1582	1,1579	sáb.	dom.	1,1570	1,1567	1,1564	1,1561	1,1558	sáb.	dom.	1,1549	1,1546	1,1543	1,1540	feriado	sáb.	dom.
abr/13	1,1528	1,1525	1,1522	1,1519	1,1516	sáb.	dom.	1,1507	1,1504	1,1501	1,1498	1,1495	sáb.	dom.	1,1486	1,1483	1,1480	1,1477	1,1474	sáb.	feriado	1,1465	1,1462	1,1459	1,1456	1,1453	sáb.	dom.	1,1444	1,1441	
mai/13	feriado	1,1435	1,1432	sáb.	dom.	1,1423	1,1420	1,1417	1,1414	1,1411	sáb.	dom.	1,1402	1,1399	1,1396	1,1393	1,1390	sáb.	dom.	1,1381	1,1378	1,1375	1,1372	1,1369	sáb.	dom.	1,1360	1,1357	1,1354	feriado	1,1348
jun/13	sáb.	dom.	1,1339	1,1336	1,1333	1,1330	1,1327	sáb.	dom.	1,1318	1,1315	1,1312	1,1309	1,1306	sáb.	dom.	1,1297	1,1294	1,1291	1,1288	1,1285	sáb.	dom.	1,1276	1,1273	1,1270	1,1267	1,1264	sáb.	dom.	
jul/13	1,1255	1,1252	1,1249	1,1246	1,1243	sáb.	dom.	1,1234	feriado	1,1228	1,1225	1,1222	sáb.	dom.	1,1213	1,1210	1,1207	1,1204	1,1201	sáb.	dom.	1,1192	1,1189	1,1186	1,1183	1,1180	sáb.	dom.	1,1171	1,1168	1,1165
ago/13	1,1162	1,1159	sáb.	dom.	1,1150	1,1147	1,1144	1,1141	1,1138	sáb.	dom.	1,1129	1,1126	1,1123	1,1120	1,1117	sáb.	dom.	1,1108	1,1105	1,1102	1,1099	1,1096	sáb.	dom.	1,1087	1,1084	1,1081	1,1078	1,1075	sáb.

set/13	dom.	1,1066	1,1063	1,1060	1,1057	1,1054	sáb.	dom.	1,1045	1,1042	1,1039	1,1036	1,1033	sáb.	dom.	1,1024	1,1021	1,1018	1,1015	1,1012	sáb.	dom.	1,1003	1,1000	1,0997	1,0994	1,0991	sáb.	dom.	1,0982	
out/13	1,0979	1,0976	1,0973	1,0970	sáb.	dom.	1,0961	1,0958	1,0955	1,0952	1,0949	sáb.	dom.	1,0940	1,0937	1,0934	1,0931	1,0928	sáb.	dom.	1,0919	1,0916	1,0913	1,0910	1,0907	sáb.	dom.	1,0898	1,0895	1,0892	1,0889
nov/13	1,0886	feriado	dom.	1,0877	1,0874	1,0871	1,0868	1,0865	sáb.	dom.	1,0856	1,0853	1,0850	1,0847	feriado	sáb.	dom.	1,0835	1,0832	1,0829	1,0826	1,0823	sáb.	dom.	1,0814	1,0811	1,0808	1,0805	1,0802	sáb.	
dez/13	dom.	1,0793	1,0790	1,0787	1,0784	1,0781	sáb.	dom.	1,0772	1,0769	1,0766	1,0763	1,0760	sáb.	dom.	1,0751	1,0748	1,0745	1,0742	1,0739	sáb.	dom.	1,0730	1,0727	feriado	1,0721	1,0718	sáb.	dom.	1,0709	feriado
jan/14	feriado	1,0698	1,0694	sáb.	dom.	1,0682	1,0678	1,0674	1,0670	1,0666	sáb.	dom.	1,0654	1,0650	1,0646	1,0642	1,0638	sáb.	dom.	1,0626	1,0622	1,0618	1,0614	1,0610	sáb.	dom.	1,0598	1,0594	1,0590	1,0586	1,0582
fev/14	sáb.	dom.	1,0570	1,0566	1,0562	1,0558	1,0554	sáb.	dom.	1,0542	1,0538	1,0534	1,0530	1,0526	sáb.	dom.	1,0514	1,0510	1,0506	1,0502	1,0498	sáb.	dom.	1,0486	1,0482	1,0478	1,0474	1,0470			
mar/14	sáb.	dom.	feriado	feriado	1,0450	1,0446	1,0442	sáb.	dom.	1,0430	1,0426	1,0422	1,0418	1,0414	sáb.	dom.	1,0402	1,0398	1,0394	1,0390	1,0386	sáb.	dom.	1,0374	1,0370	1,0366	1,0362	1,0358	sáb.	dom.	1,0346
abr/14	1,0342	1,0338	1,0334	1,0330	sáb.	dom.	1,0318	1,0314	1,0310	1,0306	1,0302	sáb.	dom.	1,0290	1,0286	1,0282	1,0278	feriado	sáb.	dom.	feriado	1,0258	1,0254	1,0250	1,0246	sáb.	dom.	1,0234	1,0230	1,0226	
mai/14	feriado	1,0218	sáb.	dom.	1,0206	1,0202	1,0198	1,0194	1,0190	sáb.	dom.	1,0178	1,0174	1,0170	1,0166	1,0162	sáb.	dom.	1,0150	1,0146	1,0142	1,0138	1,0134	sáb.	dom.	1,0122	1,0118	1,0114	1,0110	1,0106	sáb.
jun/14	dom.	1,0094	1,0090	1,0086	1,0082	1,0078	sáb.	dom.	1,0066	1,0062	1,0058	1,0054	1,0050	sáb.	dom.	1,0038	1,0034	1,0030	feriado	1,0022	sáb.	dom.	1,0010	1,0006	1,0002	0,9998	0,9994	sáb.	dom.	0,9982	
jul/14	0,9978	0,9974	0,9970	0,9966	sáb.	dom.	0,9954	0,9950	feriado	0,9942	0,9938	sáb.	dom.	0,9926	0,9922	0,9918	0,9914	0,9910	sáb.	dom.	0,9898	0,9894	0,9890	0,9886	0,9882	sáb.	dom.	0,9870	0,9866	0,9862	0,9858
ago/14	0,9854	sáb.	dom.	0,9842	0,9838	0,9834	0,9830	0,9826	sáb.	dom.	0,9814	0,9810	0,9806	0,9802	0,9798	sáb.	dom.	0,9786	0,9782	0,9778	0,9774	0,9770	sáb.	dom.	0,9758	0,9754	0,9750	0,9746	0,9742	sáb.	dom.
set/14	0,9730	0,9726	0,9722	0,9718	0,9714	sáb.	feriado	0,9702	0,9698	0,9694	0,9690	0,9686	sáb.	dom.	0,9674	0,9670	0,9666	0,9662	0,9658	sáb.	dom.	0,9646	0,9642	0,9638	0,9634	0,9630	sáb.	dom.	0,9618	0,9614	
out/14	0,9610	0,9606	0,9602	sáb.	dom.	0,9590	0,9586	0,9582	0,9578	0,9574	sáb.	feriado	0,9562	0,9558	0,9554	0,9550	0,9546	sáb.	dom.	0,9534	0,9530	0,9526	0,9522	0,9518	sáb.	dom.	0,9506	0,9502	0,9498	0,9494	0,9490
nov/14	sáb.	feriado	0,9478	0,9474	0,9470	0,9466	0,9462	sáb.	dom.	0,9450	0,9446	0,9442	0,9438	0,9434	feriado	dom.	0,9422	0,9418	0,9414	0,9410	0,9406	sáb.	dom.	0,9394	0,9390	0,9386	0,9382	0,9378	sáb.	dom.	
dez/14	0,9366	0,9362	0,9358	0,9354	0,9350	sáb.	dom.	0,9338	0,9334	0,9330	0,9326	0,9322	sáb.	dom.	0,9310	0,9306	0,9302	0,9298	0,9294	sáb.	dom.	0,9282	0,9278	0,9274	feriado	0,9266	sáb.	dom.	0,9254	0,9250	feriado
jan/15	feriado	0,9238	sáb.	dom.	0,9226	0,9222	0,9218	0,9214	0,9210	sáb.	dom.	0,9198	0,9194	0,9190	0,9186	0,9182	sáb.	dom.	0,9170	0,9166	0,9162	0,9158	0,9154	sáb.	dom.	0,9142	0,9138	0,9134	0,9130	0,9126	sáb.
fev/15	dom.	0,9114	0,9110	0,9106	0,9102	0,9098	sáb.	dom.	0,9086	0,9082	0,9078	0,9074	0,9070	sáb.	dom.	feriado	feriado	0,9050	0,9046	0,9042	sáb.	dom.	0,9030	0,9026	0,9022	0,9018	0,9014	sáb.			
mar/15	dom.	0,9002	0,8998	0,8994	0,8990	0,8986	sáb.	dom.	0,8974	0,8970	0,8966	0,8962	0,8958	sáb.	dom.	0,8946	0,8942	0,8938	0,8934	0,8930	sáb.	dom.	0,8918	0,8914	0,8910	0,8906	0,8902	sáb.	dom.	0,8890	0,8886
abr/15	0,8882	0,8878	feriado	sáb.	dom.	0,8862	0,8858	0,8854	0,8850	0,8846	sáb.	dom.	0,8834	0,8830	0,8826	0,8822	0,8818	sáb.	dom.	0,8806	feriado	0,8798	0,8794	0,8790	sáb.	dom.	0,8778	0,8774	0,8770	0,8766	
mai/15	feriado	sáb.	dom.	0,8750	0,8746	0,8742	0,8738	0,8734	sáb.	dom.	0,8722	0,8718	0,8714	0,8710	0,8706	sáb.	dom.	0,8694	0,8690	0,8686	0,8682	0,8678	sáb.	dom.	0,8666	0,8662	0,8658	0,8654	0,8650	sáb.	dom.

jun/15	0,8638	0,8634	0,8630	feriado	0,8622	sáb.	dom.	0,8610	0,8606	0,8602	0,8598	0,8594	sáb.	dom.	0,8582	0,8578	0,8574	0,8570	0,8566	sáb.	dom.	0,8554	0,8550	0,8546	0,8542	0,8538	sáb.	dom.	0,8526	0,8522	
jul/15	0,8517	0,8512	0,8507	sáb.	dom.	0,8492	0,8487	0,8482	feriado	0,8472	sáb.	dom.	0,8457	0,8452	0,8447	0,8442	0,8437	sáb.	dom.	0,8422	0,8417	0,8412	0,8407	0,8402	sáb.	dom.	0,8387	0,8382	0,8377	0,8372	0,8367
ago/15	sáb.	dom.	0,8352	0,8347	0,8342	0,8337	0,8332	sáb.	dom.	0,8317	0,8312	0,8307	0,8302	0,8297	sáb.	dom.	0,8282	0,8277	0,8272	0,8267	0,8262	sáb.	dom.	0,8247	0,8242	0,8237	0,8232	0,8227	sáb.	dom.	0,8212
set/15	0,8207	0,8202	0,8197	0,8192	sáb.	dom.	feriado	0,8172	0,8167	0,8162	0,8157	sáb.	dom.	0,8142	0,8137	0,8132	0,8127	0,8122	sáb.	dom.	0,8107	0,8102	0,8097	0,8092	0,8087	sáb.	dom.	0,8072	0,8067	0,8062	
out/15	0,8057	0,8052	sáb.	dom.	0,8037	0,8032	0,8027	0,8022	0,8017	sáb.	dom.	feriado	0,7997	0,7992	0,7987	0,7982	sáb.	dom.	0,7967	0,7962	0,7957	0,7952	0,7947	sáb.	dom.	0,7932	0,7927	0,7922	0,7917	0,7912	sáb.
nov/15	dom.	feriado	0,7892	0,7887	0,7882	0,7877	sáb.	dom.	0,7862	0,7857	0,7852	0,7847	0,7842	sáb.	feriado	0,7827	0,7822	0,7817	0,7812	0,7807	sáb.	dom.	0,7792	0,7787	0,7782	0,7777	0,7772	sáb.	dom.	0,7757	
dez/15	0,7752	0,7747	0,7742	0,7737	sáb.	dom.	0,7722	0,7717	0,7712	0,7707	0,7702	sáb.	dom.	0,7687	0,7682	0,7677	0,7672	0,7667	sáb.	dom.	0,7652	0,7647	0,7642	0,7637	feriado	sáb.	dom.	0,7617	0,7612	0,7607	feriado
jan/16	feriado	sáb.	dom.	0,7582	0,7577	0,7572	0,7567	0,7562	sáb.	dom.	0,7547	0,7542	0,7537	0,7532	0,7527	sáb.	dom.	0,7512	0,7507	0,7502	0,7497	0,7492	sáb.	dom.	0,7477	0,7472	0,7467	0,7462	0,7457	sáb.	dom.
fev/16	0,7442	0,7437	0,7432	0,7427	0,7422	sáb.	dom.	feriado	feriado	0,7397	0,7392	0,7387	sáb.	dom.	0,7372	0,7367	0,7362	0,7357	0,7352	sáb.	dom.	0,7337	0,7332	0,7327	0,7322	0,7317	sáb.	dom.	0,7302		
mar/16	0,7297	0,7292	0,7287	0,7282	sáb.	dom.	0,7267	0,7262	0,7257	0,7252	0,7247	sáb.	dom.	0,7232	0,7227	0,7222	0,7217	0,7212	sáb.	dom.	0,7197	0,7192	0,7187	0,7182	feriado	sáb.	dom.	0,7162	0,7157	0,7152	0,7147
abr/16	0,7142	sáb.	dom.	0,7127	0,7122	0,7117	0,7112	0,7107	sáb.	dom.	0,7092	0,7087	0,7082	0,7077	0,7072	sáb.	dom.	0,7057	0,7052	0,7047	feriado	0,7037	sáb.	dom.	0,7022	0,7017	0,7012	0,7007	0,7002	sáb.	
mai/16	feriado	0,6987	0,6982	0,6977	0,6972	0,6967	sáb.	dom.	0,6952	0,6947	0,6942	0,6937	0,6932	sáb.	dom.	0,6917	0,6912	0,6907	0,6902	0,6897	sáb.	dom.	0,6882	0,6877	0,6872	feriado	0,6862	sáb.	dom.	0,6847	0,6842
jun/16	0,6837	0,6832	0,6827	sáb.	dom.	0,6812	0,6807	0,6802	0,6797	0,6792	sáb.	dom.	0,6777	0,6772	0,6767	0,6762	0,6757	sáb.	dom.	0,6742	0,6737	0,6732	0,6727	0,6722	sáb.	dom.	0,6707	0,6702	0,6697	0,6692	
jul/16	0,6687	sáb.	dom.	0,6672	0,6667	0,6662	0,6657	0,6652	feriado	dom.	0,6637	0,6632	0,6627	0,6622	0,6617	sáb.	dom.	0,6602	0,6597	0,6592	0,6587	0,6582	sáb.	dom.	0,6567	0,6562	0,6557	0,6552	0,6547	sáb.	dom.
ago/16	0,6532	0,6527	0,6522	0,6517	0,6512	sáb.	dom.	0,6497	0,6492	0,6487	0,6482	0,6477	sáb.	dom.	0,6462	0,6457	0,6452	0,6447	0,6442	sáb.	dom.	0,6427	0,6422	0,6417	0,6412	0,6407	sáb.	dom.	0,6392	0,6387	0,6382
set/16	0,6377	0,6372	sáb.	dom.	0,6357	0,6352	feriado	0,6342	0,6337	sáb.	dom.	0,6322	0,6317	0,6312	0,6307	0,6302	sáb.	dom.	0,6287	0,6282	0,6277	0,6272	0,6267	sáb.	dom.	0,6252	0,6247	0,6242	0,6237	0,6232	
out/16	sáb.	dom.	0,6217	0,6212	0,6207	0,6202	0,6197	sáb.	dom.	0,6182	0,6177	feriado	0,6167	0,6162	sáb.	dom.	0,6147	0,6142	0,6137	0,6132	0,6127	sáb.	dom.	0,6112	0,6107	0,6102	0,6097	0,6092	sáb.	dom.	0,6077
nov/16	0,6072	feriado	0,6062	0,6057	sáb.	dom.	0,6042	0,6037	0,6032	0,6027	0,6022	sáb.	dom.	0,6007	feriado	0,5997	0,5992	0,5987	sáb.	dom.	0,5972	0,5967	0,5962	0,5957	0,5952	sáb.	dom.	0,5937	0,5932	0,5927	
dez/16	0,5922	0,5917	sáb.	dom.	0,5902	0,5897	0,5892	0,5887	0,5882	sáb.	dom.	0,5867	0,5862	0,5857	0,5852	0,5847	sáb.	dom.	0,5832	0,5827	0,5822	0,5817	0,5812	sáb.	feriado	0,5797	0,5792	0,5787	0,5782	feriado	sáb.
jan/17	dom.	0,5762	0,5757	0,5752	0,5747	0,5742	sáb.	dom.	0,5727	0,5722	0,5717	0,5712	0,5707	sáb.	dom.	0,5692	0,5687	0,5682	0,5677	0,5672	sáb.	dom.	0,5657	0,5652	0,5647	0,5642	0,5637	sáb.	dom.	0,5622	0,5617
fev/17	0,5612	0,5607	0,5602	sáb.	dom.	0,5587	0,5582	0,5577	0,5572	0,5567	sáb.	dom.	0,5552	0,5547	0,5542	0,5537	0,5532	sáb.	dom.	0,5517	0,5512	0,5507	0,5502	0,5497	sáb.	dom.	feriado	feriado			

mar/17	0,5472	0,5467	0,5462	sáb.	dom.	0,5447	0,5442	0,5437	0,5432	0,5427	sáb.	dom.	0,5412	0,5407	0,5402	0,5397	0,5392	sáb.	dom.	0,5377	0,5372	0,5367	0,5362	0,5357	sáb.	dom.	0,5342	0,5337	0,5332	0,5327	0,5322
abr/17	sáb.	dom.	0,5307	0,5302	0,5297	0,5292	0,5287	sáb.	dom.	0,5272	0,5267	0,5262	0,5257	feriado	sáb.	dom.	0,5237	0,5232	0,5227	0,5222	feriado	sáb.	dom.	0,5202	0,5197	0,5192	0,5187	0,5182	sáb.	dom.	
mai/17	feriado	0,5162	0,5157	0,5152	0,5147	sáb.	dom.	0,5132	0,5127	0,5122	0,5117	0,5112	sáb.	dom.	0,5097	0,5092	0,5087	0,5082	0,5077	sáb.	dom.	0,5062	0,5057	0,5052	0,5047	0,5042	sáb.	dom.	0,5027	0,5022	0,5017
jun/17	0,5012	0,5007	sáb.	dom.	0,4992	0,4987	0,4982	0,4977	0,4972	sáb.	dom.	0,4957	0,4952	0,4947	feriado	0,4937	sáb.	dom.	0,4922	0,4917	0,4912	0,4907	0,4902	sáb.	dom.	0,4887	0,4882	0,4877	0,4872	0,4867	
jul/17	sáb.	dom.	0,4852	0,4847	0,4842	0,4837	0,4832	sáb.	feriado	0,4817	0,4812	0,4807	0,4802	0,4797	sáb.	dom.	0,4782	0,4777	0,4772	0,4767	0,4762	sáb.	dom.	0,4747	0,4742	0,4737	0,4732	0,4727	sáb.	dom.	0,4712
ago/17	0,4708	0,4704	0,4700	0,4696	sáb.	dom.	0,4684	0,4680	0,4676	0,4672	0,4668	sáb.	dom.	0,4656	0,4652	0,4648	0,4644	0,4640	sáb.	dom.	0,4628	0,4624	0,4620	0,4616	0,4612	sáb.	dom.	0,4600	0,4596	0,4592	0,4588
set/17	0,4584	sáb.	dom.	0,4572	0,4568	0,4564	feriado	0,4556	sáb.	dom.	0,4544	0,4540	0,4536	0,4532	0,4528	sáb.	dom.	0,4516	0,4512	0,4508	0,4504	0,4500	sáb.	dom.	0,4488	0,4484	0,4480	0,4476	0,4472	sáb.	
out/17	dom.	0,4460	0,4456	0,4452	0,4448	0,4444	sáb.	dom.	0,4432	0,4428	0,4424	feriado	0,4416	sáb.	dom.	0,4404	0,4400	0,4396	0,4392	0,4388	sáb.	dom.	0,4376	0,4372	0,4368	0,4364	0,4360	sáb.	dom.	0,4348	0,4344

Fatores para vencimentos a partir do mês de novembro/2017:

ANO / MÊS DO VENCIMENTO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,4387	0,4333
2018	0,4275	0,4228	0,4175	0,4123	0,4071	0,4019	0,3965	0,3908	0,3861	0,3807	0,3758	0,3709
2019	0,3655	0,3606	0,3559	0,3507	0,3453	0,3406	0,3349	0,3299	0,3253	0,3205	0,3167	0,3130
2020	0,3092	0,3063	0,3029	0,3001	0,2977	0,2956	0,2937	0,2921	0,2905	0,2889	0,2874	0,2858
2021	0,2843	0,2830	0,2810	0,2789	0,2762	0,2731	0,2695	0,2652	0,2608	0,2559	0,2500	0,2423
2022	0,2350	0,2274	0,2181	0,2098	0,1995	0,1893	0,1790	0,1673	0,1566	0,1464	0,1362	0,1250
2023	0,1138	0,1046	0,0929	0,0837	0,0725	0,0618	0,0511	0,0397	0,0300	0,0200	0,0000	-

OBS.: Para débitos vencidos a partir de 01/01/99, aplicar o coeficiente de juros correspondente ao mês de vencimento do débito. Para débitos vencidos a partir de jan/99 até nov/09 e a partir de nov/17, quando o vencimento do débito ocorrer no último dia útil do mês, aplicar o coeficiente correspondente ao mês do vencimento, deduzindo-se 0,0100.

COMUNICADO DICAR N° 082, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOE de 01.11.2023)

Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-11-2023 para os débitos de Multas Infracionais do ICMS.

A DIRETORA DE ARRECADAÇÃO, COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE DÍVIDA,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1° da Lei n° 10.175, de 30/12/98, o artigo 96, § 1° da Lei n° 6.374/89, com a redação dada pela lei n° 16.497/17, de 18/07/17, divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora, aplicáveis às Multas Infracionais de ICMS, anexa a este Comunicado.

TABELA PRÁTICA PARA CÁLCULO DOS JUROS DE MORA SOBRE A MULTA INFRACIONAL - ICMS - APLICÁVEIS ATÉ 30/11/2023, ANEXA AO COMUNICADO DICAR-82/23

MÊS/ANO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023

DA NOTIFICAÇÃO DO AIIM																						
JANEIRO	3,0916	2,9048	2,7077	2,5538	2,3784	2,2420	2,1212	1,9956	2,0548	1,6898	1,3146	1,1624	1,0470	0,9010	0,7302	0,5477	0,4128	0,3506	0,2963	0,2730	0,2174	0,0946
FEVEREIRO	3,0779	2,8870	2,6939	2,5385	2,3642	2,2315	2,1112	1,9856	2,0238	1,6588	1,2867	1,1531	1,0346	0,8886	0,7147	0,5322	0,4075	0,3459	0,2929	0,2710	0,2081	0,0829
MARÇO	3,0631	2,8683	2,6821	2,5244	2,3534	2,2215	2,1012	1,9756	1,9938	1,6288	1,2567	1,1441	1,0226	0,8766	0,6997	0,5172	0,4023	0,3407	0,2901	0,2689	0,1998	0,0737
ABRIL	3,0490	2,8486	2,6698	2,5094	2,3406	2,2112	2,0912	1,9656	1,9628	1,5947	1,2443	1,1348	1,0102	0,8642	0,6842	0,5017	0,3971	0,3353	0,2877	0,2662	0,1895	0,0625
MAIO	3,0357	2,8300	2,6575	2,4935	2,3288	2,2012	2,0812	1,9556	1,9328	1,5617	1,2353	1,1258	0,9982	0,8522	0,6692	0,4867	0,3919	0,3306	0,2856	0,2631	0,1793	0,0518
JUNHO	3,0203	2,8092	2,6446	2,4784	2,3171	2,1912	2,0705	1,9456	1,9018	1,5276	1,2260	1,1165	0,9858	0,8367	0,6537	0,4712	0,3865	0,3249	0,2837	0,2595	0,1690	0,0411
JULHO	3,0059	2,7915	2,6317	2,4618	2,3045	2,1812	2,0603	1,9356	1,8708	1,4966	1,2167	1,1072	0,9734	0,8212	0,6382	0,4588	0,3808	0,3199	0,2821	0,2552	0,1573	0,0297
AGOSTO	2,9921	2,7747	2,6192	2,4468	2,2939	2,1712	2,0493	1,9256	1,8408	1,4666	1,2077	1,0982	0,9614	0,8062	0,6232	0,4468	0,3761	0,3153	0,2805	0,2508	0,1466	0,0200
SETEMBRO	2,9756	2,7583	2,6071	2,4327	2,2830	2,1612	2,0375	1,9156	1,8098	1,4356	1,1984	1,0889	0,9490	0,7907	0,6077	0,4344	0,3707	0,3105	0,2789	0,2459	0,1364	0,0100
OUTUBRO	2,9602	2,7449	2,5946	2,4189	2,2728	2,1512	2,0273	1,9056	1,7798	1,4056	1,1894	1,0799	0,9370	0,7757	0,5927	0,4287	0,3658	0,3067	0,2774	0,2400	0,1262	-
NOVEMBRO	2,9428	2,7312	2,5798	2,4042	2,2628	2,1412	2,0161	2,1162	1,7488	1,3746	1,1801	1,0706	0,9246	0,7602	0,5772	0,4233	0,3609	0,3030	0,2758	0,2323	0,1150	-
DEZEMBRO	2,9231	2,7185	2,5660	2,3899	2,2520	2,1312	2,0056	2,0828	1,7178	1,3436	1,1708	1,0582	0,9122	0,7447	0,5617	0,4175	0,3555	0,2992	0,2743	0,2250	0,1038	-

COMUNICADO DIGES N° 011, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOE de 01.11.2023)

Dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo.

O DIRETOR DE ATENDIMENTO, GESTÃO E CONFORMIDADE,

CONSIDERANDO o disposto no inciso III do artigo 4° da Lei n° 12.685, de 28 de agosto de 2007, na alínea a do inciso I do artigo 28 da Resolução SF n° 80, de 04 de julho de 2018 e alínea b do item 9.5 do Ofício Circular SUBFIS, Série O&M N° 01/2019, comunica que:

1. Ficam disponibilizados para consulta no endereço eletrônico https://portal.fazenda.sp.gov.br os números dos bilhetes do sorteio número 180 do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo.

2. Com o objetivo de assegurar a integridade do arquivo eletrônico que contém a relação de todos os números dos bilhetes e seus respectivos titulares foram gerados os seguintes códigos hash:

Sorteio 180.1 (Pessoas Físicas e Condomínios): F8BC187F7D8971FE1F66947271741501

Sorteio 180.2 (Entidades Filantrópicas): 48F3406CB0F88043F6A376A9672E5444

3. O código hash mencionado no item 2 refere-se à codificação gerada pelo algoritmo público denominado Message Digest Algorithm 5 (MD5).

COMUNICADO SRE N° 013, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOE de 01.11.2023)

Esclarece sobre a não obrigatoriedade de emissão da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica - NF3e por contribuintes paulistas.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA ESTADUAL, tendo em vista vista o disposto no Ajuste SINIEF 1/19, de 5 de abril de 2019, com as alterações do Ajuste SINIEF 36/23, de 29 de setembro de 2023, ESCLARECE que:

1 - o Ajuste SINIEF 1/19, de 5 de abril de 2019, o qual institui a Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica - NF3e, modelo 66, e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica, prevê, em sua cláusula primeira, que referido documento fiscal poderá ser utilizado pelos contribuintes do ICMS em substituição à Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica, modelo 6;

2 - o Ajuste SINIEF 36/23, de 29 de setembro de 2023:

2.1 - em sua cláusula primeira, estabelece que o Estado de São Paulo fica excluído das disposições do Ajuste SINIEF 1/19; ou seja, os contribuintes paulistas do ICMS deverão continuar emitindo a Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica, modelo 6;

2.2 - em sua cláusula terceira, acrescenta a cláusula décima-nona-D ao Ajuste SINIEF 1/19, para prever sua não aplicação ao Estado de São Paulo, que não adotará a Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica - NF3e, modelo 66, e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica;

2.3 - em sua cláusula quarta revoga o inciso VI do § 2° da cláusula décima-nona-A do Ajuste SINIEF 1/19, o qual previa o início da obrigatoriedade da NF3e para o Estado de São Paulo até 1° de junho de 2024;

3 - dessa forma, os contribuintes paulistas não estarão obrigados à emissão da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica - NF3e a partir de 1° de junho de 2024, como anteriormente previsto, e deverão continuar emitindo a Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica, modelo 6.

3.02 PROTOCOLOS E CONVENIOS ICMS

ATO DECLARATÓRIO N° 042, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 31.10.2023)

Ratifica Convênios ICMS aprovados na 381ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 20.10.2023 e publicados no DOU em 26.10.2023.

O DIRETOR DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ, com fulcro no art. 5° da Lei Complementar n° 24, de 7 de janeiro de 1975, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X do art. 5° e pelo parágrafo único do art. 37 do Regimento desse Conselho,

CONSIDERANDO a urgência requerida pela Secretária da Fazenda do Estado de Alagoas;

CONSIDERANDO que, após consulta realizada por meio do Ofício Circular SEI n° 1994/2023/MF, as Unidades Federadas aprovaram, por unanimidade, a ratificação antecipada, declara ratificados os convênios ICMS a seguir identificados, celebrados na 381ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 20 de outubro de 2023:

Convênio ICMS n° 172/23 - Altera o Convênio ICMS n° 199/22, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis nos termos da Lei Complementar

n° 192, de 11 de março de 2022, e estabelece procedimentos para o controle, apuração, repasse e dedução do imposto;

Convênio ICMS n° 173/23 - Altera o Convênio ICMS n° 15/23, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com gasolina e etanol anidro combustível, nos termos da Lei Complementar n° 192, de 11 de março de 2022, e estabelece procedimentos para o controle, apuração, repasse e dedução do imposto.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

CONVÊNIO ICMS N° 174, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOU de 01.11.2023)

Dispõe sobre a remessa interestadual de bens e mercadorias entre estabelecimentos de mesma titularidade.

O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ, na sua 382ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, nos dias 27 e 31 de outubro de 2023, tendo em vista o disposto na Lei Complementar n° 24, de 7 de janeiro de 1975, nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966), no inciso II do § 6° do art. 20 e no § 3° do art. 21, ambos da Lei Complementar n° 87, de 13 de setembro de 1996, e, ainda, em atenção ao determinado pelo Supremo Tribunal Federal - STF - por ocasião do julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade n° 49, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Na remessa interestadual de bens e mercadorias entre estabelecimentos de mesma titularidade, é obrigatória a transferência de crédito do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - do estabelecimento de origem para o estabelecimento de destino, hipótese em que devem ser observados os procedimentos de que trata esse convênio.

Cláusula segunda A apropriação do crédito pelo estabelecimento destinatário se dará por meio de transferência, pelo estabelecimento remetente, do ICMS incidente nas operações e prestações anteriores, na forma prevista neste convênio.

§ 1° O ICMS a ser transferido será lançado:

I - a débito na escrituração do estabelecimento remetente, mediante o registro do documento no Registro de Saídas;

II - a crédito na escrituração do estabelecimento destinatário, mediante o registro do documento no Registro de Entradas.

§ 2° A apropriação do crédito atenderá as mesmas regras previstas na legislação tributária da unidade federada de destino aplicáveis à apropriação do ICMS incidente sobre operações ou prestações recebidas de estabelecimento pertencente a titular diverso do destinatário.

§ 3° Na hipótese de haver saldo credor remanescente de ICMS no estabelecimento remetente, este será apropriado pelo contribuinte junto à unidade federada de origem, observado o disposto na sua legislação interna.

Cláusula terceira A transferência do ICMS entre estabelecimentos de mesma titularidade, pela sistemática prevista neste convênio, será procedida a cada remessa, mediante consignação do

respectivo valor na Nota Fiscal eletrônica - NF-e - que a acobertar, no campo destinado ao destaque do imposto.

Cláusula quarta O ICMS a ser transferido corresponderá ao resultado da aplicação de percentuais equivalentes às alíquotas interestaduais do ICMS, definidas nos termos do inciso IV do § 2° do art. 155 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sobre os seguintes valores dos bens e mercadorias:

I - o valor correspondente à entrada mais recente da mercadoria;

II - o custo da mercadoria produzida, assim entendida a soma do custo da matéria-prima, material secundário, mão-de-obra e acondicionamento;

III - tratando-se de mercadorias não industrializadas, a soma dos custos de sua produção, assim entendidos os gastos com insumos, mão-de-obra e acondicionamento.

§ 1° No cálculo do ICMS a ser transferido, os percentuais de que trata o "caput" devem integrar o valor dos bens e mercadorias.

§ 2° Os valores a que se referem os incisos do "caput" serão reduzidos na mesma proporção prevista na legislação tributária da unidade federada em que situado o remetente nas operações interestaduais com os mesmos bens ou mercadorias quando destinados a estabelecimento pertencente a titular diverso, inclusive nas hipóteses de isenção ou imunidade.

Cláusula quinta A emissão da NF-e a que se refere a cláusula terceira observará as regras atinentes à emissão do documento fiscal relativo a operações interestaduais, sem prejuízo da aplicação de regras específicas previstas na legislação de referência.

Cláusula sexta A utilização da sistemática prevista neste convênio:

I - implica o registro dos créditos correspondentes ao ICMS a que tenha direito o remetente, decorrentes de operações e prestações antecedentes;

II - não importa no cancelamento ou modificação dos benefícios fiscais concedidos pela unidade federada de origem, hipótese em que, quando for o caso, deverá ser efetuado o lançamento de um débito, equiparado ao estorno de crédito previsto na legislação tributária instituidora do benefício fiscal.

Cláusula sétima As unidades federadas prestar-se-ão mutuamente assistência para a fiscalização do disposto neste convênio, condicionando-se a administração tributária da unidade federada de destino ao credenciamento prévio junto à administração tributária de localização do estabelecimento remetente.

Parágrafo único. O credenciamento prévio de que trata esta cláusula não será exigido quando a fiscalização for exercida sem a presença física da autoridade fiscal no local do estabelecimento a ser fiscalizado.

Cláusula oitava Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1° de janeiro de 2024.

Presidente do CONFAZ - Fabio Franco Barbosa Fernandes, em exercício, Acre - José Amarísio Freitas de Souza, Alagoas - Marcelo da Rocha Sampaio, Amapá - Robledo Gregório Trindade, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fabrízio Gomes Santos, Distrito Federal - José Itamar Feitosa, Espírito Santo - Benicio Suzana Costa, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Miguel Antônio Marcon, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Bruno de Sousa Frade, Paraná - Roberto Zaninelli Covelo Tizon, Pernambuco - Davi Cozzi do Amaral, Piauí - Maria das Graças Moreira Ramos,

Rio de Janeiro - Guilherme Alcantara Buarque de Holanda, Rio Grande do Norte - Luiz Augusto Dutra da Silva, Rio Grande do Sul - Ricardo Neves Pereira, Rondônia - Emerson Boritza, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Ramon Santos de Medeiros, São Paulo - Luiz Marcio de Souza , Sergipe - Alberto Cruz Schetine, Tocantins - Márcia Mantovani.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

3.03 OUTROS ASSUNTOS ESTADUAIS

DECRETO N° 68.049, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOE de 01.11.2023)

Dá nova redação a dispositivo do Decreto n° 62.349, de 26 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o programa de integridade e a área de conformidade a ser adotado por empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado de São Paulo, regulamentando a aplicação da Lei federal n° 13.303, de 30 de junho de 2016, e criando instâncias e procedimentos de fomento ao controle interno.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1° O inciso II do artigo 3° do Decreto n° 62.349, de 26 de dezembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"II - o Comitê Estatutário, responsável pela supervisão do processo de indicação e de avaliação de administradores e fiscais, na forma do artigo 10 da Lei federal n° 13.303, de 30 de junho de 2016, deverá ser composto por até 3 (três) membros;". (NR)

Artigo 2° Os representantes da Fazenda do Estado junto às empresas controladas pelo Estado adotarão as providências necessárias à aplicação do disposto neste decreto.

Artigo 3° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 31 de outubro de 2023.

TARCÍSIO DE FREITAS

ARTHUR LUIS PINHO DE LIMA
Secretário-Chefe da Casa Civil

SAMUEL YOSHIAKI OLIVEIRA KINOSHITA
Secretário da Fazenda e Planejamento

Publicado na Casa Civil, aos 31 de outubro de 2023.

COMUNICADO SRE N° 013, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOE de 01.11.2023)

Esclarece sobre a não obrigatoriedade de emissão da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica - NF3e por contribuintes paulistas.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA ESTADUAL, tendo em vista vista o disposto no Ajuste SINIEF 1/19, de 5 de abril de 2019, com as alterações do Ajuste SINIEF 36/23, de 29 de setembro de 2023, ESCLARECE que:

1 - o Ajuste SINIEF 1/19, de 5 de abril de 2019, o qual institui a Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica - NF3e, modelo 66, e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica, prevê, em sua cláusula primeira, que referido documento fiscal poderá ser utilizado pelos contribuintes do ICMS em substituição à Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica, modelo 6;

2 - o Ajuste SINIEF 36/23, de 29 de setembro de 2023:

2.1 - em sua cláusula primeira, estabelece que o Estado de São Paulo fica excluído das disposições do Ajuste SINIEF 1/19; ou seja, os contribuintes paulistas do ICMS deverão continuar emitindo a Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica, modelo 6;

2.2 - em sua cláusula terceira, acrescenta a cláusula décima-nona-D ao Ajuste SINIEF 1/19, para prever sua não aplicação ao Estado de São Paulo, que não adotará a Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica - NF3e, modelo 66, e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica;

2.3 - em sua cláusula quarta revoga o inciso VI do § 2° da cláusula décima-nona-A do Ajuste SINIEF 1/19, o qual previa o início da obrigatoriedade da NF3e para o Estado de São Paulo até 1° de junho de 2024;

3 - dessa forma, os contribuintes paulistas não estarão obrigados à emissão da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica - NF3e a partir de 1° de junho de 2024, como anteriormente previsto, e deverão continuar emitindo a Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica, modelo 6.

COMUNICADO DIGES N° 011, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOE de 01.11.2023)

Dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo.

O DIRETOR DE ATENDIMENTO, GESTÃO E CONFORMIDADE,

CONSIDERANDO o disposto no inciso III do artigo 4° da Lei n° 12.685, de 28 de agosto de 2007, na alínea a do inciso I do artigo 28 da Resolução SF n° 80, de 04 de julho de 2018 e alínea b do item 9.5 do Ofício Circular SUBFIS, Série O&M N° 01/2019, comunica que:

1. Ficam disponibilizados para consulta no endereço eletrônico https://portal.fazenda.sp.gov.br os números dos bilhetes do sorteio número 180 do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo.

2. Com o objetivo de assegurar a integridade do arquivo eletrônico que contém a relação de todos os números dos bilhetes e seus respectivos titulares foram gerados os seguintes códigos hash:

Sorteio 180.1 (Pessoas Físicas e Condomínios): F8BC187F7D8971FE1F66947271741501

Sorteio 180.2 (Entidades Filantrópicas): 48F3406CB0F88043F6A376A9672E5444

3. O código hash mencionado no item 2 refere-se à codificação gerada pelo algoritmo público denominado Message Digest Algorithm 5 (MD5).

COMUNICADO DICAR N° 077, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOE de 01.11.2023)

Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-11-2023 para os débitos de ITCMD e de IPVA.

A DIRETORA DE ARRECADAÇÃO, COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE DÍVIDA,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1° da Lei 10.175, de 30/12/98, divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora, aplicáveis aos débitos de ITCMD e IPVA, anexa a este comunicado.

TABELA PRÁTICA PARA CÁLCULO DOS JUROS DE MORA - ITCMD e IPVA - APLICÁVEIS ATÉ 30/11/2023, ANEXA AO COMUNICADO DICAR-77/23

MÊS/ANO DO VENCIMENTO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
JANEIRO	2,7417	2,5371	2,3846	2,2085	2,0706	1,9498	1,8242	1,7042	1,5842	1,4635	1,3435	1,2235	1,1035	0,9745	0,8422	0,7217	0,6017	0,4817	0,3617	0,2417	0,1157
FEVEREIRO	2,7234	2,5263	2,3724	2,1970	2,0606	1,9398	1,8142	1,6942	1,5742	1,4535	1,3335	1,2135	1,0935	0,9645	0,8322	0,7117	0,5917	0,4717	0,3517	0,2317	0,1057
MARÇO	2,7056	2,5125	2,3571	2,1828	2,0501	1,9298	1,8042	1,6842	1,5642	1,4435	1,3235	1,2035	1,0831	0,9529	0,8217	0,7017	0,5817	0,4617	0,3417	0,2217	0,0940
ABRIL	2,6869	2,5007	2,3430	2,1720	2,0401	1,9198	1,7942	1,6742	1,5542	1,4335	1,3135	1,1935	1,0731	0,9423	0,8117	0,6917	0,5717	0,4517	0,3317	0,2117	0,0840
MAIO	2,6672	2,4884	2,3280	2,1592	2,0298	1,9098	1,7842	1,6642	1,5442	1,4235	1,3035	1,1835	1,0631	0,9312	0,8017	0,6817	0,5617	0,4417	0,3217	0,2014	0,0728
JUNHO	2,6486	2,4761	2,3121	2,1474	2,0198	1,8998	1,7742	1,6542	1,5342	1,4135	1,2935	1,1735	1,0524	0,9196	0,7917	0,6717	0,5517	0,4317	0,3117	0,1912	0,0621
JULHO	2,6278	2,4632	2,2970	2,1357	2,0098	1,8891	1,7642	1,6442	1,5242	1,4035	1,2835	1,1635	1,0406	0,9085	0,7817	0,6617	0,5417	0,4217	0,3017	0,1809	0,0514
AGOSTO	2,6101	2,4503	2,2804	2,1231	1,9998	1,8789	1,7542	1,6342	1,5135	1,3935	1,2735	1,1535	1,0295	0,8963	0,7717	0,6517	0,5317	0,4117	0,2917	0,1692	0,0400
SETEMBRO	2,5933	2,4378	2,2654	2,1125	1,9898	1,8679	1,7442	1,6242	1,5035	1,3835	1,2635	1,1435	1,0184	0,8852	0,7617	0,6417	0,5217	0,4017	0,2817	0,1585	0,0300
OUTUBRO	2,5769	2,4257	2,2513	2,1016	1,9798	1,8561	1,7342	1,6142	1,4935	1,3735	1,2535	1,1335	1,0073	0,8747	0,7517	0,6317	0,5117	0,3917	0,2717	0,1483	0,0200
NOVEMBRO	2,5635	2,4132	2,2375	2,0914	1,9698	1,8459	1,7242	1,6042	1,4835	1,3635	1,2435	1,1235	0,9967	0,8643	0,7417	0,6217	0,5017	0,3817	0,2617	0,1381	0,0100
DEZEMBRO	2,5498	2,3984	2,2228	2,0814	1,9598	1,8347	1,7142	1,5942	1,4735	1,3535	1,2335	1,1135	0,9851	0,8531	0,7317	0,6117	0,4917	0,3717	0,2517	0,1269	-

OBS.: Quando o vencimento do débito ocorrer no último dia útil do mês, aplicar o coeficiente correspondente ao mês do vencimento, deduzindo-se 0,0100.

ESTA TABELA NÃO SE APLICA AO ICMS.

Os valores das taxas de juros, utilizados para a elaboração desta tabela prática, são os abaixo indicados:

MÊS/ANO DO VENCIMENTO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
JANEIRO	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01

	97	27	38	43	08	00	05	00	00	00	00	00	00	06	09	00	00	00	00	00	12
FEVEREIRO	0,0183	0,0108	0,0122	0,0115	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
MARÇO	0,0178	0,0138	0,0153	0,0142	0,0105	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0104	0,0116	0,0105	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0117
ABRIL	0,0187	0,0118	0,0141	0,0108	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0106	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
MAIO	0,0197	0,0123	0,0150	0,0128	0,0103	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0111	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0103	0,0112
JUNHO	0,0186	0,0123	0,0159	0,0118	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0107	0,0116	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0102	0,0107
JULHO	0,0208	0,0129	0,0151	0,0117	0,0100	0,0107	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0118	0,0111	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0103	0,0107
AGOSTO	0,0177	0,0129	0,0166	0,0126	0,0100	0,0102	0,0100	0,0100	0,0107	0,0100	0,0100	0,0100	0,0111	0,0122	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0117	0,0114
SETEMBRO	0,0168	0,0125	0,0150	0,0106	0,0100	0,0110	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0111	0,0111	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0107	0,0100
OUTUBRO	0,0164	0,0121	0,0141	0,0109	0,0100	0,0118	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0111	0,0105	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0102	0,0100
NOVEMBRO	0,0134	0,0125	0,0138	0,0102	0,0100	0,0102	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0106	0,0104	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0102	0,0100
DEZEMBRO	0,0137	0,0148	0,0147	0,0100	0,0100	0,0112	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0116	0,0112	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0112	-

COMUNICADO DICAR N° 078, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOE de 01.11.2023)

Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-11-2023 para os débitos de Multas Infracionais de IPVA e de ITCMD.

A DIRETORA DE ARRECADAÇÃO, COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE DÍVIDA,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1° da Lei 10.175, de 30/12/98, divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora, aplicável às Multas Infracionais de IPVA e de ITCMD, anexa a este comunicado.

TABELA PRÁTICA PARA CÁLCULO DOS JUROS DE MORA SOBRE A MULTA INFRACIONAL - ITCMD e IPVA - APLICÁVEIS ATÉ 30/11/2023, ANEXA AO COMUNICADO DICAR-78/23

MÊS/ANO DA LAVRATURA DO AIIM	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
JANEIRO	2,7134	2,5163	2,3624	2,1870	2,0506	1,9298	1,8042	1,6842	1,5642	1,4435	1,3235	1,2035	1,0835	0,9545	0,8222	0,7017	0,5817	0,4617	0,3417	0,2217	0,0957
FEVEREIRO	2,6956	2,5025	2,3471	2,1728	2,0401	1,9198	1,7942	1,6742	1,5542	1,4335	1,3135	1,1935	1,0731	0,9429	0,8117	0,6917	0,5717	0,4517	0,3317	0,2117	0,0840
MARÇO	2,6769	2,4907	2,3330	2,1620	2,0301	1,9098	1,7842	1,6642	1,5442	1,4235	1,3035	1,1835	1,0631	0,9323	0,8017	0,6817	0,5617	0,4417	0,3217	0,2017	0,0740
ABRIL	2,6572	2,4784	2,3180	2,1492	2,0198	1,8998	1,7742	1,6542	1,5342	1,4135	1,2935	1,1735	1,0531	0,9212	0,7917	0,6717	0,5517	0,4317	0,3117	0,1914	0,0628
MAIO	2,6386	2,4661	2,3021	2,1374	2,0098	1,8898	1,7642	1,6442	1,5242	1,4035	1,2835	1,1635	1,0424	0,9096	0,7817	0,6617	0,5417	0,4217	0,3017	0,1812	0,0521
JUNHO	2,6178	2,4532	2,2870	2,1257	1,9998	1,8791	1,7542	1,6342	1,5142	1,3935	1,2735	1,1535	1,0306	0,8985	0,7717	0,6517	0,5317	0,4117	0,2917	0,1709	0,0414
JULHO	2,6001	2,4403	2,2704	2,1131	1,9898	1,8689	1,7442	1,6242	1,5035	1,3835	1,2635	1,1435	1,0195	0,8863	0,7617	0,6417	0,5217	0,4017	0,2817	0,1592	0,0300
AGOSTO	2,5833	2,4278	2,2554	2,1025	1,9798	1,8579	1,7342	1,6142	1,4935	1,3735	1,2535	1,1335	1,0084	0,8752	0,7517	0,6317	0,5117	0,3917	0,2717	0,1485	0,0200

SETEMBRO	2,5669	2,4157	2,2413	2,0916	1,9698	1,8461	1,7242	1,6042	1,4835	1,3635	1,2435	1,1235	0,9973	0,8647	0,7417	0,6217	0,5017	0,3817	0,2617	0,1383	0,0100
OUTUBRO	2,5535	2,4032	2,2275	2,0814	1,9598	1,8359	1,7142	1,5942	1,4735	1,3535	1,2335	1,1135	0,9867	0,8543	0,7317	0,6117	0,4917	0,3717	0,2517	0,1281	-
NOVEMBRO	2,5398	2,3884	2,2128	2,0714	1,9498	1,8247	1,7042	1,5842	1,4635	1,3435	1,2235	1,1035	0,9751	0,8431	0,7217	0,6017	0,4817	0,3617	0,2417	0,1169	-
DEZEMBRO	2,5271	2,3746	2,1985	2,0606	1,9398	1,8142	1,6942	1,5742	1,4535	1,3335	1,2135	1,0935	0,9645	0,8322	0,7117	0,5917	0,4717	0,3517	0,2317	0,1057	-

OBS.: Para débitos vencidos a partir de 01/01/99, aplicar o coeficiente de juros correspondente ao mês de vencimento do débito. Quando o vencimento do débito ocorrer no último dia útil do mês, aplicar o coeficiente correspondente ao mês do vencimento, deduzindo-se 0,0100.

ESTA TABELA NÃO SE APLICA AO ICMS.

MÊS/ANO DA LAVRATURA DO AIIM	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
JANEIRO	0,0197	0,0127	0,0138	0,0143	0,0108	0,0000	0,0105	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0006	0,0009	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0112
FEVEREIRO	0,0183	0,0108	0,0122	0,0115	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
MARÇO	0,0178	0,0138	0,0153	0,0142	0,0105	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0004	0,0116	0,0105	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0117
ABRIL	0,0187	0,0118	0,0141	0,0108	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0006	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
MAIO	0,0197	0,0123	0,0150	0,0128	0,0103	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0111	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0103	0,0112
JUNHO	0,0186	0,0123	0,0159	0,0118	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0007	0,0116	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0102	0,0107
JULHO	0,0208	0,0129	0,0151	0,0117	0,0000	0,0107	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0018	0,0111	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0103	0,0107
AGOSTO	0,0177	0,0129	0,0166	0,0126	0,0000	0,0102	0,0000	0,0000	0,0107	0,0000	0,0000	0,0000	0,0111	0,0122	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0117	0,0114
SETEMBRO	0,0168	0,0125	0,0150	0,0106	0,0000	0,0110	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0111	0,0111	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0107	0,0000
OUTUBRO	0,0164	0,0121	0,0141	0,0109	0,0000	0,0118	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0111	0,0105	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0102	0,0000
NOVEMBRO	0,0134	0,0125	0,0138	0,0102	0,0000	0,0102	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0106	0,0104	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0102	0,0000
DEZEMBRO	0,0137	0,0148	0,0147	0,0100	0,0000	0,0112	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0116	0,0112	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0112	-

COMUNICADO DICAR N° 079, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOE de 01.11.2023)

Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-11-2023 para os débitos de Taxas.

A DIRETORA DE ARRECADAÇÃO, COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE DÍVIDA,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 13, inciso II, da Lei 15.266, de 26/12/2013, divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora, aplicáveis às Taxas, anexa a este comunicado.

TABELA PRÁTICA PARA CÁLCULO DOS JUROS DE MORA - TAXAS - APLICÁVEIS ATÉ 30/11/2023, ANEXA AO COMUNICADO DICAR-79/23

MÊS/ANO DO VENCIMENTO	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
JANEIRO	-	1,1035	0,9745	0,8422	0,7217	0,6017	0,4817	0,3617	0,2417	0,1157
FEVEREIRO	-	1,0935	0,9645	0,8322	0,7117	0,5917	0,4717	0,3517	0,2317	0,1057
MARÇO	1,2035	1,0831	0,9529	0,8217	0,7017	0,5817	0,4617	0,3417	0,2217	0,0940
ABRIL	1,1935	1,0731	0,9423	0,8117	0,6917	0,5717	0,4517	0,3317	0,2117	0,0840
MAIO	1,1835	1,0631	0,9312	0,8017	0,6817	0,5617	0,4417	0,3217	0,2014	0,0728
JUNHO	1,1735	1,0524	0,9196	0,7917	0,6717	0,5517	0,4317	0,3117	0,1912	0,0621
JULHO	1,1635	1,0406	0,9085	0,7817	0,6617	0,5417	0,4217	0,3017	0,1809	0,0514
AGOSTO	1,1535	1,0295	0,8963	0,7717	0,6517	0,5317	0,4117	0,2917	0,1692	0,0400
SETEMBRO	1,1435	1,0184	0,8852	0,7617	0,6417	0,5217	0,4017	0,2817	0,1585	0,0300
OUTUBRO	1,1335	1,0073	0,8747	0,7517	0,6317	0,5117	0,3917	0,2717	0,1483	0,0200
NOVEMBRO	1,1235	0,9967	0,8643	0,7417	0,6217	0,5017	0,3817	0,2617	0,1381	0,0100
DEZEMBRO	1,1135	0,9851	0,8531	0,7317	0,6117	0,4917	0,3717	0,2517	0,1269	-

OBS.: Quando o vencimento do débito ocorrer no último dia útil do mês, aplicar o coeficiente correspondente ao mês do vencimento, deduzindo-se 0,0100.

ESTA TABELA NÃO SE APLICA AO ICMS, IPVA e ITCMD.

Os valores das taxas de juros, utilizados para a elaboração desta tabela prática, são os abaixo indicados:

MÊS/ANO DO VENCIMENTO	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
JANEIRO	-	0,0100	0,0106	0,0109	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0112
FEVEREIRO	-	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
MARÇO	0,0100	0,0104	0,0116	0,0105	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0117
ABRIL	0,0100	0,0100	0,0106	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
MAIO	0,0100	0,0100	0,0111	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0103	0,0112
JUNHO	0,0100	0,0107	0,0116	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0102	0,0107
JULHO	0,0100	0,0118	0,0111	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0103	0,0107
AGOSTO	0,0100	0,0111	0,0122	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0117	0,0114
SETEMBRO	0,0100	0,0111	0,0111	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0107	0,0100
OUTUBRO	0,0100	0,0111	0,0105	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0102	0,0100
NOVEMBRO	0,0100	0,0106	0,0104	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0102	0,0100
DEZEMBRO	0,0100	0,0116	0,0112	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0112	-

COMUNICADO DICAR N° 080, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - (DOE de 01.11.2023)

Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-11-2023 para os débitos de Multas Infracionais de Taxas.

A DIRETORA DE ARRECADAÇÃO, COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE DÍVIDA,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 13, inciso II, da Lei 15.266, de 26/12/2013, divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora, aplicáveis às Multas Infracionais de Taxas, anexa a este comunicado.

TABELA PRÁTICA PARA CÁLCULO DOS JUROS DE MORA SOBRE A MULTA INFRACIONAL - TAXAS - APLICÁVEIS ATÉ 30/11/2023, ANEXA AO COMUNICADO DICAR-80/23

MÊS/ANO DA LAVRATURA DO AIIM	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
JANEIRO	-	1,0835	0,9545	0,8222	0,7017	0,5817	0,4617	0,3417	0,2217	0,0957
FEVEREIRO	-	1,0731	0,9429	0,8117	0,6917	0,5717	0,4517	0,3317	0,2117	0,0840
MARÇO	1,1835	1,0631	0,9323	0,8017	0,6817	0,5617	0,4417	0,3217	0,2017	0,0740
ABRIL	1,1735	1,0531	0,9212	0,7917	0,6717	0,5517	0,4317	0,3117	0,1914	0,0628
MAIO	1,1635	1,0424	0,9096	0,7817	0,6617	0,5417	0,4217	0,3017	0,1812	0,0521
JUNHO	1,1535	1,0306	0,8985	0,7717	0,6517	0,5317	0,4117	0,2917	0,1709	0,0414

JULHO	1,1435	1,0195	0,8863	0,7617	0,6417	0,5217	0,4017	0,2817	0,1592	0,0300
AGOSTO	1,1335	1,0084	0,8752	0,7517	0,6317	0,5117	0,3917	0,2717	0,1485	0,0200
SETEMBRO	1,1235	0,9973	0,8647	0,7417	0,6217	0,5017	0,3817	0,2617	0,1383	0,0100
OUTUBRO	1,1135	0,9867	0,8543	0,7317	0,6117	0,4917	0,3717	0,2517	0,1281	-
NOVEMBRO	1,1035	0,9751	0,8431	0,7217	0,6017	0,4817	0,3617	0,2417	0,1169	-
DEZEMBRO	1,0935	0,9645	0,8322	0,7117	0,5917	0,4717	0,3517	0,2317	0,1057	-

ESTA TABELA NÃO SE APLICA AO ICMS, IPVA e ITCMD.

Os valores das taxas de juros, utilizados para a elaboração desta tabela prática, são os abaixo indicados:

MÊS/ANO DA LAVRATURA DO AIIM	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
JANEIRO	-	0,0100	0,0106	0,0109	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0112
FEVEREIRO	-	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
MARÇO	-	0,0104	0,0116	0,0105	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0117
ABRIL	-	0,0100	0,0106	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
MAIO	0,0100	0,0100	0,0111	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0103	0,0112
JUNHO	0,0100	0,0107	0,0116	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0102	0,0107
JULHO	0,0100	0,0118	0,0111	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0103	0,0107
AGOSTO	0,0100	0,0111	0,0122	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0117	0,0114
SETEMBRO	0,0100	0,0111	0,0111	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0107	0,0100
OUTUBRO	0,0100	0,0111	0,0105	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0102	0,0100
NOVEMBRO	0,0100	0,0106	0,0104	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0102	0,0100
DEZEMBRO	0,0100	0,0116	0,0112	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0112	-

4.00 ASSUNTOS DIVERSOS

4.01 CEDFC--ARTIGOS / COMENTÁRIOS

Acessos aos serviços da Receita Federal mudam a partir desta quarta, 1º de novembro.

Medidas atendem às determinações da Lei 14.063/20 e serão realizadas em 3 etapas até o final de janeiro de 2024

A Receita Federal vai aumentar a proteção aos dados e informações dos contribuintes a partir de 1º de novembro.

Nesta data, o órgão vai começar a limitar o uso de código de acesso e senha para serviços digitais disponíveis no Centro de Atendimento Virtual (Portal e-Cac).

Os serviços passarão a ser acessados exclusivamente pelo GOV.BR e será necessário ter conta prata ou ouro para fazer o login.

Cidadãos que, por algum motivo, não puderem elevar o nível de confiabilidade da conta poderão solicitar o cadastramento de uma procuração digital para que um representante legal possa acessar os serviços em seu nome.

As medidas atendem às determinações da Lei nº 14.063/2020, que dispõe sobre aceitação e utilização de assinaturas eletrônicas, estabelecendo requisitos que conferem mais efetividade e segurança nas interações com serviços públicos.

Para conseguir uma Conta Prata, o cidadão tem que fazer reconhecimento facial para conferência de sua foto com a da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Também é possível ter uma conta desse nível a partir da validação dos dados em um banco credenciado pela Plataforma GOV.BR.

Já a Conta Ouro é aquela com nível máximo de segurança, dando acesso a qualquer serviço público digital e pode ser acessado com certificado digital ICP-Brasil. Também é possível fazer o reconhecimento facial com base nos dados da Justiça Eleitoral ou pelo QR Code da Carteira de Identidade Nacional (CIN).

"A Receita Federal reconhece que, para lidar com dados sensíveis de cidadãos e empresas, como declaração de Imposto de Renda, dados bancários e CPF, é preciso ter nível máximo de segurança e a conta ouro com acesso via certificado ICP-Brasil garante confiabilidade e sigilo dos dados", diz o presidente- executivo da Associação das Autoridades de Registro do Brasil (AARB), Jorge Prates.

A restrição implantada pela Receita ocorrerá em três etapas até o final de janeiro de 2024. Em novembro, os serviços abrangidos são os que constam da lista abaixo.

Etapa 1 – Novembro de 2023:

Acessar Carnê-Leão;
Acessar o Sero – Serviço Eletrônico para Aferição de Obras;
Acompanhamento de Requerimentos à PGFN;
Agendamento de Atendimento Presencial;
Alteração de Dados Bancários para Restituição;
Autorizar Compartilhamento de Dados;
Autorizar e Desativar Débito Automático;
Cadastrar o Valor da Terra Nua (VTN) dos Municípios;
Cadastro de Dispositivos Móveis;
Cadastro, Consulta e Cancelamento – Procuração ;
Comprovante de Inscrição no CPF;
Consultar regularidade do profissional contábil;
Cópia de Declaração;
Débitos Inscritos em Dívida Ativa da União;
e-assinaRFB – Validar e Assinar Documentos Digitais;
Inscrever, Alterar, Consultar, Paralisar e Reativação de obras;
Inscrição, Alteração e Consulta de Atividade Econômica;
Notificações e Autos relativos à Entrega de Declaração;
Notificações em Auditoria de Compensação em GFIP;
Obrigação Acessória – Formulários online e Arquivo de Dados;
Opção de Impressão da DIRPF Exclusivamente no e-Cac;
Retificação de Pagamento – Redarf

Com informações da Receita Federal, Ministério da Gestão e da inovação em Serviços Públicos e da Associação das Autoridades de Registro do Brasil

https://fenacon.org.br/noticias/acessos-aos-servicos-da-receita-federal-mudam-a-partir-de-quarta-1o-de-novembro/

Justiça condena empresa ao pagamento de horas extras por tempo gasto em deslocamento interno.

Um bombeiro civil que se deslocava 30 minutos dentro do Aeroporto Internacional de São Paulo até o efetivo posto de trabalho teve reconhecido o direito a horas extras. O trajeto, que se repetia no fim da jornada, era realizado em van fornecida pela empresa. A decisão, da 8ª Turma do TRT da 2ª região, manteve sentença que deferiu uma hora extra por dia.

Na defesa, a empresa admite o uso do veículo. Alega também que em razão do local de atuação do trabalhador ser no interior do aeroporto, especificamente no setor de combate a incêndio de aeronaves, por segurança, o profissional não possuía autorização para transitar nas áreas restritas, como pistas de pouso e decolagem.

A desembargadora-relatora Maria Cristina Xavier Ramos Di Lascio, explica que não se trata de horas de trajeto – também conhecidas como horas in itinere – porque o profissional já está em seu local de trabalho, mas sim de deslocamento interno. A magistrada ressalta ainda entendimento do Tribunal Superior do Trabalho que considera o tempo gasto no percurso entre a portaria da empresa e o local efetivo de trabalho como à disposição do empregador, se ultrapassar dez minutos diários, integrando a jornada do empregado.

Na decisão, a julgadora destaca também a Tese Prevalecente nº 21 deste Regional que aborda o tema. E conclui que o bombeiro se ativava em sobre jornada, sendo-lhe devido o pagamento de horas extraordinárias com correspondentes reflexos como tempo à disposição do empregador.

Processo: 1001316-96.2022.5.02.0319

Fonte: Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região São Paulo

Medo da Reforma Tributária faz aumentar número de doações de bens.

Antecipação é precipitada para alguns advogados, mas vale a pena pensar no assunto segundo outros profissionais

A transferência de bens por meio de doações vem aumentando no país

As doações de bens estão em alta nos cartórios brasileiros desde julho.

Enquanto a média mensal desses atos no ano de 2022 tinha sido de 11.600, e recuou para 11.114 em 2023, os meses julho e agosto tiveram 13.188 e 14.295 escrituras solicitadas.

Os dados foram enviados com exclusividade ao EXTRA pelo Colégio Notarial do Brasil — Conselho Federal (CNB/CF), entidade que reúne os 8.344 Cartórios de Notas do país.

E, segundo advogados tributaristas, refletem o receio (nem sempre apoiado em dados concretos) diante da Reforma Tributária, cujo texto foi aprovado em julho pela Câmara dos Deputados.

A PEC 45/19 ainda precisa passar pela avaliação do Senado Federal, e qualquer mudança só deverá entrar em vigor no país no ano que vem. Por isso, os advogados são contrários à pressa na tomada de decisões.

Mas muita gente entrou em alerta com as mudanças previstas na tributação de heranças e doações.

O imposto é o mesmo nos dois casos.

Atualmente, estados e Distrito Federal têm autonomia para aplicar alíquota fixa ou progressiva (de acordo com o valor do bem) para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, o ITCMD.

Com a aprovação da Reforma Tributária, porém, ficará determinada a alíquota progressiva. As taxas dependerão de lei a ser aprovada por cada estado, mas a alíquota máxima, segundo resolução atual do Senado, é de 8% — o que representaria aumento de 100% no tributo fixo aplicado hoje no Paraná e em São Paulo (4%).

— O receio da aprovação da Reforma Tributária causou a aceleração dos planejamentos sucessórios e das doações em vida, possibilitando àqueles que estão se planejando evitar impostos mais altos.

E todas as doações para terem real efeito são registradas em cartório, já que é necessário um documento público para comprovar a transferência do bem — detalhou ao EXTRA a advogada Mariana Domingues Herold, que é especializada em Direito Empresarial.

A aposentada Viviane Souza Galvão, de 70 anos, já sabia que queria repartir seus imóveis entre os filhos. Mas resolveu agilizar a burocracia para se proteger da alta do tributo.

— Fiz as doações em agosto, com usufruto (quando o doador reserva para si o direito de usar e gozar do bem), pois alugo os imóveis para complementar a minha renda. Eu tinha já essa ideia de deixar tudo certo e dividido em vida, para evitar confusão.

Inventário é uma coisa muito chata, pois as pessoas nem sempre pensam da mesma forma e entram em consenso. Então com a notícia de que a tributação vai mudar, resolvi agir logo. A gente fica muito inseguro, pois há uma instabilidade política muito grande no país — conta.

Rio de Janeiro não deve ter mudanças

Atualmente, o doador ou inventariante pode escolher em qual estado deseja processar sua transferência de bem, o que possibilita legalmente a busca por uma alíquota mais vantajosa. Isso deixará de ser possível com a Reforma Tributária: o recolhimento será feito no estado onde o doador ou falecido era domiciliado.

O cenário de transição nas normas tributárias causa preocupação aos donos de bens. E confusão.

No Rio de Janeiro, por exemplo, o ITCMD já tem alíquota progressiva, de até 8%. Ou seja, ao que tudo indica, não haverá impacto da Reforma Tributária. Mas os cartórios do estado também percebem alta nas doações em vida: os atos passaram de uma média mensal de 639, em 2022, para 805 atos realizados em agosto deste ano.

Por isso, German San Martin, professor de Direito Tributário e Planejamento Tributário da FAAP e sócio do San Martin e Carvalho Advogados, pede cautela.

— As alíquotas dependerão de lei a ser aprovada por cada estado, após a entrada em vigor das alterações promovidas pela PEC 45, que ainda não foi aprovada pelo Senado.

E ainda há o princípio da anualidade, que impede que os tributos mudem no meio de um ano. Então, acho muito precipitado antecipar as doações de bens antes que as regras sejam fixadas. Pode ser que os estados aumentem suas faixas de isenção ao ITCMD, por exemplo.

https://extra.globo.com/economia/noticia/2023/10/medo-da-reforma-tributaria-faz-aumentar-numero-de-doacoes-de-bens.ghtml?utm_smid=10910213-1-1

Convenção Coletiva de Trabalho: o que é e como funciona?

Há décadas o Brasil conta com leis trabalhistas de alcance federal, notadamente regidas pela famosa Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT. Entretanto, em virtude das especificidades de diversas categorias, sempre se fez necessário recorrer às negociações coletivas.

É nesse contexto que surgem as Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs).

As CCTs representam o fruto das negociações entre sindicatos patronais e laborais. Por meio delas, é possível ajustar, complementar e, em algumas situações, até mesmo alterar regras previamente estabelecidas pela legislação da CLT.

O que é a CCT - Convenção Coletiva de Trabalho?
A CCT, também conhecida como Convenção Coletiva de Trabalho, constitui um conjunto de regras trabalhistas negociadas e estabelecidas para cada categoria profissional. É um acordo obrigatório, formalizado entre um sindicato patronal e o sindicato dos trabalhadores.

A distinção entre CCTs e acordos coletivos repousa na abrangência e especificidade da aplicação dessas negociações. A CCT, por ser de caráter normativo, abrange toda uma categoria profissional e obriga as partes envolvidas, ou seja, sindicato dos trabalhadores e sindicato patronal, em nível nacional.

Por outro lado, o acordo coletivo, embora também tenha caráter normativo e reconhecimento legal, é mais específico, envolvendo diretamente o sindicato dos trabalhadores com uma ou mais empresas, em contextos locais ou específicos.

O que pode ser negociado em uma CCT?
As negociações das CCTs são diversificadas e adaptadas às particularidades de cada categoria.

Dentre os itens mais frequentes nas negociações, destacam-se:

Piso salarial;
Reajuste salarial;
Banco de horas;
Horas extras;
Vale-refeição;
Modalidades de trabalho, como home office ou jornada híbrida;
Seguro de vida;
Condições de higiene no trabalho;
Premiações por pontualidade ou assiduidade.

É imperativo observar que após a formalização dos acordos, as empresas devem integralmente cumpri-los. O não cumprimento pode acarretar em penalidades legais e financeiras.

Qual a importância do RH conhecer e aplicar a CCT da categoria?
É fundamental que os profissionais de Recursos Humanos (RH) estejam cientes da CCT na qual a empresa está enquadrada.
A falta de conhecimento sobre as normas estabelecidas pode levar a violações que resultam em prejuízos financeiros e complicações legais.
Por exemplo, a ausência de um eficiente sistema de registro de horas extras pode resultar em equívocos no cálculo dessas horas, gerando problemas tanto individualmente quanto em termos coletivos.

Desconsiderar o cumprimento de uma CCT pode acarretar em danos financeiros, sanções legais e danos à reputação da empresa.

O que vale mais a CLT ou a convenção coletiva?
A CLT é a base legal que regula todas as relações trabalhistas no Brasil.

No entanto, mecanismos legais, como as CCTs e acordos coletivos, permitem a adaptação das normas às necessidades específicas de cada categoria.

Após a Reforma Trabalhista, há entendimento no Supremo Tribunal Federal de que as normas negociadas prevalecem sobre as previstas na legislação, com o intuito de favorecer os trabalhadores.

O que vale mais: CCT ou acordo coletivo?
Embora haja diferenças de abrangência entre convenções e acordos, o entendimento jurídico tende a favorecer o Acordo Coletivo, por ser mais específico e, teoricamente, mais favorável aos trabalhadores.

No entanto, isso não diminui a importância das CCTs, que garantem normas de amplitude nacional, fortalecendo os direitos de toda uma categoria.

Em princípio, não. Existem direitos fundamentais e inalienáveis dos trabalhadores assegurados pela Constituição Federal. Portanto, esses direitos não podem ser objeto de negociação, redução ou supressão por meio de Convenções Coletivas ou Acordos.

Dentre esses direitos estão o salário-mínimo, férias, seguro-desemprego, horas extras, 13º salário, repouso remunerado, direito de greve, licenças maternidade e paternidade, normas de saúde e segurança no trabalho, aviso prévio, e diversos adicionais, como jornada noturna, periculosidade e insalubridade, entre outros.

Compreender o papel das Convenções Coletivas de Trabalho é essencial para garantir direitos trabalhistas e manter relações laborais transparentes e dentro da legalidade.

https://www.contabeis.com.br/noticias/61577/o-que-e-convencao-coletiva-de-trabalho/ 28/09/2023

Auxílio-maternidade para MEIs: veja quem tem direito e como solicitar.

Benefício permite renda das microempreendedoras que precisam se afastar do trabalho para cuidar de um filho.

Os profissionais que optaram por registrar suas atividades como Microempreendedores Individuais (MEI) têm acesso a uma série de benefícios sociais, incluindo o auxílio-maternidade.

O benefício, fornecido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) , pode ser solicitado por empreendedores que enfrentam situações de gravidez, adoção ou guarda judicial de crianças. Entenda como funciona.

O que é o auxílio-maternidade para MEI?
O auxílio-maternidade para MEI é um benefício semelhante à licença-maternidade.

Em outras palavras, é uma remuneração concedida por um período limitado para garantir a renda das microempreendedoras que precisam se afastar do trabalho para cuidar de um filho.

Por exemplo, caso a empreendedora tenha registrado a empresa em agosto e ficou grávida em setembro. Se continuar pagando a guia DAS regularmente a cada mês, ao final de dez meses, terá direito a receber o benefício, exatamente no momento do nascimento do seu filho.

Além disso, a contagem do período de carência começa a partir do primeiro pagamento da guia DAS feito pontualmente. A partir desse ponto, os pagamentos devem ser efetuados de maneira consecutiva ao longo de dez meses. Se você não efetuar todos os pagamentos no prazo ou pular algum mês, não terá garantia de receber o benefício.

Qual é o período de carência para o benefício?
A carência para ter direito ao benefício começa a ser contada a partir do primeiro pagamento da guia DAS feito no prazo.

Entretanto, se o MEI atrasar o pagamento de algumas parcelas e cumprir o prazo em outros meses, o benefício poderá não ser concedido.

Além disso, não é possível pagar as guias DAS em atraso em um único mês para obter o direito ao benefício. Essa ação contraria as normas estabelecidas pelo INSS.

Como verificar se está contribuindo para a previdência social?
Para confirmar se você está contribuindo com a previdência social e se cumpriu o período de carência no INSS, pode acessar o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) no site ou aplicativo Meu INSS.

Quem tem direito ao auxílio-maternidade para MEI?
O auxílio-maternidade para MEI é um direito dos microempreendedores individuais e pode ser solicitado por mulheres e homens nas seguintes situações:

Parto: o benefício pode ser solicitado 28 dias antes do parto, mediante apresentação de atestado médico, ou após o nascimento do bebê;
Adoção ou guarda judicial de crianças de até 12 anos: o salário-maternidade pode ser solicitado na data da adoção ou guarda, com a devida documentação;

Parto natimorto (quando o feto morre no útero ou durante o parto): nesse caso, o auxílio deve ser solicitado após o ocorrido, com a certidão de natimorto como comprovação;
Aborto espontâneo ou previsto em lei: a solicitação deve ser feita com um atestado médico que comprove o evento.

O auxílio-maternidade para MEI também pode ser solicitado por homens nas seguintes situações:

Falecimento da gestante: nesse caso, o benefício pode ser pago a partir da data do óbito da gestante até o último dia do período originalmente previsto para o benefício;

Adoção ou guarda judicial de crianças de até 12 anos: o benefício pode ser solicitado a partir da data da adoção ou guarda, com o termo ou certidão como documento comprobatório.

Qual é o valor do salário-maternidade MEI?
O valor do salário-maternidade para MEI é calculado com base no salário mínimo vigente. Em 2023, o valor pago mensalmente aos beneficiários é de R$ 1.320,00, a partir de 1º de maio.

Importante observar que o salário-maternidade não pode ser acumulado com outros benefícios do INSS, como auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez.

Quantas parcelas são pagas no auxílio-maternidade para MEI?
A duração do salário-maternidade pode variar conforme a situação de cada caso. Segundo o INSS, em situações de parto, adoção ou guarda judicial, a beneficiária tem direito a afastar-se do trabalho e receber o benefício por até 120 dias.

Em casos de parto natimorto, o período de concessão do benefício também é de 120 dias. Em situações de aborto espontâneo ou previsto em lei, a concessão do benefício dura em média 14 dias, a critério médico.

Como solicitar o auxílio-maternidade para MEI?
O MEI pode solicitar o benefício pela internet ou por telefone, ligando para o número 135. Mesmo ao fazer o pedido online, é necessário comparecer pessoalmente a uma agência do INSS para apresentar a documentação exigida.

É essencial ficar atento ao pagamento pontual das guias DAS para garantir que você receba o seu salário-maternidade sem contratempos.

https://www.contabeis.com.br/noticias/62064/mei-tem-direito-a-salario-maternidade/

Contadores: como enfrentar os desafios da mente e do corpo com a ajuda da ciência.

Por Kenia Maria da Silva

Conheça algumas dicas baseadas na neurociência cognitiva e na psicologia positiva para melhorar o seu bem-estar e a qualidade de vida como profissional da contabilidade

Ser contador é uma profissão que exige conhecimento, dedicação e responsabilidade.

Os contadores lidam com pressões diárias por prazos apertados, jornadas longas e complexidade na aplicabilidade das legislações, normas contábeis e regulamentações técnicas.

Em contrapartida, precisa ser prestativo no atendimento aos clientes internos e externos, cumprimento de obrigações principais e acessórias para os órgãos governamentais, enfim, uma extensa demanda necessária para o desempenho das atribuições profissionais nos processos decisórios.

Fatores responsáveis por gerar estresse, ansiedade, cansaço e doenças psicológicas, comprometendo a saúde mental dos contadores.

Como balancear a vida profissional e pessoal, de forma a ter uma vida equilibrada e saudável? Como cuidar da mente e do corpo, sem deixar de lado a qualidade do trabalho? Como encontrar sentido e satisfação na profissão escolhida?

Essas são perguntas que muitos contadores se fazem, e que não têm uma resposta única ou fácil.

No entanto, existem algumas dicas que podem ajudar a melhorar a saúde mental dos contadores, baseadas na neurociência cognitiva e na psicologia positiva.

A neurociência cognitiva é o ramo da ciência que estuda os processos mentais e o funcionamento do cérebro humano, buscando entender como aprendemos, pensamos, sentimos e nos comportamos.

A psicologia positiva é uma área da psicologia que se dedica a investigar as forças e virtudes humanas, as emoções positivas, o bem-estar e a felicidade, promovendo o desenvolvimento pessoal e profissional.

A sinergia da neurociência cognitiva com a psicologia positiva contribui para a saúde mental do contador, oferece mecanismos e estratégias para ser resilientes ao lidar com os desafios e as demandas inerentes da profissão, de uma forma mais positiva e produtiva.

Algumas das ferramentas relevantes:

Praticar o autocuidado:

O autocuidado é o ato de cuidar de si mesmo, atender às necessidades físicas, emocionais e sociais, auxilia-se a prevenir e a combater o estresse, a ansiedade e a depressão, potencializando a autoestima e a autoconfiança.

Envolve hábitos saudáveis como dormir bem, se alimentar de forma equilibrada, fazer exercícios físicos regularmente, evitar o consumo excessivo de álcool ou outras substâncias nocivas, entre outros.

Praticar o mindfulness:

O mindfulness é uma técnica de atenção plena que consiste em focar no momento presente, observando os pensamentos, as sensações e as emoções sem julgamento ou reação.

Ajuda a reduzir o estresse, a ansiedade e a depressão, além de melhorar a concentração, a memória e a criatividade. Pode-se praticar o mindfulness em qualquer lugar e momento, bastando reservar alguns minutos para respirar profundamente e prestar atenção ao seu corpo e ao seu entorno.

Cultivar emoções positivas:

As emoções positivas são aquelas que nos fazem sentir bem, como alegria, gratidão, amor, esperança e orgulho.

Essas emoções têm um impacto benéfico na saúde mental, por motivar, fortalecer e proteger de doenças psicológicas. Cultivar emoções positivas através de práticas de atividades que lhe dão prazer, expressar gratidão pelas coisas boas da vida, manter relações afetivas de qualidade e celebrar as suas conquistas.

Desenvolver as forças pessoais:

As forças pessoais são os traços positivos de caráter que nos definem e nos diferenciam dos demais, como criatividade, curiosidade, coragem, honestidade e generosidade.

Essas forças nos ajudam a enfrentar as adversidades, a alcançar nossos objetivos e a ter uma vida mais plena e significativa. As forças pessoais são reconhecidas em si mesmo e nos outros, aplica-se em diferentes situações na busca de novos desafios que as estimulem.

Buscar o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal:

O equilíbrio entre trabalho e vida pessoal é essencial para a saúde mental do contador, por evitar o esgotamento profissional e permitir desfrutar de outras dimensões da vida.

Relevante estabelecer limites entre o horário de trabalho e o de lazer, organizar as tarefas por prioridade e delegar quando possível, evitar levar trabalho para casa ou verificar o celular fora do expediente, reservar tempo para cuidar de si mesmo e das pessoas que ama.

A saúde mental dos contadores é um tema que merece atenção e cuidado, especialmente no Dia Mundial da Saúde Mental, que é celebrado em 10 de outubro. Os contadores enfrentam muitos desafios e pressões na sua profissão, que podem afetar o seu bem-estar e a sua qualidade de vida.

Por isso, é importante que eles busquem o equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal, cuidando da mente e do corpo.

A ciência pode ser uma grande aliada nesse processo, oferecendo ferramentas e estratégias baseadas na neurociência cognitiva e na psicologia positiva, que podem ajudar os contadores a melhorar o seu desempenho profissional e pessoal, e a encontrar sentido e satisfação na profissão que escolheram.

Por Kenia Maria da Silva, Especialista em neurociência e psicologia positiva no desenvolvimento humano, auditoria digital, direito tributário e gestão para cooperativas, com graduação em ciências contábeis. Atua a 32 anos em contabilidade tributária para cooperativa do ramo agropecuário. Experiência em docência universitária e técnica. Esporadicamente escreve artigos e textos para publicações em blogs, revistas e capítulos de livros digitais.

Fonte: Jornal Contábeis

STJ: Banco responde por dados usados em golpe.

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que a instituição financeira responde pelo vazamento de dados pessoais sigilosos do consumidor, relativos a operações e serviços bancários, obtidos por criminosos para a prática de fraudes como o "golpe do boleto".

Nesse tipo de estelionato, golpistas se passam por funcionários de um banco e emitem boleto falso para receberem indevidamente o pagamento feito pelo cliente.

O colegiado reformou acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) e restabeleceu a sentença que condenou um banco a declarar válido o pagamento realizado por meio de boleto fraudado e devolver à cliente parcelas pagas indevidamente em contrato de financiamento.

De acordo com o processo, a cliente encaminhou e-mail para o banco solicitando informações sobre como quitar a operação. Dias depois, ela foi contatada pelo WhatsApp por uma suposta funcionária da instituição e recebeu um boleto no valor de cerca de R$ 19 mil. A cliente pagou o boleto, mas depois descobriu que o documento havia sido emitido por criminosos.

Para o TJSP, o golpe contra a cliente foi aplicado por meio de negociações realizadas de maneira informal. O tribunal também considerou que as informações do boleto falso divergiam dos dados constantes do contrato de financiamento e que a consumidora falhou em seu dever de segurança e cautela.

A ministra Nancy Andrighi, relatora do recurso da cliente, explicou que, nos termos da tese fixada no julgamento do Tema Repetitivo 466 – que contribuiu para a edição da Súmula 479 do STJ –, as instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno em caso de fraudes praticadas por terceiros, tendo em vista que a responsabilidade decorre do risco da atividade.

Em relação aos chamados golpes de engenharia social, a relatora comentou que os criminosos costumam conhecer os dados pessoais das vítimas e, com base neles, usam técnicas psicológicas de persuasão – a exemplo da simulação de um atendimento bancário verdadeiro – como forma de atingir seu objetivo ilícito.

"Assim, para imputar a responsabilidade às instituições financeiras, no que tange ao vazamento de dados pessoais que culminaram na facilitação de estelionato, deve-se garantir que a origem do indevido tratamento seja o sistema bancário. Os nexos de causalidade e imputação, portanto, dependem da hipótese concretamente analisada", ponderou a ministra.

Nesse cenário, a ministra apontou que não poderia ser imputada ao banco a responsabilidade exclusiva no caso de vazamento de dados cadastrais básicos, como nome e CPF, porque essas informações podem ser obtidas por fontes alternativas.

Por outro lado, caso os dados do consumidor sejam vinculados a operações e serviços bancários, a instituição tem o dever de armazenamento e proteção, sob pena de eventual vazamento configurar falha na prestação do serviço.

Nancy Andrighi destacou que, nos termos do artigo 44 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o tratamento de dados será irregular quando não fornecer a segurança que o titular espera, considerando-se o resultado e os riscos desse tratamento.

No caso analisado, a ministra reforçou que, segundo as informações dos autos, os criminosos detinham dados pessoais da cliente referentes às suas operações bancárias. A relatora também apontou que, embora o boleto falso tivesse diferenças em relação aos documentos verdadeiros, não se espera que uma pessoa comum seja sempre capaz de identificá-las.

Segundo a relatora, algumas circunstâncias pesam a favor da responsabilização do banco: o estelionatário tinha conhecimento de que a vítima era cliente da instituição financeira, sabia que ela encaminhou e-mail com a finalidade de quitar sua dívida e também possuía dados relativos ao financiamento.

Essas informações, sobretudo os dados pessoais bancários, são sigilosas, e seu tratamento incumbe à entidade bancária com exclusividade, concluiu a ministra ao restabelecer a sentença.

* Com informações do STJ

https://www.convergenciadigital.com.br/Seguranca/STJ%3A-Banco-responde-por-dados-usados-em-golpe-64556.html

Desafios no Recrutamento e Seleção: 5 dicas para atrair os melhores talentos.

Empresa pode recorrer a estratégias nas fases de recrutamento e seleção para atrair talentos de maneira eficaz

Contar com os profissionais certos no time é um dos itens essenciais para atingir os objetivos do negócio.

Mas uma questão é: como atrair os melhores talentos para a sua empresa?

A atração de talentos passa por diversas estratégias, sendo que algumas delas exigem a construção de boas práticas de forma estruturada e contínua.

Em um mercado tão competitivo, contar com as pessoas certas em cada posto de trabalho é um aspecto importantíssimo. Neste sentido, fica claro que recrutar e selecionar adequadamente é fundamental para o sucesso de uma empresa.

No entanto, enfrentar desafios nesse processo é comum. A seguir, reunimos cinco dicas para atrair os melhores talentos e superar essas dificuldades:

1. Desenvolva uma marca empregadora forte

Este é justamente um dos itens que demanda tempo e ações contínuas. A marca empregadora é a imagem que sua empresa projeta como “bom lugar para trabalhar”. Assim, sendo um ambiente atrativo do ponto de vista dos profissionais, talentos qualificados verão sua empresa com bons olhos.

Certifique-se de que a cultura, os valores e as oportunidades de crescimento da empresa sejam bem comunicados. Destaque benefícios, políticas de equilíbrio entre vida pessoal e profissional, práticas de inclusão e outros pontos fortes do negócio.

2. Atente-se ao perfil pretendido e à divulgação da oportunidade

Muitas vezes, erros no recrutamento e seleção são causados por falhas na própria definição do perfil pela área demandante. É necessário mapear bem quais as habilidades o profissional deve ter em termos de hard e soft skills. Esse ponto é crucial para chegar ao profissional adequado.

Além disso, ao divulgar a vaga, a descrição de cargo deve ser transparente e informativa, contendo as responsabilidades do cargo e os requisitos essenciais, técnicos e comportamentais.

3. Avalie diferentes canais para recrutamento

Onde o tipo de profissional que você busca costuma buscar por vagas? Essa é uma boa reflexão e é preciso conhecer um pouco os hábitos dos talentos nos dias de hoje.

Nesse trabalho de recrutamento, vale considerar uma variedade de fontes de captação, como sites de emprego, entidades de classe, redes sociais, parcerias com universidades, programas de indicações de funcionários e até mesmo a busca ativa (hunting). Variar as formas ampliará o alcance e atrairá candidatos de diferentes origens.

4. Otimize os processos de candidatura e seleção

Um processo de candidatura complicado ou demorado pode afastar talentos valiosos. Ao mesmo tempo, o processo deve facilitar o trabalho de seleção e promover uma boa experiência para o candidato.

Na seleção, entrevistas, testes práticos e avaliações de competências devem ter objetivos claros, e realmente contribuírem para encontrar profissionais que tenham fit com a cultura organizacional da empresa. Etapas desnecessárias desgastam o candidato e geram custos (até mesmo trabalhistas) que poderiam ser evitados.

5. Considere contar com parceiros externos no recrutamento e seleção

Buscar assessoria especializada para as etapas relacionadas à atração de novos talentos traz inúmeros benefícios, uma vez que esse tipo de suporte responde rapidamente e efetivamente às necessidades de contratação.

A terceirização do processo de recrutamento e seleção assegura a utilização de metodologias atuais e eficazes para identificar os melhores talentos.

Essa, inclusive, é uma boa forma de aumentar a qualidade das contratações.

https://www.dpc.com.br/desafios-no-recrutamento-e-selecao-5-dicas-para-atrair-os-melhores-talentos/?bx_sender_conversion_id=5295608&utm_source=newsletter&utm_medium=mail&utm_campaign=setembro2023

A eficácia da tecnologia em nuvem na área da Contabilidade.

Uso da tecnologia é crucial para proteger dados financeiros e contábeis

A tecnologia em nuvem impacta, significativamente, várias áreas da indústria e do setor de serviços.

A Contabilidade não é exceção.

Nos últimos anos, o armazenamento de dados em mídias não locais tem oferecido diversas vantagens a contadores, empresas do ramo e stakeholders.

Ele permite que profissionais e clientes acessem dados e aplicações contábeis de qualquer lugar e a qualquer momento, o que proporciona grande ajuda a equipes distribuídas e colaboradores que precisam se deslocar com frequência.

“A nuvem facilita a colaboração em tempo real entre membros da equipe, bem como entre contadores e seus clientes. Isso ajuda na celeridade da tomada de decisões”, diz o conselheiro do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Glaydson Trajano Farias.

“As soluções em nuvem são altamente escaláveis, permitindo que as empresas ajustem rapidamente seus recursos com base em suas necessidades. Isso é particularmente útil durante períodos de alta demanda, como a temporada de impostos.”

Muitos softwares de Contabilidade em nuvem apresentam recursos de automação que minimizam tarefas manuais e redundantes, de forma a reduzir a incidência de erros humanos e permitir que os contadores se concentrem em atividades de maior valor agregado, como análise e consultoria.

No que diz respeito à segurança, os provedores dos serviços geralmente oferecem medidas robustas, incluindo criptografia, autenticação de dois fatores e backups regulares para proteger dados sensíveis.

“A tecnologia em nuvem oferece mecanismos eficazes de recuperação de desastres, o que é crucial para proteger dados financeiros e contábeis em casos de falhas de hardware, ataques cibernéticos ou outros incidentes”, explica.

“Manter-se em conformidade com regulamentações e padrões contábeis é crucial. As atualizações de software em mídias não locais podem ser implementadas automaticamente, assegurando que o profissional da contabilidade trabalhe com as versões mais atualizadas e em conformidade com as regulamentações.”

Outra vantagem, segundo Glaydson, é que as soluções de contabilidade em nuvem frequentemente oferecem ferramentas de análise que ajudam na avaliação do desempenho dos negócios, no planejamento financeiro e na tomada de decisões estratégicas, oportunizando insights valiosos derivados de dados e oportunidades para que os profissionais atuem como consultores estratégicos em negócios.

“Muitas plataformas de contabilidade em nuvem vêm com ferramentas analíticas integradas, permitindo aos contadores e empresários uma melhor visão e compreensão do desempenho financeiro da empresa.

Para muitas empresas e profissionais do setor, a tecnologia não local tem se mostrado uma solução eficiente em termos de custo, tempo e recursos.

No entanto, como qualquer outra, ela tem suas limitações e desafios, como questões de latência de rede ou preocupações com a privacidade dos dados em determinadas jurisdições.

Por isso, é crucial avaliar cuidadosamente as necessidades específicas da organização ao considerar que recurso será ou não adotado."

Antes de selecionar uma solução de armazenamento, o conselheiro do CFC sugere que se faça uma avaliação das necessidades no que diz respeito a requisitos de acesso e em termos de volume e tipo de dados trabalhados.

A partir disso, pode-se selecionar a plataforma de armazenamento que melhor se adapte às próprias necessidades, seja ela em nuvem, local ou híbrida. "Feita a escolha, devem ser estabelecidas políticas claras sobre quem tem autorização para acessar quais dados e que tipos de alterações podem ser realizadas.

Devem ser mantidos registros detalhados de atividades de acesso e modificações nos dados.

Ferramentas de monitoramento para alertas em tempo real sobre atividades suspeitas também são de grande importância.

https://cfc.org.br/noticias/a-eficacia-da-tecnologia-em-nuvem-na-area-da-contabilidade/

Erros na contribuição ao INSS: Como empreendedores devem evitá-los para garantir sua aposentadoria.

As contribuições ao INSS após a aposentadoria

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Brasil atualmente abriga cerca de 42 milhões de empreendedores, sejam eles formais ou informais.

Com o objetivo de garantir uma aposentadoria segura, muitos desses brasileiros optam por contribuir para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) por conta própria. No entanto, é comum que alguns cometam erros básicos devido à falta de conhecimento sobre como efetuar essas contribuições adequadamente.

Dentre esses erros, destacam-se o pagamento abaixo do salário-mínimo ou acima do teto estipulado pelo INSS, que atualmente é de R$7.507,49.

Conversamos com o advogado especialista em direito previdenciário, Fernando Zaccaro, para entender melhor os erros mais comuns que os empreendedores cometem ao contribuir para o INSS por conta própria.

Fernando destaca que "o primeiro e mais importante erro é não estabelecer um planejamento previdenciário de acordo com os seus objetivos.

Já o segundo é recolher um valor inferior ao salário-mínimo e isso ocorre especialmente no início de cada ano em que este é alterado e o empreendedor esquece de atualizar o valor, já o terceiro erro mais comum, é o recolhimento com o código errado ou até com a alíquota errada e por fim, podemos citar também outro erro bem comum que é recolher em atraso sem qualquer tipo de orientação especializada, já que muitas vezes esse recolhimento pode sequer ser considerado", explica.

Além disso, contribuições em atraso, sem orientação especializada, também são um erro frequente.

"Essas contribuições podem não ser consideradas válidas, o que prejudica o planejamento da aposentadoria do empreendedor", afirma o especialista.

Perguntamos ao advogado como o pagamento abaixo do salário-mínimo pode afetar a aposentadoria dos empreendedores.

Zaccaro explica que "legalmente este recolhimento não será considerado para nenhuma finalidade, ou seja, nem para o cálculo do valor do benefício, muito menos para a carência, nem sequer para a manutenção da qualidade de segurado e ainda para fins de tempo de contribuição, ou seja, este pagamento é desprezado caso não haja complementação, agrupamento ou ajuste com outra contribuição de maior valor", afirma.

Ele também esclarece que empreendedores informais são considerados contribuintes individuais pela legislação previdenciária.

Eles são obrigados a recolher a contribuição previdenciária, que é calculada com base no valor recebido por seu trabalho.

Existem dois tipos de alíquotas de recolhimento: "a de 20% sobre a remuneração, código 1007, destinada ao empreendedor que deseja aposentar por idade com valor acima do salário-mínimo ou até mesmo aqueles que já contribuíram bastante no passado e pretendem atingir as regras de transição da aposentadoria por tempo de contribuição.

E também a de 11% sobre o salário-mínimo, para aquele empreendedor que pretende recolher o mínimo e somente se aposentar por idade, cujo código de recolhimento é o 1163", esclarece.

Se um empreendedor fez contribuições abaixo do salário-mínimo, é possível complementá-las, agrupá-las com outras contribuições mais baixas ou usar o excedente de contribuições maiores.

"Essas solicitações podem ser feitas por meio do telefone 135 ou pelo site e aplicativo do Meu INSS", disse.

As contribuições feitas acima do teto do INSS não têm efeito e não influenciam o cálculo do valor do benefício.

O excedente é simplesmente ignorado.

Recuperar valores pagos em excesso pode ser desafiador, especialmente se as contribuições foram feitas há mais de cinco anos. No entanto, o advogado diz que é possível solicitar restituição, ressarcimento, reembolso ou compensação por meio do site da Receita Federal do Brasil, caso não tenham passado cinco anos.

Segundo Fernando, contribuir para a previdência social de forma correta e consistente desde o início da atividade empreendedora oferece inúmeros benefícios. Além de garantir proteção contra riscos sociais, como invalidez e morte, contribuições adequadas permitem uma aposentadoria tranquila e no menor tempo possível, seguindo um planejamento previdenciário adaptado às necessidades do empreendedor.

Para garantir que estão contribuindo corretamente com o INSS, tanto empreendedores formais quanto informais devem manter a documentação adequada. Isso inclui o contrato social e suas alterações para empreendedores formais, bem como comprovantes de atividades para empreendedores informais, como recibos, notas fiscais, mensagens de celular e e-mails.

Além disso, é fundamental acompanhar regularmente as contribuições no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) e garantir que as contribuições sejam consistentes com a declaração anual do Imposto de Renda.

Finalmente, os empreendedores devem estar atentos a mudanças anuais no valor do salário-mínimo e verificar regularmente o CNIS para acompanhar as contribuições.

Qualquer mudança na remuneração mensal deve ser refletida nas contribuições feitas ao INSS.

https://www.diariodepetropolis.com.br/integra/erros-na-contribuicao-ao-inss-como-empreendedores-devem-evita-los-para-garantir-sua-aposentadoria-251871?utm_smid=10876923-1-1

Anatel cria portal sobre fraudes e o que fazer em caso de roubo de celular.

A Anatel lançou nesta terça, 17/10, dois novos portais para divulgar e orientar sobre segurança online e habilidades digitais.

No de segurança, a agência explica quais são as fraudes mais comuns e indica o que fazer no caso de furto ou roubo de aparelhos celulares.

“Orientações sobre como bloquear o celular são importantes porque ali estão redes sociais, contas bancárias etc., e quando o terminal é bloqueado, ele perde o valor para quem roubou.

O furto de celular passa a ter menos atratividade”, destacou o superintendente de controle de obrigações da Anatel.

Segundo ele, já começou a implementação e começa a funcionar gradativamente em janeiro de 2024 o protocolo de autenticação e identificação de chamadas conhecido como ‘stir shaken’.

Como as chamadas passam a ter um ‘selo’ de procedência legítima, o sistema terá impacto tanto em fraudes em chamadas indesejadas.

“O stir shaken vai ser muito útil para prevenir fraudes.

A expectativa é que em janeiro tenhamos as primeiras chamadas com a autenticação e identificação das chamadas. É uma medida contra a fraude e ao mesmo tempo contra o telemarketing abusivo”, afirmou Borges.

Habilidades

Também nesta terça a Anatel lançou um portal sobre habilidades digitais.

Além de ações específicas – como uma pesquisa em curso sobre conectividade significativa – o site traz cursos online e material educativo.

“O desafio é muito grande nesse ambiente frente a transformação digital que vivemos.

As benesses são muito grandes, mas há riscos. A boa notícia é que habilidades digitais podem ser desenvolvidas por todos”, ressaltou a superintendente de relações com consumidores, Cristiana Camarate.

Esse mesmo portal tem uma área específica sobre proteção de crianças e adolescentes na internet, um conjunto de cartilhas produzidas pela União Internacional de Telecomunicações e traduzidas para o português.

https://www.convergenciadigital.com.br/Telecom/Anatel-cria-portal-sobre-fraudes-e-o-que-fazer-em-caso-de-roubo-de-celular-64505.html

A importância do correto enquadramento de sindicato patronal e de empregados.

Por Paula R. Estevam Ferreira e Mariana Machado Pedroso (*)

A estrutura sindical foi introduzida em nosso ordenamento pela CLT, em 1943. Dentre outras disposições, o regramento previu o enquadramento sindical.

Apesar da temática sindical também estar prevista na Constituição e ter trazido importantes previsões quanto à autonomia sindical, não previu, expressamente, quaisquer disposições a respeito do enquadramento propriamente dito.

Mas, afinal, o que é enquadramento sindical e quais as consequências que o incorreto enquadramento pode trazer, em especial para os empregadores?

Revisitando alguns ensinamentos do ministro Mauricio Godinho Delgado, a organização sindical ocorre pela correlação entre categoria e monopólio da representação em determinada base territorial.

No aspecto legal, seguindo a mesma lógica, o enquadramento sindical deve observar critérios legalmente previstos que, em regra, são:

1) atividade econômica preponderante do empregador; e

2) localidade em que são desenvolvidas as atividades pelos empregados (base territorial).

E, neste ponto, é importante destacar que este enquadramento sindical sempre será automático (ao contrário da associação ou filiação que decorre de manifestação de vontade) e não autoriza que o empregador ou empregado faça uma escolha pelo sindicato que gostaria que os representasse.

Tem-se, portanto, que o enquadramento do empregador ocorrerá com a criação da empresa e apontamento da sua atividade econômica preponderante, que é expressa através do Código Nacional da Atividade Econômica ou Cnae.

Já o enquadramento do empregado ocorrerá na sequência e será, em regra, pelo sindicato profissional que representa os empregados que atuem na atividade econômica preponderante do empregador naquela base territorial. No entanto, se este empregado porventura integrar o que é conhecido como categoria profissional diferenciada, sua representação sindical ficará sob a responsabilidade deste sindicato da categoria diferenciada na base territorial.

Categoria diferenciada, de acordo com a lei, é aquela que se forma pelos empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas, seja por força de um estatuto profissional, seja pelas condições de vida singulares como, p.ex., profissionais de enfermagem, propagandistas vendedores de produtos farmacêuticos e os práticos de farmácia.

Vencida mais esta etapa, é hora de verificar o local da prestação de serviços e a representatividade dos Sindicatos, patronal e profissional, na localidade, aplicando, assim, a segunda regra do enquadramento sindical.

E aqui importa destacar que nem sempre os Sindicatos que representam o Cnae da empresa ou a categoria profissional do empregado, se farão representados na localidade da prestação de serviços. No entanto este complexo tema ficará para uma outra oportunidade!

Retomando, feito o difícil estudo sobre o enquadramento sindical (sim, estudo, porque não há uma tabela oficial indicando todos os sindicatos e Cnaes representados nas localidades para ser consultado) e ultrapassado o correto enquadramento, estará a empresa apta para buscar eventuais convenções coletivas de trabalho eventualmente aplicáveis aos contratos de trabalhos de seus empregados.

Vale dizer que também é possível que os sindicatos, profissional e patronal, não tenham firmado uma convenção coletiva de trabalho, especialmente quando se tratar de categoria profissional diferenciada (mais comum). Neste caso, e sendo de interesse da empregadora, poderá ser proposto um acordo coletivo de trabalho a ser firmado diretamente pela empresa com o sindicato dos empregados.

Pode-se concluir, portanto, que, após a empresa identificar corretamente seu enquadramento sindical, adotará os instrumentos coletivos corretos aplicáveis à categoria profissional.

Tais instrumentos contém previsões de observância obrigatória, como reajustes salariais, pisos da categoria profissional, adicionais com percentuais diversos dos previstos em lei, auxílio-alimentação, seguro de vida, plano de saúde, dentre outros.

Assim, observando a empresa o correto enquadramento e, consequentemente, aplicando as normas coletivas próprias, o risco de criação de um passivo trabalhista pelo descumprimento dos referidos instrumentos é substancialmente reduzido.

Dentre outras consequências provenientes do enquadramento feito de forma inadequada, além do passivo trabalhista que pode ser materializado através do ajuizamento de ações individuais pelos empregados na justiça do trabalho e, até mesmo, pelo próprio Sindicato profissional mediante a propositura de uma ação coletiva (ou até mesmo de cumprimento tencionando obrigar a empregadora a cumprir as obrigações convencionais), tal irregularidade também pode ser objeto de fiscalização e

autuação pelo Ministério do Trabalho e Emprego através de seus auditores ou de investigação a ser promovida pelo Ministério Público do Trabalho (com menor frequência).

Paula R. Estevam Ferreira é advogada trabalhista no Chenut Advogados.

Mariana Machado Pedroso é especialista em Direito do Trabalho e sócia do Chenut Oliveira Santiago Advogados.

ConJur - Ferreira e Pedroso: Importância do correto enquadramento sindical

Lei obriga inserção de dado étnico-racial nos documentos trabalhistas; entenda e atualize-se.

Lei 14.553, de 20 de abril de 2023, alterou a Lei 12.288/2012, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, requerendo os dados nos documentos.

As empresas e os setores públicos devem informar a etnia de seus trabalhadores nos registros administrativos, tais como: formulários de admissão e demissão no emprego, Comunicação de Acidente do Trabalho, Sine, inscrição no Regime Geral de Previdência Social.

No eSocial, os dados já constam de alguns eventos.

A informação deve ser fornecida com base na autoclassificação do próprio trabalhador.

Essa obrigatoriedade foi determinada por meio da Lei 14.553, de 20 de abril de 2023, alterando a Lei 12.288/2012, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial.

Ao tornar obrigatória a inserção sobre raça nos registros públicos e privados, o objetivo do Governo é garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância.

Por meio da Portaria nº 1.945/2023, o Ministério da Previdência Social determinou a inclusão dos campos de raça, cor e etnia nos formulários de cadastramento daquele ministério, sendo que o campo deverá conter as identificações amarelo, branco, pardo, preto e indígena.

É importante destacar que, no caso do eSocial, provavelmente, o Comitê Gestor do eSocial irá proceder aos ajustes necessários em seus leiautes para observância da determinação legal.

Quando isso ocorrer, entende-se que nos eventos que pedem informação sobre raça não deveria haver mais o campo com a opção de “não informado”.

Ou seja, os campos válidos para preenchimento do eSocial sobre raça seriam: 1 – Branca; 2 – Preta; 3 – Parda; 4 – Amarela; ou 5 – Indígena.

Com isso, é importante que os empresários busquem desde já a autodeclaração de seus colaboradores e atualizem os dados na empresa.

Recomenda-se não deixar para a última hora. Afinal, no dia a dia das organizações é comum haver colaboradores em férias ou afastamento.

LGPD: tenha cuidado com dados sensíveis

Você pode escolher a melhor maneira de coletar a informação sobre etnia de seus colaboradores, conforme o perfil e o porte da sua empresa.

Pode ser por meio de formulário eletrônico, resposta a e-mail ou consulta escrita direta.

Porém, independentemente de como for feita a coleta, é preciso seguir as normas da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) , que considera dado pessoal sensível qualquer informação sobre "origem racial ou étnica", entre várias outras características e orientações do indivíduo.

Isso significa que a empresa deve ter um cuidado especial para que essas informações não sejam vazadas e caiam em mãos indevidas.

Assim os dados sobre etnia podem ser coletados pela empresa e disponibilizados aos sistemas governamentais sem qualquer problema legal, desde que seja com a finalidade de uso adequado e com total atenção e conformidade da empresa e seu contador no tratamento desses dados.

Fonte: IOB Notícias e Portal Contábeis

https://fenacon.org.br/noticias/lei-obriga-insercao-de-dado-etnico-racial-nos-documentos-trabalhistas-entenda-e-atualize-se/?utm_smid=10854196-1-1

Mantida incidência de adicional noturno sobre prorrogação da jornada.

No período deferido, a norma coletiva não limitava o pagamento do adicional ao horário previsto na CLT

16/10/23 – A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve a condenação da Vale S.A. ao pagamento de diferenças de adicional noturno sobre as horas prorrogadas do horário noturno. Segundo a decisão, a norma coletiva não limitava a incidência do adicional, e, portanto, as horas em continuidade devem ter o mesmo tratamento remuneratório das antecedentes.

TRABALHO NOTURNO
De acordo com o artigo 73 da CLT, considera-se noturno o trabalho executado entre as 22h de um dia e as 5h do dia seguinte. Nesse período, deve ser pago um adicional de 20%, e cada 52min30s correspondem a uma hora para fins da remuneração.

DIFERENÇAS
O acordo coletivo firmado entre a Vale e o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Ferros e Metais Básicos de Mariana (MG) previa que a hora de trabalho noturno seria "cheia" (de 60 minutos), com adicional de 65% (20% pelo trabalho noturno e 45% para o pagamento dos sete minutos e 30 segundos decorrentes da ampliação da hora noturna). Segundo o sindicato, também era devido o adicional noturno incidente sobre as horas de trabalho prestado após as 5h da manhã.

TRIPLO

Em contestação, a Vale defendeu que a cláusula normativa limitava o direito ao adicional noturno ao período das 22h às 05h. A empresa argumentou, ainda, que o adicional pago era mais do que o do triplo do previsto na CLT, justamente em razão da negociação coletiva da categoria.

TRT
O juízo de origem negou o pedido de diferenças, mas a sentença foi reformada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG). Segundo a decisão, as horas trabalhadas após as 5h da manhã, em continuidade ao horário legalmente estabelecido como noturno, também devem ser remuneradas com o adicional.

NEGOCIAÇÃO COLETIVA
O relator do recurso de revista da Vale no TST, ministro Mauricio Godinho Delgado, explicou que, de acordo com a jurisprudência do TST (Súmula 60), se a jornada for integralmente cumprida no período noturno e prorrogada, o adicional também é devido sobre o tempo prorrogado. Por outro lado, também se firmou o entendimento de que é válida a negociação coletiva trabalhista que fixa o pagamento do adicional noturno superior aos 20% e, em contrapartida, a hora noturna cheia e a limitação ao horário previsto na CLT.

PREVISÃO EXPRESSA
No caso, porém, ele observou que apenas a partir de 31/10/2018 a norma coletiva passou a prever expressamente que o adicional noturno de 65% incidiria especificamente entre 22h e 5h, afastando o pagamento no período de prorrogação da jornada noturna, ou seja após as 5h.

Diante desse cenário, o ministro considerou correta a condenação da Vale ao pagamento das diferenças relativas ao período anterior a 31/10/2018.

A decisão foi unânime.

Processo: Ag-RRag-10475-32.2019.5.03.0069

Fonte: Tribunal Superior do Trabalho, por Ricardo Reis

"Desculpe a demora em responder"

Como lidar com o excesso de e-mails

Os e-mails se tornaram uma parte fundamental de nossas vidas profissionais e pessoais. Tão onipresentes que é difícil imaginar um mundo onde eles não existem. E por isso mesmo podem sobrecarregar e afetar a produtividade e nossa saúde mental. Seja o grande volume de e-mails que recebemos diariamente ou a constante expectativa de resposta, há muitos motivos pelos quais verificar a caixa de entrada pode ser exaustivo.

O tempo gasto por causa do excesso de e-mails

Estima-se que uma pessoa verifica seus e-mails, em média, 15 vezes por dia e, em cada visita, perde de 15 a 25 minutos. Segundo essa projeção, a pessoa gasta cerca de metade de um dia de trabalho de oito horas olhando a sua caixa de entrada. Ainda preveem que uma pessoa envia e recebe mais de 120 e-mails por dia, com essa quantidade aumentando cerca de 4% ao ano.

Como resultado, o fluxo interminável de mensagens pode se tornar monótono e demorado. Além disso, cada vez mais espera-se uma resposta rápida por causa do aumento de tempo que as pessoas usam dispositivos eletrônicos com acesso ao e-mail. Em um contexto profissional, é comum esperar que uma pessoa responda a um e-mail nas próximas 24 horas. Mas, na realidade, sabemos que a maioria espera uma resposta bem mais rápida do que isso.

Infelizmente, isso não só nos prende aos eletrônicos como também se insere nas nossas noites e nos fins de semana, não dando tempo para nos afastarmos mental ou emocionalmente do trabalho. Essas expectativas de conectividade são uma das principais culpadas da ansiedade gerada por mensagens e e-mails. Embora possa ser desafiador, é importante que todos estabeleçam limites consigo mesmos e com aqueles que convivem no trabalho em relação às expectativas e ao momento de resposta a e-mails.

A procrastinação é o medo do fracasso

Grande parte de uma relação comunicacional é não-verbal. Voz, entonação, linguagem corporal e expressão facial são importantes nesse processo. Portanto, quando somos forçados a transmitir ideias importantes ou que dependem de um contexto específico, pode ser difícil colocar esses elementos não verbais em uma mensagem digitada. Consequentemente, nos preocupamos excessivamente em conseguir dar uma intencionalidade exata por meio texto, tom e tamanho da mensagem.

Além disso, a tarefa de responder e-mails pode ser adiada devido à nossa percepção de dificuldade de montar a mensagem ou à expectativa de precisar de tempo ininterrupto para nos concentrarmos em respondê-los. Isso leva a um aumento de expectativas para a resposta e um maior acúmulo de e-mails que levam, infelizmente, a um aumento da ansiedade.

E-mail profissional: melhores práticas (e o que não fazer nunca)

Procrastinar por causa disso é comum e está enraizado em algo mais profundo: o medo. Medo de errar, medo da lista de tarefas ou algum outro tipo de medo que esteja causando paralisia. Os psicólogos recomendam dar um passo atrás e identificar seu medo, depois respirar profundamente para se acalmar e focar no que deve ser executado. O próximo passo é encontrar uma maneira de dividir a tarefa complexa em partes mais simples.

A carga mental do excesso de e-mails

A comunicação por e-mail requer esforço mental não apenas para processar as informações que chegam, mas também para redigir respostas e organizar pensamentos. Quando é preciso lidar com vários e-mails ao mesmo tempo, isso pode levar a uma sobrecarga cognitiva. É aí que surge a sensação de estar fadigado. A dificuldade para tomar decisões também é responsável pelo nível de estresse do nosso cérebro ao enviar e-mails. Quanto mais decisões temos que tomar para completar uma tarefa, especialmente quando envolvem temas importantes, mais exaustos ficamos mentalmente.

Para muitos, a solução, pelo menos a curto prazo, é evitar completamente o culpado – neste caso, a caixa de entrada. O comportamento de evitar o que preocupa é normal quando alguém se sente esgotado. Mas isso inevitavelmente leva a uma caixa de entrada mais cheia e a uma lista de tarefas mais longa, aumentando a sua ansiedade.

Organização ajuda a responder e-mails

Felizmente, sabemos que a desordem e a ansiedade estão ligadas. Assim, uma solução para ajudar na carga cognitiva é a organização para simplificar sua caixa de entrada e rotina de e-mail. É preciso um esforço maior no começo, mas há muitos truques e ferramentas que podem ajudar a gerenciar sua caixa de entrada. Isso inclui comandos simples, como as funções de silenciar notificações quando você está ocupado e o bloqueio da conta de e-mail para aqueles que não conseguem lutar contra a vontade de verificar a caixa de entrada fora do horário comercial. Há também muitas ferramentas de IA projetadas para melhorar sua redação e as mensagens com base na sua intenção e no destinatário delas.

Embora o e-mail possa gerar sobrecarga e a procrastinação seja uma luta para muitos, existem maneiras de superar esses desafios. O mais importante é lembrar-se de que suas saúdes mental e emocional são importantes. Se um e-mail precisar esperar, ele poderá esperar. Mas, se você sabe o que precisa fazer para respondê-los de uma vez, dê um passo atrás, respire fundo e pense sobre qual é realmente o problema em questão. A partir daí, você pode fazer um plano para concluir a tarefa em quantas pequenas etapas forem necessárias.

Quatro maneiras de usar emojis no trabalho de forma adequada

1 - Sempre compreenda o contexto

É fundamental sempre entender o contexto da comunicação antes de enviar um emoji. Leve em consideração não apenas o assunto da conversa, mas também quem está recebendo sua mensagem. Tenha em mente a hierarquia profissional e a natureza do seu relacionamento com essa pessoa. O uso de emojis deve complementar o conteúdo da conversa. Por exemplo, um emoji de polegar para cima pode ser adequado para uma concordância simples em uma discussão de equipe, mas pode não ser adequado para uma interação mais formal com um gerente sênior ou um cliente.

2 - Use com moderação

Embora os emojis possam trazer proximidade a uma conversa, muitos deles podem tirar o foco do conteúdo da mensagem e parecer imaturos. Encontrar o equilíbrio nesse uso é fundamental – no máximo um ou dois em uma mesma interação. O uso excessivo de emojis pode levar à ambiguidade e má interpretação, afetando negativamente a sua comunicação.

3 - Nunca use emojis em documentos formais e e-mails

Existem certos lugares nos quais os emojis não devem ser usados, como em documentos ou e-mails. A menos que a cultura organizacional da sua empresa permita especificamente tais usos, evite enviar emojis em ambientes formais. Se esses símbolos forem aceitáveis, certifique-se de que os emojis que você escolher sejam apropriados para a situação. O uso de emojis em conversas profissionais não deve diminuir o profissionalismo do contexto.

4 - Aprenda com as gerações mais jovem

Os significados dos emojis podem ser complexos e confusos, com novos símbolos sendo criados o tempo todo e cada um deles podendo ter diferentes interpretações. Se você estiver inseguro de como usá-los, não hesite em procurar a ajuda de alguém que esteja mais habituado com isso, como colegas mais jovens ou mais familiarizados com tecnologias. Estar aberto ao aprendizado não apenas ajuda a evitar possíveis erros, mas também a se manter atualizado e relevante com uma comunicação digital em rápida evolução.

Fonte: Forbes Brasil - Nicole F. Roberts - traduzido por Gabriela Guido.

Perito Contador e sua Importância na Instrução Probante de uma Demanda.

Prof. Me. Wilson Alberto Zappa Hoog[i]

A instrução probante é ato obrigatório dos litigantes, nos termos do art. 373 do CPC/2015, portanto, se as provas são produzidas nos autos, é deveras importante uma avaliação prévia do corpo probante antes da proposição de uma demanda, para se evitar o risco de uma liquidação da sentença igual a zero, com o ônus de sucumbência em desfavor do promovente, entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da causa, § 2° do art. 85 do CPC/2015, somando-se aos honorários de sucumbência, todas as custas e despesas processuais.

Assessoria contábil estratégica de um perito para a avaliação das provas, é condição sem a qual, não se deve demandar. Pois é absolutamente necessário, saber se os documentos, livros e relatórios contábeis estão revestidos das formalidades intrínsecas e extrínsecas mínimas necessárias para uma validação, em especial, no que se refere à veracidade e utilidade das informações para os fins probantes que se pretende.

Os documentos contábeis, sempre, por uma questão de regra pétrea, devem ser avaliados previamente, por um contador especializado, em caso de demandas que envolvem direitos patrimoniais, como, por exemplo: lucros cessantes e indenizações, entre vários tipos de demandas, a petição inicial deve ser instruída com prova contábil documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor. Pois não mais se admite aventuras judiciais, porquanto, a interpretação pelo julgador, do pedido, considerará o conjunto da postulação, as provas dos fatos alegados observando a ampla defesa, o contraditório e o princípio da boa-fé.

Estamos escrevendo que um perito em contabilidade deve ser contratado para avaliar a situação probante, riscos de perda econômica por falta de prova. Tal diagnóstico de risco, é formado a partir do ceticismo aplicado na análise da escrituração contábil, seus relatórios de documentos de suporte, sendo que o diagnóstico pode apresentar uma asseguração contábil inexistente, limitada ou razoável, lembrado que uma asseguração absoluta não existe no âmbito da ciência.

Um diagnóstico pericial representa a análise pericial contabilística de: uma lesão patrimonial, das perdas, danos e lucros cessantes, inclusive o epistemicídio contábil, fraudes, evasões, abuso de direito ou de poder, desvio de bens, desclassificação da escrita contábil e seus supostos elementos probantes, haveres ou deveres, entre outras hipóteses, parte de uma análise investigativa, pesquisa, reconhecimento, descrição minuciosa de uma situação com base em método científico, para se obter, pela via de cognição, a determinação, identificação, indicação, qualificação de alguma coisa, com uma dosimetria de asseguração contábil. O diagnóstico pericial é um elemento descritivo, tipificado e constante da Teoria da Eficiência da Prova Pericial Contábil. O diagnóstico deve ser feito por investigação e testabilidade, nos documentos tidos pelos litigantes como probantes e que instruíram a demanda, os quais devem ser adequados em sua extensão de evidências ao que se pretende demonstrar. O diagnóstico está ligado à asseguração contábil, que pode ser: razoável, limitada ou inexistente, o que inclui especificidades dos atos e fatos patrimoniais, tais como: o conjunto da escrituração contábil e suas demonstrações financeiras, o perfil do agente, padrão de conduta, a tipicidade, a situação econômico-financeira-social, a cronologia dos atos e fatos, e a hipótese de aferição por arbitramento, entre outras.

A figura do perito que avalia previamente os fatos, os documentos e os livros, para compor a base probante contábil vinculada à instrução dos autos, não representa uma de despesa, e sim, um importante investimento na avaliação de riscos, que não depende da jurisprudência ou opinião dos juristas, e sim, em uma verdade lastreada nas hipóteses de asseguração contábil, em função do procedimento pericial de testabilidade.

A expressão "representação adequada dos documentos probantes", consiste em um requisito axiomático, o que implica nos pressupostos fundamentais da sustentação probante.

Esta reflexão científica tem como objetivo apresentar um alerta sobre riscos de aventuras jurídicas, pontualmente no que diz respeito à situação real das provas que constituem o direito de um promovente, cujas consequências por uma aventura, representa a sucumbência por uma liquidação com valor zero ou inexistente por falta de prova, ou seja, pode o promovente ganhar a demanda, e não receber nada, mas pagará todas as despesas, custas e honorários de sucumbência. A máxima desta reflexão consiste em: uma coisa é o an debeatur[1], outra é o quantum debeatur[2].

É deveras importante, e não se pode olvidar, que antes de demandar, há uma viripotente necessidade da avaliação dos documentos que serviram de prova por um perito em contabilidade, empregando método científico aceito pelos seus colegas e a escolha da melhor métrica para que a perícia alcance o seu fim probatório. Lembrando que o perito nomeado pelo julgador, não labuta com a obrigação de efetivação do resultado pretendido pelo promovente, ou seja, o perito não está obrigado a fazer o diagnóstico positivo para aquilo que o requerente pretende demonstrar, ou negativo, quiçá, como pretende o requerido, porquanto, o perito nomeado está obrigado a revelar em seu diagnóstico a verdade real se possível, se não, a verdade formal contida nos autos do processo, à luz dos documentos que instruíram a demanda e da ciência da contabilidade, suas teorias, teoremas, axiomas e princípios.

A preparação do dossiê contábil probante[3] é deveras relevante, como combate e mitigação de riscos para o propoente de uma demanda, no que se refere à hipótese do juiz declarar a inépcia da ação, inciso I do art. 330 do CPC/2015, todo o proponente tem o dever de demonstrar a verossimilhança probante vinculada ao direito alegado, sob pena do julgador determinar a inépcia do pedido (indeferimento da ação art. 330 do CPC/2015, por vício insanável ou aplicar as hipótese dos art. 485 e 487 do CPC/2015), sem embargos de um pedido do réu, inciso IV, art. 337 do CPC/2015, de alegação da inépcia da ação, para evitar a inépcia da petição inicial, o autor deverá discriminar, por meio de um dossiê, quais são os elementos probantes, qualificando e quantificando estas informações/documentos contábeis.

A não avaliação mínima dos elementos contábeis probantes, com base em um dossiê probante, pode, quiçá, ser interpretada como uma forma de pedir de modo temerário, ou seja, pode significar atuar em um processo, em que o promovente tem consciência de um pedido injusto por falta de prova, o que significa que o promovente sabia que não tem razão ao ingressar com seu pedido por falta de prova das alegações, podendo este fato ser caracterizado como litigância de má-fé.

Em síntese, a inicial representa uma narrativa do fato, com todas suas ocorrências e características, devendo apontar, objetivamente os elementos probantes em que se funda a ação.

[1] AN DEBEATUR – significa o reconhecimento de uma obrigação a ser cumprida.

[2] QUANTUM DEBEATUR – significa o quanto é devido, com lastro em documentos probantes contábeis idôneos, afastando com esta aferição probante a hipótese de se enquadrar a liquidação da sentença em "lucro zero", ou "sem resultado positivo".

[3] DOSSIÊ CONTÁBIL PROBANTE – representa uma coleção de documentos e informações referentes a uma prova de um fato ou ato patrimonial que se pretende demonstrar. Este conjunto de documentos e informações é útil à elaboração dos quesitos, bem como, ao preparo e formação de um laudo ou de um parecer contábil. A categoria “dossiê” é muito usada no sentido de “relatório” sobre alguém ou sobre algum fato. Este relatório, ou seja, este dossiê, pode conter informações probantes a favor ou contra; ou pode ser simplesmente uma falácia. Dossier ou dossiê, é um conjunto organizado de documentos que contém informações relativas a um determinado assunto, processo ou pessoa. (HOOG, Wilson A. Moderno Dicionário Contábil. 11. ed., Juruá, 2020.)

[i] Wilson A. Zappa Hoog é sócio do Laboratório de perícia forense-arbitral Zappa Hoog & Petrenco, perito em contabilidade e mestre em direito, pesquisador, doutrinador, epistemólogo, com 48 livros publicados, sendo que alguns dos livros já atingiram a marca de 11 e de 16 edições.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil.

HOOG, Wilson A. Moderno Dicionário Contábil. 11. ed., Juruá, 2020.

As reflexões contabilísticas servem de guia referencial para a criação de conceitos, teorias e valores científicos. É o ato ou efeito do espírito de um cientista filósofo de refletir sobre o conhecimento, coisas, atos e fatos, fenômenos, representações, ideias, paradigmas, paradoxos, paralogismos, sofismas, falácias, petições de princípios e hipóteses análogas.

ChatGPT adiciona funcionalidade que permite receber comandos por voz e imagens.

Ferramentas estão sendo adicionadas às versões pagas e os usuários podem conversar com a IA

ChatGPT: Gigantes da tecnologia competem para entrar na era da IA generativa (Agence France-Presse/AFP)

ChatGPT: Gigantes da tecnologia competem para entrar na era da IA generativa

A desenvolvedora do ChatGPT anunciou, nesta segunda-feira, 25, que está adicionando habilidades de voz e imagem a esta plataforma de Inteligência Artificial (IA) generativa, por muito tempo limitada a comandos por escrito.

Segundo a OpenAI, as funcionalidades, que estão sendo adicionadas às versões pagas deste serviço, permitem aos usuários conversar com a IA e inclusive "mostrar-lhe" do que estão falando.

"A voz e a imagem te dão mais formas de usar o ChatGPT em sua vida", informou a companhia em uma publicação.

https://exame.com/inteligencia-artificial/chatgpt-adiciona-funcionalidade-que-permite-receber-comandos-por-voz-e-imagens/?utm_source=crm&utm_medium=email&utm_campaign=newsletter-desperta_conteudo-news_chatgpt-adiciona-funcionalidade-que-permite-receber-comandos-por-voz-e-imagens/&utm_term=n/a&utm_content=n/a

Imposto de Renda sobre herança e doações; indecisão jurídica.

IRPF e as suas recentes interpretações quando falamos sobre herança.

Contribuintes estão recorrendo ao Supremo Tribunal Federal (STF) para contestar a cobrança de Imposto de Renda (IR) sobre ganhos de capital decorrentes da valorização de bens transmitidos por herança ou doação.

No entanto, a questão ainda gera divisão entre os ministros, com algumas decisões favoráveis à União.

Os contribuintes argumentam que pode haver dupla tributação, já que os estados cobram o Imposto sobre Transmissão de Causa Mortis e Doação (ITCMD).

Outro argumento é que o doador não está aumentando seu patrimônio ao transferir bens gratuitamente, mas sim o está recebendo.

O ITCMD é pago pelo herdeiro ou donatário, enquanto o IR é cobrado do doador ou do espólio.

A Lei nº 9.532 estipula que os bens transferidos por herança ou doação podem ser avaliados pelo valor de mercado ou pelo valor declarado pelo doador ou falecido.

A discussão central gira em torno da constitucionalidade do parágrafo 1º da lei, que prevê que a diferença entre o valor de mercado e o valor de aquisição fica sujeita à tributação pelo IR.

Até o momento, a 1ª e 2ª Turmas do STF proferiram acórdãos em sentidos opostos sobre o tema. A falta de uniformidade nas decisões levanta a possibilidade de a Corte analisar o assunto em repercussão geral para dar orientação ao Judiciário.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) sugere submeter a matéria ao Plenário Virtual de repercussão geral, citando precedentes das duas turmas do STF que apoiam a exigência do IR.

A composição das turmas do STF mudou em 2023, o que pode influenciar futuras decisões sobre esse tema complexo e polêmico.

Fonte: Supremo Tribunal Federal

Imposto de Renda sobre herança e doações; indecisão jurídica (contabeis.com.br)

PORTARIA RFB Nº 356, DE 22 DE SETEMBRO DE 2023

Altera a Portaria RFB nº 90, de 6 de dezembro de 2021, que disciplina o atendimento da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil realizado por meio do Chat RFB.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 2.066, de 24 de fevereiro de 2022, resolve:

Art. 1º A Portaria RFB nº 90, de 6 de dezembro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Esta Portaria disciplina o atendimento da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) realizado por meio do Chat RFB, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.066, de 24 de fevereiro de 2022." (NR)

"Art. 3º .....

I - solicitado pelo interessado que acessou o canal, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.066, de 2022; e

.....

Parágrafo único. Cabe ao titular da conta gov.br ou a seu procurador legalmente habilitado a responsabilidade prevista no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 2.066, de 2022." (NR)

"Art. 6º .....

Parágrafo único. Os Superintendentes da Receita Federal do Brasil poderão, de forma justificada, interromper temporariamente os serviços do Chat RFB no âmbito da respectiva região fiscal, mediante edição de Portaria, que deverá:

I - ser publicada no Diário Oficial da União (DOU), com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência em relação ao 1º (primeiro) dia da interrupção dos serviços; e

II - informar o período da interrupção e as formas alternativas de protocolo das demandas de serviços de que trata esta Portaria." (NR)

""Art. 9º-A. O atendimento do Chat RFB será prestado à pessoa física que tenha se autenticado nos termos do art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 2.066, de 2022.

Parágrafo único. O atendimento será encerrado caso o servidor que efetua o atendimento:

I - identifique que o interlocutor não é o titular da conta gov.br de pessoa física, exceto em caso de acesso por representação no qual o representante seja uma pessoa jurídica; ou

II - constate que o interessado procedeu com inobservância dos deveres previstos no art. 4º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, sem prejuízo de eventual representação penal, quando cabível." (NR)

Art. 2º O preâmbulo da Portaria RFB nº 90, de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 2.066, de 24 de fevereiro de 2022,

Art. 3º Para fins do disposto no art. 1º, o art. 9º-A deverá ser inserido no Capítulo IV da Portaria RFB nº 90, de 2021.

Art. 4º Esta Portaria será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor em 1º de novembro de 2023.

ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS

*Este texto não substitui o publicado oficialmente.

http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=133646

Herança e doação: Imposto de Renda e não residência no Brasil

Neste texto abordaremos dois temas correlatos e polêmicos: a incidência do Imposto sobre a Renda – IR sobre a herança e sobre a doação ao não residente no Brasil.

Tanto à herança, quanto à doação, em princípio seriam tributados apenas pelo ITCMD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação, imposto de competência estadual (o IR, por exemplo, possui competência federal, isto é, apenas o governo federal pode legislar sobre o assunto).

Contudo, em 2018 (para doações) e em 2021 (para heranças) a Receita Federal do Brasil – RFB publicou duas Soluções de Consulta (1) interpretando que os não residentes no Brasil devem ser tributados também pelo Imposto de Renda.

A grande polêmica é que isso seria uma clara usurpação de competências, isto é, A União (o governo federal) estaria tributando um item que a Constituição do Brasil tratou como competência de outra esfera federativa (lembrando que, em nosso país, nós temos um sistema federativo dividido em federal, estadual e municipal, onde cada esfera possui autonomias dadas pela própria Constituição de 1988).

Então, se é tão clara a usurpação, como a RFB está fazendo isso?
Infelizmente, enquanto não houver uma decisão judicial erga omnes (que vale para todos), a RFB tem esse poder e, claro, possui argumentação legal para isso.

Nosso objetivo é trazer o tema de forma simples, logo tentaremos ser breves.

Vamos aos fatos!
A partir da alteração legislativa do Regulamento do Imposto sobre a Renda ocorrida em 2018, foi retirado de texto anterior (o Decreto n. 3000/1999) o seguinte inciso/artigo (está riscado para deixar claro que foi revogado):

Art. 690. Não se sujeitam à retenção de que trata o art. 682 as seguintes remessas destinadas ao exterior:

III – os valores dos bens havidos, por herança ou doação, por residente ou domiciliado no exterior; (Decreto 3000/1999).

Além disso, a partir desta alteração legislativa, a RFB publicou duas Soluções sobre a temática.

A primeira ocorreu ainda em 2018, com a Solução de Consulta Cosit n. 309/2018:

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE – IRRF

EMENTA: REMESSAS PARA O EXTERIOR. DOAÇÃO. INCIDÊNCIA.

Os valores remetidos a título de doação a residente ou domiciliado no exterior, pessoa física ou jurídica, sujeitam-se à incidência do IRRF, à alíquota de 15% (quinze por cento), ou de 25% (vinte e cinco por cento), na hipótese de o beneficiário ser residente ou domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), art. 43; Regulamento do Imposto de Renda, anexo ao Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (RIR/2018), art. 744, caput e §1º.

Neste momento a RFB entendeu que qualquer doação feita a um não residente passaria a ser tributada pelo IR diferenciando a alíquota a partir do local de residência do donatário (quem recebe a doação).

Já em 2021, a RFB publicou a Solução de Consulta n. Cosit 142/2021, estipulando que não há mais a isenção do IR para os bens herdados por um não residente no Brasil:

Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte – IRRF
HERANÇA. PARCELA DE BEM. AQUISIÇÃO.

Não há incidência do IRRF sobre o pagamento realizado a herdeiro residente no País pela aquisição de direito à parcela de bem que lhe cabia em decorrência de herança. Haverá incidência do imposto se o herdeiro for não residente.

Dispositivos Legais: arts. 35, VII, “c”, 128, § 4º, 680 e 741 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR/2018), aprovado pelo art. 1º do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018; e art. 1.784, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil (CC/2002).

MAIS TEXTOS SOBRE NÃO RESIDÊNCIA

Desse modo, visto que o legislador retirou o texto que explicitamente declarava isenta o recebimento de herança e de doação do não residente, a RFB, através das Soluções de Consultas, decidiu por tributar tais fatos.

A RFB também se apoia nos art. 741, 754 e 755, do Decreto Federal n. 9.580/2018 para tributar os não residentes (os artigos na íntegra estarão ao final deste texto).

A ideia é que qualquer renda ou provento recebido por um não residente seria tributado, mesmo aquelas recebidas como herança e doação.

Nos artigos 754 e 755, a RFB lista uma séria de possibilidades para não incidência do IR ou a incidência com alíquota zero (que na prática significa o mesmo: não há pagamento de IR) e nestes artigos não há qualquer menção sobre o recebimento de herança ou doação (vale ressaltar que no Decreto n. 3000/1999, revogado, havia essa menção).

Por tudo isso, hoje a RFB está tributando os residentes no exterior que recebem herança e doação de fontes pagadoras no Brasil.

Essa matéria está sendo discutida e há a possibilidade de algum momento o Poder Judiciário entender a inconstitucionalidade desta cobrança. Contudo, enquanto isso não ocorre, é necessário recolher o IR.

Como será feita a retenção do IR?

Como já deve ser sabido, a responsabilidade pela retenção (leia-se pagamento) do IR de um não residente no Brasil recai sobre a fonte pagadora ou sobre o procurador do não residente.

Responsabilidade da fonte

Art. 775. Compete à fonte reter o imposto sobre a renda de que trata este Título.

Responsabilidade do procurador de residente ou domiciliado no exterior

Art. 781. Compete ao procurador a retenção:

(...)

II – quando o procurador não der conhecimento à fonte de que o proprietário do rendimento reside ou é domiciliado no exterior;

RESUMO

FATO	ALÍQUOTA	RESPONSÁVEL
Doação	15% ou 25% (país com tributação favorecida).	Fonte pagadora, o donatário, ou o procurador do não residente
Herança	15% ou 25% (país com tributação favorecida).	Fonte pagadora, a depender do bem herdado, ou o procurador do não residente

A responsabilidade do procurador do não residente é residual, isto é, o procurador deve reter o IR caso a fonte pagadora não faça por desconhecer a não residência do contribuinte.

Destaca-se que caso o valor doado ou herdado seja enviado para o exterior, a instituição financeira poderá exigir a prova de que o IR foi retido corretamente. Como as instituições financeiras podem ser consideradas corresponsáveis pela retenção do IR, é esperado que elas não permitam a remessa para o exterior sem a comprovação do pagamento.

“Ah, eu recebi minha herança/doação na minha conta no Brasil e não fui tributado!”
Sim, a instituição financeira não identificou que houve recebimento de herança ou de doação para um não residente, por isso não houve a exigência do IR retido. Contudo, isso não estaria correto.

Se o valor for enviado para o exterior, há a possibilidade da instituição exigir a comprovação, como já explicado.

Se você acredita na inconstitucionalidade da incidência deste imposto, você deverá entrar com uma ação judicial contra essa cobrança.

Claro que isso levará um tempo para uma decisão definitiva, porém, quanto mais casos, maior a chance da causa chegar ao Supremo Tribunal Federal – STF e, quem sabe, houver a decisão pró-contribuinte.

Esperamos ter ajudado!

Texto escrito por Thais Vinagre em 04 de agosto de 2022.

(1) Solução de Consulta é uma resposta da RFB sobre uma Consulta feita por um contribuinte. Dentre das possibilidades de consulta está a interpretação de determinado dispositivo da legislação tributária.

Legislação de apoio:

Regulamento do IR

Art. 741. Ficam sujeitos à incidência do imposto sobre a renda na fonte, observado o disposto neste Capítulo, a renda e os proventos de qualquer natureza provenientes de fontes situadas no País, quando percebidos:

I – pelas pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior (Decreto-Lei nº 5.844, de 1943, art. 97, caput, alínea "a");

II – pelos residentes no País que estiverem ausentes no exterior por período superior a doze meses, exceto aqueles mencionados no art. 15 (Decreto-Lei nº 5.844, de 1943, art. 97, caput, alínea "b");

III – pela pessoa física proveniente do exterior, com visto temporário, nos termos do parágrafo único do art. 17 (Decreto-Lei nº 5.844, de 1943, art. 97, caput, alínea "c" ; e Lei nº 9.718, de 1998, art. 12, caput, inciso I) ; e

IV – pela pessoa física residente no País que passar à condição de não residente, a partir da data de caracterização da nova condição (Lei nº 3.470, de 1958, art. 17, § 3º).

Parágrafo único. O imposto sobre a renda incidirá no momento do pagamento, do crédito, da entrega, do emprego ou da remessa dos rendimentos, o que ocorrer primeiro (Decreto-Lei nº 5.844, de 1943, art. 100, caput).

Art. 754. Não ficam sujeitas à retenção de que trata o art. 741 as seguintes remessas destinadas ao exterior (Lei nº 13.315, de 2016, art. 2º, caput, incisos I e II):

I – as importâncias para pagamento de apostilas decorrentes de curso por correspondência ministrado por estabelecimento de ensino com sede no exterior;

II – os valores, em moeda estrangeira, registrados no Banco Central do Brasil, como investimentos ou reinvestimentos, retornados ao seu país de origem;

III – as importâncias para pagamento de livros técnicos importados, de livre divulgação;

IV – para dependentes no exterior, desde que efetuadas em nome dos referidos dependentes, nos limites estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, e que não se trate de rendimentos auferidos pelos favorecidos ou que estes não tenham perdido a condição de residentes ou domiciliados no País, quando se tratar de rendimentos próprios;

V – as remessas:

a) para fins educacionais, científicos ou culturais; e

b) em pagamento de taxas:

1. escolares;

2. de inscrição em congressos, conclaves, seminários ou assemelhados; e

3. de exames de proficiência; e

VI – remessas por pessoas físicas, residentes e domiciliadas no País, para cobertura de despesas médico-hospitalares com tratamento de saúde, no exterior, do remetente ou de seus dependentes.

Alíquota zero

Art. 755. A alíquota do imposto sobre a renda incidente na fonte sobre os rendimentos auferidos no País, por residentes ou domiciliados no exterior, fica reduzida a zero nas seguintes hipóteses (Lei nº 9.481, de 1997, art. 1º, caput; e Lei nº 9.959, de 2000, art. 1º) :

I – receitas de fretes, afretamentos, aluguéis ou arrendamentos de embarcações marítimas ou fluviais ou de aeronaves estrangeiras ou motores de aeronaves estrangeiros, feitos por empresas, desde que tenham sido aprovados pelas autoridades competentes, e os pagamentos de aluguel de contêineres, sobrestadia e outros relativos ao uso de serviços de instalações portuárias (Lei nº 9.481, de 1997, art. 1º, caput, inciso I);

II – comissões pagas por exportadores a seus agentes no exterior (Lei nº 9.481, de 1997, art. 1º, caput, inciso II);

III – valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos para o exterior (Lei nº 9.481, de 1997, art. 1º, caput, inciso III):

a) em decorrência de despesas com pesquisas de mercado, aluguéis e arrendamentos de estandes e locais para exposições, feiras e conclaves semelhantes, inclusive promoção e propaganda no âmbito desses eventos, para produtos e serviços brasileiros e para promoção de destinos turísticos brasileiros; e

b) por órgãos do Poder Executivo federal, relativos à contratação de serviços destinados à promoção do País no exterior;

IV – valores correspondentes a operações de cobertura de riscos de variações, no mercado internacional, de taxas de juros, de paridade entre moedas e de preços de mercadorias (hedge) (Lei nº 9.481, de 1997, art. 1º, caput, inciso IV) ;

V – juros de desconto, no exterior, de cambiais de exportação e comissões de banqueiros inerentes a essas cambiais (Lei nº 9.481, de 1997, art. 1º, caput, inciso X) ;

VI – juros e comissões relativos a créditos obtidos no exterior e destinados ao financiamento de exportações (Lei nº 9.481, de 1997, art. 1º, caput, inciso XI) ;

VII – valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos para o exterior pelo exportador brasileiro, relativos às despesas de armazenagem, movimentação e transporte de carga e emissão de documentos realizadas no exterior (Lei nº 9.481, de 1997, art. 1º, caput, inciso XII) ;

VIII – valores correspondentes a pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa, por fonte situada no País, a pessoa jurídica domiciliada no exterior, a título de contraprestação de contrato de arrendamento mercantil de aeronave ou de motores destinados a aeronaves, celebrado até 31 de dezembro de 2019, por empresa de transporte aéreo público regular, de passageiros ou de cargas, em relação aos fatos geradores que ocorrerem até 31 de dezembro de 2022 (Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006, art. 16) ;

IX – importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas ao exterior a título de remuneração de serviços vinculados a processos de avaliação da conformidade, metrologia, normalização, inspeção sanitária e fitossanitária, homologação, registros e outros procedimentos exigidos pelo país importador sob o resguardo dos acordos sobre medidas sanitárias e fitossanitárias – SPS e sobre barreiras técnicas ao comércio – TBT, ambos no âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC (Lei nº 12.249, de 2010, art. 18) ; e

X – remessas efetuadas para o exterior destinadas ao registro e à manutenção de marcas, patentes e cultivares, relativamente às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei nº 11.196, de 2005, art. 17, caput, inciso VI).

Código Tributário Nacional

Art. 121. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal diz:

I – contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II – responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.

Fonte:

Revista Direito Tributário Atual, Instituto Brasileiro de Direito Tributário. DOAÇÕES PARA NÃO RESIDENTES E A SUA TRIBUTAÇÃO PELO IMPOSTO DE RENDA.

DECRETO Nº 3.000, DE 26 DE MARÇO DE 1999 (revogado).

DECRETO Nº 9.580, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 142, DE 21 DE SETEMBRO DE 2021

SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 309, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018

SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 142, DE 21 DE SETEMBRO DE 2021

Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte – IRRF

HERANÇA. PARCELA DE BEM. AQUISIÇÃO.

Não há incidência do IRRF sobre o pagamento realizado a herdeiro residente no País pela aquisição de direito à parcela de bem que lhe cabia em decorrência de herança. Haverá incidência do imposto se o herdeiro for não residente.

Dispositivos Legais: arts. 35, VII, "c", 128, § 4º, 680 e 741 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR/2018), aprovado pelo art. 1º do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018; e art. 1.784, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil (CC/2002).

SC Cosit nº 142-2021.pdf
FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 309, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF

EMENTA: REMESSAS PARA O EXTERIOR. DOAÇÃO. INCIDÊNCIA.

Os valores remetidos a título de doação a residente ou domiciliado no exterior, pessoa física ou jurídica, sujeitam-se à incidência do IRRF, à alíquota de 15% (quinze por cento), ou de 25% (vinte e cinco por cento), na hipótese de o beneficiário ser residente ou domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), art. 43; Regulamento do Imposto de Renda, anexo ao Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (RIR/2018), art. 744, caput e §1º.

SC Cosit nº 309-2018.pdf
*Este texto não substitui o publicado oficialmente.

https://brasiltax.com/blog/heranca-e-doacao-imposto-de-renda-e-nao-residencia-no-brasil/

TRT-2 reconhece fraude de executado que doou R$ 2 milhões à esposa.

Para relatora, o caso em estudo demonstra tentativa de esvaziamento patrimonial do executado com o objetivo de frustrar a satisfação do débito trabalhista.

Os magistrados da 3ª turma do TRT da 2ª região reconheceram fraude à execução e determinaram o arresto de dinheiro em nome da esposa de um executado em ação trabalhista. Conforme comprovado nos autos, o homem doava valores vultosos à companheira com o objetivo de ocultar patrimônio e escapar da dívida.

Em 2019, a cônjuge recebeu duas doações do marido, uma no valor de R$ 1 milhão e outra de R$ 833 mil. Em pesquisa patrimonial, verificou-se que o homem possuía um jet ski, mas nenhum veículo nem imóvel em seu nome.

A decisão da turma se deu em atendimento a agravo de petição interposto pela empregada, no qual ela argumenta que a mulher do sócio se beneficiou da sociedade e de seu trabalho.

A relatora do acórdão, desembargadora Rosana de Almeida Buono, entende haver burla à execução com base no art. 792 do CPC, aplicável ao processo trabalhista. O art. 3º, XIII, da Instrução Normativa 39 do TST reconhece a aplicabilidade.

"As doações do executado para sua esposa ocorreram em fraude à execução, uma vez que já corria contra ele demanda capaz de reduzi-lo à insolvência", afirma a magistrada. Para a julgadora, o caso em estudo demonstra tentativa de esvaziamento patrimonial do executado com o objetivo de frustrar a satisfação do débito trabalhista.

O homem doava valores vultosos à companheira com o objetivo de ocultar patrimônio e escapar da dívida.

O Tribunal omitiu o número do processo.

Informações: TRT-2.

Epa! Vimos que você copiou o texto. Sem problemas, desde que cite o link: https://www.migalhas.com.br/quentes/396150/trt-2-reconhece-fraude-de-executado-que-doou-r-2-milhoes-a-esposa

Não é só home office: empresas apostam em outros benefícios na tentativa de reter profissionais.

Veja no que quatro empresas estão apostando para reduzir a rotatividade em tempos de mão de obra cada vez mais exigente — e disposta a trocar de emprego

Mesmo com a demanda pós-pandemia para o trabalho presencial, algumas empresas optaram em manter o trabalho home office - e mais alguns benefícios (J_art/Getty Images)

Mesmo com a demanda pós-pandemia para o trabalho presencial, algumas empresas optaram em manter o trabalho home office - e mais alguns benefícios

Mesmo com a demanda pós-pandemia para o retorno do trabalho presencial, algumas empresas optaram em manter o trabalho home office ou híbrido.

Grandes companhias como Google, Salesforce e Amazon anunciaram recentemente que adotaram políticas de retorno ao modelo presencial/híbrido.

Outras, como o Zoom, decidiram que funcionários que moram perto do escritório precisam ir ao local ao mínimo 2 vezes por semana.

No entanto, há empresas que seguem apostando firme no modelo home office, seja oferecendo mais flexibilidade para seus funcionários ou permitindo que empresas contratem talento em qualquer lugar do mundo. Conheça algumas delas:

Trabalho no exterior por 120 dias

A Revolut, app financeiro global, trabalha em esquema remoto ao redor do mundo e recentemente anunciou o aumento de sua política de trabalho no exterior de 60 para 120 dias.

Para a empresa, o benefício colabora com sua cultura interna de privilegiar uma rotina ágil e permite que seus funcionários trabalhem em uma cidade diferente daquela que está em seu contrato de trabalho.

A flexibilidade de trabalhar em qualquer lugar do mundo proporciona oportunidades para troca de experiências, aprendizados e acelera o desenvolvimento profissional, segundo Glauber Mota, CEO da Revolut para o Brasil.

“No nosso escritório do Brasil, parte do nosso time trabalha para a operação local e os demais atuam para times globais da empresa.

O que estamos fazendo globalmente é permitir que nossos talentos tenham flexibilidade para atuar de outra localidade a sua escolha, o que é um diferencial perante outras empresas que apenas permitem o home-office em seu país de origem.”

A Revolut também é conhecida por oferecer uma conta global com mais de 30 moedas, produto que facilita a vida de quem trabalha para empresas no exterior e precisa receber e enviar dinheiro em moeda estrangeira.

Sem limitação para licenças

A N5, empresa de software para indústria financeira, nasceu em 2017 já com a cultura de trabalho totalmente remoto. Eles acreditam que este modelo de trabalho abre um leque de opções em contratações, sem restringir os talentos a uma única cidade, por exemplo. Atualmente, eles contam com equipes em 15 países.

“Acreditamos que a flexibilidade é muito importante como um valor que aplicamos a todos os aspectos da nossa cultura e hábitos.

Poder contar com funcionários em países distintos, de diferentes nacionalidades e vivências é essencial para nós. Esse crossover de conhecimento e cultura é muito enriquecedor e, com certeza, é o segredo do sucesso da N5”, diz Maria Luz Pochettino, diretora de RH da N5.

Além do trabalho totalmente home office, a empresa não limita a licença dos funcionários (como: perda de um familiar, licença maternidade etc.) ao que está na lei, eles buscam sempre entender as necessidades e acompanhar cada caso.

Outras ações que a empresa oferece são: licença paternidade estendida, horários de trabalho flexíveis, treinamentos técnicos e cursos de idiomas - inglês, espanhol e português.

Aquisição de ações da empresa

Na WeClever, plataforma pioneira em IA conversacional, o anywhere office explora e valoriza todo o potencial dessa forma de trabalho. “O modelo traz benefícios tanto para a empresa quanto para a equipe.

Para nós, um dos principais é a ampliação da diversidade. Atuamos na contratação de pessoas sem qualquer tipo de viés que possa limitar-nos geograficamente, socialmente, etc.

Além disso, desenvolvemos um modelo de contratação com inteligência artificial que elimina qualquer viés no processo de seleção de candidatos, reforçando nosso compromisso e respeito por todas as pessoas", explica Marcelo Colleoni, CHRO na WeClever.

"Para a equipe, acreditamos que o convívio familiar mais amplo contribui para a qualidade de vida e o engajamento de nossos profissionais.

Além disso, economizamos tempo em deslocamentos entre casa e escritório, o que permite que a equipe dedique mais tempo a outras atividades.

Qualquer modelo de trabalho tem seus impactos, e trabalhamos incansavelmente para aprimorar e maximizar os aspectos positivos desse formato.

Também estamos atentos para garantir que a experiência de integração de nossa equipe seja sempre uma experiência "Uau", tanto para os funcionários quanto para seus familiares", afirma o executivo.

Entre os benefícios da empresa, estão licenças maternidade e paternidade estendidas (180 dias para mulheres e 30 dias para homens), ajuda de custo para o home-office e opção de stock option, em que alguns funcionários podem adquirir ações da empresa.

"O bem-estar do nosso funcionário é muito importante para nós e buscamos constantemente aprimorá-lo. Queremos não só que ele se sinta acolhido pela empresa, mas parte dela", finaliza o CHRO.

Atuação no Brasil ou em Portugal

Fundada em 2013, a MB Labs é uma empresa focada em consultoria de tecnologia que oferece ao mercado soluções que integram design, tecnologia, estratégia, e engenharia de software com uma gama de produtos e serviços digitais.

Atualmente a companhia conta com cerca de 200 funcionários que atuam totalmente no formato home-office por todo o Brasil, em estados como Piauí, Bahia, Brasília, Minas Gerais, entre outros, além de Portugal.

Entre os benefícios oferecidos pela empresa estão: horário flexível, benefício maternidade e paternidade, incentivo a certificação em tecnologia, eventos, palestras e treinamentos internos, entre outros.

https://exame.com/carreira/para-alem-do-home-office-empresas-mantem-trabalho-remoto-e-ampliam-beneficios-para-atrair-talentos/?utm_source=crm&utm_medium=email&utm_campaign=newsletter-desperta_conteudo-news_para-alem-do-home-office-empresas-mantem-trabalho-remoto-e-ampliam-beneficios-para-atrair-talentos/&utm_term=n/a&utm_content=n/a

Auxílio-doença: INSS autoriza prorrogação automática e retorno ao trabalho sem perícia médica.

Mudanças foram publicadas no Diário Oficial da União desta quarta e já estão em vigor. Benefício será prorrogado a cada 30 dias, de forma automática, quantas vezes for necessário.

O Ministério da Previdência Social e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) publicaram portaria conjunta, nesta quarta-feira (1º), com duas novas regras para os beneficiários do auxílio-doença.

As normas foram divulgadas no Diário Oficial da União e já estão em vigor.

Agora, o trabalhador afastado que utiliza o auxílio-doença poderá pedir para retornar ao trabalho mesmo antes do fim do prazo do atestado, e sem passar por perícia médica.

Neste caso, cabe ao próprio beneficiário pedir o fim do auxílio na agência do INSS responsável pelo benefício ou pela Central 135.

A outra novidade prevista na portaria é a prorrogação automática do auxílio-doença a cada 30 dias, quantas vezes forem necessárias.

A prorrogação será dada:

Independentemente do tempo de espera para realizar a perícia médica, mesmo quando o prazo for inferior a 30 dias;
em todas as agências da Previdência Social – antes dessa portaria, a prorrogação só poderia ser feita em unidades com oferta de vaga para a perícia;
quantas vezes o beneficiário solicitar – até esta quarta, o INSS exigia perícia para a terceira renovação.

Segundo o INSS, ao deixar de exigir a perícia nesses casos, o governo conseguirá remanejar esses profissionais para solicitações mais importantes – por exemplo, perícias para a concessão de Benefício de Prestação Continuada (BPC) a pessoas com deficiência.

A nova regra é temporária, e pode ser revista quando o INSS conseguir reduzir as filas crônicas que atrasam a concessão de diversos benefícios nos últimos anos.

No fim de outubro, o INSS passou também a receber atestado médico como pedido de auxílio-doença na tentativa de reduzir as filas do benefício.

Veja abaixo

Agências do INSS começam a receber atestado para pedido de auxílio-doença

Fila da perícia

No último levantamento do INSS, em setembro, eram 624 mil brasileiros na fila da perícia médica para conseguir o auxílio-doença. Dentre eles 282 mil esperavam há mais de 45 dias na fila.

O instituto calcula que atualmente são 150 mil pessoas com perícias médicas marcadas para a prorrogação do auxílio-doença que esperarão bastante tempo para conseguir fazer a avaliação médica. O INSS espera que, com essa medida, será possível antecipar esses atendimentos represados.

"Esses agendamentos fazem com que o segurado, independentemente do resultado da perícia, fique recebendo o benefício sem pedir mensalmente a prorrogação.

É importante ressaltar que essa medida que é provisória e pretende fazer com que os segurados que estejam nessa situação sejam estimulados a retornar ao trabalho sem que tenha que aguardar a perícia", explica o presidente do INSS, Alessandro Stefanutto.

Além disso, as novidades também ajudarão a evitar o pagamento do auxílio para trabalhadores que já estavam aptos a retornar ao trabalho.

https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/11/01/auxilio-doenca-inss-autoriza-prorrogacao-automatica-e-volta-ao-trabalho-sem-pericia-medico.ghtml?utm_smid=10916757-1-1

Supervisor da EFD-Reinf explica mudanças na obrigação acessória em transmissão do Sescon-SP.

O Sescon-SP promoveu na manhã desta quarta-feira, 1 de novembro, uma entrevista on-line com o supervisor dos projetos eSocial e EFD-Reinf da Receita Federal do Brasil, Samuel Kruger, sobre as recentes alterações promovidas na EFD-Reinf.

Conduzido pelo presidente do Sescon-SP, Carlos Alberto Baptistão, o bate-papo esclareceu os principais questionamentos dos empresários contábeis e empreendedores que acompanharam a transmissão.

Na oportunidade, Kruger ressaltou que a extinção da DIRF é um grande desafio, pois envolve a substituição de uma obrigação acessória consolidada.

Nesse período de transição, segundo ele, é essencial que haja um período de adaptação, para que os contribuintes possam se familiarizar com a nova sistemática.

“É normal que haja questionamentos, mas é importante respondê-los para reforçar o objetivo da transição: uma implantação que garanta que a Receita Federal possa receber as informações da EFD-Reinf com a qualidade necessária para a substituição da DIRF de forma segura, sem colocar os contribuintes em situações de malha fiscal”.

Na oportunidade, Baptistão também reforçou o pleito da entidade para a extinção da retenção de tributos sobre a prestação de serviços, um grande passo de simplificação.

O empresário contábil afirmou que está atuando nas casas legislativas para que isso aconteça e pediu apoio de Kruger na reivindicação e posterior operacionalização da RFB.

Se você perdeu esse bate-papo, fique tranquilo, pois ele está disponível no Canal do Sescon-SP no Youtube:

https://youtube.com/live/T-X1MFOmAuc?feature=share

https://sescon.org.br/noticias/supervisor-da-efd-reinf-explica-mudancas-na-obrigacao-acessoria-em-transmissao-do-sescon-sp/?utm_campaign=acontece_03112023&utm_medium=email&utm_source=RD+Station

Mudanças na regulamentação da aprendizagem profissional.

Nova norma consolida diversas regras para contratação de aprendizes

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) publicou, em 20 de outubro de 2023, a Portaria MTE 3.544/2023, a qual dispõe sobre a aprendizagem profissional, o Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional (CNAP) e o Catálogo Nacional da Aprendizagem Profissional (Conap).

A norma consolida diversas regras para contratação de aprendizes, revogando artigos da Portaria 671/2021 sobre o mesmo tema e, regulamentando parte das temáticas trazidas pelo Decreto 9.579/2018.

Confira as principais mudanças introduzidas pela Portaria 3.544/2023:

· Teletrabalho ou trabalho remoto: a nova portaria estabelece o dever de observância das regras da aprendizagem profissional para o teletrabalho ou trabalho remoto de aprendizes, determinando sua compatibilidade com as atividades práticas.

· A norma veda a adoção exclusivamente para aprendizes. A previsão da aplicação das regras de teletrabalho da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), expressa na Portaria 671/2021, foi suprimida;

· Trabalho híbrido no programa economia 4.0: a norma restringe aos aprendizes maiores de 18 anos que tenham concluído o ensino médio, para os cursos no programa economia 4.0, os quais buscam desenvolver competências alicerçadas em tecnologias digitais, que tratem de programação, internet das coisas, big data, inteligência artificial, entre outras habilidades digitais;

· Menores de idade: a Portaria 671/2021 permitia a contratação de aprendizes entre 14 e 18 anos para atividades proibidas a menores de idade em circunstâncias específicas, autorização suprimida pela Portaria 3.544/202;

· Estabelecimento do contratante de serviço terceirizado: a Portaria 3.544/2023 autoriza o desempenho das atividades de aprendizagem no estabelecimento do contratante de serviço terceirizado;

· Atividades teóricas presenciais de curso cadastrado em município diverso: a Portaria 3.544/2023 traz novas diretrizes para as atividades teóricas presenciais de cursos cadastrados em municípios diferentes, incluindo critérios de transporte e tempo de deslocamento;

· Novas exigências para as entidades formadoras nos cursos de aprendizagem presenciais: a Portaria 3.544/2023 passa a exigir a contratação de psicólogo ou assistente social, instrutores específicos e coordenadores pedagógicos com formação superior na área de educação.

As alterações trazidas pela Portaria 3.544/2023 poderão trazer impactos para os Termos de Ajustamento de Conduta que tenham sido assinados com o Ministério Público do Trabalho, ou ainda, em ações nas quais estas questões estejam sendo discutidas.

https://www.mattosfilho.com.br/unico/mudancas-regulamentacao-aprendizagem-profissional/
Publicada em 01/11/2023

PIS e Cofins: legitimidade da recuperação de créditos extemporâneos.

Em virtude da recente mudança de posicionamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), muito tem se discutido sobre a possibilidade de recuperação de créditos extemporâneos do PIS e da Cofins, sem a necessidade de retificação das respectivas obrigações acessórias.

Essa possibilidade, que vem sendo objeto de controvérsias, será abordada e discutida a seguir sob a ótica da legislação, da Receita Federal, do Carf e do impacto gerado ao contribuinte.

Possibilidade do crédito extemporâneo
O regime da não cumulatividade do PIS e da Cofins está regulamentado pelas Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03, respectivamente. Sendo assim, com base no previsto no art. 3º, § 1º, inciso II de ambas as leis, é permitido descontar créditos no mesmo mês em que ocorreu a operação:

Art. 3º Do valor apurado na forma do art. 2º a pessoa jurídica poderá descontar créditos calculados em relação a:
(...)
§1º O crédito será determinado mediante a aplicação da alíquota prevista no caput do art. 2º desta Lei sobre o valor:
(...)
II – dos itens mencionados nos incisos IV, V e IX do caput, incorridos no mês; (grifo nosso)

Entretanto, o § 4º do mesmo artigo dispõe sobre a possibilidade de aproveitar os créditos nos meses subsequentes:

Art. 3º Do valor apurado na forma do art. 2º a pessoa jurídica poderá descontar créditos calculados em relação a:
(...)
§ 4º O crédito não aproveitado em determinado mês poderá sê-lo nos meses subsequentes. (grifo nosso)

Desse modo, o levantamento e a recuperação de créditos extemporâneos estão expressamente previstos e autorizados nos termos da legislação vigente.

Posicionamento da Receita Federal quanto à recuperação de créditos extemporâneos de PIS e Cofins
Mesmo com a existência da previsão legal para esse fim, a Receita Federal estabeleceu condições para a apropriação extemporânea dos créditos de PIS e Cofins, como a observação do prazo prescricional de cinco anos, previsto no artigo 168 do Código Tributário Nacional (CTN), e a retificação das declarações relativas às obrigações acessórias, como a EFD-Contribuições e a DCTF, dos períodos correspondentes aos créditos.

Este entendimento pode ser verificado na leitura da Solução de Consulta Cosit nº 54:

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

APROPRIAÇÃO EXTEMPORÂNEA. COMPENSAÇÃO. RESSARCIMENTO.
Os direitos creditórios referidos no art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, estão sujeitos ao prazo prescricional previsto no art. 1º do Decreto nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932, cujo termo inicial é o primeiro dia do mês subsequente ao de sua apuração, ou, no caso de apropriação extemporânea, o primeiro dia do mês subsequente àquele em que poderia ter havido a apuração (§ 1º do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002).
A apropriação extemporânea de créditos exige, em contrapartida, a retificação das declarações a que a pessoa jurídica se encontra obrigada referentes a cada um dos meses em que haja modificação na apuração da Contribuição para o PIS/Pasep.
SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 355, DE 13 DE JULHO DE 2017, PUBLICADA NO DOU DE 18 DE JULHO DE 2017.
Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, arts. 3º e 5º; Lei nº 11.033, de 2004, art. 17; Lei nº 11.116, de 2005; art.16; Decreto nº 20.910, de 1932, art. 1º; e Parecer Normativo Cosit nº 5, de 2018.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins
APROPRIAÇÃO EXTEMPORÂNEA. COMPENSAÇÃO. RESSARCIMENTO.
Os direitos creditórios referidos no art. 3º da Lei nº10.833, de 2003, estão sujeitos ao prazo prescricional previsto no art. 1º do Decreto nº20.910, de 6 de janeiro de 1932, cujo termo inicial é o primeiro dia do mês subsequente ao de sua apuração, ou, no caso de apropriação extemporânea, o primeiro dia do mês subsequente àquele em que poderia ter havido a apuração (§ 1º do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003).
A apropriação extemporânea de créditos exige, em contrapartida, a retificação das declarações a que a pessoa jurídica se encontra obrigada referentes a cada um dos meses em que haja modificação na apuração da Cofins.
SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 355, DE 13 DE JULHO DE 2017, PUBLICADA NO DOU DE 18 DE JULHO DE 2017.
Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, arts. 3º e 6º; Lei nº 11.033, de 2004, art. 17; Lei nº 11.116, de 2005; art.16; Decreto nº 20.910, de 1932, art. 1º; e Parecer Normativo Cosit nº 5, de 2018.

Assunto: Processo administrativo fiscal
CONSULTA TRIBUTÁRIA. INEFICÁCIA PARCIAL.
É ineficaz o questionamento formulado de forma genérica, que não descrever, completa e exatamente, a hipótese a que se referir ou que denote a busca de assessoria jurídica ou contábil-fiscal pela RFB.
Dispositivos Legais: Instrução Normativa nº 1.396, de 16 de setembro de 2013, art. 18, I, II, XI e XIV. (grifo nosso)

Essa decisão foi proferida pautada no entendimento de que tal medida é fundamental para permitir ao Fisco o controle de utilização dos créditos, já que se pode evidenciar os saldos credores de meses posteriores à constituição, a fim de confirmar que os mesmos não foram utilizados anteriormente.

A partir dessa decisão, surge o objeto da discussão de que trata este artigo: poderia a RFB impor obstáculo ao direito concedido pela legislação?

Posicionamentos colidentes do Carf
Os conselheiros da 3ª Turma da Câmara Superior do Carf proferiram, nos últimos anos, posicionamentos antagônicos em relação à recuperação dos créditos extemporâneos de PIS e Cofins, sendo estes os dois principais: a decisão pela necessidade da retificação e a decisão pela sua dispensabilidade.

Como exemplo dessa primeira resolução, vale destacar o Acórdão nº 9303-007.510[1], proferido em 17/10/2018, no qual prevaleceu que a apropriação dos créditos estaria condicionada à retificação das

obrigações, pois, sem ela, o crédito estaria desprovido de liquidez, impossibilitando a concessão da restituição, do ressarcimento ou da compensação.

Nesse acórdão, os membros do Carf decidiram por unanimidade negar o pedido do autor, que versava sobre a possibilidade de aproveitamento extemporâneo de créditos, independentemente da apresentação retificadora de Dacon.

O entendimento dos conselheiros foi de que compete ao recorrente o ônus de comprovar a certeza e a liquidez do crédito pleiteado/compensado, uma vez que a retificação demonstra não apenas a utilização do crédito, mas também o saldo credor remanescente no final do trimestre-calendário.

Assim, a apresentação desse documento evitaria a eventual utilização indevida ou em duplicidade dos créditos, sendo essa uma evidente preocupação daqueles que defendem tal linha de raciocínio.

Já o segundo posicionamento, além de trazer um entendimento contrário quanto à necessidade de retificação, também propõe uma solução para esse problema apresentado pela linha oposta.

Os apoiadores da decisão pela dispensabilidade defendem que a legislação não estabelece nenhum requisito para a aquisição do direito ao crédito, mas sim a previsão de multa em caso de preenchimentos incorretos nos campos específicos das referidas obrigações.

Após essa discussão, em sede de julgamento do Acórdão nº 9303-009.893[2], publicado em 23/01/2020, o Carf tornou a apreciar esse tema, desta vez, proferindo posicionamento favorável ao contribuinte.

Nessa ocasião foi decidido que a explicação por parte do contribuinte, no que se refere à apuração do crédito em período subsequente, seria o bastante para a fruição do direito, desde que não restem dúvidas quanto à sua legitimidade, e que seja observado o prazo decadencial.

Em relação à possibilidade de ocorrer incongruências, como o aproveitamento indevido ou em duplicidade dos créditos, entendeu-se que essas podem ser apuradas pelo Fisco por meio de diligências, não havendo a necessidade de retificar a obrigação acessória.

Desde então, o entendimento que tem prevalecido é o da segunda resolução, conforme demonstram os exemplos das decisões proferidas nos seguintes Acórdãos: nº 3402-008.178[3], nº 3301-010.775[4], nº 3301-010.239[5], publicados em 2021, assim como o nº 9303-012.977[6] e o nº 3401-010.648[7], publicados em 2022.

Importante destacar as decisões do Carf que versam sobre os créditos escriturais básicos, uma vez que o dispositivo mencionado para permitir o crédito extemporâneo está contido no § 4º, art. 3º das Leis nº 10.833/03 e nº 10.637/02, não se estendendo esse entendimento para os créditos presumidos previstos em leis esparsas.

Impacto ao contribuinte

Por conseguinte, é evidente que, embora a questão ainda não esteja consolidada, a tendência é que o contribuinte possa realizar a apropriação sem a necessidade de retificar as obrigações acessórias, ocasionando favoravelmente a diminuição do risco de auto de infração.

Ainda, como resultado, o levantamento de créditos referentes a períodos anteriores ficou menos moroso, uma vez que a retificação se trata de um procedimento extenso, muitas vezes inviável ao contribuinte.

Além disso, sua realização provoca a reabertura da contagem do prazo prescricional, exclusivamente em relação às informações modificadas na retificação, gerando direito ao Fisco de contestar somente aquilo que foi alterado. Esse entendimento consta no Despacho PGFN nº 349 de 2020.

A publicação do referido despacho teve como objetivo diminuir o sobrecarregamento do poder judiciário, pacificando o tema, uma vez que a Receita Federal já havia se posicionado contra o entendimento proferido em sede do Parecer nº 75/2018, exarado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Esse dispositivo defende que a declaração retificadora "meramente formal" não tem condão de interromper o prazo prescricional relativo aos valores não modificados.

Em resposta a consulta prévia à emissão do ato declaratório, a RFB manifestou oposição à inclusão do tema na lista de dispensa de contestação e recursos da PGFN, argumentando que a declaração retificadora deve ser considerada como um todo, e não como aspecto isolado, devido à dificuldade de controle de diversos prazos.

Diante disso, o lançamento extemporâneo combinado com o pedido de ressarcimento poderá acarretar questionamentos em futuros processos fiscalizatórios, tornando a apresentação do arquivo retificador o procedimento mais seguro a se tomar. Do contrário, caso o contribuinte não pretenda pleitear pedidos de ressarcimentos, poderá avaliar a opção menos onerosa para os levantamentos dos créditos.

Inclusive, cabe um alerta aos contribuintes que pretendem realizar pedidos de recuperação de créditos extemporâneos, uma vez que, para esse fim, se faz necessário ratear e classificar tais créditos de acordo com os códigos disponíveis na Tabela 4.3.6 – Tabela Código de Tipo de Crédito do Sped. Essa sistemática só será possível ser realizada por meio da retificação da EFD-Contribuições, tendo em vista que não há registros da referida obrigação acessória destinados ao lançamento de crédito extemporâneo.

O procedimento para retificações é bastante complexo, pois exige uma modificação minuciosa das informações prestadas isoladamente por operação, documento e item. Essa demanda requer domínio técnico do assunto e domínio tecnológico dos softwares, aumentando significativamente a carga de trabalho. Por esse motivo, grande parte dos contribuintes optam por não realizar as retificações.

Nesse caso, o Grupo BLB possui não só conhecimento da legislação de PIS e Cofins, mas também embasamento técnico, vasta experiência em processos de retificação e tecnologia para realizar os trabalhos de retificação extemporânea de forma evitar o confronto com o Fisco.

Caso permaneçam dúvidas quanto ao posicionamento jurisprudencial administrativo ou de como realizar a recuperação de créditos extemporâneos de PIS e Cofins e pleitear pedidos de ressarcimento, a equipe de Consultoria Tributária da BLB Auditores e Consultores se encontra à sua disposição.

Autoria de Lais Faustino e revisão técnica de Wesley Benedito
Consultores Tributários
BLB Auditores e Consultores

[1] https://acordaos.economia.gov.br/acordaos2/pdfs/processados/15586720045201280_5928197.pdf

[2] https://acordaos.economia.gov.br/acordaos2/pdfs/processados/13971720063200814_6124783.pdf

[3] https://acordaos.economia.gov.br/acordaos2/pdfs/processados/15578000194201066_6373842.pdf

[4] https://acordaos.economia.gov.br/acordaos2/pdfs/processados/12585720139201271_6504883.pdf

[5] https://acordaos.economia.gov.br/acordaos2/pdfs/processados/10380902760201655_6426938.pdf

[6] https://acordaos.economia.gov.br/acordaos2/pdfs/processados/13896721356201580_6603835.pdf

[7] https://acordaos.economia.gov.br/acordaos2/pdfs/processados/10660901102201861_6707346.pdf

O poder do Acordo de Sócios nas empresas familiares.

A perpetuação das empresas é um desafio para seus administradores. Quando família e trabalho se misturam, as dificuldades aumentam consideravelmente. A elaboração de um Acordo de Sócios resolve grande parte das divergências de uma sociedade. Em empresas familiares ele se faz ainda mais necessário.

As empresas familiares são maioria no Brasil representando 40% do PIB nacional. Embora esse formato de negócio esteja em maior número no País, ele não garante longevidade. Isso porque cerca de 70% delas não chegam à segunda geração e apenas 10% passam para a terceira. Entre os inúmeros motivos que levam à falência as empresas familiares, os mais frequentes são os conflitos e desacordos entre os membros.

Separar os problemas familiares das relações profissionais demanda um esforço contínuo que nem sempre acontece. A falta de discernimento em desassociar essas questões irá impactar negativamente nas decisões empresariais. E consequentemente, pode pôr fim a um futuro promissor de uma empresa.

A importância do Acordo de Sócios
O Acordo de Sócios é um instrumento poderoso, pois se trata de um documento que tem como objetivo propor soluções para as possíveis divergências que possam ocorrer na rotina administrativa de um negócio.

Mas a importância do Acordo de Sócios vai além apenas da função de proteger a empresa. Ele também contribui para a saúde das relações familiares. Pois, assim como a família pode acabar com uma empresa, uma empresa também pode acabar com a família, dissolvendo laços tão importantes para as relações humanas.

O Acordo de Sócios também se mostra muito relevante em situações como a morte repentina do fundador. O documento irá assegurar que a empresa siga seus valores e mantenha sua identidade. O que impedirá que os sucessores e herdeiros não prejudiquem o desenvolvimento do negócio.

Como o Acordo de Sócios pode ajudar?
Quando se tem um documento contendo todos os deveres e direitos de uma sociedade, criado pelos seus membros e com a participação de todos, o risco de atritos e contrariedades diminui. Afinal, “o que é combinado não é caro”.

Conflitos de poder são comuns no ambiente societário, principalmente em empresas familiares, nas quais as disputas entre parentes pela liderança são mais evidentes.

Geralmente, as empresas familiares possuem um número mais elevado de sócios, por conta de uma sucessão em que os filhos herdam o negócio do pai, por exemplo. Nesse sentido, o Acordo de Sócios

tem a função de abrandar essa disputa, conferindo aos familiares diretrizes e limites para suas ações dentro da empresa.

As medidas impostas pelo documento proporcionam a melhoria das práticas administrativas e tornam a gestão do empreendimento mais profissional.

Conceitos essenciais desse Acordo
Um Acordo de Sócios bem feito depende do comprometimento e empenho dos envolvidos, pois são eles que irão definir as regras. Essas, por sua vez, precisam ser formuladas de maneira que prevaleça o bem comum e não os anseios de um indivíduo apenas.

Antes da confecção do Acordo, é preciso que estejam bem definidos entre as partes alguns conceitos que funcionam como ponto de partida para o documento. Essas considerações incluem:

A visão de futuro que os sócios compartilham;
Quais os rumos que a empresa deve tomar e quais os que não deve;
Quais são as ações necessárias para levar o negócio onde os sócios desejam.
Depois da definição desses conceitos com a concordância de todos os membros da sociedade, os aspectos objetivos devem ser estabelecidos. Detalhes mais específicos e práticos estão entre esses conceitos que devem responder as seguintes questões:

Como as decisões serão atribuídas?
Como funcionará a entrada e saída de sócios?
Quais as condições para os agregados se tornarem sócios ou isso não será permitido?
Como ocorrerá a sucessão no patrimônio e na gestão?
Como será definida a utilização do patrimônio comum?
Quais serão as regras de convivência?
Quais são as regras para a transparência na prestação de contas?
Como se dará a remuneração de sócios e administradores?
Quais serão as políticas de investimentos?
Como o valor do negócio deverá ser apurado?
Os questionamentos acima retratados são exemplos genéricos que devem ser respondidos para que o Acordo de Sócios seja o mais completo possível e dessa maneira cumpra sua real função.

Para saber mais sobre o que não pode faltar nesse documento, não deixe de ler 10 pontos indispensáveis do Acordo de Sócios.

As particularidades do Acordo do Sócios
Para a confecção do Acordo, além dos itens gerais mencionados, devem ser levadas em consideração as peculiaridades do negócio. A categoria, o tamanho da empresa e as relações familiares são particularidades de cada caso, o que fazem do documento um instrumento personalizado e feito na medida para determinada empresa.

Mesmo que as regras não estejam totalmente definidas e que o Acordo não esteja totalmente completo, ainda assim é melhor tê-lo a deixar que as questões sejam resolvidas por meio do bom senso ou improviso. São nas horas menos esperadas, nas situações rotineiras que podem surgir divergências e conflitos e assim, comprometer o negócio.

O que não pode faltar no Acordo das empresas familiares?

O Acordo deve ser feito utilizando termos claros e com uma comunicação que todos os envolvidos entendam. Além disso, todos os membros familiares devem ser ouvidos para a sua confecção.

Os familiares mais velhos e experientes são muito importantes nesse processo e suas observações devem ser consideradas. A maturidade, o conhecimento e a legitimidade que eles possuem frente aos mais novos devem ser explorados.

Outro ponto crucial no processo de construir o Acordo é aplicar os alicerces de Governança Corporativa. Esses fundamentos baseados na prestação de contas, transparência e equidade melhoram o relacionamento entre os herdeiros ou sócios.

Procedimentos fundamentados na Governança auxiliam a administração do empreendimento, pois promovem condições para a fiscalização das ações dos membros da sociedade. Além disso, simplificam o acesso ao capital e colaboram para a sua continuidade.

Quem pode ajudar nesse processo?
A construção de um bom Acordo de Sócios demanda muito trabalho e experiência para que todas as questões sejam tratadas com o máximo de isenção. Para que o documento contenha diretrizes em que prevaleçam o bem da empresa em detrimento ao benefício individual é importante a ajuda de profissionais especializados.

Conte com a equipe da BLB Brasil Auditores e Consultores para auxiliar você e sua família a desenvolver um Acordo de Sócios que se enquadre no perfil do seu negócio.

Como declarar aluguel de imóvel na EFD-Reinf.

Então sabemos que apenas os valores pagos à EFD-Reinf serão declarados, no caso, quando a empresa for a locatária.

Autor(a): Carla Lidiane Müller Moritz

O aluguel deve ser entregue na EFD-Reinf quando for um pagamento feito por uma pessoa jurídica a uma pessoa física.

Tenho recebido muitas perguntas sobre o envio dos aluguéis na EFD-Reinf, por isso, para esclarecer essa questão, vamos apresentar alguns casos onde se deve e não se deve declarar os aluguéis na EFD-Reinf.

A primeira coisa a se esclarecer é que apenas a fonte pagadora dos aluguéis irá declarar seus pagamentos em EFD-Reinf. Então, a empresa que estiver recebendo aluguel, ou seja, se ela for o locador, ela nada declarará.

Então sabemos que apenas os valores pagos à EFD-Reinf serão declarados, no caso, quando a empresa for a locatária.

Se a empresa for a locatária e está pagando aluguel a um locador pessoa física, informará o aluguel no evento R-4010 da EFD-Reinf.

Esse evento comporta a retenção do imposto de renda, então não há nele retenções de PIS, Cofins ou CSLL.

Quanto aos campos a serem informados, devem ser declarado o valor do aluguel pago, sua base de cálculo de IRRF e a retenção, se existir.

A retenção do IR pode não ocorrer muitas vezes pelo seu baixo valor, mas, mesmo que tenha um pagamento sem retenção, ele deverá ser informado. O código de natureza de rendimento a ser utilizado nesse caso será o 13002 Rendimentos de aluguéis, locação ou sublocação.

É importante comentar que, caso a empresa que está pagando o aluguel a uma pessoa física o faça por intermédio de uma imobiliária, nada muda.

No caso, a fonte pagadora ainda será a pessoa jurídica locatária e o beneficiário ainda será a pessoa física locadora.

Os intermediadores, no caso as imobiliárias, nada declaram na EFD-Reinf com relação a essa operação.

O contribuinte que decidir aplicar o desconto simplificado mensal na EFD-Reinf para reduzir a base de cálculo do IR poderá sem problema algum. Quem decidir por usar desse desconto apenas informará a base de cálculo já ajustada e não precisará informar nenhum campo a mais.

As pessoas jurídicas que quiserem podem informar no campo de indTpDeducao o indicador de desconto simplificado, mas ele é irrelevante nesse caso.

Outra questão que também surge é com relação ao pagamento de aluguel a pessoa jurídica, se ele é declarado em EFD-Reinf. E a resposta é: somente se entrega em caso de pagamento a beneficiário do exterior.

O valor pago de aluguel entre pessoas jurídicas no Brasil não sofre a incidência do imposto de renda na fonte. É por isso que esse tipo de pagamento não precisa ser declarado na EFD-Reinf, porque não enseja a retenção.

Nesse primeiro momento, em caso de se ter o IRRF a recolher, ele deverá ser pago em guia gerada pelo Sicalcweb.

As informações que estão sendo enviadas via R-4000 ainda não estão sensibilizando a DCTFWeb, por isso o DARF não conterá esses valores para pagamento.

A empresa gerará uma guia de recolhimento com código de receita 320806, de recolhimento mensal.

https://www.portalcontnews.com.br/como-declarar-aluguel-de-imovel-na-efd-reinf/

Contribuinte individual não tem direito a receber auxílio-acidente do INSS.

A 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) reformou a sentença que julgou procedente o pedido para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ao pagamento do auxílio-acidente com efeito retroativo a partir da data do indeferimento administrativo.

No seu recurso ao Tribunal, o INSS alegou que a beneficiária não tem direito ao auxílio-acidente, pois é segurada filiada ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS) como contribuinte individual, portanto, está expressamente excluída do âmbito protetivo da norma previdenciária.

Em seu voto, o relator do caso, desembargador federal Morais da Rocha, explicou que os requisitos indispensáveis para concessão do benefício do auxílio-acidente são:

- qualidade de segurado;

- ter o segurado sofrido acidente de qualquer natureza;

- redução parcial e definitiva da capacidade para o trabalho habitual e nexo causal entre o acidente e a redução da capacidade.

Além disso, de acordo com a legislação previdenciária, enquadra-se para receber o auxílio segurado empregado, trabalhador avulso e segurado especial e não se enquadra o segurado contribuinte individual e facultativo.

O magistrado observou também que para se conceder o benefício auxílio-acidente é necessária a comprovação da redução da capacidade laborativa para a função que exercia à época do acidente.

Na questão, de acordo com a perícia médica, a autora possui sequela de trauma em região cervical e, portanto, encontra-se parcial, multiprofissional e permanentemente incapacitada para atividade que exija movimento da coluna cervical desde 2009, data que ocorreu o acidente.

Todavia, de 2006 a 2019, época do acidente, a parte autora era contribuinte individual, tendo recebido auxílio-doença de 2009 a 2010 e em 2019.

Nesses termos, o desembargador verificou que a autora não tem direito ao benefício, dado o fato de ter sido contribuinte individual no período do acidente. Logo, votou o relator no sentido de negar provimento à apelação, tendo sido acompanhado pelo Colegiado.

Processo: 1007118-39.2023.4.01.0000

Data de julgamento: 20/10/2023

TA/CB

Assessoria de Comunicação Social

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

https://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/comunicacao-social/imprensa/noticias/decisao-contribuinte-individual-nao-tem-direito-a-receber-auxilio-acidente-do-inss.htm?utm_smid=10912083-1-1 31/10/23

Justiça impede Dataprev de exigir presencial e mantém teletrabalho.

Em decisão publicada nesta segunda-feira (30), a 24ª Vara do Trabalho de São Paulo acolheu pedido de tutela antecipada do Sindpd-SP e suspendeu a convocação dos funcionários da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social, a Dataprev, para o regime híbrido ou presencial, por 90 dias.

O regime remoto – ou teletrabalho – fica mantido até que o mérito seja analisado de forma definitiva, em audiência de andamento processual marcada para o dia 29 de janeiro de 2024. Em setembro, houve uma mobilização para greve dos funcionários, mas o movimento não foi adiante.

“Diante de inúmeros casos de funcionários residindo em lugares distantes das sedes de lotação, em cognição sumária, defiro parcialmente a tutela de urgência, prorrogando o prazo determinado pela empresa para o retorno presencial dos funcionários por mais 90 dias, mantendo durante esse prazo o trabalho remoto”, diz trecho do documento assinado pela juíza do Trabalho Fatima Aparecida do Amaral Henriques Martins Ferreira.

Na última quinta-feira (26), o sindicato ajuizou uma ação civil pública (ACP) contra a Dataprev alegando que a empresa estaria coagindo trabalhadores para forçá-los a retornarem para o trabalho presencial de forma abrupta.

"Não há qualquer justificativa plausível que referende a medida unilateral adotada pela empresa de impor aos trabalhadores o retorno ao trabalho presencial, após cerca de três anos no regime 100% tele presencial/teletrabalho , argumenta a entidade sindical.

O Sindpd ainda pede que a empresa seja condenada a pagar uma indenização por dano moral coletivo causado aos funcionários.

Os empregados estão em regime de teletrabalho desde 2020, lotados nas poucas sedes físicas em todo o país (Distrito Federal e nos Estados de CE, PB, RJ, RN, SC e SP).

Em setembro, a empresa iniciou um processo de chamamento de todo o quadro de funcionários para o trabalho presencial, coagindo os trabalhadores a assinarem um aditivo contratual contendo uma cláusula referente ao retorno presencial.

No dia 16 de outubro, a Dataprev exigiu o retorno ao presencial.

A ação também pede a suspensão da convocação dos empregados para assinatura de novos aditivos e a nulidade dos aditivos porventura já assinados para o regime híbrido, sob pena de multa diária.

https://www.convergenciadigital.com.br/Governo/Justica-impede-Dataprev-de-exigir-presencial-e-mantem-teletrabalho-64616.html?UserActiveTemplate=mobile%2Csite&utm_smid=10912083-1-1

Remuneração paga a menor aprendiz integra a base de cálculo da contribuição previdenciária da empresa.

DECISÃO: Remuneração paga a menor aprendiz integra a base de cálculo da contribuição previdenciária da empresa

Uma empresa do ramo alimentício não conseguiu deixar de recolher a contribuição previdenciária em relação aos seus funcionários menores aprendizes, bem como a compensação ou a restituição dos valores que recolheu nos últimos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação, conforme decisão da 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1).

Em recurso ao Tribunal, a instituição alegou que é inexigível a contribuição porque o menor aprendiz não é segurado obrigatório do Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

Ao analisar o processo, o relator do caso, desembargador federal Novély Vilanova, sustentou que o menor aprendiz é segurado obrigatório do RGPS quando contratado como empregado, de acordo com a Lei 8.212/1991. Portanto, a remuneração paga ao aprendiz integra a base de cálculo da contribuição previdenciária.

O magistrado esclareceu, também, que o menor assistido sem vínculo com a Previdência Social e sem encargo para a empresa é diferente de menor aprendiz quando contratado como empregado sujeito ao RGPS - uma vez que o menor assistido é regulado pelo DL 2.318/1986, e o menor aprendiz pelo art. 428 da CLT.

Com essas considerações, o Colegiado negou provimento à apelação, acompanhando, por unanimidade, o voto do relator.

Processo: 1032560-26.2022.4.01.3400

Data de julgamento: 09/10/2023

TA/CB

Assessoria de Comunicação Social

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

https://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/comunicacao-social/imprensa/noticias/decisao-remuneracao-paga-a-menor-aprendiz-integra-a-base-de-calculo-da-contribuicao-previdenciaria-da-empresa.htm?utm_smid=10912083-1-1 31/10/23

SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 99010

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ

LUCRO PRESUMIDO. PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO. TRATAMENTO TRIBUTÁRIO.

Para fins de apuração do lucro presumido, a receita de juros sobre o capital próprio deve ser adicionada diretamente à base de cálculo do IRPJ, não se submetendo aos percentuais de que trata o art. 15 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 148, DE 20 DE JULHO DE 2023

Dispositivos Legais: Decreto-lei nº 1.598/77, art. 12, inciso IV e §§ 4º e 5º, Decreto nº 9.580/2018, arts. 208 e 595 caputs e §8º, Lei nº 9.430/96, art. 51, IN RFB nº 1.700/2017, art. 215, caput e §3º, inciso III.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

LUCRO PRESUMIDO. PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO. TRATAMENTO TRIBUTÁRIO.

Para fins de apuração do lucro presumido, a receita de juros sobre o capital próprio deve ser adicionada diretamente à base de cálculo do IRPJ, não se submetendo aos percentuais de que trata o art. 15 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 148, DE 20 DE JULHO DE 2023

Dispositivos Legais: IN RFB nº 1.700/2017, art. 215, §§ 1º e 3º, inciso III.

SC Cosit nº 99.010-2023.pdf

GUSTAVO SALTON ROTUNNO ABREU LIMA DA ROSA
Coordenador

SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 257.

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

LUCRO PRESUMIDO. ATIVIDADE IMOBILIÁRIA. VENDA DE IMÓVEIS. LOCAÇÃO. INVESTIMENTO. RECEITA BRUTA. GANHO DE CAPITAL.

A receita decorrente da alienação de bens do ativo não circulante, ainda que reclassificados para o ativo circulante com a intenção de venda, deve ser objeto de apuração de ganho de capital que, por sua vez, deve ser acrescido à base de cálculo do IRPJ na hipótese em que essa atividade não constitui objeto da pessoa jurídica.

Nesse caso, se o imóvel vendido era anteriormente utilizado para locação a terceiros, e apenas essa atividade constitui objeto da pessoa jurídica, a receita decorrente da venda desse imóvel não compõe o resultado operacional e nem a receita bruta da pessoa jurídica, estando a referida operação sujeita à apuração do ganho de capital.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 7, DE 4 DE MARÇO DE 2021.

Dispositivos Legais: Lei nº 6.404, de 1976, art. 179, III; Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 12; Lei nº 9.249, de 1995, arts. 15 e 17; Lei nº 9.430, de 1996, art. 25; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, arts. 26, 33, § 1º, II, 'c', e IV, 'c', e 215, caput e § 14.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL
RESULTADO PRESUMIDO. ATIVIDADE IMOBILIÁRIA. VENDA DE IMÓVEIS. LOCAÇÃO. INVESTIMENTO. RECEITA BRUTA. GANHO DE CAPITAL.

LUCRO PRESUMIDO. ATIVIDADE IMOBILIÁRIA. VENDA DE IMÓVEIS. LOCAÇÃO. INVESTIMENTO. RECEITA BRUTA. GANHO DE CAPITAL.

A receita decorrente da alienação de bens do ativo não circulante, ainda que reclassificados para o ativo circulante com a intenção de venda, deve ser objeto de apuração de ganho de capital que, por sua vez, deve ser acrescido à base de cálculo da CSLL na hipótese em que essa atividade não constitui objeto da pessoa jurídica.

Nesse caso, se o imóvel vendido era anteriormente utilizado para locação a terceiros, e apenas essa atividade constitui objeto da pessoa jurídica, a receita decorrente da venda desse imóvel não compõe o resultado operacional e nem a receita bruta da pessoa jurídica, estando a referida operação sujeita à apuração do ganho de capital.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 7, DE 4 DE MARÇO DE 2021.

Dispositivos Legais: Lei nº 6.404, de 1976, art. 179, III; Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 12; Lei nº 9.249, de 1995, arts. 17 e 20; Lei nº 9.430, de 1996, art. 29; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, arts. 26, 34, caput e § 1º, III, e 215, §§ 1º e 14.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal
INÉFICACIA PARCIAL.

Não produz efeitos o questionamento sobre fato definido ou declarado em disposição literal de lei ou que tem como objetivo obter, da Receita Federal, a prestação de assessoria jurídica ou contábil-fiscal.

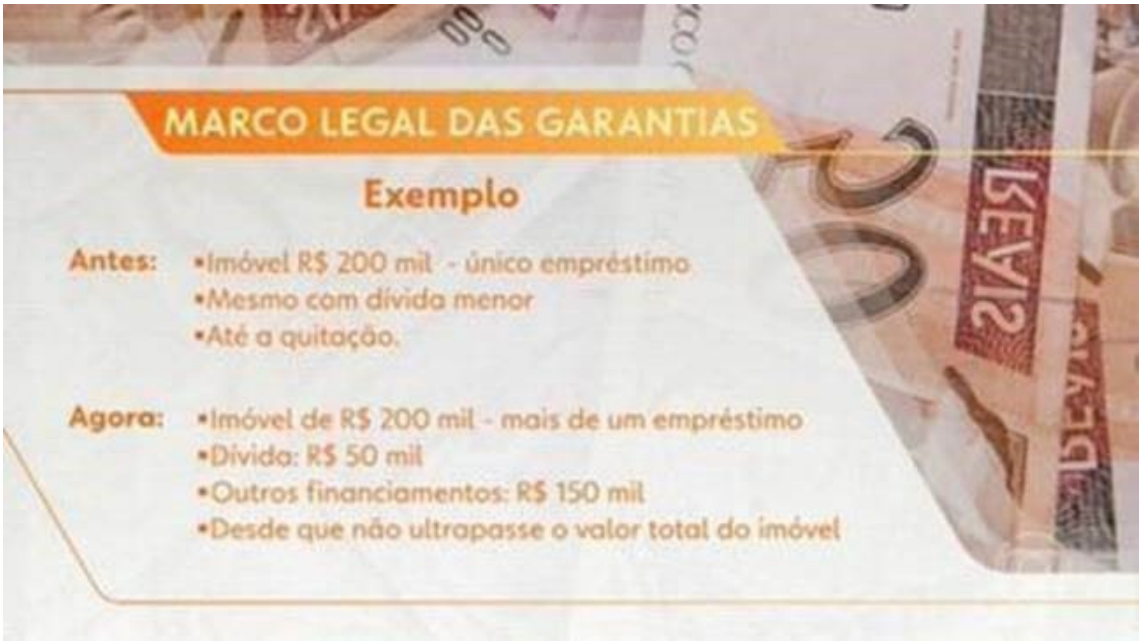
Dispositivos Legais: Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 9 de dezembro de 2021, art. 27, IX e XIV.

SC Cosit nº 257-2023.pdf
RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA
Coordenador-Geral

Sancionado 'Marco Legal das Garantias'; vetado trecho que autorizava tomada de veículos sem autorização da Justiça.

Lei estabelece novas regras para uso de bens como garantia de empréstimos. Governo alegou inconstitucionalidade para vetar trecho de tomada de veículos sem ordem judicial.

Veto contaria avaliação da Fazenda de que dispositivo seria importante para baixar juros.



Lula sanciona Marco das Garantias com veto a busca e apreensão extrajudicial de veículos

O presidente Lula (PT) sancionou o chamado "Marco Legal das Garantias", que estabelece novas regras para o uso de bens como garantia de empréstimos.

Entretanto, Lula vetou um trecho que autorizava a tomada de veículos sem autorização da Justiça.

A nova lei foi aprovada pelo Senado no dia 3 de outubro. A sanção presidencial foi publicada na edição do "Diário Oficial da União" desta terça-feira (31).

As novas regras estabelecem condições para a realização de penhora, hipoteca ou transferência de imóveis para pagamentos de dívidas. A equipe econômica do governo acredita que as medidas podem estimular o mercado de crédito.

De acordo com o texto aprovado, um mesmo bem pode ser usado como garantia em mais de um pedido de empréstimo.

Como era: um imóvel de R$ 200 mil, por exemplo, só poderia ser usado como garantia para uma única operação de crédito até a quitação do valor — ainda que a dívida seja de valor menor, como de R$ 50 mil.
Como fica: agora, os R$ 150 mil restantes do bem também poderão servir como garantia em outros empréstimos.

Em relação ao trecho que foi vetado, o texto previa que seria possível a tomada de veículos sem autorização da Justiça, por meio de mandados extrajudiciais.

A apreensão extrajudicial seria aplicada nos casos em que o devedor não entregasse o bem dentro do prazo legal estabelecido. Os cartórios ficariam autorizados a lançar a apreensão em uma plataforma eletrônica.

Ao argumentar o veto, o governo alegou que o trecho é inconstitucional e que poderia criar risco a direitos e garantias individuais.

Posição do Ministério da Fazenda

O veto ao dispositivo que facilita a retomada do veículo no caso de inadimplência contraria avaliação do Ministério da Fazenda de que ele seria importante para baixar a taxa de juros nos empréstimos bancários para compra de automóveis.

No começo desse mês, o secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto, defendeu a medida.

"Financiadores tinham de entrar em juízo, isso demorava muito, era um processo complicado, e grande parte dos carros financiados desaparecia nesses processos. A lei aperfeiçoou e 'desjudicializou'. Para baratear custo de financiamento para todo mundo", avaliou Marcos Pinto, do Ministério da Fazenda, na ocasião.

Ele também declarou, naquele momento, que há no Brasil uma cultura um pouco de preocupação com o devedor, que é justa. Mas acrescentou que o bom pagador, pelas dificuldades existentes na recuperação dos automóveis, está arcando com os custos do mau pagador (pois todos pagam juros maiores).

"Com juros mais baixos, o risco de inadimplência é menor. Uma das razões por que a inadimplência é tão alta é porque os juros são altos. Não recupera o crédito, o juro sobe, gera inadimplência, e juros sobem mais.

Estamos tentando implantar um ciclo virtuoso, pois a população pagando juro menor consegue arcar com financiamento e consegue reduzir mais juros no futuro", explicou o secretário, no começo de outubro.

https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/10/31/lula-sanciona-marco-legal-das-garantias-mas-veta-trecho-que-autorizava-tomada-de-veiculos-sem-autorizacao-da-justica.ghtml?utm_smid=10910213-1-1

Receita Federal publica IN que cria o Programa Auxiliar de Apuração do IRPF para operações de Renda Variável.

Instrução estabelece as diretrizes para o envio de informações à Receita Federal relacionadas a transações realizadas no mercado financeiro e de capitais.

A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) publicou a Instrução Normativa RFB nº 2.164, datada de 25 de outubro de 2023, que cria o Programa Auxiliar de Apuração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física para operações de Renda Variável, conhecido como ReVar.

Esta instrução estabelece as diretrizes para o envio de informações à Receita Federal relacionadas a transações realizadas no mercado financeiro e de capitais.

O ReVar será a calculadora oficial da RFB para calcular o imposto incidente sobre a renda variável de pessoas físicas. Um programa em desenvolvimento, liderado pela RFB e em colaboração com a Bolsa de Valores – B3. Isso permitirá automatizar completamente o processo de apuração de ganhos em renda variável e, por consequência, o cálculo do Imposto de Renda devido nessas operações.

Atualmente, mais de 5,3 milhões de CPF distintos estão registrados na B3, com potencial para expandir esse número, especialmente entre os mais de 17,7 milhões de brasileiros que possuem contas de poupança com saldos superiores a 10 mil reais.

O ReVar é fruto de uma parceria entre a Receita Federal do Brasil e a B3, com foco na preparação dos cidadãos para um futuro financeiro mais consciente em um ambiente digital desafiador, mas repleto de oportunidades para melhorar o ambiente de negócios e transformar o país.

O programa estará disponível no e-CAC para os contribuintes que autorizarem a bolsa de valores a compartilhar informações pertinentes com a RFB, seguindo o seguinte cronograma:

– De janeiro a março de 2024, para os investidores incluídos na versão inicial do programa, destinada a testes de funcionamento e validação de regras.

– A partir de abril de 2024, para os investidores que realizam operações apenas no mercado à vista e que não fazem operações de empréstimo de ativos e com ouro ativo financeiro.

– A partir de janeiro de 2025, para os investidores que realizam as operações previstas no mercado à vista e de liquidação futura.

Além de calcular os resultados em renda variável e o imposto de renda, o ReVar oferecerá a emissão em tempo real do Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) e possibilitará o pré-preenchimento automático da Declaração Anual do Imposto de Renda.

Essa adição de serviço demonstra o compromisso da RFB em simplificar procedimentos, promover a conformidade tributária e segurança jurídica, além de fortalecer a confiança e a cooperação entre a RFB e a sociedade.

4.02 COMUNICADOS

CONSULTORIA JURIDICA

Consultoria Contábil, Trabalhista e Tributária

O Sindicato dos Contabilistas de São Paulo conta com profissionais especializados em diversas áreas jurídicas, com o intuito de oferecer consultoria e suporte à realização das atividades dos profissionais da Contabilidade, que vão desde direitos trabalhistas até a elaboração de estatutos sociais para entidades do terceiro setor.
A consultoria jurídica é realizada de 2ª a 6ª feira, na sede social do Sindcont-SP, sendo considerada um dos mais importantes e significativos benefícios que a Entidade disponibiliza aos seus associados.

O trabalho realizado pelos advogados especializados em diversas áreas jurídicas consiste em orientar os profissionais da Contabilidade quanto às soluções para os problemas que envolvam assuntos pertinentes à legislação, como:

• **Consultoria Jurídica Tributária Federal, Estadual e Municipal:** IRPF, IRPJ, PIS, Cofins, CSLL, Simples, ISS, ICMS, e outros

• **Consultoria Trabalhista e Previdenciária:** benefícios, fiscalização, parcelamento, fundo de garantia, direitos trabalhistas, entre outros

• **Consultoria do Terceiro Setor:** assessoria sobre entidades sem fins lucrativos e beneficentes, análise de estatuto social, atas e outros

• **Consultoria Societária e Contratual:** orientações técnicas, análises e vistos de contratos em geral

• **Consultoria Contábil**: orientações e esclarecimentos sobre normas e procedimentos contábeis

Confira os horários de atendimento dos profissionais, de acordo com a área de jurídica desejada:

Tributarista		
Telefone: (11) 3224-5134 - E-mail: juridico@sindcontsp.org.br		
Dr. Henri Romani Paganini - OAB nº SP 166.661	3ª, 4ª e 5ª feira	das 9h às 13h
	2ª e 6ª feira	das 9h às 13h
Trabalhista		
Telefone: (11) 3224-5133 - E-mail: juridico3@sindcontsp.org.br		
Dr. Benedito de Jesus Cavalheiro - OAB nº SP 134.366	3ª, 4ª e 5ª feira	das 9h às 13h
	2ª e 6ª feira	das 9h às 13h
Terceiro setor		
Telefone: (11) 3224-5141 - E-mail: juridico4@sindcontsp.org.b		
Dr. Alberto Batista da Silva Júnior - OAB Nº SP 255.606	3ª, 4ª e 5ª feira	das 14h às 18h
	2ª e 6ª feira	das 14h às 18h

4.03 ASSUNTOS SOCIAIS

FUTEBOL

Horário: sábados as 11:00hs às 12:30hs.

Sport Gaúcho – Unidade I Limão – quadra 5.

link: http://sportgaucho.com.br/unidade-i-limao/

Endereço: Rua Coronel Mario de Azevedo, 151 – Limão – São Paulo, SP CEP: 02710-020 ou Rua Professor Celestino Bourroul, 753 – Limão – São Paulo, SP CEP: 02710-001, atrás da Igreja Católica do Limão.

5.00 ASSUNTOS DE APOIO

5.01 CURSOS CEPAEC – SINDCONTSP

Agenda de Cursos – setembro/2023

PROGRAMAÇÃO DE CURSOS – PRESENCIAIS

NOVEMBRO/2023

DATA	DIA DA SEMA-NA	HORÁ-RIO	DESCRIÇÃO	ASSOCI-ADOS	FILIA-DOS	DEMAIS INTERES-SADOS	C/ H	PROFESSOR (A)
7	terça	09,00h às 13,00h	Retenção na Fonte 11% - Pessoa Jurídica	R$ 250,00	R$ 500,00	R$ 500,00	04	Valéria Telles
9 a 14	quinta a terça	18,30h às 21,30h	Práticas de Cálculos trabalhistas				12	Anita Maria Meinberg Perecin
23 e 30	quinta	09,00h às 18,00h	Excel Essencial	gratuito	xx	xx	16	Ivan Evangelista glicerio

*Programação sujeita alterações

**Pontuação na Educação Continuada

www.SINDCONTSP.org.br

(11) 3224-5124 / 3224-5100

cursos2@sindconts.org.br

PROGRAMAÇÃO DE CURSOS – HIBRIDOS

NOVEMBRO/2023

DATA	DIA DA SEMA-NA	HORÁ-RIO	DESCRIÇÃO	ASSOCI-ADOS	FILIA-DOS	DEMAIS INTERES-SADOS	C/ H	PROFESSOR (A)
10	sexta	09,00h às 18,00h	Construção Civil – sistemática	R$ 250,00	R$ 500,00	R$ 500,00	08	Wagner Camilo
24	sexta	09,00h às 18,00h	ISS – Ampla Abordagem				08	Wagner Camilo
27	segunda	09,00h às 13,00h	Plano de Cargos e Salários				04	Marco Antonio Granado

*Programação sujeita alterações

**Pontuação na Educação Continuada

www.SINDCONTSP.org.br

(11) 3224-5124 / 3224-5100

cursos2@sindconts.org.br

PROGRAMAÇÃO DE CURSOS – ON-LINE (AO VIVO)

NOVEMBRO/2023

DATA	DIA DA SEMA-NA	HORÁ-RIO	DESCRIÇÃO	ASSOCI-ADOS	FILIA-DOS	DEMAIS INTERES-SADOS	C/ H	PROFESSOR (A)
23 e 24	quinta e sexta	14,00h às 18,00h	IFRS na prática, com ênfase em micros, pequenas empresas				08	Luciano Perrone

*Programação sujeita alterações
**Pontuação na Educação Continuada
www.SINDCONTSP.org.br
(11) 3224-5124 / 3224-5100
cursos2@sindconts.org.br

5.02 AGENDA SEMANAL – GRUPOS DE ESTUDOS

DE 06 a 08 de novembro de 2023 (segunda a quarta) - 47º Encontro de Profissionais e Acadêmicos de contabilidade (EPAC), em conjunto com a Semana Acadêmica de Contabilidade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), no Campus Monte Alegre (Perdizes), no Auditório 100, das 19:40h às 22:00h.

Grupo de Estudos IFRS e Gestão Contábil

Quinta Feira 09-11-2023: das 19:00 às 21:00 -

5.03 ENCONTROS VIRTUAIS – GRUPOS DE ESTUDOS

Grupo de Estudos de Tecnologia e Inovação -

Às Segundas Feiras: com encontros quinzenais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas.

Grupo de Estudos do Terceiro Setor e Contabilidade Pública

Às Segundas Feiras: com encontros quinzenais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas.

Grupo de Estudos de Tributos e Obrigações

Às Terças Feiras: com encontros semanais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas.

CEDFC - Centro de Estudos e Debates Fisco Contábeis

Às Quartas Feiras: com encontros semanais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas.

Grupo de Estudos IFRS e Gestão Contábil

Às Quintas Feiras: com encontros semanais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas.

Grupo de Estudos Perícia

Às Sextas Feiras: com encontros mensais (pelo canal Youtube).

5.04 FACEBOOK

Visite a página do Centro de Estudos e Debates Fisco-Contábeis Virtual no Facebook.